

Cultura política, Autoritarismos e Ditaduras.

XI SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ | 11-14 de novembro de 2014

CADERNO DE RESUMOS

CULTURA POLÍTICA, AUTORITARISMOS E DITADURAS.

**XI SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA | UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**

CADERNO DE RESUMOS

REALIZAÇÃO:

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA/UFC

APOIO:

**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR –
CAPES/PAEP**

GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS EM HISTÓRIA E GÊNERO

GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET/HISTÓRIA/UFC

SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CEARÁ – ADUFC

Reitor da Universidade Federal do Ceará

Jesualdo Pereira Farias

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – UFC

Gil de Aquino Farias

Chefe do Departamento de História – UFC

Kênia Sousa Rios

Comitê Científico

Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Almir Leal de Oliveira

Ana Karine Martins Garcia

Ana Luiza Rios Martins

Ana Rita Fonteles Duarte

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Assis Daniel Gomes

Berenice Abreu de Castro Neves

Charles Sidarta Machado Domingos

Cícero Joaquim dos Santos

Cintya Chaves

Daniel Camurça Correia

Elias Ferreira Veras

Elynaldo Gonçalves Dantas

Eylo Fagner Silva Rodrigues

Felipe Tavares de Araújo

Francisca Eudésia Nobre Bezerra

Franck Pierre Ribard

Frederico de Castro Neves

Irenísia Torres de Oliveira

Jofre Teofilo Vieira

Jormana Maria Pereira Araújo

Juliana Magalhães Linhares

Kênia Sousa Rios

Leo Natanael de Jesus Araújo

Leonardo Cândido Rolim

Luciana Meire Gomes Reges

Reginaldo Alves de Araújo

Reginaldo Alves de Araújo

Silvana CassabJeha

Walter de Carvalho Braga Júnior

Wellington Sampaio da Silva

Comissão Organizadora

Mário Martins Viana Júnior (Presidente)

Frederico de Castro Neves

Ana Carla Sabino Fernandes

Jonatas Jonas

Organização da edição:

Mário Martins Viana Júnior	Jonatas Jonas
Ana Eliziane Sabino	Jéssica Guedes
Amanda Guimarães	José Willem Paiva

Comissão de Infraestrutura

Ana Eliziane Sabino	Juliana Basílio
Diego Belfante	Manuelle Araújo
Douglas Lima	Pedro Holanda
Jéssica Guedes	Raul Ávila
Jonatas Jonas	Tayná Moreira
José Willem Paiva	

Comissão de Publicação

Mário Martins Viana Júnior	Jonatas Jonas
Ana Eliziane Sabino	Jéssica Guedes
Amanda Guimarães	José Willem Paiva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca de Ciências Humanas

U51c Universidade Federal do Ceará. Departamento de
 História.
 Seminário (11.:2014:Fortaleza,CE).

Caderno de resumos: Cultura Política, Autoritarismos e
Ditaduras.
Coordenação, Mário Martins Viana Júnior, Ana Carla
Sabino Fernandes, Frederico de Castro Neves
Fortaleza: s.n., 2014.

157 p.; 21 cm.

ISSN: 2237-7468

1. História social I. Viana Junior, Mário Martins e II.
Fernandes, Ana Carla Sabino III. Neves, Frederico de
Castro IV. Título

CDD306.09

Apresentação

O Seminário de Pesquisa do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, na sua 11ª edição, traz como temática principal "Culturas políticas, ditaduras e autoritarismos". No ano de 2014, em que se põe em reflexão os 50 anos do Golpe de 1964, o seminário tem como principal interesse suscitar o debate sobre a produção do conhecimento histórico concernente ao tema. Nesse sentido, foram convidados historiadores e historiadoras de diferentes partes do país para apresentarem e debaterem suas pesquisas com os participantes do evento. O seminário tem ainda como um dos propósitos principais a realização de minicursos e de espaços configurados em simpósios temáticos para que os pesquisadores socializem as suas trajetórias e escolhas teóricas e metodológicas, fontes, bibliografia, temas, entre outros aspectos de suas investigações, com o objetivo de enriquecer o debate e ampliar a construção do conhecimento histórico no país. Ademais, o evento objetiva ainda promover uma aproximação e interação com os professores do Ensino Fundamental e Médio da rede pública e privada, no sentido de construção, troca e interlocução de saberes e conhecimentos. Nesse sentido, esperamos a vossa contribuição. Neste espaço, o leitor terá acesso à programação geral do evento e aos resumos dos trabalhos apresentados nos Simpósios Temáticos.

Programação Geral

11 de novembro de 2014 (terça-feira)

18:00– 19:00

Credenciamento

Local: Sala de audiovisual da Pós-Graduação – CH2

19:00

Conferência de abertura: A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação – Prof. Rodrigo Patto Sá Mota (UFMG)

Local: Auditório Rachel de Queiroz – CH2

21:00

Lançamento do livro “As universidades e o regime militar” – Autor: Rodrigo Patto Sá Mota

12 de novembro de 2014 (quarta-feira)

7:30– 9:00

Mini-cursos

Local: Bloco Didático de História – CH2

9:00

Lançamento da mostra expositiva “Abaixo a Dita-Dura!”

Local: Pátio do Bloco Didático da História – CH2

9:45– 11:30

Palestra –Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar – Prof. Dr. Antônio Tosses Montenegro (UFPE)

Local: Auditório Rachel de Queiroz – CH2

11:30

Lançamento do livro “História e Historiografia”. Autor: diversos.

OBS: Esse livro é resultado do III Seminário Internacional História e Historiografia e do X Seminário de Pesquisa do Departamento de História.

14:00– 18:00

Simpósios Temáticos

Local: Bloco Didático de História

18:00- 19:00

Dorival Caymmi, o mar e os jangadeiros em canto. Berenice Abreu (UECE) e Grupo Vozes do Mar (Ricardo Ribeiro, Mary Pimentel, Socorro Barreira, Marcária Pimentel e Eduardo Holanda)

Local: Auditório Rachel de Queiroz – CH2

19:00- 21:00

Mesa-Redonda – Práticas letradas, urbanidades e autoritarismo – literatura, imprensa e política em fortaleza. Professores: Dr. Gleudson Passos Cardoso (GPPUR/ CNPQ e MAHIS-UECE), Ms. Eduardo Lúcio Guilherme Amaral (IFCE e PPGH/ UFC), Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos (História/ UECE e PIBIC/ CNPQ), Paulo César Freire Sá (MAHIS-UECE/ CAPES).

Local: Auditório Rachel de Queiroz – CH2

13 de novembro de 2014 (quinta-feira)

7:30– 9:30

Mini-cursos

Local: Bloco Didático de História – CH2

9:45– 11:30

Mesa-Redonda – As mobilizações de gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1974-85)
Professoras Dra. Ana Rita Fonteles e Dra. Meize Regina de Lucena

11:30

Lançamento do Livro “Homens e mulheres contra o inimigo: mobilizações de gênero na Ditadura Militar”

Local: Auditório Rachel de Queiroz – CH2

14:00– 17:00

Simpósios Temáticos

Local: Bloco Didático de História

18:00 – 20:00

Palestra O Governo Goulart, a crise política e o Golpe de 1964 – Prof. Jorge Ferreira (UFF)

Local: Auditório Rachel de Queiroz – CH2

20:00 – 22:00

Banda Kharavan; Banda de Rock

14 de novembro de 2014 (sexta-feira)

7:30– 9:30

Mini-cursos

Local: Bloco Didático de História – CH2

9:45– 12:00

Mesa-redonda: As armas dos fracos: James C. Scott e a História Social

Frederico de Castro Neves (UFC)

Adelaide Gonçalves (UFC)

Edson Holanda (UNILAB)

Tyrone Cândido (UECE-Quixadá)

Local: Auditório do Departamento de História - CH2

14:00– 16:00

Simpósios Temáticos

Local: Bloco Didático de História – CH2

16:30

Conferência de encerramento – Lágrimas como bandeira: Emoções e gênero na retórica da resistência no Cone Sul – Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)

Local: Auditório Rachel de Queiroz – CH2

Programação dos Minicursos

As visualidades como possibilidade de ensino de história.

Coordenador (a): Matilde de Lima Brilhante

Local: Sala 01 do Bloco Didático de História– CH2

Educação histórica e ensino de história mediado por fontes

Coordenadores (as): Augusto Ridson de Araújo Miranda; Geovanio Carlos Bezerra Rodrigues

Local: Sala 02 do Bloco Didático de História– CH2

História e sensibilidades: dimensões teóricas e metodológicas

Coordenador (a): Danielle Almeida Lopes

Local: Sala 03 do Bloco Didático de História– CH2

Programação dos Simpósios Temáticos

SIMPÓSIO 1 - DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: HISTÓRIA E ARTE

Coordenadora: Ana Luiza Rios Martins – Doutoranda em História/UFPE

Local: Sala 01 do Bloco didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

A utilização da música para a construção do saber histórico em sala de aula. Autor (a): Sávio Enrico Rodrigues Alves; Co-autor (a): Danielle Rodrigues

BRASIL PANDEIRO: Criação musical, influências do jazz e tensões sociais no Rio de Janeiro.

Autor (a): Lucas Assis

Trajetória e memória: A inserção de artistas cearenses na mpb da década de 1970.

Autor (a): Bruno Rodrigues Costa

Calabar – Elogio ao Silêncio.

Autor (a): Washington Mota Menezes

16-18h

Eu quero ver seu corpo lindo, leve e solto. A sonoridade disco *music* e suas relações com o consumo através da atuação musical das frenéticas (1977-1978).

Autor (a): Stênio Ronald Mattos Rodrigues

Da viola à guitarra elétrica: Instrumentos da moda na trajetória musical brasileira.

Autor (a): José Fernando Saroba Monteiro

História e dança: reflexões teórico-metodológicas sobre o estudo dos cocos como práticas das culturas populares.

Autor (a): Camila Mota Farias

História e arte juntas na sala de aula

Autor (a): Damaryz Rodrigues Cavalcante; co-autor (a): Bárbara Barbosa Guimarães Lima.

Quinta-feira, 13/11

14-16h

A história vista de um projetor: o cinema como um objeto de construção histórica da segunda guerra mundial.

Autor (a): João Joel de Oliveira Neto

Estrada para Ythaca: a amizade no cinema cearense

Autor (a): Antônio Elionardo Da Silva Saraiva

Uma construção do passado-presente através do cinema: O filme “Edvard Munch”, de Peter Watkins.

Autor (a): Antônio André de Moraes Neto

A história da praça em imagens: uma análise das fotografias da Praça do Ferreira e sua importância nas transformações de fortaleza na primeira metade do século XX.

Autor (a): Thiago Eloi Bahia

16-17h

Narrativas fotográficas: o Ceará na França em 1908. Álbum de vistas do Estado do Ceará.

Autores (as): José Maria Almeida Neto; Thiago Eloi

Juazeiro sem Padre Cícero: uma cidade em ruínas?

Autor (a): Amanda Teixeira da Silva

“A imagem de deus invisível”: A representação de deus pai no ocidente medieval –

Autores (as): Leandro Domingues Maia; Danilo Bezerra de Lima

SIMPÓSIO 2 - (DES) FIANDO AS TEIAS FAMILIARES: ENTRE ESTRATÉGIAS, NEGOCIAÇÕES E REDES NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX.

Cintya Chaves - Professora mestre; Luciana Reges - Professora mestre

Local: Sala 11 do Bloco didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Reinventando um personagem: Raimundo Girão e a construção de si.

Autor (a): Cândida Clara de Araújo Barbosa

Família escrava e compadrio na freguesia de piracuruca – Piauí, 1871 – 1874.

Autor (a): Francisco Helton de Araujo O. Filho

Uma história de família: partilhas, negociações e laços de parentescos na vila de limoeiro/ce (1850-1884).

Autor (a): Luciana Meire Gomes Reges

16-18h

O catolicismo romanizado na diocese de limoeiro do norte

Autor (a): Olívia Bruna de Lima Nunes

Cotidiano em transição na fortaleza da década de 1940: classes abastadas, famílias e hibridização dos costumes.

Autor (a): Reverso Nascimento Paula

Entre tramas e teias familiares: o papel da estrutura familiar nas relações políticas locais de Limoeiro do Norte-CE (1924-1964)

Autor (a): Cintya Chaves

SIMPÓSIO 4 - CULTURA, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
Jormana Maria Pereira Araújo (UFC); Leo Natanael de Jesus Araújo (UFC)
Local: Sala 03 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Os Trabalhadores da Light e a experiência de sua formação.

Autor (a): Lucas Alysson De Lima Carneiro

O labor em fortaleza: o lugar social do trabalhador negro nos anos de 1943-1950.

Autor (a): Jéssica Martins Guedes De Souza

Entre o mutualismo e sindicalismo: ações dos trabalhadores portuários de fortaleza (1912- 1937).

Autor (a): Nágila Maia de Moraes

16-18h

O primeiro de maio na tradição do operariado de Fortaleza.

Autor (a): Antônio de Pádua Almeida Júnior

A efetivação da CLT e as relações trabalhistas (1968-1970).

Autor (a): Débora dos Santos Silva

Na Batalha dos Direitos: operários da fábrica Santa Cecília, Fortaleza (1950-1960).

Autor (a): Jormana Maria Pereira Araújo

Quinta-feira, 13/11

14-16h

Das reclamações trabalhistas à produção de uma memória em torno dos conflitos de terra no norte da zona canavieira do estado de Pernambuco (1980-1990).

Autor (a): Samuel Carvalheira De Maupeou

Memória das comunidades impactadas pelos perímetros irrigados no Ceará.

Autor (a): Jaqueline Bernardo De Almeida; co-autor (a): Marcelo De Sousa Lima

Contribuição historiográfica da teoria da dependência: um estudo a partir dos apontamentos de Ruy Mauro Marini.

Autor (a): Pedro Rafael Costa Silva; co-autor (a): Francisco Thiago Cavalcante Garcez
16h-17h

Cultura, infância e trabalho de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia.

Autor (a): Hamilton Rodrigues dos Santos

As experiências dos sócios do centro social de monte grave - Milhã/CE (1973 a 2000).

Autor (a): Antônia Natália de Lima

SIMPÓSIO 5 - ESPAÇO E POLÍTICA: CONCEPÇÕES DE ESPAÇOS, USOS POLÍTICOS DE ESPAÇOS E POLÍTICAS ESPACIAIS NO SÉCULO XX.

Elynaldo Gonçalves Dantas; Felipe Tavares de Araújo

Local: Sala 04 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Geopolítica e Igreja Católica: Apontamentos Historiográficos;

Autor (a): Antonio Ferreira de Melo Junior

A “Expansão Diocesana” no Rio Grande Do Norte (1889-1930);

Autor (a): Gideão Pedro Galvão

A Construção dos Lugares de Memória do Major-Coronel Theodorico Bezerra (1949-1965)

Autor (a): Marcondes Alexandre da Silva; co-autor (a): Bartolomeu Humberto de Souza

16-18h

Os vultos da nação no discurso integralista barrosiano;

Autor (a): Elynaldo Gonçalves Dantas

Viçosa do Ceará na Era Vargas: Cotidiano, Memória e Poder;

Autor (a): Atoane do Nascimento Machado

Rixa de Santanopole: Memória Sociopolítica dos Coronéis em Santana do Cariri nos Anos 20 E 3

Autor (a): Matheus Cândido Neves

Quinta-feira, 13/11

14-16h

Arraial Moura Brasil X Progresso Urbano: O Incômodo e a Necessidade

Autor (a): Angerlânia da Costa Barros

Um Café com Aluizio: a Cidade da Esperança e a tentativa de aproximação do governador do Rio Grande do Norte com os trabalhadores sindicalistas – 1964

Autor (a): Felipe Tavares de Araújo

A historiografia do movimento diretas já!, o partido dos trabalhadores e a luta parlamentar dos deputados federais petistas: considerações iniciais

Glauber Eduardo Nascimento Ribeiro Santos

Rádio e ideologia: políticas de propaganda de massa no rádio camocinense na era-vargas (1930-46)

Anandrey Cunha

Espaços de saber e de política: intelectualidade católica e consolidação política em fortaleza (1934-1945)

Janilson Rodrigues Lima

SIMPÓSIO 7 – HISTÓRIA DA MORTE E DOS MORTOS

Cícero Joaquim dos Santos (Doutorando em História/UFC) e Francisca Eudésia Nobre (Mestranda em História / UECE)

Local: Sala 15 do Bloco Didático – CH2

Quinta-feira, 13/11

14-16h

As sensibilidades relacionadas à experiência da morte em Fortaleza entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Autor (a): Pedro Holanda Filho

Levantamento do campo lexical das causas de morte em certidões de óbitos do século XIX.

Autor (a): Fernanda Kécia de Almeida

Um crime e muitas versões: Maria das Quengas e a identidade de “santa”.

Autor (a): Ruan Carlos Mendes

16-18h

“Agora e na hora de nossa morte, amém!”: práticas fúnebres no município de Jaguaruana-CE (1960-1980)

Autor (a): Anderson Coelho da Rocha

Um canto à vida eterna: memórias das incelenças de Barbalha-CE

Autor (a): Emmanuela Harakassara R. de Lima

O choro das almas na tradição oral de sertanejos cearenses

Autor (a): Cícero Joaquim dos Santos

SIMPÓSIO 9 - HISTÓRIA E DIREITO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Daniel Camurça Correia

Local: Sala 06 do Bloco Didático – CH2

Quinta-feira, 13/11

14-16h

Apontamento Histórico-Normativo do Código Tributário Nacional: conceito Lógico-Jurídico e Jurídico-Positivo.

Autor (a): Tonny Ítalo Lima Pinheiro.

O fascismo como modelo: incorporação da “Carta del Lavoro” na legislação trabalhista brasileira da década de 1930.

Autor (a): Fabio Gentile.

Justiça de transição e historiografia: olhares ao passado divergentes.

Autor (a): Gisele Lecker de Almeida.

A Cidade Como Lugar De Justiça: A Prática Do Poder Judiciário Na Espacialidade Sertaneja. (Senador Pompeu-Ce – 1901 A 1930).

Autor (a): Lucas Pereira de Oliveira

16-18h

Saber jurídico e políticas prisionais no Brasil: do Império à primeira República. Autor (a): Hugo Pessoa Cordeiro.

Os direitos sociais na República Velha: um diálogo entre Ruy Barbosa e Oliveira Vianna.

Autor (a): Igor Moreira Rodrigues.

História Social da pena de morte no Ceará (1830-1843).

Autor (a): Diego Gomes da Silva; co-autor (a): Maria Alexandra Moreira Ribeiro.

Razão técnica e cidadania mecânica nos anos 50: Análise do filme *12 homens e uma sentença*.

Autor (a): Daniel Camurça Correia.

SIMPÓSIO 10 - HISTÓRIA E GÊNERO: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DE PESQUISA

Ana Rita Fonteles Duarte (UFC); Elias Ferreira Veras (UFSC)

Local: Sala 07 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

“Uma revista bem moderna e bem cristã” – catolicismo, gênero e modernidade na revista *Maria* (1915-1965).

Autor (a): Maria Lucelia de Andrade

O papel da oralidade nos estudos de gênero: uma experiência de pesquisa

Autor (a): Maria Elcelane de Oliveira Linhares

Brasileiras em movimento: redes migratórias e rearticulações em relações familiares e de gênero

Autor (a): Elton Francisco

16-18h

Dicas e conselhos práticos para o lar para uma boa dona-de-casa, na segunda metade do século xx

Autor (a): Camila Parente da Costa

A casa e suas mulheres: o feminino retratado em gerações

Autor (a): Liliane Viana da Silva

Quinta-feira, 13/11

14-16h

A estratégia psicossocial na educação brasileira – uma leitura da disciplina de educação moral e cívica.

Autor (a): Brenna Lima Colaço

As representações do gênero feminino na obra o quinze, de Rachel de Queiroz: (des)caminhos

Autor (a): Edvânia Martins Lopes

16-18h

As paixões no cyber-espaço: a educação dos sentidos na era digital e as relações de sexo e gênero no mundo virtual

Autor (a): Vera da Costa e Silva Lima

Identidades masculinas em trânsito:

O uso de aplicativos de celulares para encontros homoeróticos

Autor (a): Rafael Araújo Saldanha

SIMPÓSIO 11 - HISTÓRIA E LITERATURA

Adelaide Gonçalves (UFC) e Irenísia Oliveira (UFC)

Local: Sala 02 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Entre a Literatura e a História – Lima Barreto: narrativas da pobreza nas primeiras décadas do Brasil República (1889-1922).

Autor (a): Marcos Renan Praciano da Silva

O subúrbio e o espaço social da vida cotidiana em Lima Barreto

Autor (a): José Wellington Dias Soares

Visões de um destino: as migrações ao território amazônico na literatura naturalista-cientificista (1899-1906)

Autor (a): Daniel Barreto Lopes

16-18h

“Um copo d’água e um palito...”: Habitus e práticas de sociabilidades nos quiosques e cafés de Fortaleza (1886 – 1920)

Autor (a): Paulo César Freire Sá

Modernidade, memória(s) e morte na poética de Augusto dos Anjos (1900-1920)

Autor (a): Danilo Linard e Régis Lopes Ramos

Uma leitura do legado da história: a metrópole de Caio Fernando Abreu

Autor (a): José Humberto Torres Filho

Os limites entre o real e o imaginário: a representação literária da ditadura militar na literatura brasileira contemporânea

Autor (a): Mariana Oliveira Martins

Quinta-feira, 13/11

14-16h

A História como chave da ironia em Eça de Queirós

Autor (a): José Carlos Siqueira

Terra sonâmbula e o vôo da distopia na história moçambicana

Autor (a): Sueli Saraiva

Historiografia ocidental e literatura africana: aproximações e distanciamentos

Autor (a): Marcela Magalhães de Paula

16-18h

Entre críticas e elogios: a recepção das obras literárias no meio letrado fortalezense (1890-1900)

Autor (a): Rafaela Gomes Lima

"Bibliotheca Social A Inovadora: educação libertária e leitura como prática emancipatória (1917-1927)"

Autor (a): Camila Queiroz Maciel

Ensinando a ser crente: autores e temas da revista Lições Bíblicas das Assembleias de Deus no Brasil (1930-1945)

Autor (a): Francisco Alexandre Gomes

A serviço da língua pátria: a escrita racheliana em O menino mágico

Autor (a): Gilberto Gilvan Souza Oliveira

Sexta-feira, 14/11

14-16h

Para além de Eva e Maria: representações idealizadas das mulheres na Idade Média

Autor (a): Lauryane Mayra L. Vasconcelos

“A divindade que é muitíssimo maior e superior a ti”: o enaltecimento do cristianismo na construção literária da Kristni Saga

Autor (a): José Lucas Cordeiro Fernandes

O justo e sacro; o ardente e cortês: os modelos cavaleirescos de Galaaz e Tristão na literatura romanesca medieval (séculos XIII-XIII)

Autor (a): Luan Lucas Araújo Morais

Das cantigas satíricas medievais e seus sujeitos: uma história social das experiências dos poetas pobres (jograis) ibéricos (séculos XI-XIII)

Autor (a): José Willem Carneiro Paiva

SIMPÓSIO 12 - HISTÓRIA E POLÍTICA, INTERFACES: CULTURA POLÍTICA NO CEARÁ DOS OITOCENTOS

Eylo Fagner Silva Rodrigues (UFC) e Reginaldo Alves de Araújo (UFC)

Local: Sala 09 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

“Dos Regimentos de Pretos, Pardos e Índios aos Batalhões de Cidadãos”: Aspectos de transformação da Cultura Política no Brasil Oitocentista.

Autor (a): José Ailton Ferreira da Costa Júnior

“A lei do cão”: a rebelião dos cerca-igrejas e o constitucionalismo luso de 1820 na Província do Ceará.

Autor (a): Reginaldo Alves de Araújo.

A arte de afirmar-se pelo não: pobreza e cidadania em fortaleza, 1884-1916.

Autor (a): Eylo Fagner Silva Rodrigues.

16-18h

As sotainas políticas e os projetos de nação no ceará oitocentista: os padres na construção do estado nacional brasileiro (1817-1842).

Autor (a): Cristina Fernandes Moreira Aguiar.

José de Alencar: teoria e cultura política.

Autor (a): Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas.

A confederação do equador através da imprensa do rio de janeiro de 1824: (re) pensando o separatismo nortista.

Autor (a): Francisco Weber Pinto Porfírio.

SIMPÓSIO 13 - HISTÓRIA, LUGARES DE MEMÓRIA E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC) e Ana Carla Sabino Fernandes (UFC)

Local: Sala 08 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

A cidade, o patrimônio e um museu.

Autor (a): Alex da Silva Farias

Programa nacional de museus: revitalizar para quê (m)?

Autor (a): Yazid Jorge Guimarães Costa

Museu histórico do ceará e a construção da memória em torno de general Tibúrcio como "herói cearense"

Autor (a): Karla Cristine Rodrigues

16-18h

Das reconstruções da memória: projetos de patrimonialização, discursos e práticas.

Autor (a): Aterlane Martins

Paisagem urbana e o conjunto histórico e arquitetônico da cidade de viçosa do ceará (1999-2012)

Autor (a): Monalisa Freitas Viana

Quinta-feira, 13/11

14-16h

O patrimônio histórico em fotografia: bahia e suas representações na década de 1940.

Autor (a): Lígia Conceição Santana

Coleções, patrimonialização e a construção do passado: a coleção Arthur Ramos

Autor (a): Maria Josiane Vieira

16-18h

Patrimonialização ou apropriação? O caso do acervo do gabinete de leitura viçosense

Autor (a): Jorge Luiz Ferreira Lima

Padre Cícero e devotos á partir das cartas e telegramas

Autor (a): Amanda Guimarães da Silva; co-autor (a): Jéssica Martins Guedes de Souza

O ensino primário nos grupos escolares de Limoeiro do Norte e tabuleiro do norte na década de 1950.

Sexta-feira, 14/11

14-16h

Da produção ao consumo. Um estudo da cultura material através da aquisição de mercadorias europeias de uso doméstico pelas elites aracatienses (1850 - 1890)

Autor (a): Ana Paula Gomes Bezerra

O turismo e a “valorização” da cultural popular no ceará (1970-1980)

Autor (a): Ana Amélia Rodrigues de Oliveira

Relações entre turismo e patrimonio cultural na região do cariri

Autor (a): José Italo Bezerra Viana

Mito, patrimônio e semióforo

Autor (a): Vagner Silva Ramos Filho

SIMPÓSIO 14 - HISTÓRIA, NATUREZA E CULTURA: NOVOS DESAFIOS PARA A HISTÓRIA.

Kênia Sousa Rios (UFC)

Local: Sala 10 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Produtos da terra: espaço e técnica nas Exposições Industriais (1861-1922).

Autor (a): Paulo César dos Santos

Tempo, Natureza e Técnica: a carnaúba e o cientificismo oitocentista

Autor (a): José Felipe Oliveira da Silva

Do humano ao monstruoso: natureza e cultura em Maurice Sendak

Autor (a): João Victor de Sousa Cavalcante

16-18h

Pecuária “semi-selvagem”: modernização técnica, natureza e tempo nas críticas científicas sobre os métodos de criação de gado no ceará na primeira metade do século XIX.

Autor (a): Alberto Rafael Ribeiro Mendes

Práticas “científicas” e percepções de tempo no cultivo de algodão no ceará do final dos oitocentos

Autor (a): Jônatas Jonas Silva dos Santos

Natureza e determinismos cientificistas no ceará em fins do século XIX

Autor (a): Jamily Marciano Fonseca

SIMPÓSIO 15 - HISTÓRIAS DE GENTES DOS RIOS E MARES

Berenice Abreu de Castro Neves (UECE) e Silvana Jeha (Pesquisadora residente da Fundação Biblioteca Nacional)

Local: Sala 12 do Bloco Didático – CH2

Quinta-feira, 13/11

14-16h

O rio jaguaribe entre o oral e o escrito: reflexões a partir da construção do açude orós. 1958 – 2004

Autor (a): Kamillo Karol Ribeiro e Silva

A pesca artesanal em ponta grossa – Icapuí (ce) nas últimas décadas

Autor (a): Tayná Moreira da Silva; co-autor (a): Raul Victor Vieira Ávila de Agrela

A bordo da jangada lima verde: águas desconhecidas, prisões e o encontro com o presidente Médici.

Autor (a): Jéssica Lilian Rodrigues Furtado

16-18h

Entre a terra e o mar: Cultura maruja nos séculos XIX e XX

Autor (a): Silvana Jeha

Caymmi : o cantor da “alma dos homens do mar”

Autor (a): Berenice Abreu de Castro Neves

SIMPÓSIO 16 - OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS NA HISTÓRIA DO BRASIL PÓS-1945: MEMÓRIA, COTIDIANO E PRÁTICAS URBANAS E RURAIS.

Wellington Sampaio da Silva (UFC); Assis Daniel Gomes (UFC)

Local: Sala 13 do Bloco Didático – CH2

Quinta-feira, 13/11

14-16h

A política de Guaraciaba do Norte-CE em tempos de ditadura (1963-1988)

Autor (a): Antonia Luanna Soares Ribeiro

Memória e trauma das vítimas testemunhas do regime militar em curtas metragens

Autor (a): Cristina Rodrigues Furtado

“A saga da eletrificação”: embates políticos em torno da eletrificação urbana do cariri cearense (1949-1972)

Autor (a): Assis Daniel Gomes

“Tempo da clandestinidade”: a política dos militantes do PC do B no cotidiano dos moradores do Araguaia (1966-1974)

Autor (a): Wellington Sampaio da Silva

16-18h

Sexta-feira, 14/11

14-16h

As práticas repressivas da dops-ce (delegacia de ordem e política social) e do SEI-CE (serviço estadual de informações) no ceará no tempo da ditadura civil- militar (1964-1985)

Autor (a): André Pinheiro de Souza

A terra da luz em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento (ceará, 1964-1985)

Autor (a): José Valdenir Rabelo Filho

Redemocratização e participação em Santana do Acaraú: o conselheiro e a “nova política” santanense (1989 – 1992)

Autor (a): Rafael Júnior dos Santos

Fontes para a história política de IPU-CE no período ditatorial (1964-1985)

Autor (a): Maria Regiane Gomes Barros

SIMPÓSIO 17 - ORIGENS E ANTECEDENTES DO GOLPE DE 1964: CULTURAS POLÍTICAS E PROJETOS DE PAÍS EM DISPUTA.

Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL- Campus Charqueadas)

Local: Sala 14 do Bloco Didático – CH2

Quinta-feira, 13/11

14-16h

A Igreja Católica e o combate ao comunismo em Sobral-CE (1941-1945)

Autor (a): Ricardo Luiz Martins

Notas sobre os comunistas em Sobral – CE nos anos de 1950-60

Autor (a): Edvanir Maia da Silveira

O projeto de Nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)

Autor (a): Cássio Silva Moreira

16-18h

“Movimento dos Sargentos” no Ceará em defesa da Democracia (1962-1965)

Autor (a): Flávio da Conceição

UDN e PSD: política partidária na Furna da Onça

Autor (a): Marylu Alves de Oliveira

Os primeiros anos 60 no Brasil: elementos de uma cultura política nacional-reformista

Autor (a): Charles Sidarta Machado Domingos

SIMPÓSIO 18 - PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DA SAÚDE E DA DOENÇA NA HISTÓRIA

Ana Karine Martins Garcia (UFC) e Frederico de Castro Neves (UFC)

Local: Sala 05 do Bloco Didático – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

O medo e a ação durante a epidemia de cólera no século XIX.

Autor (a): Dhenis Silva Maciel

“O médico dos lázaros”: discursos e práticas de Antônio Justa no combate à lepra (1928-1941)

Autor (a): Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro

O cemitério dos vivos: loucura e lucidez na experiência manicomial de Lima Barreto.

Autor (a): Adeliana Alves Barros

Saúde do trabalhador professor

Autor (a): Raquel Figueiredo Barretto

16-18h

“... Em contacto com a ralé de Fortaleza”: a representação dos corpos das areias em varíola e vacinação do ceará de Rodolfo Teófilo (1904)

Autor (a): Germana Nayara Lopes Lima

Revolta da vacina: representações e apropriações

Autor (a): Caio B.Barreira; co-autor (a): Natanael S. Barbosa

Curandeiros, Benzedeiras e Rezadores – memórias de indivíduos numa perspectiva Histórica, Jaguaruana-Ce.

Autor (a): Ronald Felipe Barreto de Sousa

Quinta-feira, 13/11

14-16h

“Do valor da vacina, como factor do progresso, engrandecimento de um povo”: a biopolítica na obra varíola e vacinação de Rodolfo Teófilo.

Autor (a): André Brayan Lima Correia

Notas sobre o exercício do poder pastoral na história da medicina ocidental moderna

Autor (a): Antonio Nelorracion Gonçalves Ferreira

Dietas, regimentos, regimes e resguardos.

Autor (a): Aline da Silva Medeiros

SIMPÓSIO 19 - RELAÇÕES DE PODER E SOCIEDADE NO CEARÁ COLONIAL (1650-1824)

Almir Leal de Oliveira (UFC) e Leonardo Cândido Rolim (USP)

Local: Sala do Mestrado em História – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Os trabalhadores do termo da Vila de Sobral no século XVIII (1773-1799)

Autor (a): Adriana dos Santos Oliveira

Medição e demarcação de terras no Siará Grande: conflito de poderes na atuação do desembargador Christóvão Soares Reimão (1703-1717)

Autor (a): Rafael Ricarte da Silva

16-18h

Para reduzir-se à prática o referido projeto”: a colonização dos “sertões do norte” no “Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí” (c. 1770 – c.1790)

Autor (a): Leonardo Cândido Rolim

A Junta Real da Fazenda e o Erário Régio no Primeiro Quartel do Século XIX: cultura econômica, administração fazendária e liberalismo no Ceará

Autor (a): João Eudes Alexandre de Sousa Júnior

Quinta-feira, 13/11

14-16h

As carnes secas do norte e as dinâmicas econômicas do Atlântico português setecentista

Autor (a): Gabriel Parente Nogueira

Casos de bigamia na capitania do Ceará Grande (1749-1778)

Autor (a): Adson Rodrigo Pinheiro

16-18h

Missões e o direito dos gentios: o padre Antônio Vieira na Ibiapaba, 1656

Autor (a): Almir Leal de Oliveira

SIMPÓSIO 20 - TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS NO BRASIL OITOCENTISTA: DIFERENÇAS E IDENTIDADES.

Jofre Teófilo Vieira (UFC) e Juliana Magalhães Linhares (UVA)

Local: Sala do Doutorado – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Forjando a liberdade: a lei do ventre livre e a criação da colônia agrícola de São Pedro de Alcântara para o trabalho e educação dos libertos das fazendas nacionais do Piauí. (1873-1880)

Autor (a): Francisca Raquel da Costa

Trabalhadores do sertão: relações de trabalho e mandonismo no sertão do Piauí 1874-1888.

Autor (a): Mônica Valéria Monteiro de Carvalho

“Fé na liberdade para destruir o monopólio do povo”: o processo abolicionista nas vilas de São Bernardo das Russas, Limoeiro e Morada Nova.

Autor (a): Wandressa Lima de Oliveira

SIMPÓSIO 21 - VIOLÊNCIA, CRIME E DISCURSOS

Walter de Carvalho Braga Júnior (UFC)

Local: Sala de grupos de estudos – CH2

Quarta-feira, 12/11

14-16h

Cidade e polícia: contatos e tensões na cidade de Fortaleza (1871-1891)

Autor (a): Patrícia Marciano de Assis.

Uma discussão metodológica: a polícia por entre as mensagens do governo e os processos-crime (1916-1933).

Autor (a): Francisco Adilson Lopes da Silva.

Enredos e tramas da criminalidade: São bernardo das Russas nos inquéritos policiais e processos-crime (1929-1935).

Autor (a): Francisca Fernanda dos Santos.

"Males para as famílias e para a sociedade": condutas transgressoras no discurso do O Nordeste.

Autor (a): Maria Adaiza Lima Gomes.

SIMPÓSIO 22 - DINÂMICAS IDENTITÁRIAS E ÉTNICAS.

Franck Ribard (UFC)

Local: Auditório da Pós-Graduação em História – CH2

Quarta-feira, 12/11
14-16h

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim: família, patrimônio e manifestações culturais (1899-1923).

Luciana Maria Pimentel Fernandes

Canções de cidadania: história e cidadania na sala de aula a partir de músicas de capoeira

Autor (a): Diego Bezerra Belfante; co-autor (a): Marcela Souza Santos

Entre charangas e organizadas: transformações nas torcidas de futebol em fortaleza (1965-1993)

Autor (a): Caio Lucas Moraes Pinheiro

Narradores do cariri: oralidade e reinvenção do passado

Autor (a): Pryscylla Cordeiro; co-autor (a): Sônia Meneses

16-18h

Usos do torém enquanto lugar de memória e espaço de formação e resistência no contexto da educação escolar diferenciada indígena tremembé de almofala.

Autor (a): Renata Lopes de Oliveira

Escritos escolares dos índios xacriabá

Autor (a): Raul Victor Vieira Ávila deAgrela

Escravas e forras na ribeira do acarau: família e sobrevivência nas imediações da vila do sobral (capitania do siará grande, 1750-1788)

Autor (a): Maria RakelAmancio Galdino

Quinta-feira, 13/11

14-16h

Etnicidade e resistência: construção de uma resposta às teorias raciais do século XIX por meio de jornais de 1888-1919

Autor (a): Douglas Lima Oliveira

Os povos árabes e o islã: um estudo sobre a liderança de Muhammad e sua concepção de família na Arábia medieval

Autor (a): Ana Eliziane Sabino

A tensão entre o novo e o velho na cozinha do terreiro de camdomblé do pai Cleudo Júnior.

Autor (a): Jéssica de Sousa Brito

ST 1. DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: HISTÓRIA E ARTE

Ana Luiza Rios Martins (UFPE)

**“A IMAGEM DE DEUS INVISÍVEL”:
A REPRESENTAÇÃO DE DEUS PAI NO OCIDENTE MEDIEVAL**

Leandro Domingues Maia¹
Danilo Bezerra de Lima²

Três pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo), mas um só Deus. Esse aparente paradoxo pode ter sido a chave para a assimilação do cristianismo pelo paganismo greco-romano, uma vez que este possuía, segundo Jacques Le Goff, uma tendência crescente a considerar que os diferentes deuses constituíam uma pessoa coletiva. Portanto, é pela porta do Império Romano que esse Deus oriental vai se firmar no ocidente, sendo uma das principais heranças deixadas para a sociedade medieval e moderna. A Igreja Católica, então, para reforçar a sua mensagem e alcançar até - e principalmente - a população analfabeta, passa a investir, especialmente durante o período Carolíngio, na produção de imagens e figuras que transmitam a sua catequese e os fundamentos de sua crença. É a partir desse processo que percebemos que o Deus cristão, diferente de Javé e Alá, começa a ser “antropomorfizado”, isto é, ganhar corpo e ser representado. Os objetivos do presente trabalho são, portanto, compreender esta sociedade medieval em formação, a apropriação da religião cristã em sua realidade e analisar as artes como forma de representação imagética da “antropomorfização” de Deus Pai no ocidente medieval. A pesquisa detém-se na imagem de Deus Pai porque, dentre as três pessoas da Trindade, Jesus (o Deus Filho) já possuía uma figura humana e o Deus Espírito Santo possuía diversas representações visíveis citadas na Bíblia, livro sagrado do cristianismo; a figura de Deus Pai, contudo, não era conhecida pela cultura escrita cristã. Quanto às fontes, sabemos que as pesquisas feitas sobre o medievo possuem certa dificuldade, porém, como este trabalho é feito a partir da análise imagética, utilizando o diálogo da História com a Arte, é possível utilizar-se de diversos meios para encontrar fontes que apoiam a pesquisa. Assim, esta detém-se na

¹ Autor. Aluno graduando da Universidade Federal do Ceará. E-mail para contato: leandroomaia@hotmail.com

² Coautor. Aluno graduando da Universidade Federal do Ceará. E-mail para contato: danilo.bezerradelima@yahoo.com.br

análise de quadros e obras de arte produzidas dentro do recorte temporal do século IV, período do Concílio de Nicéia, até o século XIII. Então, apoiando-se em trabalhos como os de Jacques Le Goff e Umberto Eco, bem como trabalhos sobre a arte na Idade Média, esta pesquisa mostra que para representar sua maior divindade, o Deus uno e trino, a Igreja Católica precisou definir um corpo para a figura de Deus Pai, aproximando-o da população e trazendo-a para dentro de sua comunidade cristã. Concluímos, desta forma, que o Deus que antes era oculto, passa a mostrar, gradativamente, o seu corpo, até o momento em que se revela por inteiro como majestade, colocando, assim, ordem na sociedade medieval em formação.

A HISTÓRIA VISTA DE UM PROJETO: O CINEMA COMO UM OBJETO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

João Joel de Oliveira Neto ³

O presente trabalho pretende versar sobre a questão de dois filmes (*A Lista de Schindler*, EUA, 1993 / *Vá e Veja*, URSS, 1985) enquanto objetos de compreensão da 2ª Guerra Mundial, visando problematizar e questionar os elementos históricos inseridos dentro desses dois filmes. Elementos esses que estão envoltos em um manto ideológico, estando propensos a manipulações. O trabalho também discute principalmente acerca dos silêncios que são encontrados nos dois filmes a serem analisados. Buscando indagar o porquê destes silêncios e levantando problemas que podem acarretar em estereótipos na compreensão do período estudado (2ª Guerra Mundial). Sendo assim, o trabalho irá identificar alguns silêncios, como por exemplo, o filme *A Lista de Schindler* não mostra a tortura e a dor do holocausto nas outras minorias (Testemunhas de Jeová, Homossexuais, Ciganos e etc.), entendendo isso, objetiva-se trazer os silêncios à tona e problematizá-los à luz da Historiografia. O cinema ocupa um importante lugar para a compreensão de muitos acontecimentos históricos do século XX, e quando se fala em Segunda Guerra Mundial, esse *status* do cinema aumenta ainda mais. Partindo desse pressuposto, vê-se necessário o estudo e a problematização de algumas obras cinematográficas que estão presentes em várias discussões sobre 2ª guerra, principalmente o Holocausto. Os filmes são *A Lista de Schindler* e *Vá e Veja*, obras distintas, de países diferentes, anos diferentes, mas que carregam um ponto em comum, o ataque à sensibilidade humana com o fim de transmitir suas ideias sobre o Holocausto. E esse fator foi decisivo na escolha dos dois filmes, o sentimentalismo expresso no filme, a forma como os dois são recebidos por nós, e por que um se tornou um grande sucesso e o outro permaneceu no “anonimato” durante muito tempo. É instigante pensarmos o comportamento desses dois filmes, por que um é conhecido – estando entre os principais a serem citados quando se fala em holocausto – (*A Lista de Schindler*) e por que outro, que em termos de qualidade é pouco conhecido (*Vá e veja*). É de suma importância promover a dessacralização de alguns filmes, entendê-los e problematizá-los é mister para compreender a *intenção* do filme. É preocupante a sacralização de filmes no campo histórico, mesmo os filmes de qualidade possuem uma ideologia, carregam em suas entrelinhas várias intenções, e percebê-las é o primeiro passo para se obter uma percepção crítica da obra fílmica. Pensar os silêncios encontrados nos filmes é um fator que deve ser lembrado, e praticado, pois é importantíssimo termos a consciência de que trazer esses silêncios é a priori, uma tarefa obrigatória na compreensão e no uso dos filmes para fins de estudo histórico, o problema reside basicamente em deixar

³ João Joel de Oliveira Neto é cursa o 6º período em licenciatura em história pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), com ênfase nos estudos da relação entre cinema e história.

o filme falar por si mesmo, e isso deve ser combatido, pensar e tentar solucionar os problemas que derivam dessa condição é a preocupação e a tarefa central desse trabalho.

CALABAR – ELOGIO AO SILENCIO

Washington Mota Menezes

O presente trabalho é resultado de nossa pesquisa de Mestrado "As máscaras enunciativas do discurso dramático-musical de Chico Buarque" (UFC, 2005), na qual estudamos as várias relações discursivas entre o teatro e a canção em quatro peças do autor carioca: Roda Viva (1967/8), Calabar (1973), Gota d'Água (1975) e Ópera do Malandro (1978). Analisando a prática literomusical brasileira, percebemos, em vários momentos, sua aproximação da atividade dramática. Em nosso estudo, tentamos compreender em que medida a prática cancional se articula com a prática teatral, isto é, pretendemos observar como os constrangimentos próprios de cada prática condicionam-se mutuamente e refiguram sua manifestação discursiva. Importa-nos entender que a junção das práticas teatral e cancionista faz surgir uma "terceira" manifestação enunciativa, que aqui denominamos discurso dramático-musical. No Brasil, entendemos esse investimento eminentemente intersemiótico como sendo resultante da pretensão constituinte do discurso literomusical, aliada à multiplicidade enunciativa e à força performativa próprias da prática teatral. O presente artigo investiga os investimentos artísticos e autorais de Chico Buarque e Ruy Guerra na obra dramático-musical "Calabar – O elogio da traição". O processo envolvendo a produção da peça sofreu um daqueles embargos tão comuns na época da ditadura militar no Brasil – a censura – tendo o espetáculo sido encenado somente após o início da abertura política. O texto conta as desventuras de Calabar, personagem histórico da colonização de Pernambuco, que foi morto quando "entregou" os portugueses aos holandeses. A peça revive um dos mais polêmicos episódios da nossa História, quando o Brasil pertencia à Coroa Espanhola – sendo, portanto, a colônia de uma colônia – e suscita a pergunta que dá mote ao texto: o que é trair? Nosso objetivo é analisar como se dá o embate polêmico entre os posicionamentos dos autores e a política de silenciamento da Censura durante a ditadura militar no Brasil. Para tanto, nos baseamos em alguns conceitos da corrente francesa da Análise do Discurso, principalmente as noções de posicionamento e paratopia (Mangueneau, 2001; 2006), princípio de autoria (Chartier, 1999; Foucault, 1970/2002), silêncio (Orlandi, 2002) e carnavalização (Bakhtin, 1999). Os jogos de silenciamento e desaparecimento da linguagem geram imagens épicas através da utilização da canção e do discurso agonístico das personagens. Respondendo ao Silêncio Oficial, os autores driblam as imposições, deslocam os sentidos e constroem novas significações estéticas e ideológicas que nos fazem compreender diferentemente a memória histórica.

TRAJETÓRIA E MEMÓRIA: A INSERÇÃO DE ARTISTAS CEARENSES NA MPB DA DÉCADA DE 1970.

Bruno Rodrigues Costa⁴

O cenário de efervescência da produção cultural, com transformações em diversas expressões artísticas, e o contexto político de recrudescimento da repressão, com o advento do regime militar, se constituíram enquanto ricos mosaicos para vivências nas décadas de 1960 e 1970. No Ceará, assim como no resto do Brasil, uma geração de jovens artistas, militantes e boêmios engajaram-se na produção cultural, com participações nos festivais

⁴Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará e mestrando em História e Culturas pela mesma universidade, com bolsa da FUNCAP. É ligado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas – DÍCTIS. Email para contato: brunocosta616@gmail.com

musicais e nos programas de televisão. O destaque no cenário local gerou oportunidades para uma série de cantores e compositores cearenses de inserção na indústria da música. Dentre eles, Antônio Carlos Belchior conseguiu se sobressair, assinou contratos com gravadoras, lançou álbuns e se tornou um dos principais artistas da MPB na década de 1970. Sua trajetória é síntese do processo de inserção dos músicos cearenses no mercado fonográfico desse período, marcado pela reconfiguração do cenário nacional da MPB, no qual novos artistas e novas musicalidades buscavam construir e conquistar espaços. A articulação entre sujeitos a partir de práticas no mesmo sentido: o uso dos festivais musicais para projeção de suas obras, a apropriação de plataformas midiáticas como o rádio e os programas televisivos, e, principalmente, a ida à região sudeste do país para buscar a profissionalização no mercado fonográfico, demonstram a vivência desses sujeitos em torno de uma cultura jovem que foi construída pelos mesmos e que forjou as trajetórias de cada um deles dentro da dinâmica da indústria fonográfica. Através de uma análise em escala reduzida do processo de profissionalização dos artistas cearenses no meio musical, se torna possível aprofundar uma compreensão sobre sujeitos e processos que impulsionaram mudanças no cenário nacional da Música Popular Brasileira na transição da década de 1960 para 1970. E a partir do trabalho com a memória e a oralidade dos que conviveram com Belchior nesse período se torna possível produzir uma narrativa sobre sua trajetória onde se compreenda a relação dos músicos cearenses com a indústria fonográfica da época.

HISTÓRIA E ARTE JUNTAS NA SALA DE AULA

Damaryz Rodrigues Cavalcante¹

Bárbara Barbosa Guimarães Lima²

A interdisciplinaridade é uma maneira de ligar uma determinada área do conhecimento à outra área distinta para aprofundar o conhecimento e tornar mais empolgante para os alunos o assunto abordado. Sendo capaz de mudar a perspectiva sobre um determinado tema. Esse trabalho visa mostrar a interdisciplinaridade entre o ensino da História e a Arte e como os dois juntos podem dar mais dinâmica à aula. Uma pintura pode mostrar muito sobre um momento histórico ajudando o professor a mostrar sobre outra perspectiva o assunto da aula. Esse fato vai possibilitar ao aluno ver com um pouco mais de clareza o que o professor está ensinando, uma imagem é capaz de despertar a curiosidade dos alunos. A pintura é uma grande aliada da História, pois há quadros que retratam vários momentos históricos e sobre diversos ângulos diferentes. Os quadros são sempre muito bonitos e ricos em detalhes, capazes de capturar a essência do momento. Assuntos como o Renascimento tornam-se totalmente apaixonantes quando são usadas pinturas para mostrar o que acontecia naquele momento histórico. Mostrar pinturas como a Mona Lisa de Leonardo da Vinci e as pinturas de Michelangelo fazem os alunos enxergarem a beleza da História que ela muda e como ela também muda a pintura, a escultura e elas são capazes de contar uma história. A união dessas duas disciplinas torna a aula mais interessante e ajuda ao professor a ter uma maior fluidez em suas aulas. Deixado um pouco de lado aquela monotonia que pode ser uma aula de História. Desse modo a interdisciplinaridade é uma aliada na hora de fazer uma aula diferente, mais empolgante. As áreas de conhecimento estão cada vez mais ligadas e sabendo usá-las tem-se uma grande ferramenta na hora de dar aula. Através do livro *A História da Arte* de E.H. Gombrich, que conta a história da arte começando com a Pré-História e as pinturas rupestres e continua até o Modernismo. Esse livro mostra belíssimas pinturas e esculturas capazes de cada uma delas retratarem seu momento histórico, muito delas carregadas de intencionalidade. Quando olhamos uma pintura mil coisas nos vem à cabeça inevitavelmente, o nosso sentido visão é aguçado e levado há outro nível independentemente de gostarmos ou não do que vemos, por isso é tão importante juntarmos essas duas áreas uma vai enriquecer mais a outra tornando a aprendizagem mais prazerosa.

NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS: O CEARÁ NA FRANÇA EM 1908. ÁLBUM DE VISTAS DO ESTADO DO CEARÁ.

José Maria Almeida Neto⁵

Thiago Eloi⁶

Este trabalho traça relações entre a fotografia e narrativa, fotografia e cidade. Considera os álbuns fotográficos enquanto coleção que apresenta uma determinada linha narrativa. Um texto visual não com a junção de palavras, mas imagens. Configurado pelo ordenamento das imagens fotográficas no seu interior. A partir da leitura visual de um álbum de vistas do Estado do Ceará impresso na França em 1908, propõe-se uma metodologia de abordagem dos álbuns e imagens fotográficas que busca tecer uma narrativa inserido um sentido preciso, procurando dar e ver a cidade/ Estado com feições modernas. O álbum de vistas do Ceará foi publicado a partir de uma iniciativa da firma Boris Frères e cia, a mais poderosa das firmas estrangeiras do estado, editado pela mesma e impresso em Nice, na França. São mais de 150 fotografias reunidas que apresentam uma Fortaleza bela, desenvolvida e um desejo bem claro de divulgação de uma cidade que era, na leitura capitalista, um grande mercado urbano a ser explorado. O álbum trazia uma seleção de fotos que atestam o seu aformoseamento e progresso no início do século XX, como jardins urbanos, praças remodeladas, estabelecimentos comerciais, praias, cafés, mas não somente a capital do Ceará. No álbum é possível encontrar vistas dos interiores como Quixadá, Quixeramobim, Baturité dentre outros, porém nessas fotografias, o que predominam são as inovações técnicas e não os sujeitos, o trem, a estrada de ferro e as pontes metálicas, construídos e introduzidos no recém-iniciado século ganham destaques. O álbum fotográfico ao selecionar e reunir determinadas imagens fotográficas remete à coleção e à narrativa, ambas ligadas à memória. Desta forma ao recorrer a fotografia, analisamos também textos, os de memorialistas em crônicas da cidade, escritos historiográfico sobre o período, que doam um sentido e um significado ao percurso instaurado no álbum. Essa continuidade ganha sentido ao ter na construção da narrativa um lócus privilegiado da tessitura do espaço urbano, elemento visual preponderante na imagem fotográfica. A partir dessa fonte/ objeto pretende-se refletir sobre como a cidade de Fortaleza era construída material e socialmente a partir da fotografia no começo do século XX.

JUAZEIRO SEM PADRE CÍCERO: UMA CIDADE EM RUÍNAS?

Amanda Teixeira da Silva⁷

Esta pesquisa nasce do desejo de investigar a cidade de Juazeiro do Norte no momento posterior à morte de Padre Cícero e analisar os diferentes discursos literários produzidos sobre a localidade antes, durante e depois desse período. É interessante notar que numerosas obras sobre Juazeiro se encerram em 1934, ano em que Padre Cícero deu seu último suspiro. Os estudos mais recentes costumam acrescentar a esse quadro uma análise da cidade e das romarias na atualidade. Pouca atenção vem sendo dada, no entanto, ao momento de incertezas iniciado após a morte do Padrinho. Padre Cícero morre em 1934.

⁵Graduado em História (UFC). Mestrando em História Social/ PPGHS-UFC. Bolsista Funcap. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa História e Documento: reflexões sobre fontes históricas. Contato: neto.almeida88@yahoo.com.br

⁶Graduando em História (UFC) no sétimo semestre. Bolsista do Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE). Contato: thiagoeloi12@gmail.com

⁷Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista CAPES. E-mail para contato: tsilva.amanda@gmail.com

Começam,então,as especulações.A cidade ainda cresceria após sua morte ou enfrentaria um momento de estagnação? Oculto à personalidade do Padre permaneceria por muito tempo ou se extinguiria com sua morte? Como passariam a viver os seguidores protegidos por ele até aquele momento? Juazeiro seria tomada por cangaceiros, ladrões e assassinos? O temor do abandono da cidade pode ser percebido em diversos relatos. O presente trabalho toma como fonte prioritária o caderno de memórias de Agostinho Balmes Odísio, escultor italiano que viveu em Juazeiro do Norte entre 1934 e 1940. Os escritos de Odísio se configuram como um gênero híbrido de diário, caderno de memórias, obra literária e estudo histórico. Seu texto aborda temas como a seca, a fome, as condições de habitação dos juazeirenses, a arquitetura, o cenário urbano e o abastecimento de água. Elenca ofícios que sustentavam os homens simples e esclarece aspectos referentes à alimentação popular. Conduz um passeio pela feira semanal e critica as condições de higiene da cidade. Apresenta as possíveis diferenças entre Juazeiro e Canudos. Lembra os problemas do analfabetismo, da dificuldade de acesso a hospitais e descreve muitos elementos da fervorosa religiosidade popular. Odísio ainda se debruça sobre a condição feminina, o trabalho infantil, as peculiaridades políticas da cidade e a miséria de sua população. Esta pesquisa parte da hipótese de que Agostinho Odísio engendrou uma nova prática memorialística. As marcas dessa ruptura são o cuidado em descrever o dia a dia da cidade e, especialmente, o fato de não ter se detido nos “grandes personagens” de Juazeiro do Norte (Padre Cícero, Beata Maria de Araújo, Floro Bartolomeu), mas sim nos homens e mulheres simples e em seus hábitos e costumes. Ele se preocupa com aquilo que Agnes Heller define como a *vida cotidiana*. Odísio traz no caderno de memórias sua experiência, mas também “causos”,anedotas,histórias que ouviu falar e personagens ilustres e anônimos que são corriqueiros em sua oficina e nas ruas.

ESTRADA PARA YTHACA: A AMIZADE NO CINEMA CEARENSE⁸

Antônio Elionardo Da Silva Saraiva⁹

Este trabalho pretende analisar o filme Estrada para Ythaca realizado em 2010 pelos Irmãos Pretti (Ricardo e Luiz) e Primos Parente (Guto Parente e Pedro Diógenes), e produzido pelo coletivo e produtora cinematográfica Alumbramento Filmes situado em Fortaleza, Ceará. No filme, quatro amigos viajam rumo a Ythaca, um lugar desconhecido, em busca de outro amigoque não está mais presente. Refletiremos a partir da ética da amizade em Michel Foucault, uma existência coletiva que também é estética ao fugir das formas individualizadas historicamente submetidas ao modo de produção cinematográfica. Com isso, pensaremos como o filme reflete o que Francisco Ortega conceituou como uma política da amizade, ou seja, uma nova forma de pensamento que possa surgir das relações de amizade, sem qualquer tipo de dominação. De forma independente, e sem se acomodar em aguardar os escassos investimentos do Estado, o coletivo acredita na amizade e no amor pelo cinema para a produção dos seus filmes. Não tomaremos o filme Estrada Para Ythaca apenas como documento histórico, pois entendemos que o cinema exige um olhar mais atento por parte do historiador, não fazendo do filme apenas um registro que representa o passado, intacto e sem movimento, mas como uma fonte que se encontra em redes de apropriações, como uma *partilha do sensível*, a qual conceituou Jacques Rancière. Para isso, nos apropriaremos também da leitura de periódicos e *sites* direcionados a críticas e entrevistas sobre o filme. Dialogaremos também com a História do Tempo Presente, por

⁸Resumo para o Simpósio Temático: Diálogos Interdisciplinares: história e arte.

⁹Aluno do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará.

entender que o filme foi produzido recentemente, mas para além da distância cronológica, estamos imersos nessa relação tênue entre o tempo historiográfico e o tempo de produção do filme, o que exige deste trabalho uma postura com a construção do presente a partir de uma cartografia que perceba o movimento de sensibilidades coletivas, sem posições representáveis e hierarquicamente condicionadas como fixas, mas em devir. Vemo-nos na urgência de ver no atual cinema contemporâneo do coletivo Alumbramento, não apenas uma representação do nosso tempo, mas uma nova forma de buscar, através da amizade, uma atuação política feita coletivamente dentro das suas articulações. Dessa forma, não afirmaremos apenas que a História do Tempo Presente se faz no calor do tempo presente, mas de sensações desse tempo, tentando compreender com um pouco de distanciamento, os aspectos que contribuem para uma ética e uma política da amizade no filme Estrada para Ythaca.

A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO EM SALA DE AULA

Sávvyo Enrico Rodrigues Alves¹⁰;
Danielle Rodrigues¹¹.

A utilização de músicas em sala de aula ainda é um tabu por parte de alguns professores de História. Tendo em vista que a própria discussão sobre música-história é recente, no entantonos últimos anos esse quadro tem mudado, vários trabalhos que utilizam fontes sonoras tem brotado nas universidades brasileiras. Se partirmos do pressuposto de que o metiê do profissional da História não se reflete apenas na pesquisa, mas também na capacidade de tornar suas reflexões inteligíveis através do ensino de História, podemos começar a pensar sobre a utilização da música em sala de aula. Entretanto essa prática encontra resistência e os motivos para essa aversão são diversos e variam de problemas na estrutura precária escolar até a falta de preparação e motivação por parte dos docentes em utilizar esses outros meios para se pensar a história. É interessante perceber que a música é feita com uma intencionalidade distinta, em outras palavras, quando uma letra é composta ela está repleta de valores, sejam eles econômicos ou ideológicos, ou seja, a música é construída através dos diversos extratos sociais com o intuito de atendê-los. Vendo isso podemos ter a dimensão da dificuldade de se trabalhar a música em sala de aula, pois sabemos que mesmo o Historiador usando-a como material didático ou fonte histórica ela não tem essencialmente essa dimensão. E isso requer do profissional uma preparação que muitas vezes ele não tem.

HISTÓRIA E DANÇA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO DOS CÓCOS COMO PRÁTICAS DAS CULTURAS POPULARES

Camila Mota Farias*

10 Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor temporário do Estado do Ceará. E-mail: savyo.enrico@hotmail.com

11 Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: danirodrigues92@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo discutir a produção de conhecimento a partir de uma dança popular, o Coco, relacionando a experiência subjetiva da pesquisadora com reflexões teórico-metodológicas. Entendemos a cultura, ou as culturas, como as teias de significados tecidas e transmitidas pelos homens a partir de suas interações com a natureza e a sociedade (GEERTZ, 1989). Como construção social as culturas são produzidas no cotidiano dos sujeitos, em tessituras de tensões e de conflitos, as culturas são híbridas e dinâmicas, estão em movimento (BHABHA, 2003). As práticas culturais populares realizadas no cotidiano de sujeitos socialmente e historicamente marginalizados ganham sentidos e realidades próprias em contextos específicos, não são isoladas e homogêneas, estabelecem diálogos com as culturas “letradas” e de “massas” (MARTÍN-BARBEIRO, 1997). Assim, compreendemos o Coco como uma prática das culturas populares brasileiras que pode ser encontrada no litoral e no sertão nordestino. Seus estudiosos afirmam a sua origem afro-indígena e acreditam que a introdução dessa manifestação no Nordeste brasileiro se deu através dos escravos africanos que catavam e quebravam coco em um ritmo de trabalho no qual emergiu a música (CASCUDO, 1980; ANDRADE, 2002). Nesta pesquisa estudaremos os Cocos dançados. Nestes identificamos a presença de elementos indígenas, os movimentos em roda e a estrutura poético-musical, e de elementos das culturas negras, os instrumentos de percussão, o ritmo e o canto com estrofes, normalmente, improvisadas e refrão fixo. Os Cocos articulam várias linguagens que precisam ser compreendidas de forma entrelaçada – música, dança e poesia. Inicialmente trabalhamos com o Coco de Praia da Comunidade de Balbino e atualmente com o Coco de Sertão do Cariri, ambas localidades no Estado do Ceará. Propomos uma abordagem que parte da história, mas se constitui da transdisciplinariedade ao dialogar com teorias e métodos da antropologia, da linguística e das artes. Tal opção metodológica se deu a partir do lugar social da pesquisadora (CERTEAU, 1982). Compreendendo a música como produtora de saberes, de sensibilidades e de relações (NAPOLITANO, 2006), trabalhamos com as metodologias da história oral e da etnografia, assim como a escuta sensível no tratamento das músicas (MORAIS, 2008). Utilizamos, assim, como fontes: memórias e músicas para compreender grupos e comunidades em suas invenções, pois identificamos que ao cantarem os(as) coquistas expressam e revelam aspectos de suas vidas, sejam crenças, práticas, ou ideias. A prática investigativa tem desafiado a entrada em campo por meio da formação de uma rede de contatos para aproximação com os sujeitos pesquisados e a apreensão e articulação dos elementos musicais constituintes dos Cocos relacionados a cada contexto específico, mesclando elementos da vida local com a criatividade dos mestres(as).

A HISTÓRIA DA PRAÇA EM IMAGENS: UMA ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS DA PRAÇA DO FERREIRA E SUA IMPORTÂNCIA NAS TRANSFORMAÇÕES DE FORTALEZA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Thiago Eloi Bahia¹²

Este trabalho se propõe a analisar as fotografias da Praça do Ferreira da primeira metade do século XX e perceber, levando em consideração que a fotografia possui uma extraordinária capacidade imagética de informação, como ela foi importante para a cidade de Fortaleza no período proposto. A partir da leitura visual das fotografias da praça e de seu entorno, é um objetivo deste trabalho apurar o nosso olhar para três aspectos: como atuava o comércio no entorno da praça; quem era retratado nas fotografias e assim ter uma ideia de quais os grupos sociais que frequentavam o local e, por fim, perceber as mudanças no

* Mestranda do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará (MAHIS/UECE) com bolsa CAPES, graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas (DICTIS).

¹² Graduando em História (UFC) no sétimo semestre. Bolsista do Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE). Contato: thiagoeloi12@gmail.com

aspecto físico da praça durante o período em análise. A Praça do Ferreira tem seu nome em referência à Antônio Rodrigues Ferreira (boticário Ferreira) que em 1842, exercendo a presidência da câmara municipal, ordenou a construção da praça que se chamaria Praça Pedro II, mas que ficou mais conhecida como Feira Nova. A praça passou por várias mudanças na sua nomenclatura até chegar ao atual, além de empreendimentos e grandes eventos da sociedade e da cultura fortalezense que aglutinaram-se na praça que hoje é considerada “Coração da Cidade” pela população e Marco Histórico e Patrimonial de Fortaleza pela lei municipal 8.605 de 20 de dezembro de 2001. Até o fim da primeira metade do século XX, quando Fortaleza vai passar por uma expansão urbana e criação de outros polos de desenvolvimento, a Praça do Ferreira era o centro dos principais acontecimentos na cidade. Todas as fotografias são oriundas dos arquivos do Museu da Imagem e do Som (MIS) de Fortaleza, totalizando 75 fotos da Praça do Ferreira de 1900 até o final da década de 1950. Para uma maior compreensão da importância da praça na história da cidade no início do século XX, foi feito uma análise também de textos de memorialistas em crônicas da cidade e escritos historiográficos sobre o período, além de artigos e textos que buscam explicar o lugar da fotografia nas pesquisas de História e como obter o maior proveito possível das suas informações, acreditando que fotografar é eternizar o momentâneo, documentar episódios e fatos contemporâneos, cristalizar os mais variados acontecimento e que a leitura das imagens ocorrem sempre do presente em direção ao passado.

EU QUERO VER SEU CORPO LINDO, LEVE E SOLTO. A SONORIDADE DISCO MUSIC E SUAS RELAÇÕES COM O CONSUMO ATRAVÉS DA ATUAÇÃO MUSICAL DAS FRENÉTICAS (1977-1978).

Stênio Ronald Mattos Rodrigues¹³

Buscamos, por meio deste trabalho, problematizar o impacto cultural vivido no Brasil com As *Frenéticas*, grupo musical feminino composto por seis mulheres que atuaram no campo artístico e que alcançou grande êxito no mercado fonográfico na segunda metade do decênio de 1970. Contextualizando o momento, constatamos que a febre do gênero musical *disco music* (também definido como *discoteca* ou *discoteque*) havia chegado ao país. Gênero musical dançante tão em voga nos Estados Unidos, logo foi introduzido ao Brasil, transformando significativamente o mercado fonográfico, tornando-se assim a tendência musical da vez, o que possibilitou um negócio rentável para diversos setores, principalmente para a indústria fonográfica no Brasil, fomentando, dessa forma, o ciclo mercadológico da música, característica básica desse setor. Deste modo, problematizaremos o impacto que o grupo, por meio da popularização do gênero musical *disco music*, causou no país por meio da moda, bem como sobre o mercado de discos e outros setores industriais que foram amplamente beneficiados após o surgimento do referido gênero que se popularizou por diversos meios midiáticos, tais como a televisão, as trilhas sonoras de telenovela e assim por diante. Buscamos, pois, um referencial teórico da História Cultural, especificamente através da historiografia sobre História e Música. Metodologicamente, enfatizaremos através de suas experiências registradas nos periódicos, livro de memória e imagens por nós coletados a contribuição que estas tiveram, através da publicização de suas imagens perante o público consumidor de seus trabalhos fonográficos, para com os meios de produção e circulação de produtos diversos destinados ao consumo em massa. Nesse aspecto, partimos da análise e compreensão de seus trabalhos enquanto experiências musicais resultantes de suas vivências, onde a atuação no ambiente de discoteca permeou o processo de formulação sequente de seus trabalhos e impactou significativamente a

¹³ Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, atualmente cursando a pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú – UVA. E-mail: stenioronald@hotmail.com

sociedade brasileira e a sua relação com o consumo ligado ao fenômeno do *disco music* na segunda metade da década de 1970.

DA VIOLA À GUITARRA ELÉTRICA: INSTRUMENTOS DA MODA NA TRAJETÓRIA MUSICAL BRASILEIRA.

José Fernando Saroba Monteiro¹⁴

Através de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de fontes diversas, valorizando o conceito de documento reconhecido pela “revolução documental”, contemplando o mais amplo material do qual se disponha, sejam: *escritos*; *gravações de áudio*; *gravações audiovisuais*; ou *iconografias*, pretende-se aqui compreender, e aqui se faz objeto, a trajetória da interação entre a música praticada no Brasil e os instrumentos musicais utilizados para sua execução, privilegiando aqueles instrumentos que contaram com uma maior aceitação popular, seja por músicos profissionais, seja por diletantes, envolvendo o aprendizado regular, ou simplesmente a tendência de um determinado período (*zeitgeist*). A fundamentação teórica que mantém nossa argumentação se encontra na historiografia musical brasileira que, dentro de uma perspectiva evolutiva da Música Popular Brasileira, sempre associa um instrumento musical, aos gêneros musicais que se encontram em voga, é o caso da modinha com a viola, do maxixe com o piano, do choro e do samba com o pandeiro, do baião com a sanfona, da bossa-nova e da MPB com o violão e do rock com a guitarra elétrica. Torna-se, deste modo, indispensável o conhecimento dos instrumentos utilizados para a execução dos diferentes gêneros, para enfim, compreendermos a própria musicalidade brasileira e as formas como se desenvolveu ao longo de sua história. Pretendemos, portanto, apontar como ocorreu na trajetória musical brasileira, a assimilação de um instrumento específico para cada gênero musical que se destacou e ganhou o gosto popular, demonstrando ainda que alguns destes instrumentos chegaram mesmo a se tornar marcas dos gêneros que acompanham e/ou ainda mais do que isso, tornaram-se símbolos e representantes de uma identidade nacional brasileira, em outras palavras, sinônimo de ‘brasilidade’.

BRASIL PANDEIRO: CRIAÇÃO MUSICAL, INFLUÊNCIAS DO JAZZ E TENSÕES SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO.

Lucas Assis.¹⁵

Esta pesquisa tem por intenção investigar as experiências musicais no Brasil e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, como práticas sociais num processo de tentativas de delimitação do que seria uma “música séria”, uma música brasileira e uma música europeia/estrangeira nas décadas de 1920 a 1950. Apreender aquele que, não de modo unívoco ou monolítico, escuta, que dança ou escreve algo a respeito do “Brasil sonoro”. Pensaremos, pois, como se dá a constituição de um discurso em torno da construção de um *caráter nacional* (no caso específico, de uma música erudita baseada no folclore brasileiro e da “subtração” dos estrangeirismos), ancorado em escritos como o do folclorista Mário de Andrade e de Renato

¹⁴ Mestrando em História do Império Português [e-learning] pela Universidade Nova de Lisboa, Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem pela Universidade Federal do Ceará, Licenciando em Música pela Universidade Federal do Ceará e Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco. Participou dos grupos de estudos História e Imagem, TVez e Discuta, todos pela Universidade Federal do Ceará. E-mail para contato: jfmonteiro@hotmail.com.

¹⁵ Mestrando em História Social – Universidade Federal do Ceará
e-mail: lucasassis1@yahoo.com.br

Almeida e de sujeitos como Vasco Mariz, Luiz Heitor Correa de Azevedo e Eurico Nogueira França que também se empenharam na escrita da história da música no Brasil. Relativo à inserção do jazz no período nos deteremos às críticas especializadas, a questão do rádio e do disco como veículos “impuros” e à produção do maestro, arranjador e compositor Radamés Gnattali que estaria dividida, segundo alguns críticos e musicólogos como Vasco Mariz e Luiz Heitor, entre a música séria e a música comercial. Esta estaria intimamente relacionada ao trabalho nas rádios como a Rádio Nacional, nas orquestrações e na “degradante” influência do jazz. Pretendemos, portanto, perceber como se dá a criação musical neste período e as delimitações como popular, erudito e folclórico que a envolvem. Através do cotejamento entre os acervos musicais, os periódicos (jornais como *Correio da Manhã* e *Ultima Hora* e a *Revista da Música Popular* editada por Lúcio Rangel), os livros publicados no período e a bibliografia que possíeis respostas para os questionamentos e as ideias aqui propostos. Em relação aos estudos acadêmicos, a pesquisa almeja dialogar com os trabalhos do Prof. Arnaldo Contier, sobre as tensões entre nacionalismo e vanguarda; do Prof. José Miguel Wisnik, as observações concernentes às visões modernistas sobre música e canção e do Prof. Roberto Schwarz a atenção desperta para as tendências de definir o nacional por subtração, ou seja, detectando o que fosse considerado como estrangeiro, pastiche ou cópia/imitação.

UMA CONSTRUÇÃO DO PASSADO-PRESENTE ATRAVÉS DO CINEMA: O FILME “EDVARD MUNCH”, DE PETER WATKINS

Antonio André de Moraes Neto¹⁶

Peter Watkins é um diretor inglês, nascido em 1935 que também atua como roteirista, montador, ator e teórico. Seus filmes, cuja produção vai dos anos de 1950 até 2001, escapam a quase toda categorização. Misturando elementos do jornalismo televisivo e do documentário clássico com elementos convencionais para filmes de ficção, constrói um tipo particular de filme: o documentário híbrido. Dentre sua extensa filmografia, destaco “Edvard Munch”, cuja versão para televisão numa coprodução norueguesa e sueca é de 1974 (a versão para o cinema é de 1976). É um filme que Ingmar Bergman, sempre severo com seus pares, considera “um trabalho de gênio”. O filme trata dos primeiros anos da vida adulta de Edvard Munch, conhecido pintor norueguês, antes de seu reconhecimento no meio artístico. O filme desenvolve uma maneira particular de conceber o tempo, através das relações entre presente e passado (como flashbacks), o tempo cronológico (a cada ano comenta-se os fatos “históricos” previamente) e o tempo da experiência social (os conflitos familiares e amorosos, assim como seu relacionamento com grupos artísticos, políticos e intelectuais) e da experiência estética. O corte seco predomina em todo o filme, assim como recursos de estranhamento como as “falsas entrevistas”, peculiaridade de Watkins, que consiste em fazer entrevistas absurdas com atores/atrizes que interpretam personagens do século XIX, onde não existia tais meios como a televisão. Destaco também o close-up com os atores/atrizes olhando diretamente para a objetiva, quebrando um paradigma do cinema clássico de que o ator/atriz não pode olhar diretamente para a câmera. Watkins ainda organiza uma forma colaborativa/coletiva de criação, na qual os intérpretes dos personagens são encorajados a improvisarem e contribuir na criação do roteiro. A intriga dentro da narrativa cinematográfica de Edvard Munch é estabelecida através de dois conflitos que impulsionam o personagem biografado: as relações de gênero, em especial o

16 Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. Email: andreoasis@gmail.com

amor livre e suas contradições, e as relações entre o trabalho do artista com o mundo político e social. A relação do indivíduo com social, é marcado não por um confronto entre ambas as partes nem subsumindo um elemento no outro, mas apresentando uma dinâmica complexa de relação recíproca e contraditória, onde há espaço e tempo para a experiência e a imaginação. Não é coincidência que Peter Watkins utiliza esses dois temas como centrais no seu filme. Sobretudo a partir dos anos 1960, houve um questionamento cada vez mais radical tanto ao capitalismo como as formas de luta ligadas ao comunismo (que privilegiam a tomada do estado e que são baseadas numa vulgata economicista), para pensar novas formas de luta através da ética e da estética, do modo de vida como político. Nesse sentido, (re)emergem movimentos sociais como o feminismo e de libertação sexual, assim como uma crítica severa das vanguardas artísticas (e políticas). Então, ao retomar as discussões sobre essa problemática do último quarto do oitocentos, inspira-se na larga tradição libertária do século XIX, interrompida pela ascensão do leninismo após o estabelecimento da Revolução Russa (1917-1922), para participar de um debate em processo no presente. Como herdeiro tardio das vanguardas artísticas, Peter Watkins, assume um Modernismo político que parte do mesmo pressuposto dos formalistas russos dos anos 1920: “Não há revolução sem forma revolucionária”. Para Watkins, a função dos artistas, dos criadores, é interromper/interferir no processo de (re)produção do poder estatal e capitalista através da criação de formas alternativas de apresentação do mundo, assim como questionamento das formas dominantes. Portanto, retomar as dificuldades de Munch os seus primeiros 20 anos como pintor, é pensar como certas formas radicais são importantes formas de interferência na ordem vigente, não mero reflexo do que existe. E Watkins o faz tanto através do conteúdo do filme, como de sua forma de apresentação.

ST 2. (DES) FIANDO AS TEIAS FAMILIARES: ENTRE ESTRATÉGIAS, NEGOCIAÇÕES E REDES NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX

Luciana Meire Gomes Reges (UFC);

Cintya Chaves (UECE).

O CATOLICISMO ROMANIZADO NA DIOCESE DE LIMOEIRO DO NORTE

Olívia Bruna de Lima Nunes¹⁷

A presente pesquisa se trata de um breve apanhado de referências historiográficas abordando a presença do catolicismo no Brasil, religião esta, que se faz aqui presente desde o período colonial, quando os metropolitanos procuraram transplantar para a América Portuguesa, todo um conjunto de crenças e costumes, atuando como um importante aliado no processo de conversão dos primeiros habitantes. Compreendendo a complexidade da instituição devido suas atividades e direcionamentos estarem em constantes modificações, sempre se adequando aos princípios do clero, de seus representantes, e, sobretudo, às conjunturas sócio, política e cultural, importa atentar a um importante marco na história do catolicismo brasileiro: a Romanização. Este processo teve a pretensão de implantar uma Igreja hierárquica, piramidal, um catolicismo

¹⁷ Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM). Graduanda em História, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Oliviabruna22@hotmail.com

diretamente vinculado à Roma, e que garantia centralidade à Cúria como sendo a orientadora das práticas religiosas. Acrescenta-se ainda o fato de os sacerdotes serem considerados enviados de Deus para preparar o homem para a vida eterna; o celebrante era tido como o personagem central do ritual eucarístico, o mediador entre o fiel e o santo de devoção, com o qual não se poderia manter um contato direto. Para uma melhor compreensão do processo de Romanização, o texto em questão aborda o crescimento institucional da Igreja Católica na cidade de Limoeiro do Norte, o que se dá no contexto de implantação do catolicismo romanizado, a partir da instalação da Diocese da referida cidade, entre fins da década de 1930 e início de 1940. Neste sentido, faz-se necessário mencionar a campanha realizada pela disputa da sede do Bispado entre as cidades de Limoeiro do Norte e Russas, tendo em vista que, sem o subsídio financeiro do Estado, após o fim do Padroado Régio, cabia, à própria Igreja, amparada nos investimentos feitos pelas sociedades locais, articuladas a partir das chamadas comissões pró-diocese, dar curso ao processo de expansão da instituição católica, através da criação de novas dioceses. Para tanto, analisamos um Documento da Campanha Pró-Criação da Diocese de Limoeiro do Norte, salvaguardado no acervo do Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte – ADLN, assim como, recorreremos à bibliografia que discute este assunto. Os relatos orais, por sua vez, nos fornecem elementos para pensar este catolicismo romanizado e hierárquico no qual, Monsenhor Otávio, juntamente com Dom Aureliano Matos, dispunham de um papel de destaque, por serem os “mediadores” entre o povo e o Sagrado.

COTIDIANO EM TRANSIÇÃO NA FORTALEZA DA DÉCADA DE 1940: CLASSES ABASTADAS, FAMÍLIAS E HIBRIDIZAÇÃO DOS COSTUMES.

Reverson Nascimento Paula¹⁸

Este trabalho, intitulado Cotidiano em transição na Fortaleza de 1940: classes abastadas, famílias e hibridização dos costumes, têm como proposta analisar a transição de um cotidiano antes influenciado pelos moldes franceses, para um cotidiano inspirado nos costumes norte-americanos na Fortaleza da década de 1940, onde percebemos a junção das influências francesas e americanas aos próprios costumes fortalezenses. Desta maneira, vislumbramos o surgimento de uma amálgama de influências culturais que, ao final, formaram um cotidiano de costumes híbridos. Assim, pretendemos refletir sobre as transformações das relações sociais e das práticas culturais das classes abastadas fortalezenses, levando em consideração o panorama familiar, as disputas de poder e as contradições deste dicotômico processo de declínio, apogeu e confluência hibridizada de práticas culturais. Assim, buscaremos analisar como ocorreu esta transição de influências (SOUZA, 2008) dentro do dia-a-dia das famílias de maior poder econômico, levando em consideração quais mecanismos físicos (convivência com estadunidenses em Fortaleza durante a Segunda Guerra) e simbólicos (propaganda governamental e veículos de

¹⁸ Mestrando em História e Culturas (MAHIS) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculado à linha de pesquisa de Práticas Urbanas e bolsista CAPES. Email para contato: reverson_nascimento@hotmail.com.

comunicação) regeram este dicotômico processo. A partir da percepção dos modos de viver dessa sociedade, buscaremos analisar as tensões e conflitos existentes, os quais acreditamos ter permeado o período. Desta forma, a questão familiar aparece em nossa pesquisa como uma mediadora que interliga o indivíduo e a sociedade, assim “filtrando e elegendo” o que deveria ser assimilado ou não. Através do cruzamento de fontes como os periódicos (O Nordeste, O Povo e o Unitário), os anuários e os livros de memórias, tentaremos compreender este processo de hibridização dos costumes, levando em consideração o lugar social (CERTEAU, 1982) dos responsáveis pela produção das fontes que elegemos. Assim, nossa pesquisa se torna um campo fértil para discussões em torno de conceitos como processo civilizador (ELIAS, 2011), táticas e estratégias (CERTEAU, 1994) e tradução cultural (BURKE, 2009). Desta forma, tentaremos compreender este processo.

FAMÍLIA ESCRAVA E COMPADRIO NA FREGUESIA DE PIRACURUCA – PIAUÍ, 1871 – 1874.

Francisco Helton de Araujo O. Filho¹⁹

A região de Piracuruca localizada no norte do Piauí, era um dos antigos caminhos que davam passagem àqueles que saindo do Maranhão rumo ao Ceará atingia a Serra da Ibiapaba, e se constituiu numa tradicional região de pecuária, com várias fazendas de gados e mão de obra escrava. A Freguesia de Piracuruca é caracterizada predominantemente por pequenos e médios planteis de escravo e mão de obra baseada na produção de gado vaccum e cavalar. No entanto, percebemos uma variedade de ocupações e formas de trabalho em torno da agricultura, como roceiros(as) e lavradores(as). No contexto da criação do decreto de nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, que estabelecia critérios para a matrícula de escravos para serem libertos pelos fundos de emancipação criado com a “Lei do Ventre Livre” de 1871, privilegiava as famílias escravas constituídas. A Lei do Ventre Livre além de tentar impedir a desagregação das relações de parentesco, declarou livres os filhos da mulher cativa nascidos a partir daquela data, determinando critérios sobre a criação e o tratamento às crianças nascidas das mulheres cativas. Essa documentação apresenta demonstra a presença de relações de parentesco entre os escravos, inclusive para certo alargamento dessas relações, os quais muitos escravos se relacionavam com pessoas livres. Atualmente, os estudos sobre família escrava e formas de apadrinhamento no Brasil mostram a possibilidade de permanência de laços familiares, evidenciando que mesmo em regiões com médios e pequenos plantéis a “família nuclear, intergeracional e extensa (incluindo parentes ‘fictícios’ era uma instituição forte e valorizada pelos escravos” (SLENES, 1999, P.38). Concordamos que através do batismo “é possível entender a organização familiar do escravo, conhecer suas relações de parentesco e sua inserção no mundo escravista” (ANDRADE, 2006, P. 15). Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar as possíveis redes de sociabilidades e solidariedades constituídas pelos cativos da freguesia de Piracuruca, a partir da família escrava e as formas de apadrinhamento, cruzando os dados das matrículas de escravos realizada em Piracuruca somente em 1874, com os registros de batismo do mesmo período, buscando perceber de que forma se deu a participação do cativo no cotidiano da sociedade escravista.

¹⁹Graduado em História pela UFPI e mestrando em História Social na Universidade Federal do Ceará. Email: heltonfilho89@gmail.com

REIVENTANDO UM PERSONAGEM: RAIMUNDO GIRÃO E A CONSTRUÇÃO DE SI.

Candida Clara De Araújo Barbosa

A presente pesquisa tem por objetivo realizar um estudo sobre a pessoa de Raimundo Girão, historiador, intelectual e homem público. Buscando compreender a memória em torno dele e como foi se dando enquadramento o enquadramento de sua memória. Raimundo Girão é tido como um grande historiador cearense, tendo ele escrito sobre a economia do Ceará, história de Fortaleza e vale do Jaguaribe, tendo também se destacado como genealogista e estatístico, embora não tenha formação na área, assim a pesquisa traz essa problemática, como se dá a formação de um não historiador. Tomaremos como base, três olhares sobre Girão, o primeiro a concepção dele por ele mesmo, como ele foi construindo a sua própria imagem, usaremos o livro de Girão, denominado "Palestina, uma agulha e as saudades" de cunho autobiográfico, o segundo refere-se ao olhar da família sobre Raimundo, como os parentes contribuíram como atores sociais nesse processo, iremos utilizar livros de memória da família e o terceiro analisar o olhar do Instituto Histórico do Ceará sobre Raimundo Girão, este foi um grande representante desta instituição, através de homenagens honrosas. Essa pesquisa traz uma análise da nova história política, tomando como foco, as atuações de homens que foram tidos como grandes. As fontes usadas serão os livros de memória, jornais impressos e revistas do Instituto Histórico do Ceará.

ENTRE TRAMAS E TEIAS FAMILIARES: O PAPEL DA ESTRUTURA FAMILIAR NAS RELAÇÕES POLÍTICAS LOCAIS DE LIMOEIRO DO NORTE- CE (1924-1964)

Cintya Chaves²⁰

Entendendo a categoria família como instituição que media olhares, posturas e escolhas dos atores sociais em suas relações com a sociedade, (TERUYA, 2000), este trabalho objetiva refletir o papel das relações familiares para a escolha de outros sujeitos sociais que não pertençam à família no sentido consanguíneo, mas que por causa da amizade, do respeito, dos interesses, de uma série de negociações e conflitos, escolhem os candidatos pretendidos e defendidos por determinadas famílias como melhor opção nos pleitos eleitorais. Neste sentido, esta comunicação enfocará tanto nas estratégias (De CERTEAU, 1994, 47), como nas teias familiares estabelecidas por um grupo em especial, que no caso era também uma família, de sobrenome Chaves, para a manutenção e ampliação de seu poder. Além do apoio de várias outras famílias que serviram de parceria para consecutivas vitórias nos pleitos, devido as possibilidades de redes sociais (BARNES, 1954, 43) articuladas, os mesmos usaram de uma compreensão de família nuclear estabelecida e aceita no seio de uma sociedade para se apresentar como a melhor opção. Desta forma, analisam-se os laços sociais estabelecidos entre estas famílias, bem como os

²⁰ Mestre em História e Culturas pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Ceará. Esta comunicação é fruto de recortes de minha dissertação intitulada, A ELITE POLÍTICA E O PODER LOCAL CEARENSE EM QUESTÃO: ESTRATÉGIAS E DISCURSOS PARA NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO (1934-1974) sob a orientação do Dr. William James Mello. Universidade Estadual do Ceará. cintyachaves@bol.com.br.

códigos culturais que integraram este sistema dando sentidos para os votantes, eleitores que não integravam a dimensão ampla da parentela destas famílias, mas que mesmo assim, nos processos eleitorais, tinham suas escolhas mediadas por estas disputas familiares. A História Oral, dados biográficos dos indivíduos do grupo (seguindo alguns critérios do modelo prosopográfico) como forma de perceber as relações. Documentos eclesiásticos, livros memorialísticos, entrevistas, acervos orais, Anais de 1945 a 1964 da Assembleia Legislativa, resultados Oficiais das Eleições dos períodos delimitados e entrevistas. A primeira noção revisitada nesta relação “teoria e empiria” é a categoria de família entendida aqui conforme (FARIA, 1997). Assim o conceito de família não se restringiria ao modelo nuclear de pais e filhos, mas a toda uma parentela. Neste sentido, a noção de redes sociais, (BARNES, 1954, 43 e PISELLI, 2003) se constitui fundamental para este estudo por se deter nas relações dos laços sociais estabelecidos entre grupos, indivíduos e organizações.

UMA HISTÓRIA DE FAMÍLIA: PARTILHAS, NEGOCIAÇÕES E LAÇOS DE PARENTESCOS NA VILA DE LIMOEIRO/CE (1850-1884)

Luciana Meire Gomes Reges²¹

Enquanto um campo interdisciplinar, a família foi um assunto por muito tempo desprezado pelos historiadores. Dessa forma, esse estudo destaca os sentidos próprios, explorados na análise dos patrimônios sobre a família sertaneja, localizada na Província do Ceará na segunda metade do século XIX. A análise dos inventários *post-mortem* possibilitou compreender o processo de partilha dos patrimônios inventariados, pois além de catalogar e descrever os bens possuídos por um indivíduo ou por uma família, os inventários são documentos póstumos por natureza e finalidade, já objetivava transmitir os bens daqueles que feneceram a seus herdeiros, através dos processos de partilha. Nesse processo, evidenciam indícios para a compreensão das relações familiares, bem como os papéis sociais ocupados por homens e mulheres que protagonizavam esses embates em Limoeiro. A apreciação da dinâmica sócio patrimonial local, que teve como embasamento os estudos da Cultura Material e dos processos de partilha dos bens, permite pensar a constituição das hierarquias sociais na forma de perfis que compusessem singularidades acerca dos patrimônios familiares, e assim criar categorias que comportem esses indivíduos. A dimensão e a organização dos patrimônios implicam na formatação do sistema econômico familiar, bem como os padrões socioeconômicos configuravam o cotidiano da Vila de Limoeiro. A família, nessa perspectiva, é uma extensão de atuação do campo social. O ato de apadrinhar cria laços de solidariedade entre as famílias do padrinho e do afilhado. Além de um ato de estima, é um jogo social caracterizado pelo beneficiamento dos indivíduos

²¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. lucianareges@bol.com.br

envolvidos nessa relação que aplicava racionalidade onde prevalecia a alternância de favores e serviços. Se as relações de compadrio aproximam e são tão, ou mais, importantes que laços sanguíneos, a família de Dona Amélia buscava torná-las ainda mais consistentes, criando alianças familiares que ultrapassavam a dimensão patrimonial e socioeconômica, passando a atingir a dimensão do político. O estudo das partilhas dos bens, que compunham os patrimônios familiares inventariados explicita como as relações sócio-familiares estavam imbricadas com a dimensão patrimonial, sendo que tais arranjos possibilitam analisar as funções e os lugares sociais de homens e mulheres no sertão da Vila de Limoeiro.

ST 4. CULTURA, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Jormana Maria Pereira Araújo (UFC);
Leo Natanael de Jesus Araújo (UFC);

AS EXPERIÊNCIAS DOS SÓCIOS DO CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE - MILHÃ/CE (1973 A 2000).

Antônia Natália de Lima²²

O presente estudo é uma leitura das narrativas dos sócios do Centro Social de Monte Grave (CSMG) que surgiu enquanto Associação no início da década de 1970 e se notificou por atividades desenvolvidas na área da saúde, educação e outros serviços sociais. Entendemos que reconstruir a formação do CSMG é recuperar uma parte da história política do município de Milhã/CE, permitindo ainda o entendimento das experiências de movimentos sociais no Ceará. Buscamos compreender como se deu a atuação, organização e afirmação do CSMG a partir da narrativa dos sujeitos que dinamizaram a vida social da Associação. Reportamo-nos às falas dos interlocutores da pesquisa de mestrado, intitulada *As vozes que contam: a trajetória do Centro Social de Monte Grave - Milhã/CE (1973 a 2000)*, dialogando com suas experiências, subjetividades e visões de mundo, tentando entender os processos constituídos por estes e não somente as estruturas que eles ocupam. A percepção da maneira como se envolveram nos projetos, as motivações de adesão e o engajamento social e político, são questões norteadoras da nossa análise. Este estudo é realizado tendo como fonte, principal, entrevistas concedidas pelos sócios e/ou familiares, que falam sobre suas trajetórias no CSMG. Questões como politicagem, sociabilidade, ausência dos gestores municipais permeiam a abordagem. Optamos por utilizar nessa pesquisa a metodologia da história oral, dialogando com as discussões de Alessandro Portelli, Gisafran Jucá, Verena Alberti, Janaína Amado, Marieta Moraes e Telma Bessa, procurando reconstruir os modos de racionalidade que regulam práticas e ações, e as relações sociais na região da Associação. Assim é necessário um profícuo diálogo com Paul Ricoeur, Michel Pollak, Pierre Nora, Arlette Farge, dentre outros autores que discutem o

²² Mestranda em História e Culturas no Mestrado Acadêmico em História (MAHIS/UECE), e bolsista CAPES. natylimaphn@hotmail.com.

papel da memória, pois vemos que ela pode ser compreendida como o resultado do entrelaçamento das experiências cotidianas e a importância do lugar nas práticas habituais dos entrevistados. A partir dos relatos, observamos que após a fundação da associação CSMG, havia entre os trabalhadores uma tessitura de conflitos e solidariedades permeando suas trajetórias de vida: o modo como conseguiram o emprego; a mudança de cargo, a mudança nos costumes, à permanência de hábitos; a busca por recursos para a manutenção das atividades e para novos projetos, enfim, a suas vidas estavam ligadas a uma rede de pensamento e vivências que girava em torno do CSMG. As narrativas dos interlocutores foram conduzidas a partir de suas experiências que mesmo partindo de suas subjetividades mostram o que é estrutural e próprio de um grupo sem esgotar as possibilidades sociais.

CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DOS APONTAMENTOS DE RUY MAURO MARINI.

Pedro Rafael Costa Silva²³

Francisco Thiago Cavalcante Garcez²⁴

Buscando contribuir a tarefa revolucionária de instrumentalizar a classe trabalhadora, procuramos nesse trabalho examinar os determinantes históricos que formataram as relações entre as principais classes sociais brasileiras entre: 1926-1963. Nesse período a demanda por produtos industrializados (ocasionados em grande medida pela 1ª Guerra Mundial) gerou novos conchavos interclassistas decorridos do processo de industrialização nacional, onde uma inédita aliança entre o setor agroexportador e a nascente burguesia industrial urbana disputaram o controle relativo do governo. Posto isto, recorreremos aos apontamentos da chamada Escola da Dependência brasileira, em especial a contribuição deixada pelo cientista Ruy Mauro Marini. Pedimos suporte ao universo conceitual do autor, caracterizando um estudo de natureza bibliográfica de cunho qualitativo e quantitativo. Fixamos bases na análise do desenvolvimento político e econômico-social do Brasil dando ênfase a categoria analítica de superexploração do trabalho. Segundo Marini (2000) a burocratização do Estado não pode ser separada do movimento econômico da sociedade. Para o autor, a industrialização brasileira teria sido financiada pelo conservador setor agrário. Esse fato deu ao capitalismo nacional um caráter ainda mais nocivo. A produção de mercadorias voltadas ao consumo externo erigiu uma cisão entre a esfera produtiva e a circulação. Tal fenômeno, aliado a forte oferta de mão de obra característica dos países Latino-americanos (ocasionados por fortes movimentos migratórios), ocasionaram o que Marini (2000) denominou de *superexploração do trabalho*. Esse fato se caracterizaria pela baixa inserção dos trabalhadores no nível de consumo de mercadorias. Isso seria decisivo no estágio da luta de classes no Brasil. Pois, se a remuneração da força de trabalho nos países centrais seria acompanhada do aumento da produtividade pela inserção da mais-valia relativa, alcançando bens de salário e garantindo a reprodução biológica do trabalhador. O que ocorreu no Brasil nesse período seria um extermínio da força de trabalho, pois a conjuntura produtiva (com a opção clara por um desenvolvimento dependente do capital externo) garantiria a extração de mais-valia abaixo da remuneração mínima a sua reprodução. Esse movimento acarretaria fortes ações civis vistas no início da década de 1960, especialmente com o Comando Geral dos Trabalhadores.

²³ Mestrado Acadêmico em Trabalho, Questão Social e Serviço Social pela UECE. pedrorafaelce@hotmail.com

²⁴ Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade pela UECE. thiagogarcez@outlook.com.br

A EFETIVAÇÃO DA CLT E AS RELAÇÕES TRABALHISTAS (1968-1970)

Débora dos Santos Silva²⁵

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações trabalhistas e a efetivação da CLT, para tanto utilizo como fonte os processos trabalhistas colhidos no TRT 7ª Região de Fortaleza. Com a leitura das fontes fica nítido a busca por direitos já estabelecidos pela CLT e que na maioria das vezes é burlado pelos patronato levando os trabalhadores a buscarem a Justiça do Trabalho para obterem o que lhes é garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho. As relações trabalhistas são conflituosas não apenas no âmbito das fabricas, mas também quando o trabalhador busca seus direitos. Em alguns processos verifica-se por parte da empresa reclamada que há um julgamento prévio estabelecido de que a justiça do trabalho só leva em consideração os direitos dos trabalhadores garantidos pela CLT e que sempre o patrão busca não cumpri-los, sem levar em conta os direitos dos patronato também estabelecidos pela CLT. Observa-se também que a maioria dos trabalhadores é analfabeta ou os que não o são também estão a margem da existência da CLT, impedindo assim que haja o cumprimento de suas normas e da efetivação de suas reclamações junto ao poder judiciário. Como verificado nos processos estes trabalhadores são levados a assinarem documentos em que se estabelece o pagamento de seus direitos trabalhistas sendo que na realidade não o são. Verifica-se que por parte das empresas empregadoras o fato de o trabalhador buscar a justiça do trabalho é incomodo não só devido a condenação que a mesma pode sofrer devido a constatação do descumprimento das normas da CLT como também pode levar os demais trabalhadores a agirem da mesma forma, ou seja, mudarem sua forma de comportamento em relação ao seu trabalho e seus direitos. A metodologia utilizada foi a leitura dos processos colhidos no TRT 7ª Região que possibilitou a percepção de como se estabeleciam as relações trabalhistas no âmbito da justiça do trabalho. O recorte temporal o qual esta pesquisa aborda 1968-1970 se deve ao fato de que foi neste período que encontrei uma amostragem de processos significativos para que se tornasse possível a percepção dessas relações trabalhistas. Através do conceito de experiência de Thompson buscarei revelar como se davam essas relações trabalhistas no âmbito da justiça do trabalho. Já que é através da experiência que os trabalhadores tomam consciência de si, do seu papel social e da estrutura política e social a qual estão inseridos.

DAS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS À PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA EM TORNO DOS CONFLITOS DE TERRA NO NORTE DA ZONA CANAVIEIRA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (1980-1990)

Samuel Carvalheira de Maupeou*

Primeiramente, esta comunicação procura analisar as relações de trabalho estabelecidas entre trabalhadores rurais e donos de usina de açúcar e grandes proprietários de terra do Norte da Zona Canavieira de Pernambuco entre 1980 e 1985. Para isto, utilizam-se como fonte as reclamações trabalhistas da Justiça do Trabalho oriundas de engenhos situados nos municípios de Aliança, Goiana e Tracunhaém. Tem-se por objetivo principal confrontar a argumentação construída pelos trabalhadores aos argumentos apresentados pelos proprietários reclamados. Num segundo momento, com base numa historiografia mais recente, pretende-se relacionar essas reivindicações trabalhistas à luta pela terra

²⁵Graduanda do Curso de História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.
deborasantosilva23@gmail.com

* Doutorado em História pela Université de Toulouse 2-Le Mirail/Universidade Federal de Pernambuco, professor de História da Universidade Estadual do Ceará-UECE, email: samueldemaupou@yahoo.com.br

desenvolvida na mesma região a partir de meados da década de 1980 e até o final dos anos 1990. Abordam-se, então, algumas propriedades agrícolas, posteriormente desapropriadas pelo INCRA para fins de reforma agrária, cujas ações na justiça remontam ao início da década de 1980. O objetivo será, portanto, tentar estabelecer uma ligação entre as causas trabalhistas e a luta de alguns anos mais tarde em favor da conquista da terra. Procura-se entender em que medida este recurso anterior à Justiça do Trabalho teria favorecido a iniciativa posterior de promover ocupações de engenhos a fim de reivindicar o direito de neles permanecer. Por fim, esses conflitos serão abordados a partir dos discursos produzidos pelos atores que os vivenciaram e os testemunharam: trabalhadores rurais, organizações de apoio, proprietários de terra, autoridades públicas, políticos e imprensa. O objetivo consistirá em observar a memória produzida pelos próprios atores sociais da luta pela posse da terra, confrontando-a com os discursos proferidos pelos demais agentes. Pretende-se, com isto, analisar uma memória, permanentemente ressignificada no presente, que possibilita uma outra visão dos movimentos analisados. A mesma torna possível sair do lugar-comum produzido pelos demais testemunhos e ainda se aprofundar no cotidiano vivenciado nas lutas. Algumas lembranças estão, inclusive, bastante presentes no relato que fazem de sua experiência. Dizem respeito, principalmente, aos momentos iniciais do movimento, às principais dificuldades enfrentadas nas barracas de lona e à situação vivida hoje. Procura-se, com isto, perceber como os atores sociais envolvidos ressignificam as suas ações e procuram destacar a sua participação na luta.

MEMÓRIA DAS COMUNIDADES IMPACTADAS PELOS PERÍMETROS IRRIGADOS NO CEARÁ

Jaqueline Bernardo de Almeida¹
Marcelo de Sousa Lima²

Seguindo as diretrizes do Estado Mínimo e das políticas neoliberais, governos federal, estadual e municipal alinharam-se para promover, através de órgãos como o DNOCS, a construção de barragens e perímetros irrigados no Estado. O impacto ambiental e humano dessas ações têm proporções incomensuráveis. Entretanto, as comunidades promovem ampla resistência, a exemplo do Acampamento Zé Maria do Tomé na Chapada do Apodi que, desde 5/03/14, reúne 32 comunidades e 1.084 famílias na ocupação da segunda etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi (PIJA). Diante do exposto, a atividade de extensão que apresentamos busca potencializar a participação popular, o debate e a conscientização dos sujeitos em torno das temáticas histórico-sócio-ambiental na região. Para tanto, focamos em ações de preservação das memórias e de valorização da história local dos integrantes das comunidades impactadas pelas políticas de modernização da agricultura no Ceará. Metodologicamente, o referencial da História Oral está possibilitando a realização de entrevistas e filmagens na elaboração de vídeos utilizados para a formação política da juventude. Em paralelo, o diálogo com os pressupostos da educação popular e o foco no método do “objeto gerador” para trabalhar com as diferentes memórias têm possibilitado a realização de oficinas e formações educacionais. Ademais, o projeto está envolvido na (i) confecção de material didático a ser utilizadas pelas escolas e movimentos sociais e (ii) na produção de um memorial online (home page) e permanente que albergue entrevistas, vídeos e demais objetos referentes as memórias locais. Em suma, buscamos preservar e garantir o direito à memória das pessoas acampadas atingidas pelo PIJA, respeitando a diversidade cultural (o saber-fazer agrícola) e reforçando formações identitárias no combate às adversidades.

PRIMEIRO DE MAIO NA TRADIÇÃO DO OPERARIADO DE FORTALEZA

Antônio de Pádua Almeida Júnior²⁶

O Primeiro de Maio correspondeu ao símbolo máximo da tradição de luta do operariado em todo o mundo, pois, esta data transformou-se num ritual de afirmação da classe operária e de reconhecimento de sua luta nos diversos segmentos do mundo do trabalho. Desta forma, analisamos, a partir de diversos periódicos, as relações entre a atuação do movimento operário de Fortaleza, durante os anos de 1904 a 1925, e as transformações que o dia do trabalho teve no decorrer desse tempo. Tal período é marcado pelas primeiras alusões a esta data na capital cearense e, conseqüentemente o ano final, pela decretação deste dia como feriado nacional. Assim, percebemos as diversas metamorfoses por que o Primeiro de Maio passou e sua relação com a coletividade dos trabalhadores na construção deste ritual operário e os mais variados discursos que se construíram a respeito da simbologia deste dia, notando a memória construída não só pelos trabalhadores, mas também pela Igreja, pelos patrões e pelo Estado. Neste sentido, encaramos o dia do trabalhador como central no que diz respeito à luta de classes, pois, esta data se tornou expoente na luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida, principalmente, no que diz respeito à luta pela diminuição na jornada de trabalho, por melhores salários e contra a carestia da vida. Portanto, percebemos as mais variadas formas de representar o Primeiro de Maio, ora comemorado com reivindicações e festejos, ora visto como dia de luta/luto, como propunham, por exemplo, os anarquistas. Contudo, grupos favoráveis à manutenção do *status quo* também tinham suas formas de representar o Primeiro de Maio, assim, a Igreja católica tentou conferir ao dia do trabalhador um caráter religioso, inclusive, tentando alterar a data oficial para 19 de março, dia de São José. Também observa-se como os patrões e o Estado tentavam inculcar outros valores ao Primeiro de Maio, pois, legitimando-o com um significado de conciliação entre trabalhadores e patrões, com o pretexto do avanço e do desenvolvimento nacional. Neste sentido, trabalhamos no intuito de analisar a atuação do movimento operário de Fortaleza a partir do Primeiro de Maio, sobretudo, focando no conhecimento das diversas manifestações e mobilizações em torno deste dia, sua memória e a construção deste ritual.

ENTRE O MUTUALISMO E SINDICALISMO: AÇÕES DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DE FORTALEZA (1912- 1937).

Nágila Maia de Moraes²⁷

A presente pesquisa objetiva analisar o movimento dos trabalhadores do Porto da cidade de Fortaleza entre os anos 1912 – 1937, a partir da *Associação Deus e Mar* e o *Sindicato dos Trabalhadores Portuários*, em um contexto marcado por resistências, manifestações e práticas mutualistas, além da presença da Igreja Católica e as ações do Estado entre esses trabalhadores. Devendo ser destacado o contexto histórico, o qual foi marcado pelo fervilhamento social e fundação do Sindicato dos Trabalhadores Portuários e da Legião Cearense do Trabalho. Utilizamos como fontes, os jornais *Unitário*, *A Tribuna*, *O jornal do Ceará*, *A República*, *Primeiro de Maio*, *Diário do Ceará*, *O Correio do Ceará*, *Gazeta do Ceará*, *O Ceará*, *O Nordeste*, *Trabalhador Grafico*, *O Combate*, e *O Legionário*, produzidos na cidade de Fortaleza durante época estudada, estes que poderiam manter aproximação tanto com a comunidade católica, como com os grupos políticos ou com os trabalhadores.

²⁶Graduando. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do GPPUR – grupo de pesquisa práticas urbanas / eixo: conflitos sociais, capitalismo e tradução cultural. Email: paduajunior301@gmail.com

²⁷ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. 1ª Tesoureira- Anpuh-ce. nagilamaia@hotmail.com

Também utilizamos os Documentos do Sindicato dos trabalhadores do Porto. A partir da análise desses documentos e dos jornais buscamos compreender o *fazer-se* do movimento dos trabalhadores portuários na cidade de Fortaleza e suas ações que variavam entre o mutualismo, o sindicalismo e a presença do Estado Vargasista.

O LABOR EM FORTALEZA: O LUGAR SOCIAL DO TRABALHADOR NEGRO NOS ANOS DE 1943-1950.

Jéssica Martins Guedes De Souza²⁸

A pesquisa tem como objetivo analisar historicamente como o trabalhador negro era identificado e inserido no mercado de trabalho nos anos de 1943-1950 em Fortaleza, segundo fontes jurídicas. Por conseguinte, será analisado seu lugar social, como nos aponta Certeau, através das suas atuações sociais e seus conflitos. A Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT, 1943)²⁹ será tratada como fonte, bem como os processos trabalhistas (arquivadas no TRT Ceará.) investidos pelos trabalhadores contra as empresas da época, em Fortaleza. A questão trabalhista é mote central tendo em vista o trabalhismo como centralidade para a política varguista. “[...]o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação- direta e emocional- que ele propunha com a massa trabalhadora.” (Gomes, Angela de Castro 1988, pg 284). A análise feita dos processos é salutar para percepção de como os patrões conduziam as relações com os trabalhadores. A percepção racial é foco e diretriz dessa pesquisa com viés da história social, na perspectiva de fomentar como essa relação de trabalho se consolidava com a política Vargasista. O trabalhismo como intento para a unificação dos trabalhadores dentro deste governo parece, aparentemente ordeira, entretanto é edificante as demandas de resistência. A não passividade dos trabalhadores diante das empresas, mesmo as com concessões públicas é por mim observada. Cito, como exemplo que no 08 de agosto de 1943 um trabalhador da Empresa Ceará Tramway, Light Power Cia Ltda investe processo no Conselho Regional do Trabalho pedindo indenização por sua demissão, segundo a empresa, demissão por justa causa por ter violado as regras da empresa. Por fim o Conselho Nacional expede pagamento ao trabalhador Cr\$ 2.820,00, entendendo que o trabalhador não havia cometido tal delito. Percebemos então, a não inapetência dos trabalhadores, diante das empresas que mantinha relação trabalhador/Vargas. Portanto, a referida pesquisa tenta ver através e pelas fontes supracitadas a relevância destes trabalhadores para este momento de desenvolvimento (para quem?) no Brasil e de como (e se) a CLT amparavam os trabalhadores negros de algum modo, tendo em vista que tais leis foram compendiadas para regimentar a relação empregado/empregador/Estado. Outrossim, a realidade social que o Governo Vargas quer demonstrar, questão a ser também problematizada de modo categórico para entendermos tais relações de poder na sociedade.

²⁸ Graduanda em licenciatura em História na Universidade Federal do Ceará. Bolsista do Programa de Educação Tutorial. E-mail: jmartinsguedes@gmail.com Simpósio Temático: Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais.

²⁹ A CLT foi sancionada por Getúlio Vargas através do Decreto-Lei 5.452 em 01 de maio de 1943.

NA BATALHA DOS DIREITOS: OPERÁRIOS DA FÁBRICA SANTA CECÍLIA FORTALEZA (1950-1960)

Jormana Maria Pereira Araújo³⁰

Numa manhã de maio de 1957, o ex-tecelão Antônio Rabelo Vieira entra na fábrica de tecidos que tantos anos trabalhara, para acertar suas contas, recebendo um “vá embora” como resposta. Indignado, acerta uma faca no corpo do Diretor Industrial Dante Buonorandi, que faleceria poucas horas depois. A trama em si, dá a entender um conflito que envolvia somente duas pessoas: operário e “chefe”, entretanto, no processo de investigação que iniciei há pouco, percebo que durante os três anos que trabalhou naquele Cotonifício na função de tecelão, Antônio Vieira se relacionava da pior forma com o italiano Buonorandi, mas isto não acontecia somente a ele. Recebendo a alcunha de “carrasco” pela categoria operária têxtil da cidade, o estrangeiro se entranhava da função de “supervisor-patrão” para pressionar pela produtividade crescente; para isto cometia inúmeras irregularidades, senão atrocidades, segundo a tradição sindical, ou mesmo, a recente Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): demissão de operárias grávidas e de operários considerados “velhos”, manobras para a redução de salário, jornada extra sem remuneração, perseguição aos acidentados no trabalho, incentivo ao conflito no interior da categoria com a contratação e privilégios concedidos a mão-de-obra paraibana em detrimento dos demais, para citar somente algumas. Através desta situação-limite, busco interpretar o modo como a direção do Cotonifício Leite Barbosa, fábrica de tecidos recentemente instalada no bairro Parangaba, tratava seus trabalhadores e as questões trabalhistas ali em curso, bem como a indignação do operário enviado para casa dias antes quando fora sumariamente demitido ao ser surpreendido trocando uma ideia com um companheiro de trabalho, sendo-lhe negado, desde então, quaisquer direitos. Deste enredo, busco analisar a trajetória de luta do operariado têxtil desta unidade fabril na conquista dos direitos trabalhistas, tendo em vista a recente criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que apesar do termo que recebe, em nada estava consolidada no cotidiano das relações de trabalho: gritos, ameaças, negligência era o que prevalecia entre as paredes da fábrica. Para este intento, justifico esta pesquisa no campo da História Social do Trabalho, utilizando variada tipologia de fontes, dentre elas, os jornais O Democrata e O Povo; processos trabalhistas e criminal; entrevistas; boletins e atas sindicais, dentre outros.

CULTURA, INFÂNCIA E TRABALHO DE FEIRANTES NO RECÔNCAVO SUL DA BAHIA.

Hamilton Rodrigues dos Santos³¹

João Nunes dos Santos³², iniciou-se no mundo do trabalho ainda criança, entre os sete e oito anos de idade, auxiliando seus pais no plantio e colheita das roças. Ainda pequeno, tornou-se “fazedor de carvão” e aos 14 anos colocava o fruto de sua produção no lombo do animal e se deslocava da cidade de Santo Antônio de Jesus para Nazaré das Farinhas na Bahia para vender carvão na feira-livre daquela cidade. Em meio às atividades de carvoeiro, ele dividia o tempo trabalhando em algumas propriedades rurais para ganhar mais alguns

³⁰Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, participante do grupo de estudos História e Literatura. E-mail: jormana_araujo@yahoo.com.br

³¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social UFC, Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional-UNEB, Professor UNEB. hamiltonsaj@outlook.com

³² João Nunes dos Santos. Avenida Juracy Magalhães nº 560, Santo Antônio de Jesus-Ba. Entrevista realizada em 2006.

trocados. Esse feirante se deslocava do Rio da Dona³³, às doze horas da noite, para chegar em Nazaré às seis ou sete horas da manhã. Em sua narrativa, ele nos contou que sofria muito porque a “estrada era distante” e chegava em Nazaré com o corpo repleto de lama. Ele acostumava lamentar a sua condição de vida e nutria um forte sentimento de fé e esperança que um dia aquela realidade, à qual estava submetido, iria se transformar. A partir das experiências desses homens e mulheres, aspectos como: condições materiais, relações de trabalho e exploração, noções de valores como autonomia e liberdade, posse da terra, conflitos, tradição, dentre muitos outros, sugerem reflexões a partir dos fragmentos dos testemunhos orais. Dessa forma, esta comunicação trata de uma das questões de minha pesquisa de doutorado no sentido de pensar que as experiências do campo ou anteriores, não podem ser ignoradas ao pensarmos nas formas como esses sujeitos se fizeram/fazem-se feirantes ou enquanto um grupo ou categoria social. As experiências da infância de outrora na roça desses meninos e meninas foram múltiplas, representadas e sentidas por eles de maneira diferenciada e são bastante significativas para entendermos suas trajetórias de vida no mundo do trabalho e para além dele. O meu objetivo é analisar, a partir das narrativas orais, as experiências da infância de homens e mulheres feirantes e sua dinâmica para perceber como eles a vivenciaram, quais sentidos e representações eles constroem sobre elas e como essas experiências da infância irão compor seus estilos de vida e modos de ser e estar no mundo. O tempo da infância não pode ser encarado como um tempo desperdiçado, a luta pela sobrevivência a partir do mundo do trabalho parece um “costume em comum” entre os feirantes e essas experiências não podem ser descartadas da reflexão histórica quando almejamos entender o que é ser um feirante no Recôncavo Sul da Bahia entre os anos 1950-1990. Esse trabalho se insere na perspectiva teórica da história social.

OS TRABALHADORES DA LIGHT E A EXPERIÊNCIA DE SUA FORMAÇÃO

Lucas Alysson De Lima Carneiro³⁴

No final do século XIX e início do XX, importantes capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, passaram por um processo de transformação que foi provocado por uma nova força emergente na sociedade brasileira e mundial e que trazia em si valores sociais, culturais, políticos e econômicos postulados pelo capitalismo. Assim fazendo uma construção ou remodelação social e urbana nas cidades, na tentativa de que os padrões civilizacionais e progressistas, oriundos das cidades europeias, disseminassem-se por boa parte do território nacional. O período conhecido como a Primeira República, compreendido

³³ Região rural localizada na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA.

³⁴ Aluno do curso de História na Universidade do Estado do Ceará (UECE), Grupo de Pesquisa de Práticas Urbanas/ Movimentos sociais, Capitalismo e Tradução Cultural. Email: lucasalysson22@gmail.com

entre 1889-1930, foi o tempo em que essas transformações foram praticadas com maior veemência, e na capital do Ceará, Fortaleza, não foi diferente. Foram levantadas inúmeras possibilidades de ordenação da capital no que diz respeito à urbanização, como, também, às ações disciplinadoras para a população, criadas por “médicos, farmacêuticos, sanitaristas e agentes do filantropismo-higiênico”. A chegada de empresas estrangeiras em Fortaleza trouxe essa modernidade. A The Ceará Tramway Light and Power foi uma dessas companhias que tentou trazer a modernidade para a capital cearense. O principal alvo dessa pesquisa são os operários da Light e suas formas de mobilização que se mostraram contra as práticas exercidas pela empresa. Suas primeiras greves 1917, 1918, 1925 e 1929 foram mobilizações que buscaram a melhoria de suas condições de trabalho e vida. A pesquisa vai focar a mobilização de 29 que teve maior organização, impacto, adesão da população fortalezense. Esse trabalho busca trazer a luta os trabalhadores da empresa Light, que frente à “modernidade”, que os excluía de forma gritante e que suas lutas buscavam receber o mínimo que essa modernidade tinha a os oferecer. As fontes utilizadas são hemerográficas jornais da época, Correio do Ceará, Jornal Gazeta de Notícias, O Ceará, O Nordeste, entre outros que mostram de diversas perspectivas as greves dos operários da Light. Com uma análise rigorosa, devido às informações que podem ser leituras, percepções adversas e conflitantes, mas intencionais pelas visões que os formuladores das fontes possuem. No referencial teórico a área de abordagem é sobre História Social, utilizo os conceitos de Experiência e Economia Moral na busca de entender como a classe operaria cearense tem seu auto fazer-se em cada movimento de greve e o quanto a Economia Moral dos trabalhadores aparecem em suas reivindicações.

ST 5. ESPAÇO E POLÍTICA: CONCEPÇÕES DE ESPAÇOS, USOS POLÍTICOS DE ESPAÇOS E POLÍTICAS ESPACIAIS NO SÉCULO XX.

Elyinaldo Gonçalves Dantas;

Felipe Tavares de Araújo;

RÁDIO E IDEOLOGIA: POLÍTICAS DE PROPAGANDA DE MASSA NO RÁDIO CAMOCINENSE NA ERA-VARGAS (1930-46)

Anandrey Cunha³⁵

A Era Vargas foi, sem dúvidas, um período ímpar na História brasileira, que como nenhum outro é referência obrigatória quando se trata da reflexão sobre atores, estruturas e instituições presentes até os dias atuais. Analisando a conjuntura política do período, e os diversos entraves sociais aos quais os camocinenses estavam submetidos – principalmente a seca e a ascensão comunista – além dos veículos de comunicação e as informações neles transmitidas, realizo essa pesquisa relacionando imprensa e ideologia varguista entre as décadas de 30 e 40 em Camocim considerando o Rádio, meio de comunicação recém-instalado na cidade através das radiadoras, e ferramenta de suma importância para que se compreenda a forma como se moldaram as imagens de determinados sujeitos e fatos. Com este trabalho, procuro entender o funcionamento das políticas de propaganda de massa através do rádio camocinense entre os anos de 1930 e 1946 em confronto com as ideias comunistas ascendentes no cenário político regional e mundial, de modo a compreender como a imagem de Vargas montou-se no imaginário popular diante de confrontos ideológicos tão intensos por meio de pesquisas em diversas fontes. Para sua realização, a utilização de fontes audiovisuais – filmes, documentários relativos à temática – passando pela análise de documentos da época, como documentos cartoriais, atas da Câmara dos Vereadores de Camocim, matérias de jornais, além do trabalho com as fontes orais torna-se indispensável. A leitura de obras referentes ao período permite criar uma visão prosopopeica daquele momento, daquela população e do que ela vivia nos idos de 1930. Tal oportunidade levará a construção de uma possível representação do passado em seus detalhes, de modo que as informações obtidas nesse processo poderão sanar aos questionamentos que me movem nessa pesquisa. Diversos livros sobre o período abrem um grande leque de conhecimentos sobre o mesmo. Entender, sob diversos ângulos, o que acontecia, permitirá dissertar sobre as diversas nuances por trás dos fatos. Dissertar sobre as pessoas e os reflexos destes fatos na convivência em sociedade.

³⁵ Graduando em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, bolsista do Programa PIBID/CAPES da UVA. Email para contato: anandreycunha@hotmail.com

GEOPOLÍTICA E IGREJA CATÓLICA: APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS

Antonio Ferreira de Melo Junior³⁶

Desde a década de 1990, o chamado 'giro espacial' tem motivado os cientistas sociais a pensarem as concepções e os usos políticos de espaços em suas ciências. Dessas concepções, a mais desconhecida do público brasileiro é a geopolítica. Mais: praticamente inexistente em território nacional é a discussão acerca da relação entre geopolítica e religião. Por isso, este trabalho objetiva discutir a relação entre geopolítica e Igreja Católica por meio do exame da historiografia contemporânea. Para tanto, entende a geopolítica como um saber sobre o espaço, dentre diversos possíveis, a ser compreendido historicamente e toma como premissa fundamental o giro pós-secular, particularmente na demonstração de que muitas das concepções e políticas espaciais basearam-se em formulações religiosas, especialmente católicas. Assim, empreende dois movimentos: primeiro, debruça-se sobre textos em espanhol, inglês, alemão, francês e italiano para apontar características das cenas européias e norte-americanas. Serão contemplados autores como: John Agnew, Manlio Graziano, Gearóid Ó Tuathail, Reinhart Koselleck, Fabrizio Mastrofini, Tristan Sturm e Franz-Xaver Kaufmann. Segundo: sintetiza tais textos para confrontá-los à historiografia brasileira, tentando mostrar a viabilidade da relação entre geopolítica e espaços e Igreja e espaços. Os dois movimentos confluem para a idéia de que a Igreja encarna, enquanto instituição global, concepções e políticas espaciais, relacionadas aos contextos regionais e locais. A finalidade deste trabalho é aprofundar entre o público brasileiro o conhecimento da relação entre geopolítica e Igreja, entre Espaço e Política.

VIÇOSA DO CEARÁ NA ERA VARGAS: COTIDIANO, MEMÓRIA E PODER

Atoane do Nascimento Machado³⁷

Busca-se aqui uma interpretação do cotidiano viçosense no contexto da Era Vargas. A briga bipartidária entre *marretas* e *democratas*, a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), o Gabinete Viçosense de Leitura, a União Operária São José, e a construção da Igreja do Céu (capela Nossa Senhora das Vitórias) são elementos importantes para entendermos as relações de poder que operavam na cidade. A Liga Eleitoral Católica (LEC) em Viçosa deu assistência aos *Democratas*, tendo como um dos principais representantes o padre Carneiro. Em oposição, surgiu o Partido Social Democrático (PSD) que abrigou os *Marretas* de Seu Dedé, líder que assumira o poder em Viçosa do Ceará após a revolução de 30. Diante do quadro político que vinha se apresentando é procurado aqui analisar os eventos e acontecimentos que mobilizava as instituições da época, representações das disputas políticas muitas vezes enraizadas por questões familiares e religiosas. O resgate da memória e a correlação existente entre esses pontos são buscados como meio de compreensão dos conflitos políticos/ideológicos no interior do Ceará num tempo de tensão histórica nacional, conhecido como Estado Novo. O trabalho foi iniciado com as leituras bibliográficas acadêmicas e memorialísticas, as discussões no grupo de estudo Cultura Política e Imprensa, que tem acrescentado bastante a esse trabalho, e seguirá com a busca

³⁶ Bacharelando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e bolsista REUNI e orientando PIBIC do projeto 'A influência do pensamento católico na formulação do anticomunismo e sua importância na formação da identidade norte-rio-grandense' orientado pelo Prof. Dr. Renato Amado Peixoto (PPGH/Departamento de História - UFRN). E-mail: antoniofdelelojr@yahoo.com.br.

³⁷ Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, bolsista PET, Grupo de Estudo: cultura política e imprensa. E-mail: atoane.machado@hotmail.com

da documentação: atas das reuniões políticas, jornais que circulavam na época, depoimentos de moradores, entre outros. Todos esses materiais nos permitirão investigar a ação política partidária de marretas e democratas, a atuação da Igreja Católica por meio da LEC e da Legião Operária, o papel da sociedade do Gabinete de Leitura e as relações de poder entre município e estado pela construção da Igreja do Céu homenageando o interventor cearense Menezes Pimentel. Tendo em vista que a pesquisa está em seu começo e aos poucos se modelando é esperado que se possa lapidá-la cada vez mais, buscar por mais fontes de diversos gêneros para que se possa alcançar uma compreensão mais sólida sobre tais questões. Algumas obras da bibliografia local e nacional nos ajudarão nessa empreitada: BARRETO, Gilton. Viçosa do Ceará sob um Olhar Histórico. 648p. 2012; FONTENELE, Eônio Cavalcante. Viçosa do Ceará: Política e Poder. 283p.: Il. 2012; BARRETO, Gilton. História, fatos e fatos de Viçosa do Ceará. 248p. 2006; PACHECO, Valdemir de Castro. Na Porta do Seu Dedé. 106p. 2008; FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida N. O Brasil Republicano. v.2, 376p. 2003.

A “EXPANSÃO DIOCESANA” NO RIO GRANDE DO NORTE (1889-1930)

Gideão Pedro Galvão (Licenciado em História/UNP)

Por muito tempo, os historiadores do primeiro período republicano desconsideraram o papel político desempenhado pela Igreja Católica no imediato pós-1889, priorizando as oligarquias estaduais e o Estado como os sujeitos políticos no tocante ao exercício e à constituição do poder em seus estudos. O Estado aparecia como o supremo dominador da Igreja. Hoje, a historiografia começa a questionar essa visão por meio do estudo acerca da constituição das dioceses brasileiras, que foram fundadas, não coincidentemente, no advento da República. O processo da “diocesanização do catolicismo”, como foi chamado, transferiu a atuação católica para as esferas de poder locais e formou quadros distintos de clérigos, de instituições, de jornais impressos e de colégios com os quais se tornou possível a caminhada lado a lado, embora tensa, entre Igreja, Estado e grupos familiares. Assim, esse processo contribuiu para a constituição da identidade local alicerçada em um ideário religioso católico. Por isso, este trabalho ainda propedêutico tem como objetivo discutir as possibilidades de investigação da expansão da Diocese de Natal e o desenvolvimento da identidade católica norte-rio-grandense durante a Primeira República (1889-1930). Para tanto, ele se debruça sobre os arquivos paroquiais, como os Livros de Tombo, e imprensa católica, como o *Jornal Oito de Setembro*. Não obstante a relevância do tema, não há trabalhos históricos a esse respeito.

A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO DIRETAS JÁ!, O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A LUTA PARLAMENTAR DOS DEPUTADOS FEDERAIS PETISTAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Glauber Eduardo Nascimento Ribeiro Santos³⁸

Este texto tem como objetivo analisar a campanha das Diretas Já pela perspectiva parlamentar, principalmente por meio dos discursos dos deputados federais petistas Eduardo Suplicy e José Genoíno. Genoíno e Suplicy são considerados políticos que fizeram uma carreira parlamentar no Congresso Nacional. José Genoíno teve cinco mandatos consecutivos, sendo eleito nos anos de 1982, 1986, 1990, 1994 e 1998, e Eduardo Suplicy teve o mandato na Câmara dos Deputados nas eleições de 1982 e mais três mandatos consecutivos no Senado Federal, sendo eleito nos anos de 1990, 1998 e 2006. As fontes

³⁸ Mestre em História pela UFMG, glauberduardo@uol.com.br

utilizadas são os discursos encontrados no Diário do Congresso Nacional, Seção I, publicado entre os anos de 1983 e 1984 e disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Ao total são dez (10) discursos que retratam a atuação parlamentar petista na campanha Diretas Já. Em termos de análise bibliográfica, os principais trabalhos analisados foram o de Margareth Keck - *PT: A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira* (1991), o de Oswaldo Amaral - *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90* (2003), o de Ângela Peralva Baumgratz Marques - *Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002* (2005), o de Daniel Aarão Reis - *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas* (2007) e por fim, o trabalho de Boris Fausto - *História do Brasil* (2009). Tal literatura dimensiona a opção pela luta nas ruas, mas ignora a luta parlamentar, na medida em que limita uma análise do Partido dos Trabalhadores, colocando a campanha como um acontecimento político que fez parte da vida partidária do PT. Pretende-se com este trabalho, contribuir com a historiografia sobre a campanha das Diretas Já, ressaltando a luta parlamentar e institucional travada no Congresso Nacional por meio tanto da análise de discurso proposta por John Pocock, em *Linguagens do ideário político* (2003), e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em *Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia* (2009), quanto de uma análise da atuação parlamentar, considerando as propostas de Maurice Duverger, em *Os partidos políticos* (1970), Robert Michels, em *Sociologia dos partidos políticos* (1982), e Angelo Panebianco, em *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos* (2005). O objetivo do texto é compreender a luta e a função do parlamentar como ator político importante na vida partidária, especificamente o caso dos deputados federais petistas no movimento Diretas Já.

ESPAÇOS DE SABER E DE POLÍTICA: INTELECTUALIDADE CATÓLICA E CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA EM FORTALEZA (1934-1945)

Janilson Rodrigues Lima³⁹

O trabalho que será apresentado tem como objetivo analisar como um grupo de intelectuais católicos de Fortaleza se organizou de forma estratégica junto a alguns espaços de saber dentro da cidade que acabou por possibilitar uma consolidação política desse grupo no Estado do Ceará e ainda conseguindo alcançar cargos de confiança no Governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1934 a 1945. As estratégias que esse grupo usou para conseguir essa articulação e a construção de uma cultura política naqueles anos, são alguns dos pontos que esse trabalho pretende discutir dentro de uma perspectiva teórica e metodológica da História Cultural. O grupo abordado no contexto supracitado tem como atores principais Menezes Pimentel, Raimundo Alencar Araripe, Andrade Furtado, Waldemar Falcão e Luis Sucupira. Esses cinco personagens cearenses formavam a linha de frente nas ações dessa intelectualidade católica cearense naquele período, primeiro consolidando este grupo politicamente a nível Estadual, contando com o primeiro no cargo de Governador do Estado do Ceará e o segundo como Prefeito de Fortaleza. Os dois últimos fazem uma articulação com o Governo Federal, assumindo cargos na câmara federal e até mesmo alguns ministérios do Governo de Getúlio Vargas. Andrade Furtado era peça chave nessas ações e nas posições ocupadas por esta intelectualidade, pois ele como redator chefe do jornal católico "O Nordeste", espaço este que foi utilizado para divulgar as ações desse grupo, além de se constituir também um espaço de agitação política. Além desse espaço, outros também foram usados por este grupo de intelectuais católicos como o Instituto Histórico do Ceará, a Academia Cearense de Letras e a Associação São Vicente de

³⁹ Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente é professor na Faculdade Ratio, ministrando a disciplina de Formação Sócio-Histórica do Brasil no curso de Serviço Social. E-mail: janilsonhistoria@gmail.com

Paulo. Todos estes espaços foram frequentados pela maioria desses intelectuais citados e eram usados como locais de articulação do grupo, assim como locais de sociabilidade daqueles intelectuais o que proporcionou um fortalecimento desses integrantes no contexto político da cidade de Fortaleza. O que proporcionou na ocupação de alguns cargos políticos de importância dentro e fora do estado do Ceará, por parte dessa intelectualidade. Usaremos como fonte de pesquisa alguns jornais do período, como o jornal católico, O Nordeste, e o jornal O povo que fazia oposição ao grupo católico. Além de algumas revistas do Instituto Histórico do Ceará, da Academia de Letras e da Associação Vicentina. Usam-se também cartas que foram trocadas entre estes intelectuais e o Presidente Getúlio Vargas, entre outras fontes. Usamos como conceitos de espaço e de estratégia a abordagem de Michel de Certeau e o conceito de cultura política da autora Ângela de Castro Gomes. Espera-se com o atual trabalho contribuir com a História Política do Estado do Ceará, assim como compreender os espaços que eram usados estrategicamente por estes intelectuais na divulgação e consolidação de suas ideias. O que possibilitou a consolidação política desse grupo naquele contexto político de 1934 a 1945.

A CONSTRUÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA (1949-1965)

Marcondes Alexandre da Silva⁴⁰

Bartolomeu Humberto de Souza⁴¹

A história do Rio Grande do Norte no século XX é marcada pelas práticas oligárquicas de diversas famílias que se reparam no comando da política potiguar. Nesse contexto, o personagem aqui focado, o Major-Coronel⁴²Theodorico Bezerra (1903-1994), que entre os anos de 1949-1982, reconstruiu as próprias memórias e estabeleceu sua história no imaginário da política local e regional, até certo ponto nacional. Aparece como um caso *sui generis* na história política norte-rio-grandense, haja vista ele usar do que tinha como sua posse ou do que ocupava, seja público ou privado, físico ou simbólico, como suporte para ser lembrado e criar uma memória política de si. Nesta perspectiva, destacamos a Fazenda Irapuru (Tangará/RN), “o Grande Hotel” (Natal/RN) e a presidência do Partido Social Democrático (PSD) no RN (com sede física em Natal/RN), como três pontos referenciais-lugares de memória-para criação, reformulação ou estabelecimento de uma memória coletiva sobre si, para analisar como ele trabalhou a própria imagem e/ou uma figura pública dela, ao utilizar-se do que tinha ao alcance: dinheiro, terras, poder, influência nos espaços sociais, políticos ou econômicos que ocupava nas instituições públicas e particulares. Nós usamos alguns recortes de jornais e obras escritas (biografias/monografias/dissertações), que falam dele como criador/(res)significador dos seus próprios lugares de memória. Buscamos entender como ele estabeleceu estes espaços, a partir dos lugares ocupados. O Major-Coronel erigiu uma memória social de si, a qual analisamos a partir das obras de autores que discutem o estudo da memória no campo

⁴⁰ Autor-Graduado em Licenciatura Plena em História pela UEPB, Professor da SEEC/RN, Diretor do SINTE/RN e estudante do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPB-Email: irmaomarcondes@bol.com.br.

⁴¹ Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri-URCA; Especialista em Prática Docente do Ensino Superior pela Faculdade Integradas de Patos/FIP; e Discente do PPGH UFPB. Email: bartolomeuhumberto@yahoo.com.br.

⁴² Esta palavra composta, Major-Coronel, de certo modo serviu para classificar o poder e a autoridade exercida por Theodorico Bezerra, que não dispunha de nenhuma destas patentes das forças armadas brasileiras, porém era considerado como tal pelos seus contemporâneos.

social, entre eles destacamos: Halbwachs (1990), Bosi (1994), Le Goff (2003), Nora (1993), Pollak (1989), Menezes (1992). Como também, autores que tratam sobre o Major-Coronel: Bezerra L. G.(1982), Bezerra, M. N.(1987), Confessor (2006) e Silva, M. A. (2010), para entender como ele trabalhou lugares físicos e simbólicos da própria memória no espaço e no tempo, ao ponto de criar uma memória coletiva de si nos diversos grupos e espaços que transitou.

RIXA DE SANTANOPOLE: MEMÓRIA SOCIOPOLÍTICA DOS CORONÉIS EM SANTANA DO CARIRI NOS ANOS 20 E 30.

Matheus Cândido Neves⁴³

O presente artigo tem como objetivo resaltar a atuação coronelística no município de Santana do Cariri (no recorte temporal que utilizo era chamada Santanopole) no século XX, onde relatarei através da memória dos habitantes dessa cidade os aspectos vividos e presenciados por estes. Na qual, está remetido a um palco de intensas oscilações justificada por um fenômeno comum na região do cariri – o coronelismo -, que esteve intimamente associado à sociabilidade do município e sua formação política. Através deste, manifestaram rupturas e permanências ao decorrer de sua trajetória política, articuladas a uma manifestação singular de poder/autoridade no seu espaço organizacional orquestradas pela atuação dos coronéis - Felinto da Cruz Neves e Manuel Alexandre de Sá – latifundiários e comerciantes de sucesso na região, que já haviam ganhado um enorme renome político e econômico na cidade. E através de suas manobras de poderes e pretensões de ampliação de domínio neste espaço específico, orquestrando com mais intensidade nas décadas de 20 e 30 um notório poder político e econômico de domínio e manipulação através de suas manobras de interesses visando à prestação de favores. Na qual, por diversas vezes, resultou em conflitos armados outorgados por sua imposição e aplicação de ordens coronelísticas, fenômeno que se tornou presente nesta cidade. E nessa perspectiva, irei atribuir a representação do coronelismo para designar as variadas formas de práticas arbitrárias de manifestação de poder neste lugar específico. E, para tanto, resaltarei a partir de relatos da memória de jagunços, que mesmo jovens, se intitulavam “gente do coronel.” Pessoas que estiveram relacionadas tanto direta, como indiretamente a esse contexto. E também utilizarei cartas e um testamento da esposa do Coronel Felinto da Cruz Neves. Buscando justificar a partir de uma perspectiva histórica as experiências sociais de pessoas desse espaço organizacional, para assim justificar as configurações sociais, econômicas e simbólicas do coronelismo, na qual representou continuidades através de

⁴³ Discente na Graduação em Licenciatura Plena do Curso de História pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência - PIBID. Membro do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiental – NEHSA. Email: candido555@live.com

seus desdobramentos históricos ainda tão visível na conjuntura política santanense, entrelaçados as condições básicas de força e liderança, que as criaram e produziram.

ARRAIAL MOURA BRASIL X PROGRESSO URBANO: O INCÔMODO E A NECESSIDADE

Angerlânia da Costa Barros⁴⁴

Organizar o espaço urbano brasileiro e buscar soluções para os problemas habitacionais são funções dos Governos Federal, Estadual e Municipal, desde a lei de 21 de agosto de 1964, no contexto da Ditadura Militar. Contudo, o problema habitacional está presente nas cidades brasileiras até os dias de hoje. Porém, o pior é perceber o quanto essa questão ultrapassou os limites urbanos e tornou-se um revés social na medida em que o Governo passou a dividir o espaço urbano entre as classes sociais, beneficiando os que podem pagar pelos melhores terrenos. A nível local, isso se tornou ainda mais forte. A capital cearense, a partir da década de 70, iniciou um programa de desfavelamento nas áreas centrais e valorizadas da cidade, aproveitando-se das PH's e do apoio dos militares, já que estes almejavam desenvolver e ordenar o espaço urbano. E, apesar de todo o discurso político e as ações assistencialistas da Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF) usados para construir uma imagem de benefício social para esses moradores pobres, a grande marca dessa desfavelização foi a prioridade pela questão urbana, com a construção de grandes obras viárias e, sobretudo, a consequente segregação sócio-espacial. O trabalho pretende refletir acerca do ordenamento urbano pelo qual passou Fortaleza no início dos anos de 1970, analisando como os principais objetivos do projeto de Modesto (1963) e do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF-1972) influenciaram na “expulsão disfarçada” dos moradores do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon. Buscamos discutir acerca da FSSF como um instrumento da política de exclusão urbana na cidade de Fortaleza e analisar a remoção dos moradores do Arraial Moura Brasil ao Conjunto Marechal Rondon, entre os anos de 1972 a 1974. Sabemos que um dos motivos para essa mudança espacial foi a construção da Avenida Leste-Oeste, ou seja, o principal aspecto dessa exclusão, além da retirada e do afastamento de pessoas pobres do Centro da capital, como forma de desenvolver a infraestrutura da cidade e “limpar” os vestígios de miséria e desarmonia urbana, foi negar aos antigos moradores do espaço em que foi posta a avenida, o usufruto de seus benefícios. Analisando as propostas dos planos urbanísticos da época, percebemos que o problema favela incomodava os administradores da capital e, também, os ricos. Aqueles pela dificuldade de garantir na cidade um desenvolvimento harmônico de suas funções urbanas e de lazer e estes por terem de dividir os mesmos espaços com os favelados. Tanto os planos urbanísticos de Fortaleza como a política habitacional nesse período objetivavam extinguir as favelas, pois o progresso urbano só seria alcançado sem a presença delas.

⁴⁴ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Ceará. Contato: angel_htaa@hotmail.com.

ST 7. HISTÓRIA DA MORTE E DOS MORTOS

Coord. Cícero Joaquim dos Santos (Doutorando em História/UFC);

Francisca Eudésia Nobre (Mestranda em História / UECE);

AS SENSIBILIDADES RELACIONADAS À EXPERIÊNCIA DA MORTE EM FORTALEZA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

Pedro Holanda Filho*

Entendendo que as sensibilidades são formas de agir e pensar, de apreensão, de ser e estar no mundo, e que no contexto da morte são mais latentes, permitindo o indivíduo redimensionar a própria vida, o presente trabalho trata da produção discursiva e dos registros escritos sobre a morte e morrer, problematizando através das sensibilidades na cidade Fortaleza - CE, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Busca-se compreender os sentidos, as emoções e os valores relacionados com a experiência da morte, tomando-a como um fenômeno envolvido pelos sentimentos de gratidão, afeto, preocupações recíprocas, num cenário em que há uma religião bem estabelecida – o catolicismo – e as formas de expressar a religiosidade se dá das mais diversas formas para os sujeitos que vivem essa experiência. Este estudo opta, metodologicamente, por construir categorias interpretativas como categorias de dor: tristeza, agonia, sofrimento, angústia; e categorias de preocupação recíproca: afetos, gratidão e ressentimentos. O presente estudo traz como fontes privilegiadas corpos documentais que expõe dizeres sobre os fenômenos da morte e do morrer, a fim de compreender as sensibilidades de seus autores, seus desejos e as modificações em torno destes fenômenos. Para tanto, alguns tipologias documentais ganham destaque, como: a) as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, uma legislação que preconiza modos de tratar o morto e a morte; b) o “Ceará Médico” — um espaço onde se expressava saber médico-científico acerca das questões tanatológicas e os periódicos “Cearense” e “Unitário” — jornais laicos e independentes, onde podemos ver, por exemplo, a propagação e inserção dos saberes médico-científicos num diálogo mais próximo com a sociedade; c) escritos de memorialistas produzidos no ou sobre o período aqui indicado — caminho de aproximação com o tempo a ser estudado e de aguçamento da nossa capacidade de percepção das sensibilidades; d) Testamentos e inventários — possivelmente, a principal fonte desse trabalho por ser o espaço privilegiado para a expressão das sensibilidades em torno da morte. Estes documentos encontram-se disponíveis em espaços como a Biblioteca Pública Menezes Pimentel, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, e a Academia Cearense de Letras e Arquivo Público do Estado do Ceará.

* Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Ceará; bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-HISTÓRIA-MEC/SESu). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa História e Documento: Reflexões sobre Fontes Históricas – GEPHD, do diretório de grupos do CNPq. fholandapedro@hotmail.com.

LEVANTAMENTO DO CAMPO LEXICAL DAS CAUSAS DE MORTE EM CERTIDÕES DE ÓBITOS DO SÉCULO XIX

Fernanda Kécia de Almeida

Este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento do campo lexical que diz respeito as causas de mortes registradas em certidões de óbitos, manuscritas no período de 1800 à 1900, na região do Vale do Jaguaribe. As certidões fazem parte do Acervo Histórico do Palácio Episcopal de Limoeiro do Norte. As mesmas foram manuscritas pelos padres que eram os encarregados de tal função, uma vez que não havia cartório na região. Segundo CHAVES (2010) devemos considerar a importância dos registros paroquiais de óbitos como fonte de pesquisa para o estudo do passado, sobretudo, neste momento em que vemos o quanto o estudo sobre as doenças, a saúde e a morte, tem se constituído em área de crescente interesse para a historiografia brasileira. Uma vez que encontramos, e analisamos vocábulos como: estupor, asphostema, phitysica, erisypela, influenza dentre outros, estamos contribuindo diretamente não só para os estudos do acervo da Língua Portuguesa, mas também para os estudos sobre as doenças, a saúde e a morte.

UM CRIME E MUITAS VERSÕES: MARIA DAS QUENGAS E A IDENTIDADE DE “SANTA”

Ruan Carlos Mendes*

Maria Agostinho dos Santos foi brutalmente assassinada na zona rural do município de Russas-CE, no ano de 1893. O crime, segundo os relatos orais dos moradores da localidade Pitombeira II, chocou a sociedade da época, pois o crime foi frio e sem escrúpulos. O assassino, que segundo o memorialista local Aírton Maranhão, chamava-se Antônio Meireles, “esquartejou” a vítima, chegando a arrancar sua língua, olhos e nariz com as próprias mãos. Diante da resistência de Maria Agostinho, Antônio Meireles, com um machado, decapitou sua vítima e cometeu o crime de necrofilia, ou seja, praticou o ato sexual com o corpo de sua vítima. Maria Agostinho era também conhecida como Maria das Quengas. Relata a tradição oral, que a alcunha que atribuíram à Maria está relacionada ao fato de que ela costumava carregar, amarradas à cintura, quengas de coco, que ela utilizava para esmolar e se alimentar. As esmolas seriam arrecadadas para distribuir com os mais carentes. Segundo a tradição oral, Maria foi assassinada brutalmente numa tentativa de estupro. Ao morrer defendendo sua honra virginal, Maria transformou-se numa espécie de Mártir. Esse e outros elementos colaboraram para o surgimento de um tímido culto à sua memória. Assim, ao longo do século XX, esse culto continua em construção, sendo atribuída a “Maria das Quengas” uma “identidade” de “santa”. No local onde foram encontrados os restos mortais de Maria das Quengas, foi colocada uma cruz, local onde os devotos depositam flores, acendem velas e fazem seus pedidos e agradecimentos à “santa popular”, sendo um lugar de visitação, principalmente no dia 02 de novembro, dia de finados. Vários são os relatos de graças concedidas pelos poderes milagrosos de Maria. As práticas devocionais à Maria das Quengas vêm sendo construídas/reelaboradas ao longo das gerações de devotos através da oralidade. Cada geração incorpora ao seu culto os anseios

* Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM). Graduando em História, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Ruan.carlos.mendes@hotmail.com

e angústias de seu tempo e espaço, buscando nessa relação com a martirizada Maria das Quengas um contato mais direto com o sagrado, esperando receber através dela o socorro para os problemas encontrados na busca pela sobrevivência no sertão Nordestino, onde a chamada religiosidade popular é muito marcante e presente na vida dos sertanejos.

“AGORA E NA HORA DE NOSSA MORTE, AMÉM!”: PRÁTICAS FÚNEBRES NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA-CE (1960-1980).

Anderson Coelho da Rocha*

Embora sempre presente em nossas vidas, os mistérios que cercam a morte acabam nos instigando e gerando vários sentimentos, tais como: a angústia, a incerteza e o medo do desconhecido. Pois, aqueles que se foram não relataram aos que aqui ficaram. Para o homem Cristão a morte não representa o fim. Pois, para aqueles que acreditam no plano espiritual, a morte representa apenas a finitude humana, e marca o começo da vida espiritual, significando assim, que o ser humano teria de preparar sua passagem ao mundo do desconhecido. A confrontação do homem com a morte um sentimento de pânico e temor que vem a serem amenizados a partir da atribuição de significações que remetam a uma ideia da continuidade da existência humana, por meio de tais significados é que a sociedade organiza sua vida. Trata-se, portanto, aqui, de encarar a morte não apenas como um fim, mas também como participante da construção social humana. A presente Pesquisa tem por finalidade compreender as Práticas Fúnebres no município de Jaguaruana, cidade do interior cearense, localizada na microrregião do Vale do Jaguaribe, Nesse recorte, a problemática foi direcionada para as representações dos ritos fúnebres para os entrevistados, buscando compreender como as pessoas que participavam dos velórios se comportavam em relação às praticas fúnebres, tomando com fonte as narrativas de cristãos católicos, buscamos perceber como ocorriam às sentinelas, como eram os velórios, como ocorriam os enterros em redes, os sacramentos administrados, o luto assumido pela família, o significado das vestes mortuárias, conhecidas como mortalhas, e como eram realizados os velórios de “anjinhos”, buscamos perceber com essa pesquisa como os Cristãos Católicos, se relacionavam com as práticas fúnebres no período recortado pela pesquisa, e como as eram as representações Fúnebres da sociedade Jaguaruanense. Para isso utilizaremos a metodologia da história oral, buscando a partir dos relatos dos entrevistados, e do entrecruzando desses relatos, buscamos perceber como a população do município de Jaguaruana-Ce relacionava-se com a morte e o morrer, nas décadas de 1960-1980.

*Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM). Graduando em História, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).
[anderson.rocha@aluno.uece.br/](mailto:anderson.rocha@aluno.uece.br) andersoncdr@gmail.com

UM CANTO À VIDA ETERNA: MEMÓRIAS DAS INCELENÇAS DE BARBALHA-CE

Emmanuela Harakassarar de Lima⁴⁵

Este trabalho tem como objeto de estudo a construção das memórias sobre as Incelenças. Este é um grupo de religiosas, católicas, em maioria idosas, que no passado mantinha a tradição de cantar para as almas dos mortos nos ritos fúnebres rurais do sítio Cabeceiras e de suas adjacências, na zona rural do município de Barbalha, na região do Cariri cearense. As incelenças, excelências ou incelências eram os cantos entoados no momento da morte e tinham a função de encomendar a alma do morto, facilitando a sua passagem para o outro mundo. Logo, elas integravam os ritos de separação. De acordo com João José Reis, “Tristes incelências (orações em verso) e benditos eram recitados aos pés do morto, mais uma referência ao movimento, a separação”.⁴⁶ Posteriormente, o termo incelença passou a ser usado para identificar as próprias mulheres que cantavam nas sentinelas. Para elas era dada a função de encaminhar a alma do moribundo para o Além, sendo esse ritual um ato indispensável para a boa morte entre os católicos. Dialogaremos com o conceito memória social abordado por James Fentress e Chris Wickham. Para estes, a memória se divide em dois segmentos. Há uma parte objetiva, que serve de contendor de fatos. E há uma parte subjetiva, que abarca informações e sentimentos que nos integram e que, portanto, são relevantes para nossa vida em sociedade e, por conseguinte, identidade social.⁴⁷ Nesse direcionamento, as memórias individuais elaboradas por cada narrador faz referência à coletividade. Assim, elas expressam saberes individuais que, no entanto, abarcam experiências sociais, pois os sujeitos históricos vivem estabelecendo relações e diálogos com os outros. Nesse sentido, nossas memórias têm ao mesmo tempo um aspecto pessoal (individual) e outro social.⁴⁸ Tomamos como sujeitos do trabalho as mulheres que formam o grupo de Incelenças de Barbalha. Daremos destaque às memórias e representações que elas construíram (e constroem) sobre si e sobre os ritos fúnebres. De igual modo, agentes culturais que integram ou prestam serviços à Secretaria de Cultura de Barbalha são sujeitos da pesquisa, uma vez que suas narrativas também concorrem na elaboração das memórias e representações sobre as Incelenças por meio das apropriações que realizam destas. Quanto às fontes escritas, destacaremos os registros dos folcloristas sobre ritos fúnebres no Nordeste brasileiro. Também utilizaremos jornais, além de materiais disponíveis nos sítios virtuais do Cariri que mencionam as tradições fúnebres e a atuação das Incelenças nos festejos religiosos da região.

⁴⁵ Graduada em História pela Universidade regional do Cariri-URCA. Harakassara@gmail.com

⁴⁶ *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 89.

⁴⁷ FENTRESS, James; WICKHAM, CHRIS. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992, p.17.

⁴⁸ *Ibidem*, p.20.

O CHORO DAS ALMAS NA TRADIÇÃO ORAL DE SERTANEJOS CEARENSES

Cícero Joaquim dos Santos⁴⁹

Esta pesquisa historiciza a tradição oral sobre as almas na região do Cariri cearense. Objetivando compreender as crenças religiosas sobre os mortos a partir das memórias de idosos católicos e de seus familiares, a pesquisa problematiza as tradições orais tocantes às temporalidades da vida e da morte, bem como os transcurso das almas no Além e suas manifestações no mundo dos vivos. Mediante o diálogo entre as memórias e sensibilidades dos narradores, o trabalho vem sendo desenvolvido a partir dos usos da metodologia da história oral, confrontando as fontes orais com os registros oficiais da cristandade e os escritos dos folcloristas sobre a morte e os mortos nas crenças e práticas religiosas dos sertanejos cearenses. Um dos aspectos destacados pelos entrevistados diz respeito à escuta do choro dos pagãos. Segundo os narradores, as almas das crianças que faleceram sem receberem o sacramento católico do batismo, identificadas como pagãs, choram antes de completarem sete anos. Elas ficam presas no mundo terreno, não adentrando, portanto, a *geografia do Além Cristão*, composto pelo Paraíso, o Purgatório, o Limbo e o Inferno. Conforme as memórias registradas, outrora, a idade dos sete anos estabelecia o limite temporal da idade dos anjos, criaturas santas inventadas a partir da morte de crianças batizadas. Nas tradições orais e nos escritos dos folcloristas, a lamentação dos pagãos representa o pedido para que os vivos realizem seu batismo mesmo depois de morto. Para a realização desse ritual, alguns narradores apontam que é necessário lançar água sobre o túmulo onde o corpo fora sepultado e pronunciar as palavras: - eu te batizo José, caso seja menino, ou Maria, se for menina, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém. Outros fiéis descartam a necessidade de pronunciar tais palavras perante o túmulo do pequenino, bastando apenas anunciá-las onde eles estiverem, apontando na direção do choro triste e meloso, quando escutarem os rumores do outro mundo. De toda forma, as crenças sobre o choro das criancinhas pagãs evidenciam continuidades de antigas atitudes perante a morte e os mortos no imaginário dos sertanejos.

⁴⁹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista FUNCAP. Pesquisador do Laboratório de Imagem, História e Memória (LABIHM/URCA), e do Núcleo de Pesquisa em Ensino de História e Cidadania (NUPHISC/URCA). E-mail: cjoaquims@yahoo.com.br.

ST 9. HISTÓRIA E DIREITO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.

Daniel Camurça Correia

A CIDADE COMO LUGAR DE JUSTIÇA: A PRÁTICA DO PODER JUDICIÁRIO NA ESPACIALIDADE SERTANEJA. (SENADOR POMPEU-CE – 1901 A 1930).

Lucas Pereira de Oliveira⁵⁰

A história e o direito são ciências que compartilham essências aparentemente próximas, almejam explicar um acontecimento e reconstruir a “verdade” sobre ele. Neste trabalho, fruto da dissertação ainda em curso de mestrado em História intitulada: A cidade como lugar de conflito: violência, justiça e civilização em Senador Pompeu-CE (1901-1930), busca analisar, através dos processos-crimes, as práticas de violência e civilização em Senador Pompeu/CE. Além de compreendermos como tais cenas de violência são postas na fonte jurídica, procuramos identificar os sujeitos envolvidos na “(re) construção” dos crimes, analisando seus papéis, hábitos e costumes influenciados pelas discussões sobre civilidade nas cidades do Ceará. Como desdobramento dessa pesquisa, apresenta-se nesse momento o segundo capítulo da mesma que analisa essencialmente a maneira como o poder judiciário lidou com as conflitualidades dessa cidade. Em nossos devaneios iniciais, a primeira interrogação que nos vem é exatamente a seguinte: de que maneira o Poder Judiciário estabeleceu suas práticas e lidou com as relações de conflitualidades dessa pequena cidade do interior? A resposta nos parece surgir outras importantes hipóteses, afinal, no instante em que os fatos se transformam em versões, o real perde sua importância e o debate se dá através dos operadores do direito. As práticas judiciais são experiências carregadas de subjetividades, e o espaço onde ocorre esse exercício do direito, da justiça, da lei “(...) é também um lugar formado por indivíduos de uma sociedade que produz, dentre outras coisas, a própria lógica dos tribunais.” (FOUCAULT, 1999). Deste modo, o acontecido passa a ser representado a partir de um traçado de normas. Porém em meio a essa impassibilidade propostas na lei, os sentimentos como amor e ódio; arrependimento e orgulho; vergonha e dor se inserem nessa busca por reconstruir o fato. Diante disso quais personagens, rituais, discursos e práticas a justiça apresentavam nesse contexto? Apoiados em referenciais teóricos como Foucault, Correa, Schritzmeyer e Santos e com o auxílio dos decretos de atos republicanos do Poder Judiciário, Constituições 1824/1891, Código Penal 1891, mensagens dos presidentes do Estado, matérias de jornais e os processos criminais da comarca ousamos conhecer o cotidiano de seus habitantes diante do Poder Judiciário, e como os agentes do direito, entenderam o uso da violência, por parte da população pobre, como forma de resolver suas querelas. Assim, tais temáticas (violência, justiça, cotidiano) passam a ser descortinados pelos olhos atentos do historiador e apoiados pela nova história cultural.

⁵⁰ Discente do Mestrado em História e Culturas da UECE. Também discente na modalidade sanduíche do programa de pós-graduação da PUCRS. Bolsista CAPES. lukaspereira2@hotmail.com.

HISTÓRIA SOCIAL DA PENA DE MORTE NO CEARÁ (1830-1843)

Diego Gomes da Silva⁵¹

Maria Alexandra Moreira Ribeiro⁵²

A temática proposta neste projeto é de extrema importância para a compreensão de problemas históricos como a relação entre a estrutura social vigente no Brasil Imperial, tendo como foco a Província do Ceará entre os anos de 1830 e 1843, e a constituição da Legislação como forma de organização do Estado. Os problemas que surgem de partida são vários como ; Qual a relação da Pena de Morte com a dinâmica social do Ceará Imperial? E por que da permanência da punição capital advindas das Ordenações Filipinas? Quais os indivíduos que eram punidos com a pena de morte e qual a relação punitiva com a letra da lei positivada?⁵³A presente pesquisa tem por objetivo compreender a relação da pena da morte com o sistema sócio-político entre os anos de 1830 e 1843 utilizando como fonte além dos códigos a correspondência oficial entre os presidentes da Província do Ceará e os ministros da Justiça buscando analisar quando, onde e por que se deram as execuções e quais os perfis dos indivíduos acometidos com tal penalidade no Ceará usando como fonte as correspondências oficiais entre os presidentes da Província do Ceará e os Ministros da Justiça assim como os códigos: Penal de 1830 ,Constitucional assim como decretos.

Os métodos investigativos e interrogativos, baseando-se em autores como Jacques Le Goff⁵⁴ e Carlo Ginzburg⁵⁵, de pesquisa têm por objetivo compreender como os códigos são aplicados pelas autoridades cotidianamente na Província do Ceará observando as relações de poder envolvidas na estruturação sócio-política da Província. A Pena de Morte que será analisada na sua estruturação, observando para isso, a preocupação em alicerçá-la em bases filosóficas morais com base na preocupação de forjar uma opinião pública de apoio a aplicação da pena última tendo em vista que o Brasil busca através do seu primeiro código penal figurar no quadro internacional como um Estado independente e moderno.

⁵¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará. Email:diego_gomes2@hotmail.com

⁵² Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará. Email:alexandramoreira.r@hotmail.com

⁵³ PIERANGELLI, José Henrique, Códigos penais do Brasil: evolução histórica – Bauru, SP: Javoli, 1980. O referido autor ao trazer a compilação do primeiro código imperial, que pode ser encarado dentro do quadro político internacional como o processamento de um ordenamento jurídico autônomo a Portugal e as Ordenações Filipinas que regiam o Reino anteriormente a emancipação política-administrativa do Brasil em 1824. A elaboração do código penal brasileiro em 1830 mostra o processo gradativo de construção do Brasil.

⁵⁴ LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

⁵⁵ GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O FASCISMO COMO MODELO: INCORPORAÇÃO DA “CARTA DEL LAVORO” NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930.

Fabio Gentile⁵⁶

A questão da incorporação da “Carta del lavoro” fascista italiana (1927), na legislação social brasileira de 1930 e 1940 começa logo após a revolução de 1930 e continua sendo até hoje o centro de uma controvérsia, especialmente no campo jurídico, também em consideração do que o modelo corporativo varguista ainda é a espinha dorsal da atual organização sindical brasileira. O debate parece polarizar-se em torno do confronto entre aqueles que defendem a tese de que a legislação brasileira é uma “cópia” da “Carta del lavoro” e aqueles que tendem a dissociar-se do documento italiano para apoiar a tese da originalidade e novidade das leis varguistas em matéria de proteção do trabalho. Nem a historiografia mais crítica sobre o assunto parece sair deste *impasse*, uma vez que reconhece apenas a matriz fascista das leis sociais, sem reconstruir as causas e as trajetórias do complexo processo de assimilação do modelo jurídico fascista italiano. Com base na historiografia sobre fascismo, corporativismo, autoritarismo e “Era Vargas”, bem como nas principais obras jurídicas italianas e brasileiras da época (Alfredo Rocco, Carnelutti, Oliveira Vianna), pretendemos abordar a questão da incorporação da “Carta del lavoro” na legislação trabalhista brasileira com um enfoque metodológico e analítico mais produtivo para o avanço do debate.

O objetivo é abrir um diálogo entre o debate sobre o fascismo como fenômeno em andamento, pensado no cerne da modernidade do século XX, e aquele processo de “circulação-compartilhada” de ideias em nível global entre as duas guerras mundiais, de forma a analisar como, a partir do modelo italiano, ele foi recebido e reelaborado no nacionalismo autoritário brasileiro de 1930. Vamos tratar, portanto, o triunfo do corporativismo durante a Era Vargas, tentando responder a uma das principais questões surgida ao longo do trabalho. Como e em que medida os intelectuais e os juristas que auxiliaram Vargas na construção do Estado corporativo receberam o modelo do jurista italiano Alfredo Rocco, pensado claramente para um Estado totalitário, modificando e adaptando-o de uma forma compatível com via brasileira para o Estado autoritário? Nesta perspectiva, na segunda parte do trabalho, pretendemos analisar a “Revista do trabalho”, pois ela foi um dos principais laboratórios da apropriação do direito corporativo fascista dentro da legislação trabalhista brasileira de 1930. O nosso recorte cronológico divide-a em dois períodos, o primeiro de 1933 a 1935, de construção da legislação social-trabalhista, e o segundo de 1937 a 1944, da consolidação de um direito trabalhista brasileiro.

SABER JURÍDICO E POLÍTICAS PRISIONAIS NO BRASIL: DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA.

Hugo Pessoa Cordeiro⁵⁷

O presente trabalho se propõe analisar as relações entre o saber jurídico e as políticas carcerárias vigentes no Brasil desde o império até a primeira república. Entender como se deu a leitura e interpretação das doutrinas liberais e positivista pelos bacharéis e intelectuais

⁵⁶ Professor adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Fortaleza. E-mail pra contato: fabio_gentile@ymail.com

⁵⁷ O autor é graduando no curso de licenciatura em história pela UFC. E-mail: hugascordeiro@hotmail.com

brasileiros, com vistas a adequarem à realidade brasileira as experiências penais e sociológicas que ocorriam na Europa do século XIX, é um dos objetivos desse trabalho. Como os juristas brasileiros, a maioria proveniente das elites, tentaram conciliar as idéias de liberdade ante aos abusos do estado, e por outro lado, a idéia de efetiva igualdade entre todos os cidadãos, frente a um emergente crescimento das camadas trabalhadoras urbanas e aumento da população livre, com a posterior abolição da escravatura, é uma contradição que permeia as reflexões sobre as políticas liberais ao tempo do império e instauração da república, no tocante ao modo de disciplinamento, controle e encarceramento dos segmentos considerados “perigosos” para as elites.

Na trajetória do Direito Penal, o surgimento da nova Escola Positiva foi um importante passo no entendimento do crime no que toca à individualização da pena, pois a partir daí o crime não passaria mais a ser visto como um ente abstrato, “mas como uma ação humana determinada por circunstâncias de natureza predominantemente social.”⁵⁸ Portanto, entender como as idéias e práticas importadas repercutiram nas novas configurações urbanas que marcaram a transição do Império para a República é um dos pontos a serem discutidos no presente trabalho. Por fim, o objetivo primordial é fomentar o questionamento sobre se a prisão cumpre com a função ou o desiderato que foi definido consonante com saberes jurídicos normativos a seguir: função de retribuição, onde prevalece a função básica da prisão que é o castigo. Função intimidativa, onde a prisão teria o caráter de exemplo. Ressocializadora; em que a prisão seria um lugar de instrumento de educação para a liberdade, e por fim a função de Incapacitação, onde o enclausurado é impedido, afinal, de cometer novos delitos em meio livre.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E HISTORIOGRAFIA: OLHARES AO PASSADO DIVERGENTES

Gisele Iecker de Almeida⁵⁹

Este artigo argumenta que a justiça de transição opera em uma compreensão histórica pré-moderna, e discute suas implicações no contexto dos projetos e iniciativas atualmente em curso no Brasil. A filosofia da história informando a justiça transicional parece divergir consideravelmente da filosofia da história que informa a historiografia contemporânea. Sua crença fundamental em direitos humanos universais associa a perspectiva de justiça de transição ao debate do fim da história. Seu foco em 'vítimas' (em vez da preferência historiográfica pelos "vencidos") questiona a irreversibilidade da flecha do tempo, e gera o imperativo ético de reformulação ou "desfazer" de alguma forma o passado. Um conjunto de medidas destinadas a "colocar o passado em dia", como reparações ou processos criminais, são implementadas com o objetivo de influenciar o futuro, em mais uma reviravolta temporal. A meta de evitar a repetição de violações de direitos humanos ("nunca mais") é um caso claro de "aprender com o passado que infere a repetição de acontecimentos, o que conecta o discurso de justiça de transição com o modelo pré-moderno de história da *historia magistra vitae* ('história mestra da vida'). A crença central de comissões da verdade é que expor a verdade permite que uma sociedade siga em frente, trazendo um "fechamento" a

⁵⁸ SILVA, Evandro Lins e. IN: LEAL, César Barros. Prisão crepúsculo de uma era. Belo Horizonte. Del Rey. 1998.

⁵⁹ Doutoranda em História, Universiteit Gent, grupo de pesquisa em Meta and Public History. E-mail: gisele.ieckerdealmeida@ugent.be

passados conflituosos. O reconhecimento de vítimas é um primeiro passo, geralmente seguido pela tarefa mais complexa de expor "toda a verdade" sobre eventos passados, enquanto 'promove a reconciliação'. O referencial teórico aqui apresentado será entendido no contexto histórico e político particular da Comissão Nacional da Verdade e outras iniciativas de justiça transicional em curso no Brasil, tais como a Comissão de Anistia e investigações encomendadas pelo governo anteriormente. A maneira como a justiça de transição lida com o passado e sua filosofia da história divergem da compreensão do passado e suas implicações no presente encontradas na historiografia, que se entende como um diálogo aberto que oferece aos leitores diferentes, e, potencialmente, inúmeras representações do passado. A intensificação da produção acadêmica neste campo bem como a 'normalização' da justiça de transição fazem com que uma análise meta-histórica deste discurso e sua filosofia da história seja de vital importância para a disciplina histórica.

APONTAMENTO HISTÓRICO-NORMATIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: CONCEITO LÓGICO-JURÍDICO E JURÍDICO-POSITIVO

Tonny Ítalo Lima Pinheiro⁶⁰

A Constituição de 1946 não previa como espécie legislativa a lei complementar que hoje se conhece, tratando, tão somente, da função de suplementar ou complementar os dispositivos constitucionais. Em outras palavras, a Constituição promulgada no pós-segunda guerra, sob os auspícios do governo presidencial de Eurico Gaspar Dutra, não tinha como norma-espécie componente do processo legislativo a figura da lei complementar em sentido restrito. Aquela Constituição falava tão somente de leis cujo objetivo era de suplementar ou complementar as normas constitucionais, concedendo-as plena aplicabilidade jurídica. Tratava-se, dessa forma, de um conceito de lógica-jurídica, desenvolvido a partir da observação da fenomenologia jurídica em geral e utilizado no estudo da Teoria Geral do Direito. Diferentemente dos conceitos de direito-positivo (ou jurídico-positivo), os conceitos de lógica-jurídica são elaborados sem nenhuma dependência de regra preestabelecida. A Constituição de 1967, todavia, passou a prever tal espécie legislativa, com identidade própria, como conceito de direito-positivo (ou jurídico-positivo), conforme extração dos seus artigos 3º, 8º, V, 14, 16, § 2º, 18, caput, § 1º, 19, § 4º, 20, § 2º, 25, II, 47, II, 49, II, 53, 63, parágrafo único, 65, § 3º, 76, § 3º, 79, § 2º, 83, XI, 116, § 1º, 118, § 1º, 148 e 157, § 10. Cumpre destacar, em especial, que, fruto do Ato Institucional nº 4/66, ainda sob égide do governo ditatorial do marechal Humberto de Alencar Castello Branco, a CF/67 já previa, à luz do artigo 19, § 1º, a necessidade de lei complementar – em sentido restrito ou jurídico-positivo – para, além de dispor sobre os conflitos de competência tributária e regular as imitações constitucionais ao poder de tributar, estabelecer normas gerais de direito tributário. Não é despidendo salientar que a Emenda Constitucional nº 1/69, promovida pela Junta Governativa Provisória, manteve à lei complementar, conforme dicção do artigo 18, § 1º, o estabelecimento de normas gerais de direito tributário, além de dispor sobre os conflitos de competência e regular as limitações constitucionais do poder de tributar. Percebe-se, pois, que o CTN foi editado, publicado e retificado, posteriormente, como lei ordinária, pois a Carta de 1946, bem como a Emenda Constitucional nº 18/65, diferentemente do artigo 49, II, da CF/67 e do artigo 46, II, da Emenda Constitucional nº 1/69, respectivamente, não fazia previsão de lei complementar como norma-espécie do

⁶⁰ Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (2010), Advogado (2010), Especialista em Direito Tributário pela Faculdade 7 de Setembro (2013), Servidor Público do Estado do Ceará (2013) e Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2014). E-mail: tonnyitalo@hotmail.com

processo legislativo. Quando o CTN foi publicado, *mutatis mutandis*, existia somente o conceito lógico-jurídico de lei complementar. Portanto, à luz do ordenamento jurídico então vigente à época da edição da Lei nº 5.172/66, a expressão “lei complementar” designava uma lei ordinária que complementava princípios básicos enunciados na Constituição. O CTN, dessa forma, foi publicado como uma lei ordinária no sentido jurídico-positivo e uma “lei complementar” no sentido lógico-jurídico.

OS DIREITOS SOCIAIS NA REPÚBLICA VELHA: UM DIÁLOGO ENTRE RUY BARBOSA E OLIVEIRA VIANNA.

Igor Moura Rodrigues

O presente estudo tem por objetivo investigar o modelo político liberal delineado no período comumente denominado de República Velha, através dos discursos e registros de Ruy Barbosa, confrontando-os com o olhar crítico de Oliveira Vianna, pensador brasileiro que tinha como centro de suas obras a questão social do país. Para tal fim, a pesquisa foi realizada pelo método dialético, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, apresentando-se criticamente o posicionamento de cada autor e as bases de suas teorias. As principais fontes bibliográficas serão o acervo das “Obras Completas de Rui Barbosa”; e as obras de Oliveira Vianna, destacando-se “As instituições políticas brasileiras” (1999) e “Populações Meridionais do Brasil” (1933), além de outros autores que estudam as instituições políticas e jurídicas no Brasil no Século XX, dentre os quais se destaca Caio Prado Jr., Raymundo Faoro e Alberto Torres. A temática é relevante a partir de uma análise da ideia de modernização do Estado, necessária às novas demandas do início do século XX, fortemente constituída pelos movimentos sociais insurgentes na Rússia e pelo desenvolvimento das ciências sociais. Ressalta-se, que o ideário político de Oliveira Vianna é de base social, em que o Estado é o elemento central para a restauração do país, pois cabe a este o dever de construir a ordem sobre a liberdade, ser coercivo, portanto, para depois termos uma possível democracia, para que o país não continuasse refém das oligarquias. Logo, Ruy Barbosa se apresenta como opositor a essa sistemática, haja vista o seu olhar sobre o mesmo panorama político, mas com a concepção de que esta realidade social constituiria a matéria-prima para a construção de instituições verdadeiramente republicanas. Esse é o ponto de partida para o avanço da teoria de Barbosa sobre as questões sociais e de reforma política. No seu discurso intitulado “A Questão social e política no Brasil”, Ruy Barbosa inclinou-se a propor a emancipação social do povo, dos trabalhadores e da população. Por sua vez, Oliveira Vianna (1999) empreendeu críticas substanciais aos liberais, bem como ao seu maior expoente, Ruy Barbosa. Para ele, os liberais não enxergavam a realidade do País, buscando transplantar instituições políticas estrangeiras na realidade. Portanto, evidencia-se, por ora, a relevância da temática em tela, importante à compreensão do regime político brasileiro na República Velha e da figura dos teóricos políticos Ruy Barbosa e Oliveira Vianna na construção de um pensamento político genuinamente brasileiro, que olhasse para os reais problemas sociais, no sentido de construir novas perspectivas para a estruturação das instituições nacionais.

RAZÃO TÉCNICA E CIDADANIA MECÂNICA NOS ANOS 50: ANÁLISE DO FILME *12 HOMENS E UMA SENTENÇA*

Daniel Camurça Correia*

A proposta deste trabalho é analisar dimensões específicas do direito, enquanto princípios, por meio da discussão do filme *12 homens e uma sentença*, produzido em 1957, por Sidney Lumet. O objetivo consiste em utilizar o filme como ferramenta metodológica, pelo qual é possível analisar a dinâmica de um tribunal, mas não para entender como o mesmo funciona, mas, para compreender como a construção da cidadania era dada em um momento específico – nos anos de 1950 nos EUA. A intenção é entender a proposta do diretor, que consiste em utilizar a discussão do júri como pano de fundo para colocar em evidência regras de comportamento da sociedade em questão. O problema gira em torno da construção dos personagens. Cada um estabelecendo uma fala – ou mesmo postura – que desnudam modos de pensar, em alguns momentos preconceituosos, intolerantes e elitistas. Por meio dos personagens o diretor recorta fragmentos da sociedade e mostrar ao expectador como segmentos da população branca americana que acreditava ser defensora das liberdades individuais poderiam ser questionáveis, discriminatórios e irresponsáveis.

Na sala de um tribunal, com 12 homens cumpridores de seus deveres, honrados e trabalhadores, qual seria a avaliação que fariam de um caso aparentemente banal, mas que decidiria sobremaneira a vida de alguém? O cidadão médio americano, de meados do século XX, estava ciente de seu papel, da forma como lidava com a razão e do tipo de conceito de cidadania que carregava consigo? O filme deve ser entendido como uma narrativa, repleta de personagens, histórias, enredo e pano de fundo. Isso significa dizer que a história nasceu de um roteiro, previamente estabelecido, com significados específicos; os personagens são fruto da imaginação do roteirista, que planejou dizer determinadas verdades pela voz dos personagens; cada personagem apresenta sua rápida história de vida, sem delongas, mas possibilitando que o expectador compreenda seu lugar social; o enredo é a trama na qual a história principal é apresentada, repleta de reviravoltas e controversas, para que o expectador acompanhe o raciocínio da produção; o pano de fundo é o tribunal, lugar da verdade, da razão, da justiça, mas com uma interpretação muito questionável a cerca da cidadania.

* Doutor em História Social (PUC/SP). Professor do Curso de Direito (UNIFOR). Líder do Grupo de Pesquisa em Filosofia do Direito (UNIFOR). E-mail: danielcamurcac@yahoo.com.br

ST 10. HISTÓRIA E GÊNERO: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DE PESQUISA

Ana Rita Fonteles (UFC)

Elias Veras (UFSC)

AS PAIXÕES NO CYBER-ESPAÇO: A EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS NA ERA DIGITAL E AS RELAÇÕES DE SEXO E GÊNERO NO MUNDO VIRTUAL

Vera da Costa e Silva Lima⁶¹

A Internet tem-se constituído em um novo espaço de sociabilidade, no qual tramas amorosas, encontros afetivos e relacionamentos subjetivos são, de algum modo, construídos. Cada vez mais, as tecnologias estão sendo utilizadas como canal de manifestação das subjetividades, expressas aqui nos vários sentidos das paixões, seja como substituto dos contatos reais, complemento às sociabilidades do chamado mundo real, ou como espaço próprio de intersubjetividade no mundo contemporâneo. Esta pesquisa visa entender a constituição do mundo virtual como espaço de construção dos diversos sentidos do amor-paixão, incluídas aí suas manifestações no âmbito da amorosidade e do erotismo, bem como perceber as correlações desse novo ambiente afetivo com o chamado mundo real das relações amorosas. Pretende-se, portanto, analisar as formas de afetividades que se desenrolam no mundo virtual e suas relações com o mundo real. Em que medida a emergência da Internet, enquanto espaço virtual de relacionamento, é fruto de contextos históricos-sociais? Quais os sentidos da paixão, do desejo e do sexo se tornam possíveis através da virtualidade? A partir de que parâmetros amorosos, conceitos de afetividade e sexualidade, os internautas significam suas experiências virtuais? Em que medida os encontros ocorridos através do computador correspondem à construção social do amor-paixão, que é o modelo subjetivo dos relacionamentos no mundo real? Quais as expectativas e anseios afetivos mobilizam os amores e as paixões virtuais? O que buscam os parceiros encontrar na Internet e por que utilizam tecnologias para conhecer novas pessoas e vivenciar novos relacionamentos? Como ocorrem os primeiros contatos? A partir de que elementos selecionam os parceiros desejados? Que modos de relacionamentos, encontros e contatos podem acontecer mediados pela tecnologia? Quais os desfechos destas formas de conhecimento/prazer na vida dos sujeitos envolvidos? Como geralmente acontecem e quais as representações que os internautas constroem para o fim das experiências vivenciadas num ambiente virtual?

BRASILEIRAS EM MOVIMENTO: REDES MIGRATÓRIAS E REARTICULAÇÕES EM RELAÇÕES FAMILIARES E DE GÊNERO

Elton Francisco⁶²

A emigração de brasileiros para o exterior em números significativos é um fenômeno recente que se inicia esporadicamente na década de 1960, intensifica-se ao longo da década de 1980 e atualmente faz parte do cotidiano de milhares de habitantes de cidades como Governador Valadares (MG), Criciúma (SC) e Maringá (PR). Atualmente essa mobilidade populacional e seus reflexos se mantêm constante na medida em que há recorrentes casos de novas e/ou imigrações e porque os sistemas de telecomunicações e a mídia têm o potencial de permitir às redes sociais

⁶¹ Professora Mestre do Curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará. Email: veracslima@yahoo.com.br

⁶² Doutorando do PPGH-UFSC. Bolsista PDSE Capes. Email: eltgamb@gmail.com

estabelecidas frequentes conexões, transcendendo fronteiras nacionais e ligando redes domésticas através de grandes distâncias. No campo teórico das migrações internacionais, sociólogos, antropólogos e historiadores da migração têm chamado atenção para a forma como a Teoria do Capital Social, destacadamente o papel exercido pelas redes migratórias, tem contribuído para clarificar a configuração dos fluxos e/ou migratórios contemporâneos, sobretudo porque ajuda a relativizar o peso comumente dado à dimensão econômica na configuração desses fluxos. Eles apontam o aumento do número de mulheres configurando esses fluxos e contribuem para destacar e visibilizar a importância da participação das mesmas na articulação e manutenção das redes migratórias. O estudo da dinâmica dessas redes revela que a migração é muitas vezes um projeto econômico, familiar e afetivo (em cujo processo envolve-se não só aqueles que emigram, mas também aqueles que ficam na origem) e acentuam o fato de que, não raro, o acesso de pessoas às redes e as trocas que nelas ocorrem são direitos e responsabilidades informados por dinâmicas e normas de parentesco, gênero e geração. Em consonância com essa discussão, nesse trabalho apresentamos narrativas de trajetórias de vida de mulheres valadarenses que atualmente vivem nos Estados Unidos ou que de lá retornaram à Governador Valadares salientando suas experiências de inserção em redes migratórias e de rearticulações nas relações familiares e de gênero no contexto da experiência e/ou migratória. As narrativas orais metodologicamente tratadas a partir da perspectiva da História Oral são provenientes da realização de trabalho de campo em Governador Valadares no primeiro semestre de 2010 e na região da Grande Boston (EUA) no primeiro semestre de 2014. Ao destacar aspectos subjetivos da experiência e/ou migratória das mulheres por meio de seus relatos orais o trabalho contribui com a visibilização do processo de feminização dos fluxos migratórios contemporâneos e aponta para a capacidade relativizadora do aporte teórico-metodológico da História Oral para estudos dos movimentos migratórios no Tempo Presente.

O PAPEL DA ORALIDADE NOS ESTUDOS DE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

Maria Elcelane de Oliveira Linhares⁶³

Durante a década de 1980 houve um crescimento significativo da utilização da oralidade nos procedimentos historiográficos. É certo que, essa década foi um período de revisão no campo da história tanto no que se refere aos conceitos, como aos objetos de pesquisa emergentes e aos novos métodos de utilização das fontes. Vale destacar os intensos debates em torno dos estudos de gênero e da história das mulheres. Em 1986, por exemplo, a revista dos *Annales* dedicou uma parte especial para o debate sobre as novas perspectivas em relação aos conceitos de feminino/masculino, como resultado de pesquisas interdisciplinares feitas por historiadoras como Michelle Perrot, Arlette Farge, Geneviève Fraisse, entre outras. Traduzido para o Brasil por Rachel Soihet (2000), o texto foi publicado na Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, trazendo em debate algumas fragilidades que tornaram difícil a legitimação desses estudos, como por exemplo, a preferência pela temática do corpo, pelos discursos normativos e pelo argumento tautológico da dominação masculina. Atentou-se que era preciso compreender como as mulheres constroem identidades em diferentes culturas, como elas reativam os conflitos, balizam tempos e espaços, como enfim pensam suas particularidades (SOIHET, 2000, p.10). Desse modo, mulheres outrora anônimas para a história têm se tornado cada vez mais presentes, com suas subjetivações e micropoderes. Cita-se aqui o exemplo de mulheres pertencentes a grupos sociais ágrafos, localizados em lugares recônditos do Brasil. Com essa abertura de horizontes para a história, a oralidade tem sido reconhecida como fonte promissora, compreendendo que para a cultura popular, ela é não é somente o

⁶³ Aluna do 4º semestre do curso de Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

principal meio de comunicação utilizado nas relações sociais, mas a forma mais astuciosa que as mulheres, pertencentes a essa cultura, têm para deixarem sua marca. Apresenta-se então uma experiência de pesquisa que caminha sob esse horizonte historiográfico, unindo a metodologia da oralidade com categoria imprescindível de gênero. Diz-se sobre uma pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2014, que teve como objeto os exercícios mnemônicos de um grupo de mulheres de Senador Pompeu/CE, entre 50 e 70 anos de idade, casadas entre as décadas de 1960 e 1970, agricultoras aposentadas, definidas em seu meio social como donas de casa. Como fonte prima foram utilizadas onze entrevistas, que deram partida a variadas leituras e interpretações, dentre elas a de que a fala pode ser analisada como um exercício de poder, na medida em que através da oralidade elas ressaltam exatamente aquilo que as diferem da academia: as suas técnicas de trabalho, suas artes de fazer, a sua presença fundamental para a família e a sociedade, os seus dialetos e em suma, a sua cultura.

“UMA REVISTA BEM MODERNA E BEM CRISTÃ” – CATOLICISMO, GÊNERO E MODERNIDADE NA REVISTA MARIA (1915-1965).

Maria Lucelia de Andrade⁶⁴

A Revista Maria era a Revista das Filhas de Maria, direcionada às jovens católicas associadas da Pia União das Filhas de Maria, associação leiga formada por jovens católicas solteiras, espalhada por todas as paróquias do Brasil, durante as primeiras décadas do século XX. A revista, de periodicidade mensal, editada em Recife, tinha circulação nacional, garantida pela presença disseminada das Pias Uniões pelo país. A Revista Maria, como uma revista “filha da tradição” católica, ao longo de sua existência, vive uma ambiguidade no plano da temporalidade. A publicação buscava-se adequar a um tempo da “modernidade” sem perder a sintonia com os valores e ensinamentos apregoados pela Igreja Católica. Aliada à essa leitura de tempo, as páginas do periódico ainda apresentam indícios sobre outra particularidade: seu público-leitor. O público feminino ao longo do século XX está sujeito a uma influência maior da modernidade, uma vez que esse século está marcado por profundas discussões acerca do papel da mulher na sociedade. É o gênero feminino que experimentará uma série de mudanças comportamentais, reelaborando sua forma de vestir, pensar, agir e ampliando em demasia seu horizonte de expectativa até então constantemente limitado pela tradição cristã. Dessa forma, dentro de uma tradição cristã que relegava a mulher a planos e tempos diferenciados na sociedade, a revista teve que enfrentar o desafio de repensar essas mudanças que a modernidade lhe impôs. Uma análise atenta da Revista Maria vem provar que as leituras do tempo (tempo da cristandade, tempo feminino, tempo moderno, tempo da tradição, etc.) a partir desse periódico católico passam por mudanças significativas ao longo das primeiras décadas do século XX. Nas páginas da Revista Maria, concepções de tempo variadas se confundem, se complementam e se reinventam na busca por uma interação com os novos tempos, os tempos modernos. Desse modo, pretendo investigar como o espaço de experiência e o horizonte de expectativa se aproximam e se distanciam em diversos momentos da escrita do periódico. Isso indica que a Igreja também começa a conceber o tempo de forma variada, percebendo que já não basta se restringir ao tempo da tradição. Como isso ocorre? Como ocorrem as negociações e os conflitos com o tempo da modernidade? Como discutem os “novos tempos” visando o feminino? Como a “mulher moderna” pode continuar sendo também uma “mulher cristã”? Os marcos temporais que balizam a presente pesquisa delimitam o recorte de 1915, ano de início da publicação da Revista Maria, até o ano de 1965, ano que marca o final do Concílio do Vaticano II e que estabelece uma nova visão de Igreja, especialmente na América Latina,

⁶⁴ Aluna do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado) da Universidade Federal do Ceará – Bolsista FUNCAP. E-mail: luceliandrade@yahoo.com.br

trazendo, portanto uma nova forma de se relacionar com os “novos tempos” e com a sociedade. A base documental da pesquisa que ora se apresenta é o acervo da Revista Maria, que se encontra microfilmado no acervo da Biblioteca Nacional.

Dicas e Conselhos Práticos para o Lar para uma boa dona-de-casa, na segunda metade do século XX

Camila Parente da Costa⁶⁵

A pesquisa em curso tem como principal objetivo refletir acerca da proposição do estabelecimento de um vínculo envolvendo as mulheres, o âmbito do lar e os produtos provindos da indústria de bens de consumo, no Brasil, na segunda metade do século XX. Busca-se questionar a referida proposta, uma vez que se percebem ambigüidades ao longo do seu processo de construção, ora sugerindo às mulheres maior aproveitamento de um tempo livre próprio ora reforçando a sua “natureza feminina”. De acordo com Carla Bassanezi Pinsky, nas publicações voltadas para o público feminino, a boa dona-de-casa deveria saber dividir e organizar o tempo racionalmente, planejar as atividades diárias, estudar para melhorar o rendimento dos afazeres domésticos, sempre tendo em mente que a sua verdadeira felicidade está dentro de casa, ao lado do marido e filhos. Serão problematizados os três volumes do livro “*Dicas e Conselhos Práticos para o Lar*”, o qual, infere-se, visava um público feminino, pertencente à classe média. Os guias práticos designados essencialmente para o público feminino, contendo temáticas relacionadas ao âmbito doméstico e relacionamento com a família e consigo mesma, apresentam-se como uma fonte para o campo da pesquisa histórica visando analisar o processo de construção da figura da mulher, na segunda metade do século XX. As discussões que permeiam o presente resumo expandido atendem aos objetivos específicos: atentar para a modificação da rotina doméstica das mulheres, analisar a construção da boa dona-de-casa sob a ótica da fonte citada.

AS REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO NA OBRA O QUINZE, DE RACHEL DE QUEIROZ: (DES)CAMINHOS

Edvânia Martins Lopes

O surgimento de textos literários de autoria feminina na historiografia da literatura canônica brasileira acontece no século XX quando Rachel de Queiroz, em 1930 publica *O Quinze*. Antes da consagração dessa escritora pelo cânone literário, havia nos compêndios de literatura uma ausência de vozes femininas. A mulher era representada pelos sujeitos masculinos, o que a tornava objeto alheio no sistema representacional. O feminismo atribui importância aos textos escritos por mulheres por considerar que desmistificam a relação apresentada em alguns textos literários da mulher como o “Outro”, pautados no jogo binário das diferenças sexuais que são utilizadas para justificar as diferenças socialmente construídas. A literatura escrita por homens até o século XIX apresenta a mulher sob um ponto de vista estereotipado, valorando positivamente a figura feminina dócil e punindo aquela insubmissa aos papéis atribuídos à mulher na concepção historicamente construída. Duas constatações chamam a atenção para o romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, a protagonista estar envolvida com questões polêmicas para a época, como casamento, educação e maternidade e a obra possuir uma diversidade de personagens femininas. Esses são os motivos do estudo que se propõe sobre as representações de gênero em relação a diferentes temas e a papéis sociais desempenhados por mulheres representadas nessa obra.

⁶⁵ Discente do curso de História da Universidade Federal do Ceará, na modalidade de Bacharelado. E-mail: camila.parente@globo.com.

Acreditamos que Rachel é uma escritora que merece destaque nos estudos sobre representação de gênero por se consolidar como uma mulher que escreve sem finalidade panfletária, mas que suscita discussões em torno da criação de suas protagonistas que refletem/ repelem os discursos de submissão natural da mulher e se apresentam como (des) construção de conceitos cristalizados na sociedade patriarcal. Dentro dessa perspectiva de análise, objetiva-se discutir as representações do sujeito feminino nessa obra e suas implicações no sistema patriarcal em vigor à época da publicação do romance. Pretende-se usar como abordagem metodológica a pesquisa descritivo-explicativa de base bibliográfica tendo fontes de papel como corpus das análises. As linhas temáticas que orientam esse trabalho são a relação entre literatura e gênero. Utilizaremos, nas reflexões acerca das representações de gênero e suas implicações no sistema patriarcal, as considerações teóricas da Crítica Feminista brasileira. As autoras Zolin (2009), Schneider (2000), Xavier (1998) e Rocha-Coutinho (1994) serão usadas como teorias basilares nesse trabalho.

A CASA E SUAS MULHERES: O FEMININO RETRATADO EM GERAÇÕES

Liliane Viana da Silva

Sabemos que a condição feminina dentro da sociedade acarreta uma história de desigualdades, injustiças e sofrimento, levando a mulher a tentar se libertar da imagem inferior impulsionada por longo tempo; no entanto, é nesse mundo contemporâneo que autoras buscaram e buscam por meio de uma literatura de autoria feminina esse potencial de diferenciação, por uma produção literária que vem para quebrar esse “enclausuramento” dado às mulheres. Revolucionando todo um passado de prisão sexual de gênero, a mulher surge na história em meio a uma das armas mais profundas que transforma gerações: a literatura. Em uma pesquisa estritamente bibliográfica, nosso objeto de estudo trata-se da obra *A Casa* (1999), da autora cearense Natércia Campos, onde nos propomos analisar como o gênero feminino se sobressai na escrita naterciana, e como os vários femininos vão ganhando espaço central tanto visto como personagens humanos como elementos simbólicos da natureza e da própria imaginação humana. Seguindo a linha dos estudos de literatura e gênero, o presente trabalho tem como aparato metodológico tanto a Literatura como a História, tornando-se relevante no que tange à representação dos elementos femininos na narrativa com o objetivo principal de ressaltar como a voz(es) feminina(s) da casa (narradora-espaco-personagem) é de extrema importância nessa obra, isto é, buscando ver como os pensamentos e vivências destacam as gerações femininas daquele ambiente e que por caminho de suas histórias as personagens são apresentadas. O foco narrativo está sempre em torno da casa, essa que transcende o tempo humano, sendo apresentada como uma casa antropomorfizada que não deixa perder na narrativa detalhes valiosos e fundamentais, ou seja, a autora cearense Natércia Campos provavelmente teve a intenção de dar vida e voz a uma casa do interior, porque é a partir dela que as demais vozes femininas aparecem na narrativa. Nomes como Simone de Beauvoir (1967), Elódia Xavier (1991), Nelly Novaes Coelho (1993; 2002), Marina Colasanti (1980; 1981), Mary Dell Priori (2006), dentre outras, são de grande valia como leituras teóricas sobre a temática feminina, das relações de gênero e do feminino. Diante do cenário de representações pelas quais passaram as mulheres nesses últimos séculos, redefinindo seu papel social, econômico e político, torna-se impossível não pensar que as vozes femininas dessas mulheres, sendo elas escritoras e/ou personagens, não repercutissem na literatura e no discurso delas mesmas.

A ESTRATÉGIA PSICOSSOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – UMA LEITURA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

Brena Lima Colaço⁶⁶

A partir da análise de escritos produzidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), no que concerne a um dos principais pilares normativos da Ditadura Civil Militar brasileira implantada em 1964, a educação, percebe-se uma ênfase gradativa a característica moral ligada à instituição escolar. Dentro dessa perspectiva institui-se oficialmente em 12 de Setembro de 1969, através do decreto-lei nº 869, A disciplina de Educação Moral e ⁶⁷Cívica (EMC) como uma prática educativa obrigatória. Objetivamos analisar as produções da ESG referentes à sua estratégia Psicossocial, relacionada com a estruturação da EMC no contexto ditatorial (1964-85), além de problematizar o valor moral, termo amplamente citado nos escritos analisados como elemento imprescindível à realização e o alcance do bem comum. A análise observará relações de gênero inseridas dentro do contexto educacional já mencionado. Como essas novas problemáticas chegam às famílias, a partir de quais elementos designam um ideal comportamento dos cidadãos brasileiros, serão algumas das possíveis abordagens contempladas no decorrer da elaboração da pesquisa. Como fontes para realização da pesquisa utilizamos o Manual Básico (1975), Fundamentos da Doutrina (1981), ambos produzidos pelo Departamento de Estudos da ESG, bem como o livro Moral e Civismo, produzido pelo Gen. Moacir Araújo Lopes, importante divulgador das ideologias da anticomunista e moralistas da ESG, além dos manuais de moral e civismo. Visualiza-se a escola dentro dessa leitura como uma das grandes instituições responsáveis pela formação política, social e principalmente moral dos cidadãos brasileiros. A presente pesquisa ainda encontra-se em fase inicial, tópicos serão aprofundados e leituras compiladas no decorrer de sua estruturação. A pesquisa é apoiada pela Funcap através de bolsa Pibic.

IDENTIDADES MASCULINAS EM TRÂNSITO: O USO DE APLICATIVOS DE CELULARES PARA ENCONTROS HOMOERÓTICOS

Rafael Araújo Saldanha⁶⁸

A publicização de novos padrões comportamentais, na contemporaneidade, nos faz refletir sobre como diferentes discursos tendem a colidir quando práticas sociais são reelaboradas e reapropriadas por sujeitos históricos na construção de suas identidades/identificações e seus cotidianos. Partindo dessa constatação, apresentamos situações que reforçam um novo espaço de embate, agora virtual: os aplicativos de celulares para encontros homoeróticos masculinos. Este artigo tem por princípio iniciar uma discussão sobre como algumas noções acerca do sexo (termo entendido aqui em suas três acepções: Biológico, Gênero e Sexualidade) são utilizadas por sujeitos masculinos, que fazem uso de aplicativos de celulares para encontros homoeróticos, para se representarem e justificar a escolha de seus parceiros ideais. Para tanto, depois de uma breve análise bibliográfica acerca das novas tecnologias comunicacionais e, a partir de uma incursão etnográfica por três dos

⁶⁶ Brena Lima Colaço, graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente bolsista PIBIC e participante GPEGH: Grupo de Pesquisa e Estudos em História e Gênero. Contato: brenacolaco@hotmail.com

⁶⁸ Comunicador Social (habilitado em Publicidade e Propaganda)/UFSM, Mestre em História/UFSC Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: rafa.saldanha@gmail.com

principais aplicativos de celulares usados na região da grande Florianópolis, a saber: Grindr, Scruff e Hornet; este artigo põe em discussão alguns aspectos perceptíveis da influência de dispositivos de Gênero, sobretudo de dispositivos diferenciadores entre machos e fêmeas da espécie humana, com ênfase aqui nos indivíduos reconhecidos como machos, que generificados passam a ser considerados homens, e como esses elementos de alteridade, tida aqui como o reconhecimento de si a partir do outro, ao externo a si, são empoderados por tais sujeitos na construção de suas identidades de Gênero, acarretando em ‘novas’ Masculinidades, por tal razão, fez-se necessário estabelecer vínculo direto com teorias que versam sobre Masculinidades. Vale lembrar que tal artigo toma tais sujeitos como base de análise a partir de uma perspectiva teórico-epistemológica feminista, por considerar que esta melhor justifica os mecanismos que esses sujeitos históricos contemporâneos utilizam para reforçar, manter ou modificar identidades/identificações; além disso, busca-se um arcabouço teórico interdisciplinar que facilite essa possível análise.

ST 11. HISTÓRIA E LITERATURA

Adelaide Gonçalves (UFC) e Irenísia Oliveira (UFC)

A HISTÓRIA COMO CHAVE DA IRONIA EM EÇA DE QUEIRÓS

José Carlos Siqueira⁶⁹

O romance *A ilustre casa de Ramires* (1900), de Eça de Queirós, contempla-nos com uma novela histórica que é escrita e concluída durante o desenrolar do enredo principal daquela obra (um romance realista de temática rural). A narrativa histórica se passa no século XIII, durante a consolidação da fundação de Portugal como reino independente, sendo seus personagens principais fictícios, apesar de o pano de fundo histórico e as questões políticas que encorpam a narrativa serem factuais. Aparentemente a novela serve para revelar a decadência moral e psicológica de Gonçalo Ramires, protagonista do romance principal, uma leitura que está consolidada na fortuna crítica dedicada a essa obra. O grande crítico João Alexandre Barbosa, num ensaio publicado por ocasião dos cem anos de publicação do romance (“Variações sobre *A ilustre Casa de Ramires*”, in Berrini, Beatriz. *A ilustre Casa de Ramires – cem anos*. S. Paulo: EDUC, 2000), apresenta uma valorização do esforço de Gonçalo em retomar a prosperidade de seus ancestrais, mostrando seu empenho como um sinal de virtude, e a tradição na qual ele busca sua motivação como sendo altamente positiva. Barbosa assim conceitua a relação entre as duas narrativas: “Um dos traços mais cativantes da obra é precisamente o modo pelo qual o romancista vai semeando elementos que, entre o seu romance e a novela histórica de seu personagem, criam momentos de percepção de decadência da velha Torre, no espaço ficcional do romance rural, que se contrapõem, sobretudo pela retórica de abundância filológica e histórica, à inteireza sobranceira, guerreira e mítica dos espaços ocupados por Tuctesindo Ramires e seus fidalgos na novela de Gonçalo Mendes Ramires” (p. 129). No entanto, o adequado confronto de um conhecimento básico da história do período com o ardiloso argumento da novela pode dar a chave da ironia estrutural que formata tanto a narrativa encaixada quanto a obra como um todo. Fazendo o uso ainda de conceitos como o *mise en abyme* (ou narrativas

⁶⁹ Doutor em Letras e professor de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Ceará (UFC). Participa do Grupo de Pesquisa Antonio Candido, sediado na UFC, e Grupo Eça, sediado na USP. E-mail: jsiqueira@ufc.br.

encaixadas, como prefere TzvetanTudorov em *As estruturas narrativas*. S. Paulo: Perspectiva, 1969) e de estética antiburguesa, conforme proposta por DolfOehler em *Quadros parisienses* (S. Paulo: Cia. das Letras, 1997), o recurso à historiografia do tempo descrito na novela histórica poderá nos fornecer por fim uma interpretação bastante radical do sentido maior da obra queirosiana.

A SERVIÇO DA LÍNGUA PÁTRIA: A ESCRITA RACHELIANA EM “O MENINO MÁGICO”.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira⁷⁰

Publicado em 1969, pela *Livraria José Olympio Editora*, *O menino mágico* foi o primeiro livro de Rachel de Queiroz escrito para o público infanto-juvenil. A obra rapidamente tornou-se um sucesso de vendas, tanto que uma década após a sua publicação já possuía seis edições. O *boom* de vendas desta obra pode ser analisado a partir de duas hipóteses. A primeira, por a escrita de Rachel de Queiroz ser conhecida entre os letrados, sendo o catálogo da *Livraria José Olympio Editora* o principal difusor. Afinal, no catálogo, a escritora constava na sessão de *Literatura Moderna Brasileira*, *Literatura Estrangeira* e *Literatura Infantil e Juvenil*. Segundo, por sua narrativa ter sido difundida para o “mundo”. Três anos após a publicação do livro, em 1971, *O Menino Mágico* foi indicado para compor a lista das obras do *Ano Internacional do Livro* realizado pela UNESCO no ano de 1972. Ainda em 1971, José Olympio pede autorização a Rachel de Queiroz para publicar trechos de seu livro no material didático que sua editora estava produzindo para o ensino de Língua Pátria, direcionado ao ensino fundamental das escolas do Estado Rio de Janeiro. O material didático foi elaborado por Mauricio Cardoso Farias, então diretor do Colégio Universitário da Universidade Federal Fluminense, técnicos de educação e por professoras primárias das Escolas oficiais da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a escrita racheliana para o público infanto-juvenil a partir do livro *O menino mágico*. Em especial, nos interessa questionar o porquê da *Livraria José Olympio Editora*, entre tantos autores e obras que publicava, ter escolhido o primeiro livro de Rachel de Queiroz direcionado ao público infanto-juvenil para representar o “patrimônio literário brasileiro”. Para tanto, teremos como fontes o nosso objeto de interrogação, nesse caso, o livro *O Menino Mágico*, o material didático produzido pela editora e as correspondências entre Rachel de Queiroz e José Olympio. Em relação ao campo teórico e metodológico, faremos uso das discussões em torno da História Social do Livro e da Leitura, tendo como principal referência os estudos “*A ordem dos livros*” de Roger Chartier e “*Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*” de Robert Darnton.

⁷⁰Bacharelando em História na Universidade Federal do Ceará. Integra o grupo de estudos História e Literatura do Departamento de História da UFC. gilbertopjmp@gmail.com.

ENSINANDO A SER CRENTE: AUTORES E TEMAS DA REVISTA *LIÇÕES BÍBLICAS* DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL (1930-1945)

Francisco Alexandre Gomes⁷¹

Esta comunicação intenta apresentar as considerações iniciais de uma pesquisa sobre autores e temas da revista *Lições Bíblicas*, utilizada na Escola Bíblica Dominical, das Assembleias de Deus no Brasil. Nos anos 20 do século passado, as lições para as escolas dominicais da referida Igreja eram publicadas como suplemento (denominado *Estudos Dominicaes*) do periódico oficial da instituição, a época, o jornal *Boa Semente*. A partir de 1930 as primeiras revistas *Lições Bíblicas* passaram a ser publicadas, em decorrência das decisões tomadas na primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil realizada em Natal (RN) naquele ano. Aqui utiliza-se como fonte principal os dois primeiros volumes da *Coleção Lições Bíblicas* – edição fac-similar da revista, publicada pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) em 2012 – que reeditam os anos de 1934 a 1945. Toma-se como fundamentação teórico-metodológica os estudos sobre história do livro, da leitura e da escrita, particularmente os realizados por Robert Darnton, Roger Chartier, Michel de Certeau, Lucien Febvre e Henry-Jean Martin. A pesquisa segue duas perspectivas, sendo que a primeira tem a intenção de conhecer mais pertinentemente os sujeitos que atuaram na construção, mediação e propagação de saberes e práticas religiosas do pentecostalismo clássico brasileiro. Portanto, procura-se saber quem são os autores/comentaristas da revista? Qual a origem deles? Qual formação possuíam? Porque eles e não outros? Quais referenciais, além da Bíblia, eles usavam? A segunda põem em relevo as temáticas das lições, isto é, quais os temas mais frequentes? Qual a periodicidade com que eles retornam ou não em outros números da revista? Como autores diferentes comentam um mesmo assunto? O que o referido conjunto de impressos testemunha acerca da Educação? Quais os indícios de saberes e práticas educacionais e religiosas aparecem nos temas? Como os temas estão organizados, do ponto de vista pedagógico? Essas são algumas das perguntas que a pesquisa pretende elucidar. Os resultados parciais demonstram que entre 1934 e 1940 a revista foi escrita e comentada por missionários suecos: Samuel Nyström e Nils Kastberg. Já entre 1941 e 1945, há a inclusão de brasileiros, a exemplo de Adalberto Arraes e Gustavo Kessler. Relevante é citar que no segundo semestre de 1938 e no ano de 1939 a revista, que foi idealizada para o ensino adulto, passa a trazer um suplemento nomeado de “*Comentário para as crianças*”. Este, em 1938 foi preparado pelo noroegues Jahn I. Sørheim e em 1939 pelas brasileiras Cacilda Brito e Nair Barata Soares. Os principais temas abordados no periódico são: teologia, costumes e práticas cristãs, vida e obra de Jesus Cristo, livros bíblicos, história de Israel, doutrinas do cristianismo, entre outros. Tudo indica que a difusão da palavra impressa, por meio da revista *Lições Bíblicas*, propiciou a circulação de saberes e práticas religiosas pentecostais, bem como favoreceu a institucionalização e consolidação da maior Igreja Evangélica do País.

⁷¹ Mestre em História Social (UFC), professor de Educação Básica: rede municipal (SME-Beberibe) e rede estadual (SEDUC-CE). E-mail: franciscoalexandre.gomes@gmail.com

ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA – LIMA BARRETO: NARRATIVAS DA POBREZA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO BRASIL REPÚBLICA (1889-1922)

Marcos Renan Praciano da Silva*

Os anos de 1910-1911 seriam um marco na carreira literária de Lima Barreto, uma espécie de divisor de águas. Nesse período o público leitor, ou pelo menos àqueles que revelaram ser, teria acesso a dois de seus principais contos: *A Nova Califórnia*, publicado em novembro de 1910 e *O homem que sabia que sabia Javanês*, em abril de 1911. Dentre os romances, também já estava pronta a obra *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Chama atenção nas obras do literato a concepção que tinha dos pobres, como ele os enxergava e os definia através da escrita literária. Insubordinado, subordinado ou carente de espírito crítico. O povo aparece com recorrência na literatura barretiana, possibilitando-me uma análise problematizadora através do campo da história social da pobreza. Observo também em suas obras a manutenção de um aspecto comum: a predileção por parte de Lima Barreto em analisar a ideia de povo, entendido não apenas do ponto de vista da nacionalidade, “povo brasileiro”, termo que em si escamoteia inúmeras diferenças, mas a ênfase num povo enquanto excluído da “lei” e da “opinião” que regem o Estado. Tratam-se de desfavorecidos que dia a dia vivem da venda da força de trabalho, mas que também pensam e (re) agem aos poderes estabelecidos. Deste modo, vejo os revoltosos, insurgentes e os pobres aparecendo com recorrência em sua vasta produção literária, fazendo-se sujeitos quando da quebra da (falsa) ordem presente na capital do país, transformando-a em palco de guerra a cada unidade de ação contra os desvarios dos grandes nas primeiras décadas do Brasil República. Segregados na cidade, o povo era esquecido, maltratado, relegado a segundo plano pelas autoridades; em contraponto, uma República que se voltava à felicidade de poucos indivíduos, àqueles moradores das avenidas centrais, proprietários de grandes extensões de terra, livres do olhar vigilante das instituições autoritárias. Tendo em vista a complexidade de todos estes aspectos, minha problemática se volta à análise, na produção literária de Lima Barreto, de uma escrita da História do Brasil, que tem no povo (pobre) o protagonista das primeiras décadas da República. Inquirindo sobre a forma pela qual o literato vê, define, enquadra, delimita, mapeia os pobres, é que me debruço. Quaisquer escritos de Lima Barreto, sejam eles contos, crônicas, romances, ainda que possuam propriedades específicas, estão todos eles carregados das prerrogativas literárias, podendo tornar-se evidência histórica. Ficção, realidade, forma, conteúdo, eis as temáticas analisadas pelos pesquisadores que vêem a literatura como fonte da história. Deste modo, estão passíveis de serem problematizadas, como vários já o fizeram, constituindo os novos capítulos da trajetória de homens e mulheres pobres dos primeiros anos da República.

DAS CANTIGAS SATÍRICAS MEDIEVAIS E SEUS SUJEITOS: UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS EXPERIÊNCIAS DOS POETAS POBRES (JOGRAIS) IBÉRICOS (SÉCULOS XI-XIII)

José Willem Carneiro Paiva*

O presente trabalho tem como objetivo investigar as experiências de sujeitos oriundos das classes subalternas (jograis) da sociedade medieval ibérica (séculos XI-XIII) a partir das cantigas satíricas medievais galego-portuguesas, visando entender como estes artistas vivenciavam as particularidades do contexto histórico, social e político de sua época. Era de costume da época os jograis venderem seu trabalho, na maioria das vezes como executores e cantores de cantigas, para os trovadores (artistas pertencentes aos setores nobres e abastados da sociedade), quando estes, por sua vez, em geral somente escreviam suas canções, deixando para seus subalternos o trabalho da entoação artística de seus textos. Verificamos, então, uma primeira relação socioeconômica estabelecida pelos poetas pobres ibéricos medievais. A pesquisa pretende, porém, avançar e analisar outras questões, ampliando o leque de experiências detectadas a partir das fontes analisadas. As cantigas medievais ibéricas, principais fontes das quais faremos uso, foram compiladas em três códices antigos: o Cancioneiro da Ajuda, este o único oriundo do período de produção das cantigas (final do século XIII e início do XIV), o Cancioneiro da Biblioteca Nacional e o Cancioneiro da Vaticana, ambos do século XVI e nos quais está a maioria das cantigas ainda hoje disponíveis. A totalidade destas cantigas compiladas (cerca de 1680) está publicada na base de dados online do projeto “Littera, edição, atualização e preservação do património literário medieval português”, angariado pelo Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa e disponível no site www.cantigas.fcsh.unl.pt. Nossa pesquisa retira desta base de dados todo o conjunto de cantigas selecionadas para análise. Metodologicamente, nossas fontes serão operacionalizadas de forma crítica, segundo os princípios teóricos e metodológicos da História Social, havendo, também, a intenção do cruzamento dessas fontes com outras oriundas de diferentes tipologias, como tratados de arte e estética do período medieval e inquirições régias do reino de Portugal, que são censos das paróquias e das propriedades dos nobres deste lugar. Como base teórica, temos buscado o diálogo com autores como E. P. Thompson, a partir de seus conceitos de experiência e costume, e Paul Zumthor, com suas importantes reflexões acerca da relação entre escrita e fala na sociedade medieval.

* Graduando do curso de História da Universidade Federal do Ceará e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-MEC/SESu) do mesmo curso. E-mail: willem.paiva@yahoo.com.br

HISTORIOGRAFIA OCIDENTAL E LITERATURA AFRICANA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Marcela Magalhães de Paula⁷²

Este trabalho tem como objeto confrontar as relações da representação da história africana, usando como metodologia a comparação entre o sistema literário ocidental e a construção do sistema literário africano, através da historiografia. A tradicional historiografia literária pode ser caracterizada como reforçadora da ideia de continuidade, implicando uma visão da história literária como uma narrativa contínua. O que se tem testemunhado é que, além do tipo de escritura tradicional da história literária, outros importantes modos de aproximação de historiografia tem existido. Neste sentido, podemos assinalar o papel representado pela literatura como fragmento da história a partir do desaparecimento do conceito globalizante desta última. Em termos de literatura africana, Chaves (2003) enfatiza um predomínio de questões extraliterárias, citando escritores “que buscam usar a literatura para preencher uma lacuna deixada por historiadores.” Miranda (1995) recorda a importância de três fatores para se fazer uma história literária: a perda da noção de continuidade da história; a convicção de que história é uma representação feita pela elite; e a necessidade de seguir o exemplo de escritores, como Piglia e Santiago, que veem a nação como algo que reúne diversos pontos de vista sobre os assuntos mais importantes do cotidiano. Para Esteves (1998), ao analisarmos a historicidade de uma obra literária não significa substituir a história pela ficção, mas possibilitar uma aproximação poética em que todos os pontos de vista contraditórios estão presentes, possibilitando uma representação totalizadora, “uma forma privilegiada de se ler os signos da história”.⁷³ Um dos temas fundamentais para a poética ocidental é a relação entre a arte poética e o mundo “real”, desde a formulação platônica da teoria da *Mimesis*. Para Platão, *mimesis* era uma imitação, fortemente ligada à metafísica: copiava-se do mundo das Ideias. Com Aristóteles, a mimese deixa de ser “imitação” para ser “representação”.⁷⁴ Além disso, os estudos sobre a poética elaborados pelo romantismo aperfeiçoou o modelo mereológico de poesia aristotélica. O modelo morfológico romântico representa obras poéticas particulares como estruturas de compreensão da individualização de produtos literários. Dessa forma, o estudo das literaturas seria realizado a partir da análise e da interpretação de sua singularidade, integrando-a às categorias universais, descrita pelos historiadores das ideias como a substituição do modelo mecanicista pelo orgânico.⁷⁵ De tal modo, partindo para o viés de estudo das relações entre a literatura e a sociedade, escritores e teóricos inspiraram vários outros intelectuais do mundo, através do exercício da historiografia literária, que hoje alargamos para a literatura africana.⁷⁶

⁷² Bolsista Capes de Pós-doutorado da Universidade da Integração Internacional Lusófona Afro-brasileira. Doutora em Iberística/ Literatura Comparada Pós-colonial pela Universidade de Bolonha. E-mail: boana83@yahoo.com.br

⁷³ ESTEVES, A. T. “O novo romance Histórico brasileiro”. In: ANTUNES, L. Z. (Org). *Estudos de Literatura e Lingüística*, São Paulo, Arte & Ciência, 1998.

⁷⁴ DOLEZEL, Lubomír: *A Poética Ocidental: Tradição e Inovação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

⁷⁵ DOLEZEL, Lubomír: *Op.cit.*, 1990.

⁷⁶ GULHERMINO, César. *Historiadores e críticos do Romantismo - a contribuição europeia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/ Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

O JUSTO E SACRO; O ARDENTE E CORTÊS: OS MODELOS CAVALEIRESCOS DE GALAAZ E TRISTÃO NA LITERATURA ROMANESCA MEDIEVAL (SÉCULOS XIII-XIII)

Luan Lucas Araújo Moraes⁷⁷

O presente trabalho insere-se na proposta do Simpósio Temático intitulado “História e Literatura”. Na História, o texto (escrito) possui como premissa objetiva uma “compreensão da História como uma narrativa que constrói uma representação sobre o passado, e que se desdobra nos estudos da produção e da recepção de textos” (PESAVENTO, 2004: 69). Tal pressuposto, inserido no campo teórico da História Cultural, busca observar nos textos literários e na cultura escrita propriamente dita, “mecanismos de produção de objetos culturais” (DUBY, 2011: 147-148) que permitem ao historiador uma maior percepção acerca dessas produções existentes na linguagem e nos discursos proferidos por seus emissores acerca dos diversos substratos da vida social. Dessa forma, perceber por meio da narrativa literária medieval as nuances e características que marcaram as representações dos modelos de cavalaria nos *romans* medievais do século XII é objeto de análise do trabalho. Para tanto, serão aqui utilizadas a tradução portuguesa do século XV da “*Demanda do Santo Graal*” (de autoria anônima, a partir da versão francesa do século XIII) e a tradução do francês da compilação do poema em prosa “*O Romance de Tristão e Isolda*” (empreendida pelo historiador Joseph Bédier que organiza as versões de Béroul e Thomas, ambas do século XII) nos quais serão analisados os papéis de Galaaz e Tristão, respectivamente, como moldes cavaleirescos de conduta. No século XII, um estrato social se destaca sob os outros no medievo. A cavalaria ascende como possuidora dos baluartes morais e religiosos que guardará a ordem e a manutenção das estruturas do regime feudal. Destarte, modelos de cavaleiros começam a ser retratados nos escritos da época de modo a observarmos o surgimento de uma ambiguidade que caracterizou o estabelecimento de comportamentos distintos no seio da ordem. De um lado, o amante-herói, o cavaleiro que imbuído do ideal do Amor Cortês busca nas justas e na conquista de seu prêmio o afeto e predileção de sua dama proibida. De outro, o cavaleiro sacro, o modelo cristão que preza pelo ideal ascético de pureza e castidade que servia aos interesses eclesiásticos que visavam uma maior “domesticação” dessa cavalaria. Deste modo, a proposta de análise se dará em conjunto a uma abordagem envolvendo o campo da cultura escrita no medievo e a utilização dos aportes teóricos relacionados à representação literária e ao imaginário relacionados à temática medieval.

⁷⁷Graduando em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), atualmente bolsista de iniciação científica com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e membro do Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e Medievalidade (ARCHEA/UECE). E-mail: luanlucas7@hotmail.com

O SUBÚRBIO E O ESPAÇO SOCIAL DA VIDA COTIDIANA EM LIMA BARRETO

José Wellington Dias Soares⁷⁸

O termo subúrbio assume várias conotações ao longo da história. Seja do ponto de vista do espaço territorial ou geográfico, seja na perspectiva econômica e social, seja ainda no sentido político e ideológico; a noção de subúrbio varia com o tempo e com as interpretações de quem se debruça sobre o assunto. No entanto, não é nossa intenção discutir a validade teórica das diversas significações que esse espaço concentra nos estudos historiográficos, sociológicos ou antropológicos. O nosso objetivo aqui não chega a tanto. Fazendo um recorte temporal (1910 – 1922), espacial (Rio de Janeiro) e textual (Lima Barreto, sobretudo em *Clara dos Anjos*), pretendemos discutir alguns aspectos do subúrbio como um espaço social específico da vida cotidiana carioca. Assim, poderemos verificar (cotejando os romances com eventos históricos referendados pela historiografia e pelos artigos jornalísticos do autor publicados na imprensa popular) que a imagem de subúrbio construído por Lima Barreto se insere no contexto histórico e social da época em que ele escrevia sua obra. Se levarmos em conta que o crescimento dos subúrbios cariocas está atrelado aos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais e surge de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico; poderemos compreender melhor o porquê de Lima Barreto, em seus primeiros livros, não se deter ao espaço suburbano a contento, ou seja, com a mesma ênfase que se dedicou em sua última obra, *Clara dos Anjos*. Nesse percurso histórico, que vai do início da remodelação da Capital Federal, em fins do século XIX, até a desenfreada aceleração dos subúrbios e sua população heterogênea (formada por uma classe média em ascensão, comerciantes, funcionários públicos, militares, trabalhadores em comércio e da indústria, ambulantes, desempregados e vagabundos); a continuidade da mentalidade capitalista do “progresso” e da “civilização” vai criando uma espécie de fosso entre o centro (a Capital) e os espaços suburbanos que vão se popularizando cada vez mais. Na narrativa barretiana, sentimos novas aspirações, temores e tensões do escritor, que se traduzem em posição política e histórica da época, acerca da problematização das relações sociais que vão ganhando contornos mais nítidos na década de 1920. É claro que a formação e o crescimento dos subúrbios cariocas estão ligados a um quadro de transformações urbanas mais amplas, entre os quais percebemos aspectos políticos, econômicos e sociais. Assim, o nosso trabalho se justifica com o propósito de demarcar historicamente a produção literária de Lima Barreto no contexto dos debates que discutiram a respeito das concepções sócio-políticas dos subúrbios cariocas, bem como acerca do deslocamento das pessoas para os lugares afastados do Centro da cidade. De fato, a narrativa barretiana, entre outros assuntos, acompanha as transformações urbanísticas da cidade até o ponto em que elas modificam o hábito cotidiano da população de ocupar o espaço. O romance *Clara dos Anjos*, na sua última versão, publicada em 1922, traz vestígios históricos dessas mudanças ocorridos na primeira metade do século XX. Levando em conta que toda a linguagem “como consciência prática está saturada por toda atividade social” (WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. p. 43), a linguagem romanesca de Lima Barreto fala da experiência da gente dos subúrbios cariocas, numa época de crises sociais profundas para a maior parte da população brasileira. A linguagem, de acordo com os preceitos de Raymond Williams, “é um elemento constitutivo da prática social material” (Ibidem. p. 165). Ora, sendo a literatura, por sua vez, uma prática cultural específica realizada por meio da linguagem (ainda que

⁷⁸Doutorando em História pela UFMG. Professor do curso de Letras da FECLESC/UECE. E-mail: wellington.soares@uece.br

figurada e conotativa) transpõe para o seu interior as práticas humanas na sociedade. Dessa forma, conclui Williams que “as relações sociais reais estão profundamente mergulhadas na prática da própria literatura” (Ibidem. p. 204). Subentende-se aí que a prática de escrita e a experiência de vida fazem parte do mesmo processo social e cultural do escritor. Ao lermos o romance de Lima Barreto, percebemos um sentimento compartilhado do cotidiano da cidade, que se estende à memória histórica e à imaginação criadora do escritor. A história social vivida por ele e transfigurada pela linguagem literária, logo, pode ser entendida como uma parte da história da sociedade brasileira. O que é novo em Lima Barreto, do ponto de vista estético e histórico (ou ao menos parece novo), dada a uma intensidade constante de seus escritos, é a elaboração da percepção do cotidiano das relações humanas, uma observação dedicada e engajada dos fatos sociais, ligando um acontecimento comum aos grandes temas discutidos nacional e internacionalmente. É um novo tipo de registro não apenas dos fatos em si, mas também de uma nova maneira de olhar para os fatos: uma visão política e ética do mundo. (WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. p. 199). Por isso, o escritor não tem receio de mostrar-se, revelar-se, desnudar-se na narrativa social em que também está sua experiência de vida. O que é confundido com uma literatura autobiográfica e personalista é, na verdade, a posição política do escritor diante do mundo e sua própria escrita. Portanto, a literatura para Lima Barreto não era uma atividade isolada da vida, porquanto se ligava a outras atividades sociais. Assim como a remodelação da cidade carioca nos fins do século XIX e começos do XX é entendida aqui como um fenômeno histórico, com implicações políticas e econômicas, a formação e o crescimento dos subúrbios em seu entorno constitui um acontecimento do mesmo processo histórico. Ambos estão presentes na experiência e na consciência do romancista. Entretanto, apenas a partir de 1920, Lima Barreto se volta mais detidamente para os subúrbios, sua gente e seu modo de vida. O contexto histórico da cidade explicaria essa nova tomada de posicionamento do escritor, haja vista o acelerado deslocamento populacional de estrato subalterno da cidade para os subúrbios cariocas. Ao longo de sua obra romanesca, podemos acompanhar a forma como o romancista pensava o subúrbio, o que nos dá uma ideia das relações sociais e culturais desse lugar no contexto histórico da cidade.

PARA ALÉM DE EVA E MARIA: REPRESENTAÇÕES IDEALIZADAS DAS MULHERES NA IDADE MÉDIA

Lauryane Mayra L. Vasconcelos⁷⁹

O presente resumo, que se destina ao simpósio temático História e Literatura, têm por objetivo analisar as diversas representações do feminino na Idade Média. Frequentemente, ao fazermos leituras de resumos, artigos, e apresentações sobre perfis femininos presentes na literatura da Idade Média encontramos a abordagem resumida de dois pólos: as filhas de Eva, atraídas à promiscuidade, portadora do mal e do pecado; e as filhas de Maria, a redentora, o ideal comportamental, perfeição de mãe e de esposa. Porém, a criação de dois estigmas seria suficiente para abranger todo o universo feminino de um período tão longo quanto a Idade Média? Outras representações e idealizações foram de grande importância

⁷⁹Graduanda do Curso de Licenciatura em História (UECE), 6º semestre. Bolsista de Iniciação Científica (IC-UECE); membro do ARCHEA – Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e Medievalidade. Email: lauryanemayra@hortmail.com

para esta sociedade, estruturada pela cultura patriarcal e religiosa, que construía segundo sua moral a definição dos papéis sociais. Busco, então, explorar e analisar estas outras representações para além de Eva e Maria, sem negar sua relevância, que conduziram o imaginário da época, definindo padrões comportamentais das mulheres do período. Utilizo como fonte a obra *A Cidade das Damascritas* no século XV, por Christine de Pizán que penetrou no campo das letras e no da espiritualidade feminina. Nesta obra, a autora apresenta não apenas as personagens já citadas, como também inúmeras outras damas de destaque na história e na mitologia grega e romana, como exemplos a serem seguidas e em defesa das mulheres do período, identificando problemas essenciais ao sexo feminino e deixando claro que outras representações tiveram desempenho no período e no imaginário da sociedade. A pesquisa apresentada tem como base teórico-metodológica a escola dos Annales, cuja uma das vertentes da História Cultural que tem recebido grande atenção no momento atual é a que se debruça sobre os diversos textos para pensar sua escrita, linguagem e leitura e oralidade. Sabendo que o que delimita o trabalho dos historiadores não são suas fontes, mas o seu método, abri-se ao historiador a oportunidade de se valer da literatura enquanto fonte primária capaz para lhe fornecer indícios do funcionamento de uma sociedade. Desta forma, faço uso da cultura escrita como categoria de análise histórica, adotando ainda conceitos como o de “representação” de Roger Chartier e o de “imaginário” de Hilário Franco Júnior. Esta pesquisa está vinculada ao projeto “A Cruz, a Dama e o Cavaleiro: Representações da Sexualidade e Espiritualidade na Cultura Escrita Medieval (século XII-XV), desenvolvida com o amparo da bolsa de Iniciação Científica (IC-UECE).

"BIBLIOTHECA SOCIAL A INNOVADORA: EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA E LEITURA COMO PRÁTICA EMANCIPATÓRIA (1917-1927)"

Camila Queiroz Maciel

A pesquisa "Bibliotheca Social A Inovadora: educação libertária e leitura como prática emancipatória (1917-1927)" debruça-se sobre as práticas de leitura anarquistas no início do século XX, observando as indicações de leitura contidas no jornal *A Plebe* (1917-1927) e, partir daí, a *Bibliotheca Social A Inovadora*. Uma das maiores expressões do Anarquismo é a educação, a formação militante, de onde resulta a propaganda, o cuidado constante com a difusão das idéias. A leitura é uma das facetas disso, o que explica a presença, nos jornais libertários, de seções indicando livros, folhetos, opúsculos sobre a questão social, de modo geral: Pedagogia, Antimilitarismo, Anticlericalismo, o pensamento anarquista, entre outros. Dentre os vários estudos sobre o livro no Brasil, é reduzida a problematização da leitura operária. Aqui, tem-se a prática social da leitura como possibilidade de ampliação da visão de mundo. Em destaque o esforço editorial, o cuidado com a impressão, com as imagens, o “driblar” as dificuldades materiais.

“A DIVINDADE QUE É MUITÍSSIMO MAIOR E SUPERIOR A TI”: O ENALTECIMENTO DO CRISTIANISMO NA COSTRUÇÃO LITERÁRIA DA KRISTNI SAGA.

José Lucas Cordeiro Fernandes⁸⁰

Durante o século VIII e IX, o cristianismo adentrou mais fortemente nas fronteiras da Escandinávia, iniciando uma fase de aceitação pública e de contato inicial. No século seguinte, tal religião inicia uma disputa direta pelo “território ideológico” com a crença pagã, caracterizando uma segunda fase de disputa de crenças. Nos séculos XII-XIV nós vamos observar uma terceira fase, esta de expansão e consolidação do cristianismo na região supracitada. Nesta última fase, ocorre à produção de um gênero típico da região e único na Idade Média, as sagas. Estas são narrativas em prosa, cuja sua produção vem como reflexo de uma entrada da cultura escrita de molde latino na região, onde estas narrativas buscam contar sobre o passado do local, trabalhando temas históricos, lendários, épicos, fantásticos, entre outros (uma multiplicidade que constitui subgêneros dentro das sagas). Neste cenário, estas sagas surgem como um instrumento da fase de consolidação do cristianismo, onde através de uma força da cultura escrita, imputam um novo imaginário sobre um passado de disputa entre as crenças, devido a intenção de produção do “autor cristão” que são os grandes produtores dessa literatura. Nesse sentido, nós buscaremos mostrar como é feito dentro dessa construção literária um enaltecimento do cristianismo, sua intenção de produção, seus reflexos na sociedade e sua ligação para a expansão e consolidação da religião de Roma. Para isso, selecionaremos as representações postas nas fontes, focando especificamente na *Kristni saga* (cf. 1250-1284), para que assim possamos realizar uma “operacionalização historiográfica”, mas mantendo diálogo com outras fontes, estas necessárias para o entendimento e análise da fonte focada: *Njál saga*, *Íslendingabók*, *Óláfs saga Tryggsonar*, *Vatnsdæla saga*, *Laxdæla saga*, *Eyrbyggja saga*, *Þórvaldsspáttrensvíðförlae* o *Hungrvaca*. Logo, a proposta desse trabalho é apresentar dois elementos: primeiramente como a literatura foi usada na Escandinávia medieval para consolidar o cristianismo e o jogo de poder residido na força da cultura escrita; segundo, as revelações que um documento literário pode nos apresentar sobre uma sociedade medieval, mesmo sendo sua narrativa voltada para um caráter não necessariamente histórico. Usaremos como aporte metodológico os elementos da corrente de estudo da Cultura Escrita medieval e da Nova Escandinavística e dos balizamentos teóricos postulados na História Cultural, principalmente os conceitos de representação e imaginário.

⁸⁰ Mestrando em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (MAHIS/UECE), como o trabalho *“In Sorte Diaboli”: a construção do imaginário de demonização do pagão na Íslendingasögur durante a cristianização da Escandinávia (séc. XII-XIV)*, sob a orientação da Dra. Silvia Alves Márcia Siqueira (UECE/ MAHIS). Membro do Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na antiguidade e medievalidade (ARCHEA/CNPq). Contato: zelucasfernandes@hotmail.com

ENTRE CRÍTICAS E ELOGIOS: A RECEPÇÃO DAS OBRAS LITERÁRIAS NO MEIO LETRADO FORTALEZENSE (1890-1900)

Rafaela Gomes Lima⁸¹

O presente trabalho objetiva compreender como se dava a recepção de livros de literatura, publicados em Fortaleza no final do século XIX, dentro do meio literário local, observando que forma os letrados recepcionavam as obras de seus pares e analisando as opiniões acerca das mesmas. Na década final do século XIX, a cidade de Fortaleza já estava dotada de todos os aparatos necessários à constituição de um mercado editorial quais sejam, tipografias, oficinas de encadernação, litografias e livrarias. Isso favoreceu o desenvolvimento não só da produção livreira e do circuito das comunicações (DARNTON, 2010) como das Práticas Letradas em geral. Assim sendo, um número considerável de livros de literatura foi publicado na cidade nesse período. Para os autores dessas obras era sobremaneira importante saber a reação de seus pares diante da publicação, de que forma as obras foram recepcionadas e quais as opiniões sobre elas. As críticas das obras eram publicadas em jornais, revistas literárias e mesmo nos próprios livros (nesse caso apenas críticas positivas), o que demonstra a importância de se atentar aos paratextos das obras (GENETTE, 2006), como os prefácios e agradecimentos. Analisar as críticas das obras de literatura, buscando compreender as relações existentes entre os letrados, os embates presentes no campo literário (BOURDIEU, 1996), bem como as estratégias de inserção dos autores no campo tendo em vista as redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) estabelecidas por eles. Para atingir esses objetivos, utilizou-se o método do cruzamento de fontes, diante da variedade na tipologia das mesmas. Foram analisadas obras literárias, jornais e revistas literárias, bem como periódicos de grande circulação no período e que não eram de cunho literário, buscando apresentar a maior quantidade de críticas e demais considerações feitas pelos letrados acerca das obras que lhes chegavam para serem analisadas. Diante do estudo das críticas encontradas nas fontes pode-se observar que mesmo que determinada obra apresentasse falhas consideráveis, seja de estilo, de forma ou até mesmo de linguagem, esta era apresentada ao público, pelo crítico, de forma positiva, valorizando o empenho do autor em ter seu livro publicado, algo que era bastante difícil no período em destaque neste estudo. Para os autores ser bem avaliado por seus pares era o primeiro passo para se estabelecer como membro de fato do campo literário da cidade.

⁸¹ Especialista em História do Brasil, aluna do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará e Membro do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas, sob a orientação do Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso. rafag183@gmail.com.

OS LIMITES ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DA DITADURA MILITAR NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Mariana Oliveira Martins⁸²

Muitas vezes, nas narrativas literárias, além dos elementos ficcionais resultados da criação do autor, encontramos casos que possuem existência fora da diegese. Há várias maneiras de inserir fatos em contextos ficcionais, dentre vários exemplos, podemos destacar o livro *O cemitério de praga*, de Umberto Eco, no qual somente o protagonista é fictício; a conjuntura que circula pela obra de Eco realmente existiu, mas mesmo o personagem principal pode confundir o leitor, pois pratica atos reais, que foram de fato praticados por outras pessoas. Outro livro que mescla fato e ficção é *Dias e Dias*, da escritora Ana Miranda. A narrativa de Ana Miranda mescla realidade e criação a fim de contar uma história de amor, que traz como personagem o poeta Gonçalves Dias, um dos principais nomes da poesia romântica brasileira. A protagonista, Feliciano, entra em contato com a intimidade do poeta através das cartas enviadas por ele a um amigo. No romance, tudo que diz respeito ao poeta Gonçalves Dias é verdadeiro, mas a protagonista Feliciano e as demais personagens são fictícias. Como as obras citadas acima, os livros *Azul-corvo* e *K.*, autoficções da literatura brasileira contemporânea, também trazem elementos da realidade, não apenas personagens históricos e supostos casos da vida dos escritores, mas um período da história do Brasil, e é sobre eles que iremos nos debruçar. O primeiro é um romance escrito por Adriana Lisboa e destaca, principalmente, a guerrilha do Araguaia e a temática do exílio. Já o segundo, de Bernardo Kucinsk, é um livro de memórias que evidencia a questão dos desaparecidos políticos e a dor de suas famílias. Nesse tipo de representação, os escritores precisam equilibrar fato e ficção de modo a transformar a matéria histórica em literatura e, para isso, é importante ter conhecimento da relação arbitrária que a criação literária tem com a realidade: mesmo que se pretenda transpô-la fielmente, há uma deturpação, pois, de acordo com Antonio Candido, a mimese é sempre uma forma de *poiese*. O presente trabalho tem como objetivo analisar como os autores destes livros trabalharam para fazer a transposição do material histórico referente à ditadura militar em material literário, partindo da questão da representação literária e dos limites entre real e imaginário tanto no ponto de vista da produção quanto no da recepção, levando em conta particularidades da linguagem literária e do estilo de cada autor.

⁸² Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Ceará, membro do grupo de pesquisa Núcleo Antonio Candido de Literatura e Sociedade. Contato: mariana.olivmartins@gmail.com

“UM COPO D’ÁGUA E UM PALITO...”: HABITUS E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADES NOS QUIOSQUES E CAFÉS DE FORTALEZA (1886 – 1920).

Paulo César Freire Sá⁸³

Temos o objetivo de compreender através do espaço dos quiosques e cafés, que foram listados através da documentação coletada até o momento, como ponto de encontro da intelectualidade fortalezense no decorrer do século XIX e início do XX, como estes espaços eram utilizados por grupos distintos na cidade de Fortaleza, partiremos da idéia que muitos desses espaços não foram construídos para um grupo em específico, mas passaram a ser utilizados por alguns deles, principalmente de intelectuais que se reuniam para recitar poesias, ler jornais, debaterem política ou simplesmente para pedir um copo d’água e um palito, quebrando a idéia de consumo que pode ser pensada sobre os cafés e mantendo ali uma rede de *sociabilidades*, temos como recorte temporal e espacial a cidade de Fortaleza, tendo como foco o centro da cidade que foi o espaço de maior concentração dos quiosques e café na cidade, o ano de 1886 marca segundo Otacílio de Azevedo a construção do primeiro Café da cidade de Fortaleza, o ano de 1920 marca a demolição dos quiosques pela gestão do prefeito Godofredo Maciel, “remodelação da Praça do Ferreira, com a retirada de 4 quiosques de feição colonial que a enfejavam...”. Para a realização da pesquisa utilizamos como fontes principais jornais e revistas da época, livros de memória, literatura de época e iconografia. A corrente pesquisa é fruto do trabalho da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS - UECE) na linha de pesquisa Práticas Urbanas, sob orientação do Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso e financiamento da CAPES - CNPQ. A nossa problemática central gira em torno da inserção de grupos distintos nos espaços dos quiosques e cafés, os espaços dos cafés não demonstram um intuito de construção para a mocidade e intelectualidade fortalezense, geralmente eram de propriedade de homens simples e que vinham do interior do Estado, mas passaram a ser frequentados por intelectuais, que faziam daquele local não um espaço de consumo, de compra e venda dos materiais que ali circulavam; principalmente materiais de alimentação, faziam daquele espaço local de sociabilidade, boêmia e distinção, buscaremos compreender estes variados *habitus* que circulavam pelos cafés da cidade. Entendemos os Quiosques e Cafés enquanto espaços singulares que foram responsáveis pelo abrigo de grupos e indivíduos com leituras e uma carga teórica diferenciada dentro da cidade de Fortaleza, fazendo destes locais um espaço de *práticas urbanas*. Também utilizamos as referências de intelectual, sociabilidade e geração por SIRINELLI, Jean-François.

⁸³Discente do Mestrado de História/MAHIS/ UECE. Bolsista do Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas-GPPUR/ CAPES-UECE, eixo de pesquisa “Práticas Letradas e Urbanidades”. Contato: paulo_c10@hotmail.com

MODERNIDADE, MEMÓRIA(S) E MORTE NA POÉTICA DE AUGUSTO DOS ANJOS (1900-1920)

Danilo Linard*

Regis Lopes Ramos**

Nosso esforço de pesquisa visa discutir os temas da modernidade, da memória e da morte na poética de Augusto dos Anjos (1884-1914). Tendo vivido na virada do século XIX para o século XX, esse poeta paraibano testemunhou uma série de transformações levadas à cabo pela idéia de Modernidade. Vindo de uma família proprietária de engenhos no interior da Paraíba, Augusto dos Anjos viu seu mundo “desmoronar” ao passo que, no Nordeste (outroa definido como Norte), ocorria uma reordenação dos espaços, das sociabilidades e das sensibilidades, tanto no domínio das relações de trabalho, quanto nas dimensões políticas e culturais. Acreditamos que seus versos constituem um espaço de (re)configuração de memórias, tanto individuais, quanto coletivas, que tecem críticas à essas experiências ditas modernas, críticas essas que assumem o signo da Morte como símbolo geral. Para problematizar em sua poesia os temas indicados, nossa metodologia consistirá numa abordagem contextual, intratextual e, de certo modo, intertextual. Partiremos de uma análise da atividade mimética desse poeta, considerando o contexto em que seus versos foram escritos, assim como o estilo que os define, investigando como tais poesias constituem um registro crítico de seu tempo, na medida em que seu autor nelas formula representações acerca de seu espaço de experiência e de seu horizonte de expectativas. Nosso corpo de fontes é composto por 58 poesias do autor publicadas em vida no seu único livro, "Eu" (1912), 195 poesias publicadas em jornais e periódicos, mas não colhidas em livro, assim como 46 poesias que seriam publicadas postumamente na segunda edição do livro, "Eu e Outras Poesias" (1920). Compõem ainda nosso corpo de fontes 141 cartas e 32 crônicas desse poeta, que nos ajudam a compreender suas impressões e seu processo de criação. Como referenciais teóricos, metodológicos e bibliográficos iniciais, podemos citar autores tais como Reinhardt Koselleck, Alfredo Bosi, Flora Sussekind, Durval Muniz de Albuquerque Jr., Luiz Costa Lima, Jöel Candau, Phillipe Ariès, etc. Através do diálogo com estes e outros autores, acreditamos poder compreender melhor as relações entre modernidade e literatura, entre poesia e sociedade, entre memória e identidade, entre morte e história e entre história e temporalidade(s). Os resultados parciais de nossa pesquisa indicam que muitos dos traços de sua poética são melhor compreendidos numa ótica historiográfica, ao invés das explicações de fundo psicológico/patológico que muitos lhe atribuem, sendo essa ótica histórica a perspectiva que iremos aprofundar com a continuidade da pesquisa.

*Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: danilo.linard@bol.com.br

**Orientador. Professor Adjunto do Departamento e do PPGH da História da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: regislopesufc@hotmail.com

VISÕES DE UM DESTINO: AS MIGRAÇÕES AO TERRITÓRIO AMAZÔNICO NA LITERATURA NATURALISTA-CIENTIFICISTA (1899-1906)

Daniel Barreto Lopes*

“O primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da sua terra pátria. Havia aí a predestinação de uma raça?”. Assim José de Alencar se refere ao “primeiro cearense” em sua obra “Iracema”, de 1865. Já em sua literatura nacional-romântica Alencar se utiliza do termo “raça” para a construção de seu ideal-tipo literário. Mas será no final do séc.XIX que uma vasta produção de textos histórico, literário e jornalístico irá ser produzida de acordo com ideias científicas. A fusão entre Literatura e Ciência, gerando assim os “romances/ensaios de tese”, irá ser a ação dos intelectuais no contexto histórico brasileiro de crise social, decadência de uma cultura tradicional e mudanças políticas em fins do séc.XIX. A “literatura como missão”, referindo-se à tese do historiador Nicolau Sevcenko, é o revestimento de um projeto social reformador do presente. Nesse contexto, o fato histórico das migrações ao território amazônico é visto como um problema social na visão de dois intelectuais e suas respectivas obras ora analisados: Rodolfo Theóphilo (O Paroara) e Euclides da Cunha (À Margem da História, Entre os Seringais). Em que bases discursivas esses intelectuais referiam-se à questão social das migrações amazônicas? Em comum uma “literatura de denúncia”, do fracasso social das migrações aos seringais amazônicos, e que pode ser estudado também nos relatórios oficiais dos presidentes da província do Ceará. Também ambos são críticos vorazes de suas sociedades e de seus governantes, o que implica na condição de intelectuais marginalizados diante do sistema político vigente, daí a literatura como meio de expressão de seus anseios políticos. No entanto, a visão de *struggle for life* das imigrações é condicionada pelo lugar social de cada escritor. Euclides da Cunha sonda o desenvolvimento do Brasil através da integração do território nacional segundo a lei evolucionista das raças. Seu libelo é contra o sistema capitalista de exploração do trabalho, e não contra a política de imigração. Rodolfo Teóphilo critica as migrações como mais um fator desagregador originado pelas Secas e pelo “nomadismo atávico” dos cearenses, enfatizando o abandono da região natal por homens iludidos pelo “ouro branco”. O objetivo principal deste trabalho é analisar a forma diferenciada com que cada escritor tratou do tema da imigração amazônica dentro do contexto nacional/regional, bem como estabelecer quadro mental traduzido na linguagem literária. O Trabalho também propõe um diálogo aberto com a questão da representatividade literária das migrações *a posteriori* a partir dessas teses essencialistas do homem e de seu meio social.

UMA LEITURA DO LEGADO DA HISTÓRIA: A METRÓPOLE DE CAIO FERNANDO ABREU

José Humberto Torres Filho

O presente trabalho tem por objetivo oferecer uma leitura da obra *Os dragões não conhecem o paraíso* (1988), de Caio Fernando Abreu, assumindo como fio condutor a experiência do homem habitante da metrópole. A ficção desse autor é responsável por alguns dos momentos de maior lucidez crítica com relação à experiência da opressão pelo regime militar na prosa brasileira e, conforme observa o professor Jaime Ginzburg (*apud*

DIP, 2009), ainda está pra ser melhor compreendida nesse sentido. Longe de apresentar-se apenas como testemunho ou puro relato de um período histórico, a escrita de Caio Fernando Abreu revela uma linguagem rigorosamente trabalhada, apostando na sutileza de metáforas bem construídas, definindo caminho crítico que se concentra no sentimento do homem, sempre em busca de uma transformação. Principalmente a partir da publicação de *Os dragões não conhecem o paraíso*, o autor transcende a questão da ditadura militar e assume a centralidade de um posicionamento crítico em relação ao capitalismo em sua obra. Surge aqui o protesto relativo à mecanização da vida, à reificação das relações sociais, à dissolução de um passado ligado a tradições pré-capitalistas. Nesse sentido, o tema da cidade revela-se inescapável. O principal símbolo da crítica ao progresso técnico assumida por Caio Fernando Abreu reside justamente nesse “testemunho vivo do legado da história” (FABRIS, 2000) chamado cidade. A cidade de São Paulo, no fim do século XX, serve de cenário para as narrativas, embora o ambiente externo seja minimamente referido. Cinza e solitária, ela surge repetidamente contraposta a uma luminosidade que se ensaia enquanto desejo de transformação dessa realidade. A herança contracultural do autor o posiciona em direta oposição a essa sociedade uniformizadora e racionalizante. O campo, associado à natureza e à infância, funciona como espaço da memória, remetendo a valores de uma sociedade pré-capitalista. Para realizar a leitura dos contos que compõem *Os dragões não conhecem o paraíso*, tomamos como base os escritos de Walter Benjamin, considerando sua intenção de recontar a história do ponto de vista dos vencidos, a utilização da nostalgia do passado como crítica do presente. Consideramos que o movimento empreendido na obra de Caio Fernando Abreu implica a capacidade de voltar-se para o passado no sentido de compreendê-lo para se chegar a um futuro utópico. Michael Löwy, pensando na obra benjaminiana, classifica esse movimento de “romantismo revolucionário”.

TERRA SONÂMBULA E O VOO DA DISTOPIA NA HISTÓRIA MOÇAMBICANA

Sueli Saraiva⁸⁴

A literatura moçambicana que ascendeu, em grande medida, como marco da resistência intelectual na luta anticolonialista, tem sido ainda hoje solo fértil para representações das condições reais de existência no contexto africano. Quando essa existência é confrontada, no discurso ficcional, com os projetos de uma comunidade utopicamente imaginada durante a luta anticolonialista, os enredos deixam entrever os avanços, recuos ou estagnação de

⁸⁴Doutora em Letras. Professora de literatura comparada e literaturas africanas de língua portuguesa; é pós-doutoranda na Universidade Federal do Ceará (UFC) com apoio da CAPES. E-mail: suelisaraiva@uol.com.br.

uma situação social marcada por velhos e novos pactos do capitalismo globalizado. Já em seu primeiro e premiado romance, *Terra sonâmbula*, de 1993, Mia Couto desenhou um panorama do imediato período pós-independência com foco na hecatombe dos conflitos armados surgidos no desfraldar da bandeira soberana. O tempo da ficção, dividido em duas narrativas de encaixe (a história primária, do velho Tuahir e do menino Muidinga, e o relato encaixado, os cadernos de Kindzu), já apresenta o “ovo da serpente” que eclodiria na sociedade moçambicana quando finalmente a paz fosse instaurada, em 1992. No enredo, os tempos narrados revisitam o estertor do colonialismo e a euforia da chegada da libertação nacional, em 1975, enquanto, ao mesmo tempo, já configuram a ilusão perdida, simbolizada no caminhar desorientado do velho Tuahir com o menino órfão Muidinga por uma “estrada morta”. As quase duas décadas de guerra civil moçambicana (1976-1992) — que eclodiu no imediato pós-independência, findando com o trágico saldo de mais de um milhão de mortos — são o cenário de *Terra Sonâmbula*, e, à situação de desamparo coletivo, a narrativa acresce o sentimento das personagens de uma traição ao sonho utópico que movera as lutas de libertação. A carência provocada pela guerra civil contrasta com o comportamento vicioso dos aspirantes à elite pós-colonial que, aproveitando-se do caos, não hesitam em firmar um pacto de enriquecimento, inclusive com o espectro do (ex-)colonizador. Se, em 1992, um processo de paz mediado por forças internacionais assegurou o fim do morticínio, alguns agentes da tragédia ainda estavam, contudo, em cena. De tal modo, surge com o novo milênio o romance *O último voo do flamingo* (2000). Nele, Mia Couto ratifica a desilusão característica de um despertar de crise prolongada, a distopia sobrevoa essa narrativa, formando um emblemático díptico caracterizado, sobretudo, pela imorredoura personagem de Estevão Jonas, que transita, em sua ganância, de um enredo a outro. Esta comunicação versará sobre a literatura moçambicana pós-colonial, exemplificadas nos romances supracitados, demonstrando a persistência do gênero romance como marca de engajamento político-social na contemporaneidade.

ST 12. HISTÓRIA E POLÍTICA, INTERFACES: CULTURA POLÍTICA NO CEARÁ DOS OITOCENTOS.

Eylo Fagner Silva Rodrigues e Reginaldo Alves de Araújo

“A LEI DO CÃO”: A REBELIÃO DOS CERCA-IGREJAS E O CONSTITUCIONALISMO LUSO DE 1820 NA PROVÍNCIA DO CEARÁ.

Reginaldo Alves de Araújo⁸⁵

Nossa proposta de apresentação se volta para o contexto da política no Ceará do início da década de 1820, mais precisamente os anos de 1821 e 1822 quando o constitucionalismo luso penetrou no Ceará. Tal fato desencadeou uma série de rearranjos políticos que levaram ao primeiro esboço de um discurso em prol de se pensar o Ceará como uma unidade política. Mas também os movimentos de reação contra esse novo que surgia. E uma das formas de reação contra este avanço do constitucionalismo fora a rebelião ocorrida na vila do Crato, jardim e Ico, onde os seus agentes ficaram conhecidos na época como “os Cerca-Igrejas”. Como o nome sugere, tal movimento dava-se pela prática do cerco promovido por homens armados às igrejas. Mais precisamente onde estavam ocorrendo eleições para a escolha de representantes da província às Cortes Gerais de Lisboa. Para os “cerca-igrejas”, o constitucionalismo se definia como “a lei do cão”, ou seja, contra a igreja e a ordem natural das coisas. Estes acreditavam que a constituição, entendida como um feito maçom, re-escravizaria pardos e negros libertos e acabaria com a religião, a igreja e a monarquia. Portanto uma rebelião conservadora, que reagia ao avanço do constitucionalismo na província e tinha como grito de guerra a expressão “morte à constituição”. A mesma rebelião estava ligada intimamente ao contexto político do Ceará de então. Em 14 de abril de 1821, um levante militar e da câmara local na capital da província do Ceará, forçou o então Governador Francisco Alberto Rubim a jurar a constituição que se pretendia fazer em Lisboa. O movimento ou rebelião dos “Cerca-Igrejas” foi uma reação a este acontecimento, reação que a princípio fora desencadeada pelo então capitão-mor da vila do Crato, José Pereira Filgueiras, adiando assim as eleições e escolha dos representantes do Ceará às cortes até meados de 1822.

JOSÉ DE ALENCAR: TEORIA E CULTURA POLÍTICA

Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas⁸⁶

Focado na compreensão do pensamento político do romancista e político cearense José de Alencar, este trabalho busca perceber de que maneira o sujeito histórico abordado mantém ampla relação com as transformações ocorridas no Segundo Reinado em simultaneidade com sua trajetória ministerial e parlamentar. Dessa forma, abordaremos não apenas a atuação institucional de Alencar, mas também seus modos de expressão e compreensão da realidade através de produções teóricas e literárias, com particular atenção para a recorrência de temas como o aperfeiçoamento do sistema representativo no Império do Brasil e questões relativas à permanência do trabalho escravo, principalmente durante a implementação de medidas abolicionistas, como a Lei Eusébio de Queiroz. Em específico,

⁸⁵ Doutorando em história social pela UFC, e-mail: reginaldocidade@bol.com.br, membro do Grupo de Estudo Brasil Império e História Social, Cultura e Linguagens.

⁸⁶ Doutorando em História (UFF – Universidade Federal Fluminense) Participante dos grupos de pesquisa: CEO-NUPEHC (Centro de Estudos do Oitocentos / Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural) Contato: brunonojosa@gmail.com

as publicações políticas de Alencar totalizam cerca de quatro densas obras principais: os volumes sob o pseudônimo de Erasmo (Cartas políticas ao povo e Ao Imperador), O Systema representativo e Os partidos. Além delas, temos também compilações póstumas, como A Propriedade, e inúmeros artigos publicados em meios como periódicos, bem como um não menor número de discursos que deixou como parlamentar e ministro. A prospecção desses materiais empíricos possibilita a construção de problemáticas que envolvem as formas de defesa da escravidão empreendidas por Alencar dentro da realidade social e política do Império e a sua relação conflituosa com os preceitos teóricos do liberalismo, dos quais se considerava interlocutor. Tentaremos notar, assim, que esse indivíduo era dotado, simultaneamente, de autonomia e compromisso de filiação a determinados grupos. Suas posturas no plenário ou nas letras, a despeito de condizerem com uma aproximação partidária a setores agroexportadores, guardaram determinadas peculiaridades que ensejam perguntas que vão além da apreensão automática do sujeito como simples escudo de uma economia escravista em vias de transformação. O presente trabalho decorre do desenvolvimento de pesquisa acadêmica realizada por ocasião do curso de Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob fomento da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

“DOS REGIMENTOS DE PRETOS, PARDOS E ÍNDIOS AOS BATALHÕES DE CIDADÃOS”: ASPECTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA NO BRASIL OITOCENTISTA.

José Airton Ferreira da Costa Júnior⁸⁷

O século XIX foi um período de grandes transformações para o que hoje é o Brasil. No início do século o que viria a ser o Brasil ainda se encontrava sobre o domínio colonial Português, mas devido às tensões no território europeu à América Portuguesa passou a ser a sede do Império Português com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Na década seguinte a América Portuguesa ascende ao *status* de Reino Unido a Portugal e Algarves e ao final da mesma década se tem início o processo de emancipação política do Reino do Brasil e a construção do Estado Nacional do Império do Brasil. Tais transformações e discussões sobre o que se deveria propor para o novo Estado também repercutiram na estrutura militar, sobretudo no processo de construção do Império do Brasil. Dentre as modificações mais expressivas destaca-se a extinção das antigas categorias raciais, que remetiam a estrutura militar do Império Português, para uma distinção entre “Cidadãos” que eram alistados na Guarda Nacional e “Brasileiros” recrutados para o Exército e Marinha. Essa modificação tem lugar no início do período Regencial de 1831 até 1840, pois D. Pedro I não modificou a estrutura militar do Império do Brasil, mantendo a mesma estrutura militar oriunda do período colonial. Já nos debates da Constituinte, pode-se perceber que os deputados tinham uma preocupação de adotar e efetivar elementos que caracterizam os Estados Modernos, como a questão da Cidadania e a definição de direitos políticos; o estabelecimento de limites à autoridade de Reis ou Imperadores que deveriam se sujeitar as leis estabelecidas pelos representantes da Nação, pois de acordo com as novas doutrinas políticas era na Nação que residia a soberania de um Estado e não mais no Monarca. Essas e outras questões permitem pensar uma mudança na Cultura Política que vai se constituindo no Império do Brasil, tendo Cultura Política como práticas, valores, expectativas, representações de acordo com a Historiadora Lynn Hunt. A partir da ascensão liberal moderada em 1827 e com sua chegada ao poder após D. Pedro I abdicar, o projeto

⁸⁷ Mestrando do Programa de Pós – Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Integrante do Grupo de Estudos Brasil Império (GEBI). E-mail: GOLTURBOGTI_01@hotmail.com

liberal moderado tinha como objetivo extinguir os resquícios do que ainda subsistia do velho regime. A partir da análise de fontes relativas ao Exército e a Guarda Nacional, pretendo observar quais os impactos que o fim das categorias sociais na estrutura militar para os indivíduos que estavam sujeitos a integrar tais instituições de violência monopolizada pelo Estado.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR ATRAVÉS DA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO DE 1824: (RE) PENSANDO O SEPARATISMO NORTISTA

Francisco Weber Pinto Porfírio⁸⁸

Ao estudarmos o movimento político Confederação do Equador, geralmente somos induzidos a reproduzir as ideias propagadas pela historiografia chamada “tradicional”, na qual afirmavam, entre outras coisas, que a região Norte (atual Nordeste) buscava sua emancipação do restante do País, ou seja, formar um Estado Independente. *Independência, separação, novo Estado*, enfim, termos cristalizados e usualmente empregados a fim de definir as intenções dos confederados. A noção do termo “separação” é ambígua, deste modo, ponderamos um pequeno fragmento do *Manifesto da Proclamação da Confederação do Equador* de Paes de Andrade:

Segui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida, vossos irmãos, vossos amigos, vossos compatriotas; imitai os valentes de seis províncias do norte que vão estabelecer seu governo debaixo domelhor de todos os sistemas- representativo-[...] ⁸⁹.

Se a intenção dos confederados, era de unir os brasileiros em prol de um sistema federativo/representativo, no qual foram convidados a *seguir* e a *imitar*, por que prevaleceu o discurso (tradicional) que o *separatismo nortista* pretendia criar uma nova república? Como e por que essas ideias foram propagadas? Propomos como objeto de estudo, analisar os jornais editados no Rio de Janeiro: *OSpectador brasileiro*, editado pelo francês Pierre Plancher e *O propugnador*, ambos noticiavam os acontecimentos da “malfadada província de Pernambuco”⁹⁰. Utilizar a Imprensa como fonte, significa considerar uma gama de vocabulários, ideologias e interesses políticos, que no final das contas, intervirá no cotidiano do indivíduo, formando o que podemos chamar de Cultura Política, que segundo Sergio Bernstein (1998, p. 363), constitui,

[...] compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade [...].

Nesse sentido, nossa pesquisa visa manter diálogo mediado com a historiografia sobre o Brasil Oitocentos, com as discussões teóricas articuladas a elementos da atual História Política e com o manuseio de fontes variadas, sobretudo as produzidas pela imprensa, nacional e local.

⁸⁸ Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo de Estudos Brasil Império (GEBI-UFC). Email: weber.porfirio@hotmail.com

⁸⁹ Manifesto da Proclamação da Confederação do Equador. 2 de julho de 1824. In: BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto (orgs). *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª Ed, Brasília: 2002, volume 1. p. 786-788.

⁹⁰ Jornal *OSpectador Brasileiro*, Rio de Janeiro, 03/07/1824, nº 14.

AS SOTAINAS POLÍTICAS E OS PROJETOS DE NAÇÃO NO CEARÁ OITOCENTISTA: OS PADRES NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO (1817-1842)

Cristina Fernandes Moreira Aguiar⁹¹

A estreita ligação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro tem raízes mais antigas que nos remetem ao nosso passado colonial e ultrapassam os limites que correspondiam ao território brasileiro. “Esta participação política do clero não foi um fenômeno brasileiro, mas esteve também presente em toda a América Latina.” (BERNARDES, 1986, p.26). A atuação política dos padres durante as primeiras décadas do século XIX foi de grande importância para a sustentação da ordem monárquica constitucional no importante momento de desagregação das instituições organizativas da Colônia e de afirmação do embrionário Estado imperial. O recorte ora proposto se inicia em 1817 quando nos deparamos com a Revolução Pernambucana, movimento este em que vislumbramos um primeiro momento de descontentamento das elites locais em relação às decisões tomadas pela Corte no Rio de Janeiro, portanto de destacável relevância para se analisar como o projeto político fluminense foi recebido no Ceará. Considerando-se ainda que esse movimento foi marcado fortemente pela presença de sacerdotes revolucionários sendo por essa razão, chamado de Revolução dos Padres. Tal recorte se encerra em 1842, haja vista que a partir desse período, percebe-se uma sensível diminuição da participação política do clero em todo o Brasil, de forma que esses sujeitos serão gradativamente alijados da representação política, sendo substituídos, em sua maioria, pelos bacharéis em Direito. O objetivo deste trabalho consiste em analisar como a atuação dos padres políticos na Província do Ceará contribuiu com o processo de construção do Estado brasileiro, considerando esses padres como sujeitos sociais de seu próprio tempo não como meros representantes da Igreja Católica. Ademais, a atividade política desses sacerdotes não se limitava a uma determinada região da Província, pelo contrário, em todas as ribeiras daquilo que era o Ceará existiam padres exercendo importantes papéis dentro desse jogo político que caracterizava o nascente Estado brasileiro; padres organizadores de lideranças locais, padres chefes de parentelas, padres revolucionários, dentre outros. Para isso, o contexto que envolve a crise do Antigo Regime e a ascensão do Estado Moderno será levado em conta, haja vista o aparecimento de ideias novas em torno de como o Estado deverá ser organizado e quais facções políticas estarão na esteira desse processo.

⁹¹ Mestranda em História Social da Universidade Federal do Ceará e bolsista da Capes. Membro do Grupo de Estudos do Brasil império (GEBI). Email para contato: cristinafmaquiari@gmail.com

A ARTE DE AFIRMAR-SE PELO NÃO: POBREZA E CIDADANIA EM FORTALEZA, 1884-1916

Eylo Fagner Silva Rodrigues⁹²

Da condição de nitidez pela cor à invisibilidade social, deu-se um processo de poucas – porém importantes – conquistas de direitos de cidadania. A nitidez dos afrodescendentes, que carregavam no corpo o estigma da condição servil, concorreu como um elemento visual de certa engenharia de poder sobre a população cativa e pobres no Brasil do século XIX. A cor negra era motivo de suspeição. Promulgada a Abolição em 1888, a cor negra (e os vários matizes de afrodescendentes: cabras, pardos, mulatos) passou por certo processo de invisibilização. No Ceará, o mesmo se deu porque há um discurso, de que ali não haveria negros(as). No capítulo, “Negros no Ceará”, Eurípedes Funes, desmitifica essa visão que se constituiu no senso comum acerca da história do Ceará amparada, em boa medida, no discurso do radicalismo e do pioneirismo do abolicionismo cearense (SOUSA; GONÇALVES, 2007, p. 103-132). O discurso do pioneirismo concorre para invisibilizar a presença dos afrodescendentes no Ceará. Ora, faz-se necessário investigar o processo de abolição no Ceará dando ênfase à agência dos escravos nesse contexto; de modo a conceber a abolição como processo de conquistas. O contexto do pós-abolição também merece ser investigado a fim de perscrutar o processo de invisibilização do negro no espaço urbano (principalmente) em cuja asua experiência é esgarçada entre as massas de pobres que acorrem para as cidades formando arrabaldes e lutando para continuarem ali, em que pese as lufadas do poder público para expurgá-los e arremetê-los ao seu “lugar” (SANTOS, 2012) – no que se vê uma geografia urbana orientada pelo poder que constitui territórios de exclusão e dos excluídos. Partindo daí, formula-se a questão: qual a liberdade conquistada no pós-abolição? Como os libertos tentavam garantir e ampliar as dimensões dessa liberdade no espaço citadino, cada vez mais voltado para remodelações urbanísticas e, portanto, ao controle do espaço? O Censo de 1887, elaborado acerca da população de Fortaleza, constitui relevante fonte de pesquisa sobre o contexto social do pós-abolição, em particular sobre a condição de vida e trabalho dos pobres e ex-escravos. Através de método qualitativo e comparativo, o Censo torna-se janela por meio da qual se pode observar o interior das casas em que trabalham criados e agregados; pois esse documento dá conta, ao registrar cerca de 20 mil moradores, de dados como nacionalidade, profissão, idade, se sabe ler ou não, o tipo da moradia etc. Assim, é possível discutir as cidades dentro da cidade, reveladas pela experiência de vida e trabalho dos pobres, absorvidos pelo universo do trabalho doméstico. Em suma, intenta-se considerar os moradores compulsados naquele censo, problematizando, em relação densa, a categoria profissão e a constituição de territórios.

⁹²Doutorando – UFC; Bolsista CAPES; Grupo de Estudo Brasil Império; eylofagner@gmail.com.

ST 13. HISTÓRIA, LUGARES DE MEMÓRIA E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC) e Ana Carla Sabino Fernandes (UFC)

PROGRAMA NACIONAL DE MUSEUS: REVITALIZAR PARA QUÊ (M)?

Yazid Jorge Guimarães Costa⁹³

Em 1982 foi criado o Programa Nacional de Museus (PNM), respondendo a um anseio do setor museológico há muito reivindicado. Em um momento de reconstrução da democracia brasileira buscava-se uma maior interação com as comunidades nas quais os museus se inseriam, desejos gestados desde o período entre fins da década de 1960 e 1970, na chamada “crise dos museus” e potencializada por discussões como as da Mesa Redonda de Santiago de Chile. Em 1975 acontece em Recife, Pernambuco, o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, que, ao fim do encontro, publicaria no ano seguinte uma proposta sistematizada com sugestões e recomendações para a implementação de uma política museológica brasileira, a partir do diagnóstico de que os museus brasileiros estavam deslocados da realidade na qual se inseriam, sendo identificados como lugares “abandonados”, de “coisas velhas”, adjetivos nada animadores para o setor. Quando o PNM foi criado, inúmeras tentativas de diagnóstico do setor museológico foram realizadas, utilizando metodologia aplicada pela Associação Americana de Museus. O veredito chegado foi que os museus brasileiros precisavam de revitalização! Assim, este trabalho busca refletir sobre a noção de revitalização utilizada na execução do Programa Nacional de Museus, entre os anos de 1982 e 1986, nos questionando o que significaria revitalização para estes sujeitos (técnicos e dirigentes de museus), quais eram suas práticas, a partir de quais ideias e ideais. Acreditamos que ao trabalhar com instituições de memória, estamos travando uma constante disputa pelo poder de representar, atos pautados no presente com a utilização de matéria do passado. É a partir desta relação com o tempo que desenvolvemos nossa análise, apreendendo como o conceito de revitalização se liga a uma mudança nos espaços de experiência e do horizonte de expectativa daqueles sujeitos. Utilizamos para esta análise os materiais divulgados em duas publicações institucionais, o Boletim do PNM e o Boletim da SPHAN/próMemória. Sendo dois instrumentos de divulgação e propaganda, entendemos que há uma preocupação em selecionar e explicitar as ações do PNM, no que julgamos estas fontes adequadas não apenas para analisar as práticas institucionais, mas, quais imagens o PNM construía de si para o público externo.

⁹³ Graduado História (UFC). Mestre em Memória Social (UNIRIO). Membro do Grupo de estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória do Departamento de História da UFC. E-mail: yazidjorge@gmail.com

MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA EM TORNO DE GENERAL TIBÚRCIO COMO "HEROI CEARENSE"

Karla Cristine Rodrigues⁹⁴

A presente comunicação tem como objetivo pensar como se deu a construção da memória em torno de General Tibúrcio Ferreira de Souza, a partir da escrita da História empreendida pelo Museu Histórico do Ceará, logo nos primeiros anos da instituição. Entendendo o museu como "lugar de memória" (NORA:1993) por excelência, espaço onde se busca configurar um sentido sobre o passado a partir da composição e disposição do seu acervo. O MHCE foi criado oficialmente em 1932 sob a direção de Eusébio de Sousa, intelectual que esteve presente em vários espaços de escrita da História do Ceará- Arquivo Público, Museu Histórico, Instituto Histórico - sua perspectiva de História era aquela centrada nos homens ilustres, contada por meio de grandes fatos e vidas exemplares. O museu cria e se apropria de objetos para tornar presente esse herói dentro de sua escrita, é um "lugar de memória" em suas três dimensões: material, simbólico e funcional. Não podemos deixar de pensar aqui na dimensão material da memória e dessa necessidade de suportes para que ela se materialize. Eusébio, que já havia se ocupado em tornar presente a memória do militar através de sua escrita nas revistas do Instituto Histórico do Ceará, mais uma vez, busca tornar presente a figura do herói dessa vez no acervo do museu. Por meio de dois objetos esse personagem passa a compor esse espaço: o primeiro: mobília, composta por duas cadeiras e o segundo: uma tela que representava o herói. Para Eusébio, expor essa mobília no espaço do museu era uma justa homenagem dos cearenses para aquele que segundo ele, já tinha sua memória imperecível e concretizado no bronze – se referindo à existência da Praça General Tibúrcio e a presença de uma estátua do General – e que seria, portanto, "ainda mais perpetuada e venerada com a documentação ora existente no museu histórico" (Boletim do Museu Histórico). E a tela pintada pelo J. Carvalho que representava Tibúrcio quase que em tamanhos naturais, com dimensões 1m77x1m22 foi inaugurada no dia em que corria 80 anos do alistamento do Tibúrcio na Praça no Corpo Fixo da antiga província do Ceará, para Eusébio era um dia significativo para homenagear e perpetuar aquela recordação de um dos "gloriosos antepassados". Intencionamos pensar o processo de construção de um lugar no recém-criado Museu Histórico do Ceará para um Herói antigo. Compreendendo essa discussão inserida em um debate sobre "os usos do passado" pelo presente, em uma relação presente-passado-futuro, a partir das demandas de quem lembra. Fontes: Boletim do Museu Histórico (1934 e 1935).

⁹⁴ Mestranda em História Social -UFC, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Patrimônio e Memória (GEPPM) Email: karlacristine@alu.ufc.br

MITO, PATRIMÔNIO E SEMIÓFORO

Vagner Silva Ramos Filho⁹⁵

A presente comunicação visa discutir o processo de patrimonialização da memória do cangaço entre o final do século XX e o início do século XXI, disposição que provém de estudo acerca das comemorações cearenses ao centenário de nascimento do cangaceiro Lampião, ocorridas na década de 1990. Percebendo os constantes deveres de memória nesse cenário, tratamos de pensar especificamente a relevância de uma interpelação ao “mito nordestino” do cangaço sob as perspectivas da seara de estudos do patrimônio cultural, em que na análise desse objeto seja centrada a problematização aos semióforos que carrega, visto que podem explicitar “o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo, na qual a dimensão do passado conta” (HARTOG, 2013, p. 197). Relacionar mito, patrimônio e semióforo apresenta-se como recurso à reflexão das complexas relações entre as reconstruções de memória do cangaço e as ditas identidades nordestinas durante essas efemérides. A indicação de um imbróglio ganha destaque, pois, se por um lado, algumas ações de valorizações regionais atribuídas à referida memória parecem convergir para a fabricação de um patrimônio, por outro, as representações nelas engendradas não raramente costumam divergir. Nesse percurso, atentamo-nos para os trabalhos da memória em questão acionados pelos sujeitos que participaram das comemorações, dentre os quais encontram-se artistas populares, cineastas, intelectuais, memorialistas e vítimas do cangaço. Com efeito, interessa-nos perceber as múltiplas temporalidades que se apresentam nessas ações e representações da memória que colocam em jogo, assim como as circulações, apropriações e enquadramentos que tiveram ao longo do tempo, de modo que a observação propicie o entendimento dos confrontos, consensos e negociações que as circundam nas comemorações. O quadro historiográfico tem como eixo a chamada “história social da memória”, sendo que a presente discussão norteia-se pelas leituras dos seguintes autores: Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1992), James Fentress & Chris Wickham (1992), Joel Candau (2012), Elizabeth Jelin (2012), François Hartog (2013), Raoul Girardet (1987), Marilena Chauí (2000) e Durval Muniz de Albuquerque Jr (2013).

⁹⁵ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM-UFC). Bolsista - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Email: vagner_amosf@hotmail.com
Orientador: Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM FOTOGRAFIA: BAHIA E SUAS REPRESENTAÇÕES NA DÉCADA DE 1940.

Lígia Conceição Santana⁹⁶

Esta pesquisa pretende discutir a participação dos fotógrafos e utilização da fotografia como testemunho/documento nos processos de tombamento instituídos na Bahia pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) após a aprovação do Decreto-lei 25/37. Neste período observamos uma memória visual sobre o patrimônio sendo paulatinamente construída e isso justificou a contratação de inúmeros fotógrafos que circularam pelas principais cidades do país para construir o que devia ser lembrado. A cena política esteve favorável para o desdobramento desta metodologia de trabalho e para a atuação dos fotógrafos e técnicos que colaboraram decisivamente com a disseminação de uma idéia/sentido de patrimônio a ser preservado. Neste trabalho discutimos a atuação do SPHAN nas primeiras décadas de trabalho na Bahia e como a fotografia foi largamente utilizada na materialização do conceito de memória e história a ser preservada. Utilizo para este fim o acervo fotográfico acumulado nos acervos, periódicos e correspondência.

PADRE CÍCERO E DEVOTOS Á PARTIR DAS CARTAS E TELEGRAMAS

Amanda Guimarães da Silva⁹⁷

Jéssica Martins Guedes de Souza⁹⁸

O projeto de pesquisa coletiva teve início entre fevereiro e março de 2013 quando pautamos a necessidade e definimos como objetivo nos aproximarmos mais e melhor do acervo e dos propósitos do Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC/Deptº História UFC), considerando suas implicações interdisciplinares (história e arquivologia), a condição de laboratório para o fomento do aprendizado histórico e para a formação discente e docente, bem como a unicidade, a originalidade e a proveniência de seu arquivo. Utilizar o Acervo Documental do NUDOC, como fonte e objeto para a pesquisa histórica. Temos como objetivo inventariar e quantificar o acervo, por intermédio da descrição arquivística pensando a estratégias de disponibilização do Núcleo de Documentação à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. O arquivo do NUDOC que estamos estudando historicamente e aplicando o processamento arquivístico necessário é denominado “Arquivo Padre Cícero” (gênero textual) caracterizado, - segundo Inventário Documental para elaboração de um Instrumento de Controle produzido entre maio e junho de 2013 pelo PET. O PET História UFC pesquisa uma documentação, em parte, inédita ou com potencial pouco explorado, enquanto fonte e objeto da história e da arquivística, para o estudo da espécie documental.

⁹⁶ Doutoranda em História pela Unirio, Profa da Universidade do Estado da Bahia, ligiasantana@gmail.com.

⁹⁷ Graduanda de licenciatura em História cursando o 2º semestre na Universidade Federal do Ceará. Bolsista do Programa de Educação Tutorial.

⁹⁸ Graduanda de licenciatura em História cursando o 5º semestre na Universidade Federal do Ceará. Bolsista do Programa de Educação Tutorial.

Sob o título: “Telegramas recebidos e enviados do Padre Cícero”, destacamos os sentidos epistemológicos e os valores que a história e a memória concebem aos papéis do arquivo do Padre Cícero. Após a conclusão do trabalho inicial, desenvolvido pelo grupo PET-História, podemos expor alguns resultados de ordem quantitativa. Após inventariadas, tratam-se de cerca de 5 mil cópias de Telegramas com data-limite entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, aproximadamente. Com relação aos aspectos conclusivos deste texto, é importante explicitar que a produção do inventário do arquivo referente às cartas e telegramas expedidos e recebidos pelo/para o Pe. Cícero, no que concerne à quantificação, foi concluído em 2013.¹ Em 2013.² foi realizada, pelos bolsistas PET-História UFC, sob a orientação do Tutor Jailson Pereira da Silva e Co-Tutora Ana Carla Sabino, uma análise prévia dos possíveis temas e temáticas a serem analisadas em momento posterior. Cumpre-se também atentar à especificidade dos telegramas e cartas como fonte epistolar e registro de correspondência entre os sujeitos, que, movidos pela fé e pela crença, buscavam contactar o Pe. Cícero.

PATRIMONIALIZAÇÃO OU APROPRIAÇÃO? O CASO DO ACERVO DO GABINETE DE LEITURA VIÇOSENSE

Jorge Luiz Ferreira Lima

O Gabinete de Leitura Viçosense foi fundado em 1916 tendo como programa a instalação de uma biblioteca e de um curso noturno de alfabetização para as crianças pobres. Seus fundadores eram parte da pequena elite local, letrados, detentores do poder político e dos cargos da administração pública. Este grupo, inicialmente coeso e unido em torno daquela instituição, não resistiu às tensões e disputas políticas e passou por um processo de fracionamento, resultando em choques e rupturas de alianças, o que viria a reverberar na estrutura e funcionamento do Gabinete, culminando no encerramento de suas atividades na segunda metade do século XX. Interessa a este trabalho investigar as questões surgidas em torno do uso dado ao acervo bibliográfico da instituição após o seu fechamento, atentando para os diferentes discursos construídos em torno deste melindroso assunto. Utilizo como fontes uma entrevista, uma carta apócrifa e um jornal, todos produzidos na cidade de Viçosa do Ceará. Os discursos construídos pelas fontes são unânimes em enaltecer o Gabinete de Leitura Viçosense, a inestimável contribuição de seu curso noturno para com a instrução da classe pobre, mas entram em rota de colisão quando se trata do destino dado ao acervo da instituição após sua extinção. A metodologia empregada consistiu em confrontar os discursos, donde surgiu a possibilidade de desenvolver as reflexões em torno de duas palavras-chaves: apropriação e patrimonialização. A carta apócrifa é um violento libelo acusatório dirigido contra a família Pinho, afirmando ter esta se apropriado do acervo, quando deveria este ter permanecido na sede social do Gabinete de Leitura, uma vez que tal instituição era gerida por uma associação e, de certa maneira, a toda a sociedade local. Em outras palavras, a carta sugere que a patrimonialização – entendida aqui como a manutenção do acervo num espaço onde estivesse disponível à consulta pública – era a destinação correta, e denuncia como crime contra a sociedade local o ato praticado pela família Pinho ao transferir os livros da sede do Gabinete para as dependências do casarão de sua propriedade no centro da cidade. A carta ainda reivindica a devolução do acervo e a reabertura do Gabinete de Leitura e de seu curso noturno. Curiosamente, já na segunda metade do século XX, quando estas instituições já haviam sido entregues ao esquecimento,

em Viçosa do Ceará travou-se uma batalha pela patrimonialização do Gabinete, negando-se a admitir seu encerramento nos estreitos limites de um arquivo particular. Os fundamentos teóricos vieram de Jacques Le Goff, Ulpiano Bezerra e Michael Pollak, donde apreendi os conceitos de memória, esquecimento e silêncio.

A CIDADE, O PATRIMÔNIO E UM MUSEU.

Alex da Silva Farias*

A história da cidade de Aracati remonta ao período colonial, situada na foz do rio Jaguaribe, desenvolveu atividade portuária, mercantil, produtora e exportadora durante o período das charqueadas. Aracati guarda toda a atmosfera de uma época da história do Ceará, através do seu conjunto arquitetônico urbano e que refletiu o florescimento cultural pelo qual a cidade passou. O estudo da história da cidade serve de meio para analisar as relações entre as transformações urbanas e a criação de um museu fora dos grandes centros urbanos, pois as alterações no modo de vida e espaço urbano também demonstram a formação da cidade. É fazendo releitura sobre o patrimônio histórico e cultural urbano local, a partir do conjunto arquitetônico da cidade de Aracati que levanto questões não apenas sobre como a representação da narrativa da história da cidade foi constituída, apropriada e reproduzida por sua instituição de preservação da memória local, mais principalmente perceber perspectivas diferentes nas alterações das práticas culturais no cotidiano da cidade. Tais indagações ajudam a compreender a influência do pensamento dos sujeitos e das instituições na construção ou produção de valores e práticas culturais em um determinado contexto durante a fundação de sua instituição de perpetuação da história local. O presente trabalho levanta um debate que aborda os campos de investigação orientados para aplicações teórico-metodológicas da memória coletiva e do patrimônio cultural. O objeto é a memória dos sujeitos durante a criação do Instituto do Museu Jaguaribano, este museu de e da cidade, nascido do interesse de uma aristocracia intelectual local, empenhada no enaltecimento da história da cidade e em preservar os bens históricos e culturais da região. Que por um lado tanto produziu e determinou a representação da história da cidade, como alterou o modo de se agir e pensar o patrimônio histórico e cultural de e no município. A metodologia usada vai além da análise discursiva da narrativa da história local, estabelecendo um diálogo entre as fontes escritas, sobre a criação do Museu Jaguaribano no período de 1965 a 1985, data do recorte aqui proposto, e das fontes orais, através da perspectiva de integrantes e excluídos da esfera cultural local.

*Mestrando em História Cultural – FUNCAP - UECE/MAHIS. alexsfarias@yahoo.com.br.

RELAÇÕES ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL NA REGIÃO DO CARIRI

José Italo Bezerra Viana*

O processo de constituição e preservação do patrimônio cultural é o objeto de estudo desta pesquisa, que analisa discursos e ações de salvaguarda e/ou preservação dos diversos saberes, fazeres, objetos e modos de vida constituídos, ao longo do tempo, na região do Cariri. Para tanto, o trabalho busca estabelecer um sentido ao conjunto de narrativas dispersas em jornais, revistas, livros de história, folders de divulgação, guias turísticos, relatórios de trabalho, leis, decretos, memorandos, ofícios e etc. Um dos objetivos do presente estudo é realizar um mapeamento das políticas públicas em torno do patrimônio cultural e a sua relação com as políticas de turismo, com vistas a reflexão sobre os modos pelos quais o turismo serviu como mediador que recorreu aos ideais do típico e do autêntico como elenco de ofertas diferenciadas do Cariri. Busca-se ainda avaliar o que tem sido definido como patrimônio cultural na região; quais são as marcas patrimoniais que se pretende fixar nesta espacialidade; quem são os principais interlocutores entre as demandas locais e as ações estaduais ou nacionais e a partir de que noção de patrimônio e turismo estes agentes definem suas propostas.

O TURISMO E A “VALORIZAÇÃO” DA CULTURAL POPULAR NO CEARÁ (1970-1980)

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira⁹⁹

No começo dos anos 1970, o Banco do Nordeste do Brasil publicou relatórios e estudos sobre as atividades realizadas pela instituição na área do turismo e as perspectivas de crescimento para o setor. É recorrente encontrar nessa documentação referências à importância que o folclore e o artesanato tinham para essa atividade econômica que estava em pleno crescimento no Brasil. Tanto os relatórios quanto os estudos defendem a necessidade de investimento na promoção das tradições populares porque a partir de um determinado momento passaram a ser consideradas como importantes elementos de atração turística. A aproximação entre cultura popular e turismo é resultado do cumprimento de diretrizes propostas por organizações internacionais como a UNESCO. Em 1967 foi realizada no México a IV Conferência Regional das Comissões Nacionais do Hemisfério Ocidental, da qual Renato Almeida, então diretor-executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, participou. A *Resolução de Tlatelolco*, documento produzido no encontro, convidava os estados-membros a tomarem medidas adequadas para estudar e revelar os testemunhos de suas culturas e cuidar da conservação e apresentação dos bens culturais, recomendando que fossem fomentados o artesanato, a arte popular e o folclore como complementos do turismo cultural. Em 1970 o mesmo Renato Almeida participou em São Paulo do I Simpósio sobre Folclore e Turismo Cultural, e na sua fala proferida na cerimônia

*Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: italobezerra776@hotmail.com

⁹⁹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). ameliahist@gmail.com

de abertura do certame, reforçou a importância do binômio turismo e folclore ao justificar a importância que os acervos tradicionais tinham na formação do conjunto de bens culturais de maior significado e valor. O objetivo de nosso trabalho é refletir sobre o processo de “valorização” da cultura popular cearense que é decorrente, também, da implantação de políticas de turismo no país. O conceito de valorização utilizado aqui está concatenado com aquele apresentado por Françoise Choay em relação ao patrimônio. Para a autora, o termo “valorização” apresenta o antagonismo entre dois sistemas de valores: o primeiro, que se coloca sob o signo do respeito, utilizando-se de novos recursos para dar continuidade às obras de grande importância; e o segundo, que se coloca sob o signo da rentabilidade e de um vão prestígio, contendo a noção de mais-valia, ideia desenvolvida frequentemente com o apoio do Estado. No nosso entendimento, a cultura popular que até a década de 1960 era pensada apenas sob a dimensão simbólica, a partir de então passa a ser ressignificada, também, a partir de uma dimensão econômica, daí a razão do investimento do setor turístico na área cultural.

DAS RECONSTRUÇÕES DA MEMÓRIA: PROJETOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO, DISCURSOS E PRÁTICAS.

Aterlane Martins¹⁰⁰

Este trabalho apresenta parte da dissertação de mestrado, orientada pelo Professor Dr. Antônio Gilberto Ramos Nogueira, em realização no Programa de Pós-Graduação em História Social – UFC, sob o título: Das Santas Almas da Barragem à Caminhada da Seca: projetos de patrimonialização no Sertão Central Cearense (1982 – 2007). Desenvolvido no segundo capítulo, busca compreender como se deu a construção dos projetos de patrimonialização ocorridos em torno das memórias do Campo de Concentração do Patú, havido na cidade de Senador Pompeu, durante a seca de 1932. São distintos os projetos ensejados pela Igreja Católica através de seus sacerdotes e fiéis, da sociedade civil através do movimento dos “agentes culturais” locais e do Estado, via representantes políticos, atuando por meio de políticas públicas ou, mais precisamente neste caso, da sua efetiva ausência. Os conflitos travados entre estes diversos sujeitos históricos, nas conjunturas aqui estudadas, ressaltam a luta por uma memória hegemônica, que, como lhe é própria se configura e reconfigura conforme o jogo social. Assim, lembrança e esquecimento se tornam os instrumentos fundamentais neste embate, onde o patrimônio cultural, por sua vez, figura como expressão catalizadora, é o semióforo destas memórias sociais, como diria François Hartog. Os remanescentes edificados do Campo de Concentração e as variantes imateriais, seja a devoção às Santas Almas da Barragem e suas práticas ou a Caminhada da Seca, configuram o rol dos bens patrimoniais constituídos e em disputa. A pesquisa se deu por meio de fontes escritas como jornais, documentos administrativos, processos judiciais, entre outros pertencentes a acervos públicos e privados, e por fontes orais, através de entrevistas com sujeitos que ali participaram ativamente. As entrevistas têm por guia a metodologia da história oral, considerando a ação dos participantes, narradores e pesquisador, na

¹⁰⁰ Mestrando em História Social no Programa de Pós Graduação em História Social UFC, participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC. Contato: aterlane@gmail.com

construção dessa fonte a sua consequente interpretação crítica. A trama das memórias que dão suporte a cada um destes projetos toma como premissa para seu entendimento, sobretudo, as ideias de Aleida Assmann quando remete à memória cultural e o seu paralelo com a memória comunicativa, quer seja ela coletiva ou individual, que operam e se reproduzem do modo particular na sociedade.

PAISAGEM URBANA E O “CONJUNTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE VIÇOSA DO CEARÁ” (1999-2012)

Monalisa Freitas Viana¹⁰¹

A pesquisa em curso procura perceber a relação entre paisagem e patrimônio cultural, trazendo, como objeto de investigação, o processo de patrimonialização de trecho urbano de Viçosa do Ceará – CE, tombado em 2003, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. A análise de algumas de nossas fontes, tais como a documentação produzida no âmbito do IPHAN, a propósito do referido processo de tombamento, sugere-nos o intuito de proteger o “quadro paisagístico” em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, tombada em ocasião anterior, no ano de 2002. Percebemos, então, que essa fração protegida da paisagem foi instrumentalizada por meio da elaboração de um “Conjunto Histórico e Arquitetônico”. E diante dessa ideia de recorte e delimitação, convém questionarmos o que foi sendo incluído e excluído quando da tessitura de tal Conjunto, problematizando, a partir daí, sobre qual perspectiva da paisagem se intentava salvaguardar. Como se deu a atribuição de valores àquele bem? Quais implicações decorreriam daquela ação? Nesse âmbito, podemos pensar a estreita relação entre o processo de patrimonialização e a configuração da paisagem urbana, a partir de: a) planos e execuções de restaurações, reformas, requalificações de imóveis e outros espaços construídos; b) o incentivo à criação e aplicação de dispositivos legais, em âmbito municipal, os quais funcionem como diretrizes que referenciam o crescimento urbano; c) bem como projetos de “modernização” de espaços integrantes daquele perímetro, lançados pelo poder municipal. Todavia, por meio da utilização de fontes orais, objetivamos voltar nosso olhar também para os habitantes da cidade, em suas formas de apropriação do conjunto patrimonializado. Partindo dessa perspectiva, pretendemos compreender a paisagem, não apenas como uma composição de elementos estáticos, mas ressaltando seu aspecto dinâmico: o movimento cotidiano. Assim, discutiremos sobre as práticas, memórias e os usos que caracterizam as vivências daqueles moradores com o trecho tombado. Nesse

¹⁰¹ Discente vinculada à *Linha de Pesquisa Práticas Urbanas* do Mestrado Acadêmico em História – MAHIS, da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva. E-mail: isafviana@gmail.com

sentido, identificamos três agentes atuando sobre a configuração daquele “quadro paisagístico”: IPHAN, poder municipal e moradores. De que modo, então, eles vêm se articulando (ou desarticulando), ao longo desses percursos da patrimonialização?

COLEÇÕES, PATRIMÔNIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO PASSADO: A COLEÇÃO ARTHUR RAMOS

Maria Josiane Vieira

A Coleção Arthur Ramos foi constituída a partir dos interesses de pesquisa do médico, antropólogo alagoano Arthur Ramos, atuante nos anos de 1930 e 1940, que teve como foco principal as práticas religiosas africanas e afro-brasileiras. Em 1949, Arthur Ramos faleceu, no auge de sua carreira, deixando um arquivo pessoal com documentos pessoais, correspondências, fotografias, manuscritos e objetos que colecionou em suas pesquisas. Na segunda metade da década seguinte após seu falecimento, todo seu arquivo pessoal, incluindo os objetos museológicos, foi comprado pela Biblioteca Nacional e logo após adquirida pela Universidade do Ceará para incentivar os estudos antropológicos no estado. A prática individual de colecionar se assemelha, quase sempre, à constituição de patrimônios. Estas semelhanças se concentram não apenas no anseio de acumular mas, sobretudo, nos aspectos simbólicos que permeiam estas práticas, tais como: a atribuição de valores baseada em critérios de autenticidade, excepcionalidade ou raridade, proteção contra a ação do tempo e a preservação para futuro. No entanto, o colecionamento individual intenciona afastar o objeto de desejo da dinâmica social para mantê-lo a salvo de qualquer interferência alheia, enquanto a patrimonialização se concretiza por meio da valoração engendrada coletivamente. A concretização destes atos não ocorrem sem o estabelecimento de relações com o seu tempo, com o passado e com futuro. Assim, entendemos que o processo de aquisição da Coleção Arthur Ramos implicou no estabelecimento de relações com o passado e com futuro através da construção de um patrimônio de abrangência não apenas individual. Neste sentido, discutiremos as relações entre a formação de coleções, a construção de patrimônios e as implicações em torno das noções de passado. Para tal discussão temos como suporte teórico, as reflexões de Jean Davallon sobre o delineamento das ações que compõem os processos de patrimonialização e, as contribuições de François Hartog sobre as relações que podem ser empreitadas com o passado a partir da constituição e manutenção de patrimônios. Utilizaremos, ainda, o pensamento de José Reginaldo Gonçalves (2007) no que concerne aos liames entre as noções de coleção e patrimônio.

DA PRODUÇÃO AO CONSUMO. UM ESTUDO DA CULTURA MATERIAL ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS EUROPEIAS DE USO DOMÉSTICO PELAS ELITES ARACATIENSES (1850 - 1890)

Ana Paula Gomes Bezerra¹⁰²

O trabalho em tela é parte de um estudo maior que está sendo desenvolvido no mestrado. Na presente pesquisa enfatiza-se as mercadorias europeias que foram importadas pelos

¹⁰² Mestranda do Mestrado Acadêmico em História e Culturas - MAHIS/UECE; membro do Grupo de Pesquisa em Práticas Urbanas- MAHIS/UECE; Bolsista da CAPES. E-mail: paula.gomes@aluno.uece.br

comerciantes aracatienses, principalmente, *de uso doméstico* nosso objeto de estudo que compreendem os artigos utilizados na mesa e cozinha, como: serviços de chá e café, aparelhos de jantar, licoreiras, garrafas de vidro e grés para bebidas, etc, e a mobília, objetos estes que compõe o espaço da sala de jantar. A diversidade de tais produtos, sejam na forma como na matéria-prima utilizada, nos permitiu analisar a sociedade aracatiense do ponto de vista do consumo. Para uma melhor compreensão do estudo em questão recorreremos a cultura material que constitui uma significativa fonte de estudo para entendermos como se deu a inserção do referido grupo no processo civilizador capitalista. Nosso objetivo é entender as estratégias utilizadas pelas elites aracatienses para se inserirem no processo civilizador capitalista, recorreu-se à análise da cultura material presente nas louças e mobílias que compõe o espaço da sala de jantar, perpassando as etapas de produção, distribuição e consumo de tais mercadorias entre os anos de 1850 a 1890. O referencial teórico utilizado que baliza nossa pesquisa compreende os seguintes conceitos: o primeiro a orientar nosso estudo é o de tradução cultural (BURKE). O segundo conceito é o de processo civilizador capitalista (ELIAS e WALLERSTEIN) e por último o conceito de cultura material (HILBERT e MENESES). As fontes utilizadas nesta pesquisa foram: correspondência da Casa Boris Frères, jornais O Cearense e o Comercial e relatórios da Alfândega de Aracati e Fortaleza. A metodologia utilizada foi o diálogo entre as fontes buscando entender tal processo e a influência deste nos hábitos e costumes locais.

A pesquisa ora apresentada encontra-se em andamento, desta forma os resultados apresentados são preliminares. A relação entre capitalismo e consumo se complementa, onde o consumo de bens industrializados expande o mercado e contribui para que o capitalismo chegue às cidade. O intenso comércio de importação de produtos europeus intensificado na segunda metade do século XIX contribuiu para a mudança dos hábitos e costumes da sociedade brasileira, que buscava se assemelhar a sociedade europeizada referido período.

O ENSINO PRIMÁRIO NOS GRUPOS ESCOLARES DE LIMOEIRO DO NORTE E TABULEIRO DO NORTE NA DÉCADA DE 1950.

Maria do Socorro Pinheiro Moura

A pesquisa realizada até aqui, se baseia em pesquisas anteriores que se transformaram em livros, artigos, dissertações de mestrado e outros registros documentais sobre a Educação no Brasil, aos quais tive acesso através da internet, do final do século XIX até os anos de 1950. A busca feita em alguns textos encaminhou esse trabalho para a história da implantação dos Grupos Escolares de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte, respectivamente, cujo ensino é objeto dessa investigação. É estimulante constatar que à medida que se aprofunda o estudo, o tema se expande e surgem idéias para maior abrangência do mesmo. Tomamos consciência de que o ensino nos grupos escolares têm sido foco de vários estudos e pesquisas nas duas últimas décadas em todo Brasil. As fontes documentais tornam-se mais escassas apenas sobre os meus objetivos específicos porque não existem registros documentais e as fontes orais também são poucas haja vista as decorrências do tempo já não existem antigos professores. Os ex-colegas de turma são raros os que se encontram e os mesmos não têm noção ou memória de como foram aplicados os métodos e a pedagogia da época. Grande parte da pesquisa está sendo complementada por textos encontrados na internet em livros de História da Educação no Brasil e especificamente no Ceará. Portanto, a História procurada torna-se pobre,

incompleta, enfim, insatisfatória. Já não há tempo para ampliação do objeto como também há limitação física da pesquisadora para dar agilidade ao trabalho. Fica então a sugestão para pesquisas posteriores.

ST 14 - HISTÓRIA, NATUREZA E CULTURA: NOVOS DESAFIOS PARA A HISTÓRIA.

Kênia Sousa Rios (UFC); Paulo Cesar (UFC)

Local: Sala 10 do Bloco Didático – CH2

PRODUTOS DA TERRA: ESPAÇO E TÉCNICA NAS EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS (1861-1922).

Paulo César dos Santos¹⁰³

Em 27 de junho de 1851 o jornal da cidade de Fortaleza *O Cearense* estampava a seguinte nota: “Todo mundo mandou objectos raros de sua industria para a exposição, só o misero Brasil nada pôde mandar, a menos que quisesse mandar um modelo de fazer eleições, isto é, um cacete, e baioneta – porque neste gênero de industria o nosso bom governo desafia ao mais provectos do mundo”. O reclame incidia sobre a ausência do Brasil na grande Exposição Universal de 1851, realizada em Londres. Esta foi a primeira de uma série de exposições que marcariam a história da ciência e tecnologia no século XIX. A partir de 1861, quando foi realizada a primeira Exposição da Indústria, passou a ocorrer uma série de exposições provinciais e nacionais preparatórias para a participação brasileira nas Exposições Internacionais. As Exposições Universais tiveram na sua origem uma relação com o espaço (ao reunir num único lugar países os mais variados possíveis) como também sua relação com o tempo (ao juntar países em diferentes estágios técnicos), daí surgiu uma dinâmica político-econômica que permitiria uma nova configuração do poder dentro de uma outra lógica com o saber. Catálogos e relatórios registravam (e datavam) os estágios de cada nação participante dos eventos, letras e números passaram a compor a “kilometragem” de cada país, o tempo gasto neste percurso e o lugar onde ele se realizou. Esta concepção de tempo, extremamente moderna, veio no bojo da tradição européia, que se queria universal. Nosso intento não será de buscar uma prática discursiva homogênea compreendida entre as várias exposições e sim perceber as tensões/intenções que norteavam a participação do Ceará nestes eventos expositivos. Tentaremos problematizar como as exposições foram apropriadas pelos intelectuais cearenses na tentativa de criar um discurso que criava/delimitava uma memória social para província. A definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a “invenção” da província cearense. As narrativas historiográficas criavam uma tradição no tempo e as riquezas da terra criavam o território no espaço. Esta pesquisa busca analisar a “inserção/invenção” do Ceará no plano nacional e através das exposições, pois esta

¹⁰³ Doutorando em História Social – UFC. (Bolsista Capes-Reuni).

espacialidade chamada “Ceará” foi sendo construída historicamente, originada de uma tradição de pensamento, imagens, textos e catálogos que lhe deram realidade e presença. A valorização/construção das múltiplas memórias/representações da província cearense deixa de ser a razão da pesquisa para tornar-se uma “razão” a ser pesquisada.

TEMPO, NATUREZA E TÉCNICA: A CARNAÚBA E O CIENTIFICISMO OITOCENTISTA

José Felipe Oliveira da Silva¹⁰⁴

A partir do Século XIX, são popularizados os imensos préstimos econômicos da carnaúba. Porém é a escrita cientificista e naturalista, com o ideal utilitarista da natureza que transformaram a carnaúba em recurso econômico (LIMA, 2007, p. 31). Vários intelectuais nos oitocentos escreveram sobre as potencialidades da carnaúba. Entretanto é no Ceará que o debate circula com maior sistematização, figurando nesse sentido os escritos de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: “Ensaio Estatístico da Província do Ceará” (1863), Marcos de Macedo: *Notice Sur Le Palmier Carnauba* (1867) Paulino Nogueira Borges da Fonseca: “Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará” (1887), Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: “O Ceará na Exposição de Chicago” (1893). Ajuda-nos compreender essa questão o protagonismo do Ceará na produção da cera e derivados a partir de 1860. Tendo ainda em vista que a política imperial busca inserir a província do Ceará na marcha civilizatória da nação. O sertão, antes símbolo da seca, torna-se promissor a partir das potencialidades de progresso material de sua vegetação e da agricultura (KURY, 2012), isto é, o uso racional dos recursos da terra. A Comissão Científica de Exploração (1859) insere o Ceará no “catálogo”, (e em particular a carnaúba), de potencialidades de progresso para a nação (SANTOS, 2011, p. 108). Acirra-se a tensão entre práticas para a subsistência, com formas de exploração capitalista orientada por técnicas científicas. Nesse contexto a carnaúba é evocada como elemento promissor para a província do Ceará. Ao serem objeto de uma escrita orientada por um ideal de progresso as técnicas de aproveitamento da carnaúba praticadas pelos habitantes do sertão (para construção de cercados para o gado e casas, além das derrubadas para a plantação de outros gêneros) são estigmatizadas como “herdeira dos hábitos aborígenes”, isto é, do passado indígena não civilizado. Logo o progresso futuro da Província exigia, na visão de boa parte dos intelectuais dos oitocentos, a ruptura com esse elemento de atraso do tempo passado. Nesse sentido a assimetria entre passado e futuro marcante na experiência da modernidade (KOSELLECK, 2009) está presente nas ideias basilares desses enunciados, a partir da apropriação da noção de progresso. Tal forma de apreensão da carnaúba torna-se instituidora de uma tensão de temporalidades. A escrita, sob a perspectiva do progresso, temporalizou a carnaúba, com um passado apreendido por meio de usos rudimentares, isto é, as queimadas e derrubadas que ela era objeto. Assim como, a partir de suas potencialidades materiais, ela constitui-se num “horizonte de expectativa” para a província. Nessa perspectiva, nos propomos a estudar como o tempo, a ciência, a natureza, e a técnica são articulados na construção desse estigma moderno sobre a carnaúba.

DO HUMANO AO MONSTRUOSO: NATUREZA E CULTURA EM MAURICE SENDAK

João Victor de Sousa Cavalcante¹⁰⁵

¹⁰⁴ Graduando em História – UFC, membro do grupo História, Natureza e Cultura da mesma instituição. E-mail: felipeoliveira1991@hotmail.com.

¹⁰⁵ Cientista social e jornalista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, PPGCOM, da Universidade Federal do Ceará. Membro do grupo de pesquisa em Tradução

O trabalho se debruça sobre o tema da monstruosidade como um ponto de tensão na cultura, tomando como objeto de análise as ilustrações do artista norte americano Maurice Sendak, notadamente as representações de monstros nas obras *Where the Wild Things Are* (1963) e *Outside Over There* (1981). A relação do homem com o monstro é marcada por uma ambiguidade irreconciliável: historicamente o monstro é tido como o temível algoz do ser humano, associado ao terror, ao asco e ao medo, entretanto é também uma constante companhia humana, presentes nas mais diversas manifestações estéticas. O presente trabalho se propõe a analisar monstros como elementos de interseção cultural que se situam em zonas limítrofes, tanto estéticas quanto ontológicas, cujo acesso põe em vertigem determinadas dualidades tais como homem e monstro, indivíduo e coletividade e natureza e cultura. As figuras monstruosas são corporificadas de acordo com uma demanda sócio-histórica e a partir de determinado modelo de homem, funcionando como limite do que é cultural, como uma ruptura na suposta distinção entre cultura e natureza. Ao criar uma dualidade especular entre homem e monstro, observamos um duplo processo de fabricação da alteridade em que natureza e cultura tornam-se instâncias recíprocas, tal como ocorre com “eu” e “outro”. O contato com o monstro, portanto, está situado na dinâmica de um acesso ao outro, o que fica evidente nos corpos híbridos que Maurice Sendak ilustra em suas obras, nas quais os heróis assumem posturas monstruosas e os monstros são antropomorfizados, denotando fronteiras ambivalentes e contaminadas. Tomamos a ideia de um “estranho familiar” a partir do conceito de *extimité* da psicanálise lacaniana para pensarmos como a alteridade é elaborada nos dois trabalhos de Sendak. Ancoramos nossa análise na ideia de fronteira, proposta por Iuri Lotman, e traçamos um diálogo com os conceitos de limite e de vertigem do filósofo espanhol Eugénio Trías. Os dois autores, essenciais nesta pesquisa, evidenciam a ideia de um ser fronteiro de acentuada ambivalência sócio e cultural, deslocando o olhar para dentro da fronteira, entendendo estes espaços de margem a partir de seu interior. Discutimos cultura e alteridade tomando como base os estudos em Antropologia, notadamente os autores Lévi-Strauss e Clifford Geertz.

PRÁTICAS “CIENTÍFICAS” E PERCEPÇÕES DE TEMPO NO CULTIVO DE ALGODÃO NO CEARÁ DO FINAL DOS OITOCENTOS

Jônatas Jonas Silva dos Santos¹⁰⁶

Utilizado na confecção de tecidos e parte de uma cultura de subsistência na economia colonial, o algodão, no final do século XVIII, passou a ser matéria-prima nas fábricas têxteis com a revolução industrial na Inglaterra. Por meio de vários fatores, o Brasil principia a exportação dessa planta, ainda arbórea, nesse momento. No século XIX, com a guerra de Secessão nos Estados Unidos, o algodão brasileiro, agora também herbáceo, passou a ser exportado em maior quantidade e atraiu maior atenção da administração cearense. Vivia-se uma euforia nos anos 1860 e muitos presidentes provinciais apostaram no progresso que a cotonicultura poderia trazer à província. Em crítica aos morosos modos de cultivo, disse o presidente provincial Joaquim Barradas em relatório à Assembleia Legislativa em 1886: “Quando se atende para o enorme cultivo deste herbáceo nos Estados-Unidos, e os lucros que elle proporciona sem grandes fadigas, admira-se a lentidão do agricultor brasileiro, sua negação a toda idéia de progresso”. Neste momento, com os desenvolvimentos científicos, “ninguém duvidava do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia tão óbvio

Intersemiótica e Grupo de Estudos em Cultura Visual, ambos do PPGCOM. E-mail: joasc88@gmail.com.

¹⁰⁶ Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará e bolsista do Programa de Educação Tutorial. Participante do grupo de pesquisa História, Natureza e Cultura da citada universidade. E-mail: jonatas_omaestro@hotmail.com

para ser negado” (HOBBSAWN, 1982). Os descobrimentos de novas substâncias, como o ácido muriático oxigenado usado no embranquecimento da fibra do algodão descoberto por Schéele segundo Berthollet (1801), e a invenção de novos objetos, a máquina de fiar “Jenny”, que centuplicava a produção de um fiador (LEITE, 1994), parecem apontar singulares experiências cotidianas em vários sujeitos, ao resignificar usos e qualificar práticas. Determinado objeto pode ter vários significados, ao depender dos usos que os sujeitos fazem dele, pois “Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital” (MARX, 2010). Examinando as falas de alguns presidentes provinciais, notamos que falavam em como desenvolver produtos cearenses para comercialização, caso do algodão, e torná-los mais úteis ao Império do Brasil. Em vista de enunciados de “homens de ciencia” e discursos de políticos, procuramos entender como “uma sentença pode ser tornada mais fato ou mais ficção, dependendo da maneira como está inserida em outras” (LATOURET, 2011) e, dessa forma, como pode engendrar projetos que indicam tensionadas maneiras de vivenciar a natureza e cultivá-la. Assim, buscamos compreender como certas transformações no meio geográfico, apreendido em sua totalidade (SANTOS, 2010), estão relacionadas a diferentes formas de perceber o espaço/tempo nos processos de cultivo de algodão no Ceará no final do século XIX.

PECUÁRIA “SEMI-SELVAGEM”: MODERNIZAÇÃO TÉCNICA, NATUREZA E TEMPO NAS CRÍTICAS CIENTÍFICAS SOBRE OS MÉTODOS DE CRIAÇÃO DE GADO NO CEARÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.

Alberto Rafael Ribeiro Mendes¹⁰⁷.

A partir do século XIX, a indústria pastoril cearense tornou-se alvo de intensos discursos políticos, econômicos e ambientais, que tratavam especialmente de sua importância econômica para o desenvolvimento da Província e da participação desta atividade nos processos de destruição ambiental. As críticas apontavam para a tentativa de instituição de novos mecanismos de criação no Ceará e novas relações com os elementos naturais destinados ao gado, práticas modernas e afinadas aos preceitos científicos. Nas vozes de intelectuais como Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, atividade pastoril era “semi-selvagem”. A crítica ambiental cearense destacava a importância do estabelecimento de novas relações entre os criadores de gado e a natureza, sobretudo de práticas que pudessem desenvolver economicamente a província. Para isso, era necessário, por exemplo, preservar os recursos naturais e aproveitar ao máximo as potencialidades do meio ambiente cearense. Os discursos que tentavam empreender uma indústria pastoril com bases mais modernas estavam permeados de críticas aos métodos “rotineiros” e “semi-selvagens” da pecuária cearense. As críticas direcionavam-se aos processos de criação totalmente “entregues às forças da natureza”, práticas destruidoras dos elementos naturais e principalmente ao não aproveitamento dos recursos naturais presentes no território do Ceará. Se “o queremos da natureza e o que retiramos nunca são o mesmo” (WOSTER, 2012, p. 368), a partir do século XIX, a natureza cearense passou a ser vista como pródiga, porém não mais inesgotável. Nesse sentido, as críticas pregavam a necessidade de mudanças nos processos de criação, introdução de técnicas renovadas e de novas atitudes em relação ao mundo natural, a aliança entre progresso econômico e proteção ambiental. Mudanças na relação entre natureza e cultura. Esta pesquisa procura compreender a formação desse discurso científico sobre a pecuária cearense na primeira metade do século XIX, discutir a emergência dessa crítica aos métodos pastoris a partir de transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no Ceará e articulá-las às visões sobre o mundo natural, às perspectivas de progresso tecnológico, bem como às expectativas temporais, que

¹⁰⁷ Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC e membro do Grupo de estudos História, Natureza e Cultura da UFC. E-mail: lilia.rafael@yahoo.com.br.

colocavam a pecuária cearense entre o passado e futuro. A pesquisa trabalha com a análise de Leis Provinciais, Relatórios de Presidente de Província, Memórias de viajantes e naturalistas sobre o Ceará e com a produção de textos dos intelectuais da crítica ambiental cearense.

NATUREZA E DETERMINISMOS CIENTIFICISTAS NO CEARÁ EM FINS DO SÉCULO XIX

Jamily Marciano Fonseca¹⁰⁸

Este trabalho objetiva estudar as concepções científicas dos intelectuais no Ceará no final do século XIX. Discute-se o debate dos letrados, percebendo o modo como receberam as correntes de pensamento europeias científicas/naturalistas que adentraram o território brasileiro a partir dos anos 1870, as quais ocasionaram a chamada “crise da renovação das ideias”, que segundo Antônio Cândido havia sido assinalada por Sílvio Romero. Diante da recepção dessas novas leituras, atenta-se principalmente para a forma como elas contribuíram para uma escritura acerca do território do Ceará e de sua população. Segundo Arno Wehling, o cientificismo/naturalismo constituía-se em uma visão de mundo que permeou o pensamento social, o qual, no caso do Ceará, foi expresso na escrita dos intelectuais. O universo letrado da década de 1880 – período em foco neste trabalho – era composto em sua maioria por pessoas provenientes dos grupos sociais mais abastados da província, os quais haviam prosperado economicamente em decorrência da ampliação da produção e comercialização do algodão. Evolucionismo, positivismo, naturalismo, realismo, racismo são algumas das ideias que se popularizaram no Brasil em fins do século XIX e contribuíram para a análise social e elaboração de ideais que melhorassem os aspectos físico e mental dos nativos. Algumas dessas teorias foram apropriadas e adaptadas pelos letrados do Ceará, os quais elaboraram discursos que visavam à construção de uma identidade para o homem do território e a sua integração à nação e às sociedades consideradas avançadas na época. As abordagens da natureza do Ceará observadas no discurso abolicionista do jornal *Gazeta do Norte, Libertador* e no livro *Três Liras* são permeadas pelo determinismo climático. Baseados nesse princípio, os intelectuais afirmavam que o clima influiria no caráter dos indivíduos, nas suas predisposições físicas e mentais, sendo, assim, responsável pelas características peculiares dos “cearenses”. Os letrados do Ceará, influenciados por suas leituras científicas, construíram pensamentos acerca do indivíduo e da natureza do Ceará, a partir da relação entre os fatores naturais e a ação do homem no ambiente em que habitava.

¹⁰⁸ Mestranda no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará-UFC. Membro do Grupo de Estudos Foucaultianos-GEF/UECE. E-mail: jamilyfonseca@hotmail.com.

ST 15. HISTÓRIAS DE GENTES DOS RIOS E MARES

Berenice Abreu de Castro Neves e Silvana Jeha

O RIO JAGUARIBE ENTRE O ORAL E O ESCRITO: REFLEXÕES A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ORÓS. 1958 – 2004

KamilloKarol Ribeiro e Silva¹⁰⁹

O processo de construção do Açude Orós, retomado após a seca de 1958, recuperando pretéritas intervenções, discursos, projetos e pensamentos que remontam os anos finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX, foi um momento de profícua produção escrita sobre o rio. O resultado de tal intervenção foi um conjunto de extenso de matérias jornalísticas, relatórios técnicos, monografias e artigos científicos. Diante desta questão, resolvemos perguntar: como será possível perceber os escritos sobre o Rio Jaguaribe, após a intervenção da construção do Orós? Por outro lado, nestes quarenta e seis anos citados pela pesquisa, as intervenções dos homens no Rio continuaram; logo, a pesquisa também buscará compreender como tais modificações mudaram o perfil do Jaguaribe apresentado através dos relatos orais dos ribeirinhos e agricultores rurais. Para WORSTER (1991), ao pensar a história ambiental, devemos encarar a disciplina como a vertente da historiografia que trata do papel e do lugar da natureza na vida humana. Na pesquisa, configura-se o desafio de tentar perceber o Rio Jaguaribe, como elemento natural, mas também como objeto social, cenário de trocas culturais e batalhas de memórias. Através do diálogo entre os documentos escritos produzidos especialmente, pelos órgãos oficiais tais como o DNOCS, o BNB e a SUDENE, e fontes de outros suportes como a imprensa e os textos orais produzidos pelos narradores da pesquisa, ver a influência decisiva do Rio no processo de construção e afirmação do Estado do Ceará, da região do Vale do Jaguaribe e na vida de muitos homens e mulheres, tornou-se o conflito gerador deste estudo. Para além disso, tomando como ponto de partida a construção do açude Orós, busca-se por fim, perceber os diversos sentidos que Jaguaribe passa a adquirir no tempo: de lugar da esperança e salvação, cuja perspectiva era a perenização e o combate à seca, ao lugar da produção e do desenvolvimento, passando ter suas características técnicas estudadas e ressaltadas. Na tentativa de organizar os escritos da pesquisa e no que diz respeito à literatura – prosa e poesia, que também serão estudadas durante a pesquisa, o diálogo se fará a partir das ideias de BAKHTIN (1993) sobre a identificação de “cronotopos” na criação literária. Buscarei problematizar nos escritos literários como os poemas de Luciano Maia e o romance de Lúcia Martins, a interligação fundamental das relações temporais e espaciais artisticamente assimiladas na literatura, ou seja, o cronotopo do rio, matriz discursiva capaz de apreender as temporalidades dispostas nas diversas fontes que versam sobre um Rio Jaguaribe, modificado pela construção de um açude.

¹⁰⁹ Mestre em História pela UFC, professor da FVJ- Faculdade Vale do Jaguaribe e da rede pública estadual de ensino. kamillosilva@gmail.com

A PESCA ARTESANAL EM PONTA GROSSA – ICAPUÍ (CE) NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Tayná Moreira da Silva¹¹⁰

Raul Victor Vieira Ávila deAgrela¹¹¹

O *Projeto Memórias, Narrativas e Saberes Tradicionais da Comunidade Litorânea de Ponta Grossa– Icapuí (CE)* é realizado pelos integrantes do Programa de Educação Tutorial do curso de História da Universidade Federal do Ceará e consiste na análise de aspectos relativos ao cotidiano dos moradores de Ponta Grossa. Os espaços litorâneos, suas temporalidades e sujeitos próprios vêm se consolidando como fonte de estudo de profissionais de áreas como História, Sociologia, Antropologia e Geografia, abrindo espaço para reflexões interdisciplinares. Neste trabalho abordaremos de forma específica a questão da *pesca* e dos *pescadores*, no intuito de analisar como e por quais fatores essa atividade passou por transformações. Através de duas entrevistas (2011), com dois pescadores, Sr. MisaacPindú e Sr. Jonas Crispim, procuramos refletir historicamente as mudanças nos saberes e nas práticas da pesca (principalmente da lagosta) nas décadas finais do século XX e no início do XXI. Entendendo que as narrativas registradas expressam as representações acerca do mundo e de si próprios no intuito de projetar uma orientação enquanto homens (pescadores) assentados num tempo-espaço, Ponta Grossa, percebemos que a constituição dessa *memória* sobre a atividade (da pesca) nos aponta (dê) continuidades reais. Os dois entrevistados, ambos com mais de cinquenta anos, mestres na pesca, pescadores desde pequenos, viram e sentiram as mudanças da atividade, de modo que os mesmos falam de um real “declínio” da atividade da pesca, mas nunca de seu desaparecimento. Destarte, as práticas e os saberes acerca da pesca devem ser entendidos dentro do contexto da comunidade, principalmente aquele pós-1970; tal tema, portanto, nos possibilita aprofundar o interesse central do *Projeto Memórias, Narrativas e Saberes Tradicionais da Comunidade Litorânea de Ponta Grossa– Icapuí (CE)*, a saber: a problemática do cotidiano, esse percebido de acordo com o pensamento de Agnes Heller.

A BORDO DA JANGADA LIMA VERDE: ÁGUAS DESCONHECIDAS, PRISÕES E O ENCONTRO COM O PRESIDENTE MÉDICI.

Jéssica Lilian Rodrigues Furtado¹¹²

As viagens reivindicatórias de jangada realizadas por cearenses acontecem desde 1941, onde jangadeiros enfrentam mar aberto durante meses de navegação, sem uso de qualquer apetrecho náutico como a bússola ou a carta náutica, passando por privações diversas, sol e chuva, tempestades etubarões, pois, queriam falar ao presidente da República das adversidades enfrentadas no universo da pesca artesanal, objetivando conseguir melhorias

¹¹⁰ Graduanda em História e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET (MEC/SESu) na Universidade Federal do Ceará. E-mai: moreiratayn@yahoo.com.br

¹¹¹ Graduando em História e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET (MEC/SESu) na Universidade Federal do Ceará. E-mai: raul.agrela@hotmail.com

¹¹² Jéssica Lilian Rodrigues Furtado é graduanda, cursa o 10º semestre de História na Universidade Estadual do Ceará-UECE, é bolsista no Programa de Monitoria Acadêmica (PROMAC). E-mail para contato: liliansulamita@hotmail.com.

sociais para sua classe. Após quatro experiências neste tipo de empreendimento, outros sujeitos experimentam viajar a bordo de uma jangada. Em 1972, parte de Mucuripe-CE a jangada Lima Verde, em direção a Ilha Bela-SP, e de lá ao encontro com o presidente Garrastazu Médici em Brasília. A jangada Lima Verde, tripulada nesta nova saga por dois jangadeiros e três escoteiros do mar, permanecera fiel ao propósito das viagens anteriores, pois, pretendiam estes homens dar visibilidade a causa do pescador, reivindicavam para sua classe a aposentadoria, prometida em outras sagas. A pesquisa em curso objetivou traçar a partir dos relatos do mestre de jangada Eremilson Severiano Silva e da literatura *A Epopéia dos Jangadeiros*, escrita pelo romancista Bernardo Doré, uma perspectiva de trajetória feita a bordo da jangada Lima Verde, explorando os ajustes feitos no *projeto* inicial da viagem, necessários mediante situações extremas: tempestades, privações, prisões e etc., e o alcance do benefício há tanto tempo reclamado – a aposentadoria para o pescador artesanal. Confrontamos, pois, os relatos registrados em livros e audiovisuais concedidos pelo mestre Eremilson e a narrativa encontrada na obra literária já referenciada, publicada um ano após a viagem realizada por aqueles jangadeiros. Neste sentido, o uso da História Oral como metodologia, foi-nos de fundamental importância ao analisar a performance do sujeito que narra. O diálogo com a pesquisa realizada por Berenice Abreu sobre as primeiras viagens serviram para nortear os estudos até aqui realizados. Os conceitos de *Projeto*, *Campo de Possibilidades* e *Metamorfose*, elaborado pelo antropólogo Gilberto Velho nos possibilitou a compressão da viagem mediante a construção de um prévio *projeto* sujeito a adequações feitas em consonância com a negociação contínua com a realidade.

ENTRE A TERRA E O MAR: CULTURA MARUJA NOS SÉCULOS XIX E XX

Silvana Jeha¹¹³

Esta apresentação esboça alguns traços da cultura marítima na costa brasileira e sua relação com a cultura marítima internacional. Os marinheiros de cabotagem e longo curso são analisados como portadores de hábitos e estéticas que serão copiados e reconhecidos pelos não marítimos. A “galera” dos navios era, desde as grandes navegações, profundamente heterogênea. Num mesmo navio e nas diversas regiões portuárias do mundo conviviam homens de diferentes nações com suas línguas, cores e hábitos muito distintos. O que aos poucos alinhavou tanta heterogeneidade foi o que eles próprios criaram: a cultura maruja, a um só tempo ligado ao trabalho e ao lazer, já que os espaços para os dois costumavam ser os mesmos: os navios ou os portos. Ao longo da época moderna, notadamente no século XVIII e XIX os marinheiros criaram uma cultura internacional observável em quase todos os navios e portos do ocidente. Não foi diferente na costa do Brasil. Assim, a tatuagem, hoje tão difundida no mundo todo, os bordados e vestimentas, os folguedos e rituais mais lusos como a Nau Catarineta, ou mais internacionais como o cruzamento da linha do Equador, são alguns dos temas analisados entre a terra e o mar. A estereotipada homossexualidade maruja é pensada como realidade e atribuição. A ideia é articular tantas práticas distintas com a imagem marginal e fascinante dos marinheiros consolidada ao longo dos últimos séculos. E como muitas culturas marginais -

¹¹³ Doutora em História pela PUC-Rio e pesquisadora residente da Fundação Biblioteca Nacional.

discriminadas, admiradas e por isso desejadas – a cultura maruja acabou sendo absorvida em parte por aqueles que não participavam daquele mundo específico.

CAYMMI: O CANTOR DA “ALMA DOS HOMENS DO MAR”

Berenice Abreu de Castro Neves¹¹⁴

O objeto dessa comunicação são as tematizações do mar e dos pescadores na obra do cantor e compositor baiano Dorival Caymmi. Esse artista é recebido e exaltado pela imprensa, no final da década de 1930, como *porta voz do folclore brasileiro*, especialmente porque, parte de suas composições, tematizavam o mar e os pescadores. Se projetando pelo Rádio, maior e mais importante veículo de comunicação nos anos de 1930 e 1940, Caymmi se envolve com as principais rádios do país, como a Tupy e a Rádio nacional e, em virtude dessa vinculação, vem para Fortaleza em 1941, para inaugurar as ondas curtas da Rádio PRE9. Em Fortaleza, o artista atua como um jangadeiro no Cinejornal *A jangada voltou só* rodado na Praia do Mucuripe, produção do DIP, em que participou como câmera o cineasta Ruy Santos, na época membro do partido comunista e funcionário daquele órgão. Objetivamos com essa pesquisa analisar como o mar e os pescadores são tematizados na obra de Caymmi e, ainda, discutir o Cinejornal *A jangada voltou só* como um documento do Mucuripe e dos jangadeiros nos anos de 1940. Concluímos que para o artista baiano o mar, sua fúria, beleza, imensidão é tratado, principalmente como cenário que moldura a vida e o trabalho dos pescadores, sendo, de fato esses últimos, os sujeitos de suas obras. Em sua obra que trata dessa temática o fantasma da morte no mar é uma constante, sendo o foco central tratado no cinejornal *A jangada voltou só*.

¹¹⁴ Prof. Dr. Na Universidade Estadual do Ceará.

ST 16. OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS NA HISTÓRIA DO BRASIL PÓS-1945: MEMÓRIA, COTIDIANO E PRÁTICAS URBANAS E RURAIS.

Wellington Sampaio da Silva (UFC) e Assis Daniel Gomes (UFC)

AS PRÁTICAS REPRESSIVAS DA DOPS-CE (DELEGACIA DE ORDEM E POLÍTICA SOCIAL) E DO SEI-CE (SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES) NO CEARÁ NO TEMPO DA DITADURA CIVIL- MILITAR (1964- 1985).

André Pinheiro de Souza¹¹⁵

A presente pesquisa tem como objeto de investigação histórica analisar a implantação e o conseqüente funcionamento do aparelho repressor composto pela Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS-CE) e pelo Serviço Estadual de Informações (SEI- CE) no Ceará no período da ditadura civil-militar (1964-1985). O recorte temporal compreende os anos de 1964 a 1985, justifica-se por ter sido em 1964, mais precisamente no segundo semestre, o início da perseguição, das autuações aos “subversivos” e principalmente das formulações dos inquéritos policiais que iriam gerar os “temidos” Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e consequentemente o ano de 1985 por ser o ano do encerramento das atividades do SEI- CE no estado do Ceará e o fim do regime civil-militar brasileiro. A escolha do Ceará como recorte espacial foi feito pelo desejo de revisitar sua história durante a ditadura civil- militar, principalmente com relação à origem e o funcionamento do aparato policial e militar que engendraram a repressão, os seqüestros, as prisões autoritárias, as torturas e as mortes ocorridas durante o regime civil-militar. Temática ainda pouco estudada pelos historiadores cearenses. As fontes utilizadas nessa pesquisa são os documentos do índice do SEI- CE e da DOPS- CE, os jornais da chamada “grande imprensa”, quanto da imprensa alternativa. Também serão usados os memoriais escritos pelos próprios ex-presos políticos e também a realização de entrevistas será feita com esse público que foi preso e torturado.

MEMÓRIA E TRAUMA DAS VÍTIMAS TESTEMUNHAS DO REGIME MILITAR EM CURTAS METRAGENS¹¹⁶

Cristina Rodrigues Furtado¹¹⁷

Sônia Meneses¹¹⁸

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão na contemporaneidade sobre filmes em formato de curtas metragens. Esses foram produzidos a partir de relatos de vítimas-testemunhas que sofreram crimes de Estado entre eles torturas e prisões durante o regime militar no Brasil. As vítimas (re) surgem nessas produções com o papel de elaborar suas memórias, como também, de mostrar a tensa relação entre lembranças e esquecimentos. Os curtas escolhidos foram retirados do Youtube, são eles: *“Ditadura Depoimento 1 Maria*

¹¹⁵ Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: andrepinheiro1980@bol.com.br.

¹¹⁶ Este trabalho é parte do projeto de Iniciação Científica intitulado: *“Memória e Reparação: os usos do passado em filmes biográficos e narrativas de desaparecidos políticos no Brasil”*, financiado pelo CNPq. O projeto é ligado ao Laboratório de Imagem, História e Memória – LABIHM da Universidade Regional do Cariri – URCA e sob coordenação da professora Dr. Sônia Meneses.

¹¹⁷ Graduanda em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Bolsista do CNPq e membro do Laboratório de Imagem, História e Memória (LABIHM). E-mail: cristinaclick9@gmail.com.

¹¹⁸ Profª Drª do departamento de História da URCA e coordenadora do projeto *“Memória e Reparação: os usos do passado em filmes biográficos e narrativas de desaparecidos políticos no Brasil”*. E-mail: sonia.menses@gmail.com.

Amélia Teles”, “*Criméia Almeida Depoimento 6*”, “*Antonio Carlos Fon Depoimento 14*”, foram produzidos em 2011 para serem transmitidos ao final de alguns capítulos da novela “Amor e Revolução” transmitida pela rede de televisão SBT, entre 2011 e 2012. Essas produções fílmicas mostram através de depoimentos emocionados, os vários tipos de tortura, como se davam as prisões, as mortes, a soltura, como as organizações guerrilheiras trabalhavam na luta contra o regime militar, ou seja, o terror imposto pela ditadura aos militantes políticos. Diante desses elementos buscaremos entender a relação entre vítimas e os seus traumas, a memória traumática, lembranças, esquecimento, ideias de passado contidos nessas narrativas, as representações feitas sobre um acontecimento traumático. Esses curtas metragens também nos trarão importantes indícios sobre como o golpe de 1964 ainda influencia principalmente os que sofreram ou presenciaram algum crime de Estado, e também a sociedade brasileira. Logo, podemos perceber que à medida que esses depoimentos retornam através dessas produções, constroem-se novos significados no tempo presente sobre um passado próximo, e esses podem ser percebidos através da luta dessas vítimas-testemunhas por uma perpetuação de suas histórias na sociedade, ou seja, a busca pelo não esquecimento de suas memórias.

“TEMPO DA CLANDESTINIDADE”: A POLÍTICA DOS MILITANTES DO PC DO B NO COTIDIANO DOS MORADORES DO ARAGUAIA (1966-1974).

Wellington Sampaio da Silva¹¹⁹

O presente artigo busca discutir as estratégias políticas dos militantes do (Partido Comunista do Brasil) PC do B, durante a fase preparatória para a luta armada na região do Araguaia. Na concepção desse partido, a resistência à ditadura civil-militar só poderia ser concretizada através da luta armada, e para isso, a participação da população rural do Araguaia se constituía um fator fundamental para esse projeto partidário. Nesse sentido, as estratégias utilizadas pelos militantes do PC do B para o convencimento dessa população deu-se inicialmente, através da amizade, da ajuda nas tarefas rurais, das festas e esportes, ou seja, das práticas cotidianas. Na clandestinidade, os militantes do partido, tornaram-se um deles, isto é, um morador da região. Tiveram que si resignificarem, mudando seus hábitos e costumes, em primeiro lugar, para não serem identificados, e em segundo lugar, para atrair a confiança dos moradores, e assim, convencê-los de lutar contra a ditadura civil-militar. Partimos do pressuposto de uma visão micro política, ou seja, das práticas que envolvem o cotidiano das pessoas. Dessa forma, defendemos que a resistência dos membros do PC do B na região do Araguaia foi perpassada por fortes aspectos culturais. Houve nesse encontro de mundos bem diferentes (o do camponês e o do militante) uma troca de experiências na qual um acaba influenciando o outro. Problematicamos assim, a própria concepção do PC do B, que através de seus documentos afirma que não houve tempo para o “trabalho de massa” – forma como caracterizavam o trabalho político de convencimento dos camponeses ao projeto da luta armada para instituir no país o comunismo. Na nossa concepção, toda estratégia utilizada pelos chamados guerrilheiros na sua prática cotidiana junto aos moradores da região, é evidentemente, uma ação política. Utilizamos como fonte alguns documentos do PC do B, depoimentos de moradores da região do Araguaia e relatos de memórias de alguns militantes que escaparam do cerco das Forças Armadas, e conseguiram fugir da região do conflito. Como metodologia, nos apropriamos da história oral, sobretudo no tocante aos depoimentos concedidos pelos moradores do Araguaia e também da análise da própria literatura do PC do B. Para escritura do artigo propomos um diálogo com autores como Michel de Certeau, E. P. Thompson e Alexandro Portelli.

¹¹⁹ Doutorando em História Social da UFC. Professor do IFTO Campus Araguaína. E-mail: sampaio.well@bol.com.br

A “TERRA DO PROGRESSO”: MEMÓRIAS, (RE) INVENÇÕES E INTERVENÇÕES URBANAS EM JUAZEIRO DO NORTE (1950-1980).

Assis Daniel Gomes¹²⁰

Wellington Sampaio da Silva¹²¹

Nesta pesquisa analisamos os discursos dos poderes públicos sobre a cidade de Juazeiro do Norte nos anos de 1950 a 1980, tendo como preocupação discutir sua (re)invenção como cidade do progresso. Para tanto, recortamos da documentação questões referentes às intervenções de seus gestores nesse espaço e aos problemas sóciourbanos que marcaram aqueles anos. Nesse ínterim o Brasil vivenciou diferentes e conflitantes projetos que tinham a finalidade de desenvolver o país, como nos anos do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e da ditadura militar (1964-1985), em particular no período chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973). A “terra do Padre Cícero”, apesar de não ser capital, também recebeu os investimentos da União e de órgãos internacionais em prol de seu crescimento urbano, como dos EUA através do USAID (United States Agency for International Development). O que, em certa medida, favoreceu a construção de obras que simbolizavam o desenvolvimento da cidade. Além disso, as imigrações dos anos de 1950 a 1980 contribuíram para o crescimento demográfico e econômico do município, mas também geraram problemas ao processo de “marcha” da cidade para o “progresso”. Pensamos as seguintes questões, enquanto pertinentes para a reflexão sobre a história urbana de Juazeiro do Norte (1950-1980): Como os poderes públicos locais, as elites intelectuais e financeiras juazeirenses procuraram (re) construir a imagem de progresso da cidade? Quais as estratégias utilizadas para esse empreendimento? Quais as obras pensadas e realizadas em vista de dar visibilidade a essa imagem progressista da cidade? Quais os empecilhos à manutenção e afirmação dessa imagem dentro e fora da cidade? Como os poderes públicos encararam o aumento da mendicância e da prostituição que invadiam os espaços urbanos construídos para ser cartão postal da cidade, por exemplo, a estátua de Padre Cícero na serra do Horto (1969)? Como as memórias são utilizadas nessa oficina de (re)invenção dessa imagem positiva sobre a cidade, em contraponto a construída pejorativamente no final do XIX, como “cidade dos fanáticos”? Para nossa reflexão, as fontes analisadas foram: Atas da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Jornais, Boletins e Atas do Instituto Cultural do Vale Caririense.

REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM SANTANA DO ACARÁ: O CONSELHÃO E A “NOVA POLÍTICA” SANTANENSE (1989 – 1992)

Rafael Júnior dos Santos¹²²

O presente trabalho busca discutir o processo de redemocratização brasileira no período posterior ao fim da ditadura militar e seus reflexos no interior do Brasil. Para tal, escolhemos como ferramenta de análise o Grande Conselho Comunitário de Santana do Acaraú criado na gestão do prefeito João Ananias Vasconcelos, popularmente chamado de “Conselhão”, reflexo da nova república que se formara no âmbito da política nacional. O Conselhão chegou ao município como promessa de uma gestão na qual o povo santanense protagonizaria a política, ao contrário do que acontecia nas três décadas de oligarquia que antecederam a criação deste. Mas o que realmente mudou? O que podemos chamar de “novo” se os agentes da “nova política” são herdeiros da então criticada oligarquia

¹²⁰ Mestrando em história pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: historiaassis47@yahoo.com.

¹²¹ Doutorando em história pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: sampaio.well@bol.com.br.

¹²² Graduando do Curso de História, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET emembro do grupo Cultura Política e Imprensa. E-mail: rafael_jr28@hotmail.com.

Vasconcelos? O nosso objetivo é questionar se a redemocratização em Santana do Acaraú era realmente novidade ou mera retórica dos “novos velhos” políticos. A metodologia que dará suporte a esta pesquisa consistirá na análise crítica de documentos oficiais do município de Santana do Acaraú, tais como: as atas da Câmara Municipal da década de 80 e a Lei Orgânica Municipal de Santana do Acaraú (LOM). Utilizar-se-á como referencial teórico para o andamento desta, conceitos da nova história política que trata não somente dos acontecimentos políticos, mas das mentalidades dos sujeitos envolvidos nestes. Algumas leituras bibliográficas já foram mapeadas, por exemplo, SILVA, Clódsen dos Santos. “*O que se diz e o que se faz em nome da participação: Conselhão Santana do Acaraú-CE*”. O levantamento e digitalização das fontes citadas nos permitiram o aprofundamento e melhor conhecimento da conjuntura política em análise na presente pesquisa. Os resultados nos encorajam enquanto pesquisadores a continuar buscando novas informações e, a partir daí, incentivar outros no desejo de construir uma historiografia que questione e coloque em cheque a história de nossas cidades. Dessa forma, chegaremos ao patamar de historiadores críticos e preocupados em desvendar o passado das nossas cidades e de nossa gente. É, decerto, um desafio, mas que traz consigo gratificação e realização pessoal.

FONTES PARA A HISTÓRIA POLÍTICA DE IPU-CE NO PERÍODO DITATORIAL (1964-1985)

Maria Regiane Gomes Barros¹²³

Esta comunicação é o resultado parcial do projeto *Fontes para a ditadura militar no noroeste cearense*, vinculado ao programa de iniciação científica da UVA (FUNCAP), que tem por objetivo mapear o acervo documental sobre a ditadura nessa região do Ceará. O trabalho teve início com a digitalização das atas da Câmara Municipal de Ipu no período de 1964-1985 paralela à leitura da bibliografia sobre o tema, entre elas a tese da historiadora Edvanir Silveira sobre a ditadura em Sobral-CE. Numa investigação inicial sobre o tema pude constatar que em Ipu os prefeitos que ocuparam o executivo municipal pós-golpe de 64 eram filiados a ARENA, portanto vinculados ao regime ditatorial. Dois grupos se revezaram no poder local ao longo de todo regime, Moraes, liderado pelo Monsenhor Francisco Ferreira de Moraes, padre de grande influência que exerceu “poder” político na cidade por muitos anos, e Rocha Aguiar, tendo como líder o médico Francisco Rocha Aguiar, também muito influente na sociedade. A partir da leitura superficial de algumas dessas atas foi possível entender a importância desse tipo de documento para a construção da história política, fazendo-nos refletir sobre o fato de que mesmo em cidades pequenas pode-se constatar a presença do regime autoritário. Sem dúvidas é de extrema importância entender a postura da sociedade local diante da consolidação do regime. Ainda não encontramos indícios de práticas repressivas nem de resistência, mas é um elemento a ser considerado em nossa investigação. O nosso referencial teórico é a nova história política, pensando criticamente as ações dos sujeitos e suas práticas. O próximo passo será trabalhar com fontes orais, ou seja, com entrevistas a pessoas que viveram no período da ditadura, dentre elas o memorialista da cidade de Ipu, Francisco de Assis Martins, conhecido por Professor Melo o qual possui um riquíssimo acervo pessoal que sempre disponibiliza para a realização de pesquisa de muitos historiadores locais e da região, e ainda atua como importante fonte oral, pois é conhecedor de diversos assuntos inclusive sobre a política de Ipu no período estudado. Enfim, no decorrer desse trabalho será possível um melhor entendimento dessa

¹²³Graduanda do Curso de História na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, bolsista de Iniciação Científica FUNCAP e membro do grupo de estudo *Cultura Política e Imprensa*. E-mail: mariaregianebarros@gmail.com.

história que já completa cinquenta anos, mas as marcas desse passado triste ainda estão muito presentes no nosso cotidiano.

A POLÍTICA DE GUARACIABA DO NORTE-CE EM TEMPOS DE DITADURA (1963-1988).

AntoniaLuanna Soares Ribeiro¹²⁴

Guaraciaba do Norte, cidade situada na Serra da Ibiapaba, possui 223 anos de emancipação política, fazendo parte do grupo das cidades mais antigas do estado do Ceará. Nos anos pós golpe de 1964 a cidade elegeu prefeitos que se opuseram a ditadura, como José Maria Melo que filiou-se ao MDB, à época, único partido autorizado a fazer oposição ao regime. Segundo José Lira, o citado prefeito “politicamente exerceu ferrenha oposição aos governos da ditadura, dos chamados coronéis”(LIRA, José Luiz; *De Volta a Campo Grande*, p.197.2010), contribuindo para a surgimento de líderes mais democráticos em Guaraciaba nos anos seguintes, como Dr. Elisiário Nobre, que “realizou grandes feitos e que deram a Guaraciaba e seus moradores melhores condições de funcionamento como uma cidade de desenvolvimento e produção agrícola”(SILVANA, P. M. *O golpe civil-militar de 1964 e a juventude Guaraciabense. A História próxima de Nós*. p.181-2014); em 1977-1978. A presente pesquisa tem como objetivo investigar a história política da cidade no período da vigência do regime militar. Os estudos em história política avançou muito nas últimas décadas. A pesquisa em construção nos possibilita “inscrever os comportamentos especificamente políticos na perspectiva mais ampla da prática social”(REMOND, René. *Uma História presente*. In: *Por uma história política*. Pg.30.1996.), como afirma René Remond. Entendo que as forças políticas estão em todo lugar, em toda sociedade o que nos leva a escutar diversas esferas da sociedade e analisar diferentes fontes históricas na qual a oralidade está inclusa. As principais questões que esta pesquisa nos coloca, são: Quais as ações da população Guaraciabense durante essas décadas, e quem se opunha aos dirigentes da cidade? Quem eram os aliados dos então governantes e quais influências exerciam na região e na capital? Quem se opunha a esse movimento democrático que surgiu em Guaraciaba? Estas são algumas perguntas que pretendemos responder ao longo desta pesquisa que constitui meu projeto de TCC. A presente pesquisa ainda está em seu início, já possuímos algumas fontes e já podemos inferir algumas considerações, como a de que Guaraciaba não se submeteu a Ditadura por muito tempo, tendo a frente jovens que lutavam por uma cidade melhor e mais democrática; que a cidade se beneficiou ainda mais com o processo de Redemocratização em 1988, já que vinha de décadas satisfatórias para o município. Esperamos que ao longo da pesquisa possamos alcançar nosso objetivo que é o de fazer um estudo de fôlego sobre nossa história política, apontando para novas interpretações.

¹²⁴ Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, bolsista PET, membro do grupo de estudo Cultura Política e Imprensa. E-mail: luanna-soares@live.com

A TERRA DA LUZ EM TEMPOS DE AUTORITARISMO: LEGITIMIDADE, CONSENSO E CONSENTIMENTO (CEARÁ, 1964-1985)

José Valdenir Rabelo Filho ¹²⁵

Nesta ocasião atendo-me às relações de consenso e consentimento estabelecidas entre a sociedade civil cearense e o estado autoritário inaugurado com o golpe de 31 de março de 1964. Tenho como propósito compreender regimes autoritários e ditaduras como produtos socialmente construídos, e, neste sentido, questionar uma arquitetura simplificada pautada pela relação polarizada entre *vítimas* e *algozes*, entre *opressores* e *oprimidos*. A partir do trato de massa documental diversificada, são buscadas as ambivalências dos comportamentos, as complexidades das experiências, e os movimentos ziguezagueantes traçados por atores e grupos sociais diferenciados. O foco da investigação concentra-se na cidade de Fortaleza, capital do Ceará. As possibilidades de reflexões que se pretende abrir com a pesquisa não se encerram na cidade em questão, posto pretender pensar processos forjados no interior do estado, bem como, outros casos em estudo no país. De modo a compreender a construção social do estado autoritário, e sua manutenção por prolongados 21 anos, proponho uma investigação sobre as relações de consenso em dois níveis. Primeiramente, busco compreender a verticalização dos enfrentamentos entre esquerdas e direitas no início de 1964, e o golpe de 31 de março. Nesta etapa acesso comportamentos de grupos e indivíduos que atuaram na legitimação do golpe e da ditadura. Num segundo momento, pretendo compreender como num dos períodos de maior repressão da ditadura diversos setores daquela sociedade afirmavam suas relações identitárias com o estado autoritário. Aqui será analisada a construção do monumento-mausoléu Castelo Branco, inaugurado em 1972, e as referências que buscam situar a figura do ex-presidente como um ícone da liberdade, e um militar “moderado”. Vale frisar que o monumento ao “cearense ilustre” ocupa os jardins do Palácio da Abolição, este um “lugar de memória” dedicado à suposta cultura política libertária do povo cearense. Por fim, interessa analisar os empreendimentos discursivos forjados por setores diferenciados da sociedade civil cearense para desvincular suas imagens da ditadura e para isolar o estado autoritário. As relações entre história e memória orientam o debate sobre o passado-presente.

¹²⁵ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rabelo.filho@hotmail.com

ST 17. ORIGENS E ANTECEDENTES DO GOLPE DE 1964: CULTURAS POLÍTICAS E PROJETOS DE PAÍS EM DISPUTA.

Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL- Campus Charqueadas)

O PROJETO DE NAÇÃO DO GOVERNO JOÃO GOULART: O PLANO TRIENAL E AS REFORMAS DE BASE (1961-1964)

Cássio Silva Moreira¹²⁶

A pesquisa defendeu a hipótese da existência no governo João Goulart de um projeto econômico e social de longo prazo para o Brasil, afastando-se das teses de que se tratava de um governo “errático” ou sem consistência em suas medidas de política econômica. Para isso, o estudo realizou-se, por meio da análise das políticas e medidas efetivamente implementadas, pesquisadas em pronunciamentos, entrevistas, comunicados ao congresso, relatórios, enfim, amparando-se na análise do discurso e de documentos do Presidente João Goulart (em especial as Mensagens ao Congresso Nacional de 1964 e 1963) e de seus ministros e assessores, a existência desse projeto econômico e social para o Brasil. Ademais, analisou-se as políticas e medidas efetivamente implementadas, além das sinalizadas por meio de planos e intenções. Constatou-se que, em linhas gerais, representou uma continuação do projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas, entretanto focado na substituição de importações de bens intermediários e de capital e nas reformas estruturais – as chamadas Reformas de Base. Acreditava o governo que estas promoveriam fortalecimento do papel do estado e redistribuição de renda, garantiriam a consolidação e ampliação do mercado interno e um crescimento econômico mais equilibrado. As reformas de base foram analisadas como uma sequência lógica e intimamente interligadas entre si, cujo resultado esperado era um desenvolvimento com melhor distribuição de renda, em consonância com a ideologia desenvolvimentista. O discurso de Goulart permite detectar que havia uma sequência lógica nas reformas de base e o entendimento de que a consolidação do sistema democrático dependia da democracia econômica. Ademais, pode-se dizer, de certo modo, que o projeto interrompido de Goulart antecipou em dez anos o que viria a ser o II PND do governo Geisel. Sugerimos ainda a tese de que o regime militar foi instaurado não para combater o perigo comunista ou a situação caótica de um governo (ao qual restava um pouco mais de um ano de mandato), e sim para erradicar a continuidade de um projeto com caráter reformista e forte viés distributivo: o projeto trabalhista. Desse modo, pretendeu-se contribuir para o estudo da formação econômica e social do Brasil tendo como delimitação cronológica o período de 1961-1964.

¹²⁶ Doutor em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS, professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e pesquisador no grupo Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico e Social. .

“MOVIMENTO DOS SARGENTOS” NO CEARÁ EM DEFESA DA DEMOCRACIA (1962-1965)

Flávio da Conceição¹²⁷

Mesmo havendo muitos militares favoráveis ao golpe civil-militar em 1964, existiram também aqueles que se opuseram e, por isso, foram presos nas primeiras horas do regime em diferentes estados. No Ceará, um “Movimento de Sargentos” na Base Aérea de Fortaleza manifestou-se a favor do Presidente João Goulart na noite de 31 de março de 1964.¹²⁸ Os militares subalternos fizeram uma reunião no Cassino dos Sargentos e em votação decidiram marchar em tropa disciplinada até a sede do comando para demonstrar apoio à democracia e a Constituição, à qual juraram defender quando entraram nas fileiras das Forças Armadas. E para reforçar tal objetivo organizaram também as tropas de cabos e soldados¹²⁹. A resposta foi prisões, processos, torturas psicológicas e expulsões antes da conclusão do Inquérito Policial Militar (IPM) em 1965, como demonstra o livro *Brasil Nunca Mais* e as fontes orais.¹³⁰ Esta pesquisa encontra-se em andamento e busca revelar esses acontecimentos com o recurso da história oral, no sentido de esclarecer e problematizar o Processo 164 que foi instaurado, hoje sob a guarda do *Brasil Nunca Mais*. No Ceará existe um silêncio em relação a esses acontecimentos dentro da Base Aérea na noite de 31 de março de 1964. Entretanto, os jornais da época, os documentos e os entrevistados de revelam que desde 1962 estavam organizados politicamente e em conjunto com os sargentos do Exército, pois objetivavam ter membros da categoria no processo eleitoral de 1962.¹³¹ Esse universo de envolvimento esboça-se com aspectos de de culturas políticas (BERSTEIN, 2009, p.41) e uma reflexão do momento histórico, ao ponto de se manifestarem a favor do Presidente Jango e contra a *instituição total* (GOFFMAN, 1974, pp.17-18), mesmo existindo a imposição de uma cultura militar hierarquizadora (LEIRNER, 1997, pp.25-26).

OS PRIMEIROS ANOS 60 NO BRASIL: ELEMENTOS DE UMA CULTURA POLÍTICA NACIONAL-REFORMISTA

Charles Sidarta Machado Domingos¹³²

Os primeiros anos da década de 1960, no Brasil, foram tempos de grande protagonismo social. O país estava em ebulição tanto na sua vida cultural como política. A sociedade brasileira estava se descobrindo e nesse processo se combinavam a democracia que estava se desenvolvendo com o nacionalismo que já vinha presente na vida brasileira desde um pouco mais de tempo. O país de democracia recente vinha num crescendo. Procurava superar os limites impostos pelos governos que antecederam aquele período. Setores da sociedade lutavam por novas conquistas em todas as áreas da vida social. Considerando a sociedade brasileira em voga talvez não fosse exagero afirmar que uma revolução estava em curso. Em razão disso, nesta comunicação temos como objetivo principal demonstrar de que maneiras uma das determinadas culturas políticas existentes no Brasil nos primeiros

¹²⁷ Mestrando no Curso de Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará (MAHIS) e bolsista da Capes. Email: flavio.historia.br@gmail.com.

¹²⁸ BNM; Processo 164; Volume 1; Folha 39; Volume 2; Folha 16.

¹²⁹ BNM; Processo 164; Volume 1; Folha 138.

¹³⁰ Estão sendo consultadas para esta pesquisa os militares expulsos: Francisco Aélis Almeida Monteiro, Edson Gereba de Farias, Francisco Arribamar Oliveira Souza, Francisco Gomes Soares e Jamil Motta Vasconcelos.

¹³¹ BNM; Processo 164; Volume 1; Folha 118.

¹³² Doutorando em História pela UFRGS. Professor DIII-3 no Câmpus Charqueadas do IFSUL. E-mail: csmd@terra.com.br

anos sessenta foi sendo construída. Através da análise de fontes primárias e secundárias, procuramos evidenciar os elementos capazes de aglutinar certos grupos sociais que compartilhavam uma determinada visão de mundo expressa através de seu vocabulário e seus valores, na qual os setores populares seriam protagonistas da vida política e social. Para tanto, nos deteremos no estudo de alguns atores e instituições que fomentaram e colaboraram ativamente na conformação dessa cultura política que podemos denominar nacional-reformista. O papel de certos intelectuais portadores dessa forma de entender e explicar o Brasil daquele tempo pode ser percebida através da investigação de uma instituição tal qual o Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB). Essa cultura política também estava bastante presente nos meios educacionais, principalmente na recém criada Universidade de Brasília (UnB), na União Nacional dos Estudantes (UNE) e no Centro Popular de Cultura (CPC). Na política institucionalizada, tanto o clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) movimentavam e organizavam a agenda mais progressista para a união do nacionalismo, com um caráter acentuadamente antiimperialista, com as clamadas Reformas de Base tão reclamadas. Tal foi a forma pela qual essa cultura política se espalhou pela vida política e social do período que conseguiu atingir, inclusive, um dos pilares política externa brasileira, que passara a ser conhecida como Política Externa Independente (PEI), e era empreendida pelo Itamaraty principalmente através de seu princípio basilar de autodeterminação dos povos. Todas essas instituições e atores tinham algo em comum: partilhavam elementos de uma mesma cultura política, que ressaltava o caráter nacional e reformista de suas propostas para a construção de um futuro imediato.

A IGREJA CATÓLICA E O COMBATE AO COMUNISMO EM SOBRAL-CE (1941-1945).

Ricardo Luiz Martins¹³³

Esta comunicação é parte da pesquisa “*Os Comunistas em Sobral*”, vinculado ao programa de iniciação científica da UVA, que tem por objetivo investigar a presença das ideias comunistas em Sobral e suas repercussões nas demais esferas da sociedade. Nos anos quarenta a Igreja Católica, forte interventora na política, organizou práticas que objetivavam coibir qualquer ideologia que viesse disseminar a “desordem” e promover conflitos sociais. Nessa linha encontrava-se o movimento comunista o qual, constituindo-se na principal ameaça à ordem na cidade, era combatido de forma ferrenha pelo clero local, que por meio da sua imprensa e alguns eventos, buscavam desqualificar e impedir a disseminação dessas idéias na cidade. A pesquisa está sendo desenvolvida a partir da análise do jornal *Correio da Semana*, um periódico católico que traz informações sobre os eventos político-religiosos que ocorreram na cidade ao longo da década de 1940, e simultaneamente, a leitura da bibliografia sobre o tema que permitem compreender melhor o contexto histórico. A aproximação entre Estado e Igreja durante o governo Vargas, dá a instituição abertura para intervir na organização dos trabalhadores afastando-os da ofensiva comunista, o Círculo Operário São José, é um exemplo disso em Sobral, que conforme nota na imprensa, recebera telegramas de congratulações do ministro do trabalho, Waldemar Falcão. Nos anos de 1944 e 1945 percebe-se uma intensificação da ação da Igreja no combate ao comunismo. Naquele contexto, era evidenciada na região a existência de células do partido na cidade de Camocim e no distrito de Uruoca, conforme historiografia sobre o tema. Um dos eventos que marcaram a ofensiva da Igreja foi a Semana Social da Diocese, evento caracterizado por um cronograma de palestras diárias, realizadas nos estabelecimentos de ensino secundário e em comícios na praça da catedral. Os palestrantes eram padres, professores e intelectuais, que através de um discurso de “esclarecimento” sobre as ideias comunistas objetivavam orientar a população sobre a situação dos países comunistas e sobre as divergências existentes entre o

¹³³ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Bolsista PIBIC/CNPq, membro do grupo de estudo Cultura Política e Imprensa. E-mail: ricardinluiz@hotmail.com

movimento e o catolicismo. Temas como “o que é o comunismo”, “O Operário na Rússia Soviética”, e o “Cristianismo e o Comunismo”, eram proferidos nessas palestras cuja ênfase, concentrava-se na classe operária, uma vez que a mesma se apresentava como um dos setores mais vulneráveis ao florescimento de ideias comunistas.

NOTAS SOBRE OS COMUNISTAS EM SOBRAL-CE NOS ANOS de 1950/60.

Edvanir Maia da Silveira.¹³⁴

Os anos de 1970 aos dias atuais têm assistido ao inédito florescimento dos estudos sobre as esquerdas. Embora frequentemente derrotadas nos campos dos confrontos sociais e políticos, as esquerdas tiveram impacto reconhecidamente decisivo na história das instituições, da sociedade e das ideias no Brasil republicano, é o que afirmam os historiadores Jorge Ferreira e Daniel Reis.¹³⁵ O Partido Comunista Brasileiro – PCB, fundado em 1922, se apresenta como a organização mais representativa do pensamento de esquerda no Brasil republicano. Mesmo tendo vivido a maior parte da sua história na clandestinidade, suas ideias e práticas estavam presentes na política brasileira, sendo saudadas, questionadas ou reprimidas. A presença do PCB no noroeste cearense já foi constatada no município de Camocim e Uruoca, nas décadas de 1930-1950, por meio de estudos de historiadores da Universidade Estadual Vale do Acaraú.¹³⁶ Em Sobral, a referência a presença de uma célula do PCB na cidade evidencia-se a partir dos anos de 1950/60 na figura de dois personagens: Chagas Albertino e João Sales. O primeiro, marceneiro, proprietário de uma funerária era o líder de uma célula de partido em Sobral. Sua casa era sede de reuniões e abrigo de militantes que circulavam pela região, foi preso em acusado de organizar saque ao mercado central de Sobral durante a seca de 1958. O segundo era membro do PCB em Fortaleza desde os anos 30, tendo sido preso diversas vezes. Garçom, proprietário de restaurantes, Sales mudou-se para Sobral nos anos 60. Em 67 foi preso na cidade acusado de participar de uma Frente Familiar Cristã. O objetivo desta comunicação é discutir a presença das ideias comunistas em Sobral e suas repercussões, entre as décadas de 1950/60. Para tanto, analiso jornais, depoimentos, inquéritos policiais e outras fontes que confirmam a presença de uma célula do PCB na cidade, suas ideias, práticas e repercussão social.

¹³⁴ Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, tutora do PET, coordenadora do grupo de estudo Cultura Política e Imprensa. E-mail: didisilveira@bol.com.br

¹³⁵ FERREIRA, J.; REIS, D. A. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol.1). p. 9.

¹³⁶ SANTOS, C. A. P. dos. *Cidade vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008; MOTA, M. M. B. *Liga Camponesa e associação de lavradores: histórias do movimento social camponês na cidade de Uruoca (1950-1964)*. Sobral-UVA: TCC, 2007.

UDN E PSD: POLÍTICA PARTIDÁRIA NA FURNA DA ONÇA

Marylu Alves de Oliveira¹³⁷

Resumo: Entender o período de reorganização partidária brasileiro no pós-1945 significa, sobretudo, adentrar em vários universos de disputas singulares e em episódios expressivos que possibilitam compreender a complexidade da ordenação de poder político em cada Estado. Neste estudo, traçamos um breve itinerário sobre as disputas políticas¹³⁸ entre as duas principais siglas que dividiam a escolhas dos eleitores, UDN e PSD, no Piauí após o fim do Estado Novo, com intuito de apreender a dinâmica do jogo político local em seu *contexto cultural*. Firmavam-se, entre 1945 e 1946 os grupos que passariam a conduzir a “nova” política partidária local e de forma mais articulada se encontravam estas duas siglas. De um lado estavam os que haviam apoiado Getúlio Vargas e que tinham se beneficiado do período pós-1930, agrupados no PSD, composto por grandes comerciantes, líderes ruralistas e profissionais liberais que se projetaram durante o regime *estado-novista*. Do outro lado, agrupados na UDN, em sua grande maioria estavam os que foram excluídos do regime anterior, também composto por ricos comerciantes, mas, sobretudo, por profissionais liberais que viviam na capital e nos acanhados núcleos urbanos. Longe de ser apenas uma composição social ordenada das forças políticas, as organizações partidárias pós-1945 firmaram um jogo complexo que exigia de cada agremiação uma adequação às singularidades locais dos grupos de poder, ou seja, à *cultura política* local, ao passo que tentava ajustar estes grupos, mesmo que minimamente, às exigências partidárias nacionais. Portanto, analisaremos as disputas políticas no pós-*Estado Novo* no Piauí, marcadas por um ambiente de intensa violência. A violência era a ferramenta central das ações políticas partidárias e era utilizada no sentido de coibir qualquer ação que fugisse à lógica dos que estavam no exercício dos seus mandatos. A principal fonte de pesquisa consultada foram os jornais impressos, que eram ligados ou apoiadores de uma ou outra sigla, mostrando-se, dessa forma, um instigante canal de investigação das querelas e desdobramentos da política no Estado. Diante deste conjunto de perspectivas e propostas, lançaremos ao leitor, sempre que possível, as ações e re-ações populares frente aos *imbróglios* políticos piauienses de 1945, quando o processo de rearrumação partidária teve início.

¹³⁷ Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2005). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2008). Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente do Curso de História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos. Desenvolve pesquisas no campo da História Política e História do Trabalho. Publicou em 2007 o livro “Contra a Foice e o Martelo” que aborda o anticomunismo no Piauí a partir das páginas do jornal *O Dia*. Tem artigos publicados em livros e em periódicos de circulação nacional como *Fênix* e *Antíteses*. É líder do grupo de pesquisa História, Teatro, Música e Estética (UFPI) e participa do grupo História Social, Cultura e Linguagens (UFC), os dois do CNPQ. Email: marylu.oliveira@gmail.com

¹³⁸ Para Clifford Geertz, “Toda política é disputa, e o poder é a ordem que tal disputa classifica: até aí isso é geral. O que não é geral é a natureza da disputa ou a forma da ordem”. GEERTZ, Clifford. *Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 39.

ST 18. PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DA SAÚDE E DA DOENÇA NA HISTÓRIA.

Frederico de Castro Neves (UFC); Ana Karine Martins Garcia (UFC)

O MEDO E A AÇÃO DURANTE A EPIDEMIA DE CÓLERA NO SÉCULO XIX.

Dhenis Silva Maciel¹³⁹

O trabalho que apresentamos tem com temática central a relação entre o medo e a ação durante a epidemia de cólera que assolou o mundo em diversos surtos epidêmicos que atingiram, desde seu local de origem, a Índia, a diversas cidades que se consideravam até então intocáveis por este mal por considerarem-no uma moléstia que acometia apenas a países que ainda não teriam alcançado o desenvolvimento capitalista, Paris e Londres, no coração do capitalismo europeu sofreram com este mal, bem como Rússia e Brasil. Ao longo do século XIX, cinco grandes vagas epidêmicas assolaram o planeta. Foi exatamente a velocidade nas trocas comerciais produzidas pelos barcos a vapor e a aceleração nos deslocamentos que permitiu que o vibrião colérico se espalhasse de forma tão intensa por quase todas as regiões do globo. No Brasil a doença chegou primeiramente pelo porto de Belém do Pará, a bordo da Galera portuguesa Deffensor. Em terras paraenses tal peste assolou grande parte da população que consumia água dos mesmos locais onde por diversas vezes eram jogadas as águas usadas nas abluções dos doentes. Partindo da região norte do país o cólera não cessou de fazer vítimas no território brasileiro tendo marchado com grande intensidade em direção as regiões hoje denominadas nordeste e sudeste. Por meio de notas de jornais e cartas de correspondentes, amigos e/ou aliados políticos, os administradores cearenses e a população letrada acompanhava uma profusão aterradora de notas de falecimento provocadas pelos de índices altíssimos de mortos nas províncias que iam sendo atacadas ao longo da marcha da peste. Diante de tal quadro, em 1855, o Ceará buscou preparar-se para enfrentar a moléstia criando espaços para quarentenas, estabelecendo Comissões de Socorros Públicos, contratando médicos em outras províncias bem como autorizando compras de medicamentos e alimentos. Percebemos que, neste momento de medo e apreensão, debates até então travados por questões religiosas e políticas sofreram uma guinada. Se para alguns o medo gerou desagregação e desarticulação de ações, no território cearense parece ter provocado a comoção necessária para fazer com que diversos projetos como a construção da Santa Casa de Misericórdia e a construção/ampliação de diversos cemitérios extra-muros fossem acelerados. Partindo de uma análise empírica documental (jornais, relatórios de presidente de província e cartas dos médicos comissionados) e uma revisão bibliográfica relativa a história da saúde pública no Ceará, tendo como principal referencial teórico a História Social, podemos desde já apontar, como resultado da pesquisa em andamento, a conclusão de que o medo da doença acabou sendo não um imobilizador, mas um propulsor de ações para o combate das epidemias, mesmo que em linhas gerais as ações do poder provincial relativas aos cuidados médicos tenham permanecido como combativas e não preventivas e não eram organizadas de forma institucional, competindo normalmente às câmaras municipais, que, contudo, no caso do cólera, não tinham recursos para enfrentar uma moléstia de tais proporções.

¹³⁹ Doutorando em História Social – UFC. Professor da Rede Pública estadual e Faculdade Católica de Fortaleza. Vice coordenador do GT de História da Saúde e das Doenças ANPUH-CE, Pesquisador do Grupo de Estudos Brasil Império. E-mail para contato: Dhenis.maciel@gmail.com

O CEMITÉRIO DOS VIVOS: LOUCURA E LUCIDEZ NA EXPERIÊNCIA MANICOMIAL DE LIMA BARRETO.

Adeliana Alves Barros¹⁴⁰

Da análise acerca da experiência com a loucura do escritor Lima Barreto como interno do Hospício Nacional de Alienados no Rio de Janeiro no começo do século XX, busca-se refletir o dia a dia do “louco” no espaço asilar, visto pelo escritor como um lugar para indigentes que sentiam a morte de perto e que viviam na treva absoluta. O escritor retratou o seu tempo com profundo espírito crítico, pondo o social sob juízo, avaliando e problematizando o saber e as práticas da medicina alienista, que, no período, voltava-se à normalização e ao controle do social através de discursos pautados na justificativa da razão e da moral. A partir de suas duas internações, a primeira de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914 e a segunda de 25 de dezembro 1919 a 02 de fevereiro de 1920, pretende-se compreender as especificidades do seu olhar por meio de seus testemunhos sobre a loucura expressos nas obras “*Diário do hospício*” (Autobiográfico/ 1920) e “*O cemitério dos vivos*” (Romance/ 1921), onde em tom de desabafo o escritor nos fala acerca do “espetáculo do hospício”, lugar que condena os sujeitos à morte em vida, dando-lhes apenas o essencial: comida e roupa. Nesse “espetáculo” há a ausência de luz, os sujeitos não podem ir além do que o próprio pensamento permite. Vivenciam a morte social, são excluídos e condenados ao silêncio. Apenas aguardam a morte física. Será analisado também o seu “*Diário Íntimo*” (1903/1921), as suas obras que abordam a questão da loucura, o conto “*Como o homem chegou*”, em que o escritor relata a sua primeira internação em 1914, a entrevista de Lima Barreto concedida ao jornal *A Folha* em 31 de janeiro de 1920 nas dependências do hospício, e a documentação produzida pela instituição (prontuários) sobre a sua internação arquivadas na Biblioteca Pública de Psiquiatria da UFRJ. A pesquisa justifica-se por perceber a experiência do “escritor maldito” como paciente do hospício relatada em seus escritos como de suma importância para a história por evidenciar as práticas de exclusão social e interrogar as verdades incontestes do discurso científico, testemunhando tensões e complexidades da vida no espaço manicomial e na sociedade. Perceber como tais sujeitos se relacionam e reagem ao ambiente social do hospício, alcançando a experiência individual, incorporada à problemática histórica, agregando à nossa análise a fala do próprio “louco” através da “escrita de si” de Lima Barreto, tentando perceber o quanto e como esses escritos contribuem para o entendimento social da loucura.

“O MÉDICO DOS LÁZAROS”: DISCURSOS E PRÁTICAS DE ANTÔNIO JUSTA NO COMBATE À LEPROSA (1928-1941)

Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro¹⁴¹

Antônio Justa foi um médico cearense nascido em Fortaleza, no dia 23 de outubro de 1881, filho de Alfredo Henrique da Justa e de Laura Téofilo da Justa, formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1906. Depois de formado, o referido médico exerceu a profissão em diferentes cidades, como Quixadá, no Ceará e Santarém, no Pará, mas só fixou residência na capital cearense no início dos anos 20, período em que passou a exercer diversos cargos relacionados à saúde pública cearense. Porém, a relação de Antônio Justa com a *lepra* é

¹⁴⁰ Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Grupo de Pesquisa e Estudo História da Saúde e da Doença no Ceará/ Departamento de História da UFC. Email: adelianabarros@gmail.com

¹⁴¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Discente no Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS-UECE), sob orientação da Prof. Dra. Zilda Maria Menezes Lima. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP-CE). Email: gabrielabandeira@live.com

algo que merece destaque, pois foi através dessa atuação que ele ficou reconhecido no território cearense. Entre os cargos exercidos pelo médico, destaca-se o de diretor clínico da primeira instituição de isolamento de *leprosos* no Ceará, a colônia Antônio Diogo, cargo que passou a exercer a partir de 1928, onde era responsável por fazer o acompanhamento clínico dos doentes internados no local. Dessa forma, o referido médico teve uma relação muito próxima com os *leprosos*, algo que se refletia nas suas ações, que passaram a ser voltadas para o combate à doença. Assim, pode-se inferir que tanto os discursos, como as práticas de Justa se alteraram a partir do seu contato com essa enfermidade. Diante disso, utiliza-se na pesquisa as seguintes fontes principais: os artigos das revistas Ceará Médico e as matérias do jornal O Povo e O Nordeste escritos pelo médico e a documentação pertencente a colônia Antônio Diogo, na qual encontramos prontuários médicos, livros de entrada e saída e livros de alta do período que Justa era diretor clínico da instituição. Dessa forma, identifica-se na análise das fontes os pontos principais de sua atuação de combate à *lepra*, que são: o isolamento compulsório, os problemas econômicos e estruturais da instituição e o tratamento médico dispensado aos *leprosos*, destacando o óleo de chaulmoogra, principal medicamento utilizado no período. Assim, busca-se nesse trabalho analisar essas práticas e discursos médicos sobre e na colônia Antônio Diogo no período de 1928 a 1941, destacando como as ações empreendidas pelo médico procuravam influenciar na forma como a *lepra* e o leprosário eram tratados pela sociedade cearense.

“DO VALOR DA VACINA, COMO FACTOR DO PROGRESSO, ENGRANDECIMENTO DE UM POVO”: A BIOPOLÍTICA NA OBRA VARÍOLA E VACINAÇÃO DE RODOLFO TEÓFILO.

André Brayan Lima Correia¹⁴².

No final do século XIX, Fortaleza passou por transformações que buscavam trazer um caráter moderno e civilizado. Essas mudanças fomentou um debate entre os intelectuais cearenses e estes fundaram várias agremiações para discutir, expor e lutar por suas opiniões. Dentre esse meio vivia o intelectual e farmacêutico Rodolfo Teófilo, que participou de várias agremiações. Porém, ele, principalmente através de sua prática letrada livreira, trás um caráter diferenciado para a época, que é desconstruir parte desse discurso engrandecedor e embelezador sobre a cidade de Fortaleza, demonstrando, assim, que ela tinha vários problemas, e com isso ele denunciava a má gestão pública e os crimes cometidos pelos governos, mas principalmente ele dava atenção aos flagelos sociais, como as secas e as epidemias. Esse seu discurso em defesa de uma sociedade fica mais intenso após 1900, pois ele passa vacinar contra varíola gratuitamente e em domicílio a população, proporcionando um contanto maior com a classe menos favorecida. Todo esse processo é narrado obra Varíola e Vacinação, publicada em 1904, na qual ele irá demonstrar a falta de interesse da gestão estadual no combate a doença. Com isso, ele defendeu em sua obra não só o aumento dos investimentos na saúde, mas também uma intervenção do Estado através de uma lei que torne obrigatório a vacinação das pessoas. Para nos auxiliarmos, utilizamos o conceito que Michel Foucault chamou de Biopolítica, que seria as transformações que ocorreram na Europa entre o século XVII a XIX, na qual o Estado passou a se preocupar e investir em setores como, saúde, higiene, natalidade e mortalidade, buscando assim gerir essa população e estatizar a vida. Com isso, buscamos mostrar, através da obra Varíola e Vacinação que as críticas feitas ao Estado por Rodolfo Teófilo tinha um viés biopolítico, pois em sua obra ele demonstrar defender que o Estado

¹⁴²Discente no Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS/UECE). Bolsista de mestrado pela FUNCAP. Integrante do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas (GPPUR), a partir do projeto: Capitalismo e Civilização nas cidades do Ceará (1860- 1930), no qual faz parte do eixo Práticas Letradas e Urbanidades, sob a orientação do Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso. Email: andre.brayan@hotmail.com.

assuma o controle da saúde da população, inclusive defende a obrigatoriedade da vacinação pelo poder governamental.

SAÚDE DO TRABALHADOR PROFESSOR

Raquel Figueiredo Barretto¹⁴³

Introdução: Nos dias de hoje, a função docente deixou de ser apenas cuidar do processo de conhecimento do aluno. Nos últimos anos, o número de pesquisas que relacionam atividade docente e sofrimento profissional vem crescendo bastante. O docente se vê diante de duas realidades bem distintas: ora está em plena capacidade produtiva ora se vê impossibilitado de trabalhar. Essa impossibilidade de trabalhar, por sua vez, se dá por motivos de doença ou acidente de trabalho. **Objetivo:** Analisar como a saúde do professor é tratada na produção científica brasileira. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem quantitativa realizada no primeiro semestre de 2014. **Resultados e discussões:** Em nenhum outro momento histórico, falou-se tanto em saúde e promoção da saúde como no atual. A conferência de Ottawa, em 1986, ampliou o paradigma de saúde e conseqüentemente lançou as bases para o novo conceito de promoção da saúde que surgia. Outra mudança também foi percebida na concepção de docência. Essas transformações se devem a dois grandes fatores: processo de globalização e panorama nacional. Docência significa ensinar e aprender e está presente em todas as práticas sociais em geral e não apenas nos espaços institucionalizados, como a escola e a universidade. Mas, sob a perspectiva da sociedade ocidental, temos uma sociedade pedagógica institucionalizada (PIMENTA, 1999). As exigências que o docente tem que atender são de ordem da capacitação e da didática. O trabalho docente, especificamente, tem, atualmente, sua organização e administração delimitadas pelo modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, as concepções de ambiente de trabalho, de contexto econômico-social e de saúde não podem ser analisadas de forma dissociada da prática docente. Quanto à área de publicação do manuscrito: dois artigos foram publicados em periódicos da área da fonoaudiologia, um na área de saúde coletiva, dois na área de enfermagem e um publicado na área da educação. Quanto ao tipo de pesquisa: foram três pesquisas de campo e três pesquisas bibliográficas. Quanto ao ano da publicação: uma em 2005, uma em 2009, duas em 2012 e duas em 2011. Quanto ao aspecto de saúde do professor investigado: em três publicações, o foco era a saúde vocal e nos outros três, aspectos gerais da saúde do professor. **Considerações Finais:** Deve ser incentivado o desenvolvimento de pesquisas nesta temática, para que possamos contribuir para a compreensão e a melhoria da saúde do professor. A saúde do professor não deve ser objeto de estudo apenas da área da saúde, mas as pesquisas em educação devem refletir sobre como a saúde do professor interfere na sua prática pedagógica. Dada à importância do trabalho docente e suas atuais circunstâncias, há necessidade de acompanhamento das condições de trabalho docente e os reflexos dessas condições sobre a prática pedagógica.

¹⁴³ Mestrado em Saúde Coletiva. Faculdade Nordeste – raquelfbarretto@gmail.com

“... EM CONTACTO COM A RALÉ DE FORTALEZA”: A REPRESENTAÇÃO DOS CORPOS DAS AREIAS EM VARIÓLA E VACINAÇÃO DO CEARÁ DE RODOLFO TEÓFILO (1904)

Germana Nayara Lopes Lima¹⁴⁴

No período que vai do fim do século XIX e início do século XX, percebe-se em Fortaleza uma forte tendência pela busca da modernização da cidade de acordo com os moldes europeus, tanto através das políticas públicas como das influências da população mais abastada (PONTE, 2010). Com a chegada dos retirantes, devido à seca de 1877, a cidade se vê em um momento delicado em que não há estruturas as quais possam comportar um número tão grande de pessoas. Daí, os problemas começam a surgir, tais como: a proliferação de doenças, o aumento no número de mendigos e onde alocar tantas pessoas. Chega, então, à Fortaleza a epidemia de varíola. Rodolfo Teófilo vai afirmar que “a varíola é companheira inseparável das secas e estas são por sua vez um mal congênito da terra cearense”. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo discutir as representações ou os vários significados do corpo doente na obra “Varíola e Vacinação no Ceará” (1904) do escritor e farmacêutico Rodolfo Teófilo. Pensando a partir da perspectiva de Roger Chartier na qual as representações são “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna[r]-se inteligível e o espaço decifrado” (CHARTIER, 1988), busca-se analisar como Teófilo vai classificar os corpos doentes de varíola e aqueles que seriam possíveis vetores devido às condições em que esses corpos viviam. “Varíola e Vacinação no Ceará” é uma obra de caráter científico na qual o farmacêutico procura apresentar seu feito em relação à vacinação em massa que protagonizou sem o auxílio do governo local. Procura-se, assim, entender através do olhar de um intelectual, como as classificações (“sujo” e “perigoso”) atribuídas aos corpos doentes de varíola ou aos considerados como veículo para a peste variólica pelo autor no início do século XX vão denotar uma forma de perceber os corpos pertencentes às *areias* da cidade de Fortaleza.

REVOLTA DA VACINA: REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES

Caio B. Barreira,
Natanael S. Barbosa

A Revolta da Vacina foi um movimento de caráter popular ocorrido em 1904 e que teve como “fator deflagrador” a publicação do plano de regulamentação da aplicação da vacinação obrigatória contra a varíola em 9 de Novembro. Tal lei foi uma continuidade de uma situação muito mais complexa e socialmente devastadora: o projeto de Regeneração da cidade do Rio de Janeiro. O presente trabalho, com o tema “Práticas e representações da saúde e da doença na história”, visa compreender a Regeneração, tendo como principal recorte a própria Revolta, seus desdobramentos na cidade do Rio, representações na imprensa e apropriações por diferentes sujeitos. Para isso, pretendemos, primeiramente, partindo das proposições de Michel Foucault em O nascimento da medicina social (1979), entender como se deu o nascimento da Medicina Social e, no Brasil, analisar a Medicina da Força de Trabalho dentro do contexto da Revolta da Vacina e do processo de Regeneração da cidade do Rio de Janeiro. Buscando, assim, perceber a medicina como dispositivo de dominação, analisando o medo e o receio da população com relação a própria vacina. Logo em seguida, refletir sobre as contribuições historiográficas de Nicolau Sevcenko (A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes, 2010), José Murilo de Carvalho (A

⁶ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Participante do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Natureza (UECE) e Grupo de Pesquisa História da Saúde e da Doença (UFC).

formação das almas: o imaginário republicano no Brasil, 1990); e Sidney Chaloub (Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial, 1996) sobre a Revolta da Vacina e problematizar o olhar desses sobre os sujeitos sociais do Rio de Janeiro, “alvos” da higienização. Utilizar as fontes hemerográficas para analisarmos as apropriações que tais sujeitos fazem daquilo imposto pelas classes dominantes. Apontar as relações sociais não apenas como vias de mão única (sentido governo população), mas como imbricadas redes de socialização em que todos os envolvidos se apropriam dos eventos ocorridos e têm sua própria reação a partir de seus valores socialmente construídos. Para trabalho com fontes hemerográficas utilizaremos o texto História dos, nos e por meio dos periódicos (2005) de Tania Regina de Luca.

Curandeiros, Benzedeiras e Rezadores – memórias de indivíduos numa perspectiva Histórica, Jaguaruana-Ce.

Ronald Felipe Barreto de Sousa^{*145}

Ao falarmos de curandeiros e de práticas populares de cura, nos entremeamos na cultura e nas artes de fazer de indivíduos de comunidades rurais ou mesmo do meio rural, não se restringindo somente a esses espaços. Nossa pesquisa tem como objetivo perceber as práticas desenvolvidas por esses indivíduos, trazendo suas histórias para serem analisadas por nós historiadores. Nosso foco será nas histórias de vida desses atores sociais, percebendo o despertar para as práticas de cura. O espaço que selecionamos para percebermos essas práticas são três comunidades rurais do município de Jaguaruana-Ce, São José do Lagamar, Giqui e Antonópolis, onde percebemos que essas práticas tenderam a de alguma forma ser mais desenvolvidas. As motivações que nos levam a empreender um trabalho de pesquisa são diversas. Para nós que desenvolvemos essa pesquisa é de grande mérito historicizar indivíduos que contribuem para a construção da história no Vale do Jaguaribe e em especial no município de Jaguaruana. O pensar uma temática, as abordagens, as questões teóricas, todas permeadas de propriedade e sentidos históricos. As práticas de cura, ou o chamado curandeirismo são o foco da nossa pesquisa, levando em conta pontos históricos que pretendemos historicizar em nossa pesquisa, como se desenvolveram essas práticas de cura num âmbito histórico e suas características e potencialidades históricas. As memórias desses indivíduos estudados são importantíssimas e devem ser estudadas percebendo os processos de sua formação. Nossa pesquisa se centra no município de Jaguaruana pertencente ao vale do Jaguaribe, onde trataremos com três comunidades rurais de Jaguaruana, são elas São José do Lagamar, Giqui e Antonópolis onde percebemos que essas práticas de cura são mais eloquentes. Nossa pesquisa pretende analisar as práticas de curandeirismo em Jaguaruana-Ce, a partir da memória de curandeiros (as). Percebemos nós que essas memórias são de suma importância. Nosso despertar para a realização veio a partir de uma de nossas visitas a senhora Maria Simão, senhora da comunidade de Giqui de 94 anos, curandeira, parteira, e senhora muito religiosa, que com seus ramos e orações nos manifestaram a ver a importância de suas práticas. Mediante a questão abordada, pretender-se-á alcançar por meio de uma análise exploratória e descritiva a relação entre a prática do Curandeirismo e a saúde, enfocando seu embasamento histórico, técnicas e praticantes. Percebendo as características que compõem cada um desses elementos fundantes as práticas de cura.

*Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM).

⁷Graduando em História, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).
ronaldfelipe2009@hotmail.com

NOTAS SOBRE O EXERCÍCIO DO PODER PASTORAL NA HISTÓRIA DA MEDICINA OCIDENTAL MODERNA

AntonioNelorracion Gonçalves Ferreira¹⁴⁶

Esta investigação lança mão de alguns aspectos e eventos da história da medicina ocidental moderna para se pensar como a relação que o saber médico estabelece com o outro (o paciente ou outro virtual a ser corrigido) está articulada a uma velha técnica de governo dos homens: o poder pastoral. Isso à primeira vista parece contraditório, já que a emergência da medicina moderna teve na medicalização do hospital e no recuo do corpo religioso um dos aspectos mais importantes de sua gestão, uma das condições de possibilidade para o surgimento do hospital como espaço de cura, de aprendizado e produção de conhecimento, estabelecendo assim uma ruptura fundamental na história ocidental. Ou seja, o hospital – que até o século XVIII fora uma instituição de assistência aos pobres e preparação para a morte – torna-se o local fundamental de exercício da medicina, um espaço terapêutico e pedagógico, em que a saúde substitui a salvação. Entretanto, mesmo tendo como objetivo principal a atenção médica e orientado por normas anatomopatológicas, o hospital moderno conserva algumas características arcaicas, onde aspectos caritativos continuam a reger a assistência e as ações sanitárias. A partir disso, pretende-se aqui refletir sobre o contrato caritativo entre pobres e ricos na emergência do hospital moderno, em que o ato de “benevolência” da elite em relação ao pobre (destinando-lhe um espaço de cura), transforma-o em objeto de saber, algo fundamental na constituição do conhecimento da medicina. Nesse contrato, constitui-se uma estrutura de reciprocidade em que o pobre deve obediência na medida em que aceita o cuidado e a proteção médicas. Contrato orientado por técnicas do poder pastoral, como a responsabilidade (dos médicos e benfeitores em relação à saúde dos cidadãos), a obediência (o paciente deve submissão permanente como forma de retribuição) e o jogo da verdade (os corpos doentes ante o olhar médico). Tenta-se assim compreender como historicamente constituíram-se estratégias silenciosas e coercitivas sobre os corpos, através de formas piedosas de assistência. Isso possibilita restituir a relação não enunciada entre a tecnologia pastoral e a racionalidade das instituições disciplinares modernas: a de uma medicina do espaço social, que tem a doença como problema político e o médico como autoridade do seu saber. Dessa forma, é possível demonstrar como uma técnica de poder, nascida na antiguidade, articula-se com um tipo de saber fundamental para a instauração do exercício de poder nas sociedades capitalistas urbano-industriais. Para isso se parte das reflexões de George Rosen, Canguilhem e Foucault sobre a história da medicina, de algumas análises sobre a caridade (da minha pesquisa em andamento no doutorado), através de uma abordagem arqueogenealógica. Tendo como fontes principais, regulamentos sanitários, revistas médicas, jornais, etc.

¹⁴⁶ Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação da Profa. Dra. Kenia Sousa Rios. E-mail: nelorracyon@yahoo.com.br

DIETAS, REGIMENTOS, REGIMES E RESGUARDOS.

Aline da Silva Medeiros¹⁴⁷

Este trabalho busca refletir sobre as práticas de saúde e as experiências do tempo a partir das durações abarcadas nas noções de dietas, regimentos, regimes e resguardos. Tomamos como ponto de partida os conselhos presentes em algumas edições do *Lunário Perpétuo* e também em alguns verbetes dos dicionários de medicina popular do Dr. Chernoviz e do Dr. Theodoro Langgaard, todos, livros de medicina autoinstrutivos de considerável circulação no Brasil desde meados do século XIX até, pelo menos, as primeiras décadas do século XX. A partir do cruzamento destes textos com demais fontes, tais como textos memorialísticos, literatura, almanaques e anúncios de remédios veiculados em jornais, tratou-se de entender como se organizam durações de prevenção e de cura de doenças, normalmente denominadas de dietas, regimentos, regimes e resguardos. Para pensar a historicidade das experiências do tempo presentes nas práticas de saúde, fundamentais são as indicações do filósofo Gaston Bachelard, no livro *Dialética da duração*, no qual desenvolve a compreensão das durações não como períodos de tempo calcados numa regularidade uniforme, quase estática, mas como obras, produções que obedecem a determinados ritmos, de cuja elucidação convém estabelecer os contornos. Assim, o estudo inicia-se pela identificação do papel central desempenhado pelas refeições, cujos momentos eram tidos como referências para a ordenação em sequência e frequência de um sem número de outras práticas que igualmente participavam seja da conservação, seja do restabelecimento da saúde – o sono, os banhos, os lazeres, os trabalhos e ainda o consumo dos chamados remédios de farmácia. A partir da descrição das práticas à mesa, apareciam também os temores despertados pelos alimentos ditos *reimosos* ou *reumosos*, temor que vai se estender aos próprios remédios, estabelecendo entre estes dois gêneros uma fluidez de fronteiras que encontrava sua base profunda na chamada medicina dos humores. Também a teoria dos humores contribui para estabelecer os elos entre essas práticas de saúde e as forças ocultas emanadas dos astros, cujos movimentos celestes constituíam os *ritmos* mais significativos para estas ordens do tempo a que se chamam dieta, regimento, regimes e resguardos. Das forças ocultas das estrelas para os assuntos de magia e religião são um pequeno passo, e assim, especialmente no resguardo uma aura de sobrenatural articulava os constrangimentos sobre o corpo daqueles sobre a alma – de tal forma que o resguardo ‘quebrado’ podia culminar não apenas com o não restabelecimento, como ainda com pioras, sequelas ou chagas que muito remetem a castigos divinos.

¹⁴⁷ Doutoranda em História – Universidade Federal do Ceará. E-mail: linemedeiros@gmail.com

ST 19. RELAÇÕES DE PODER E SOCIEDADE NO CEARÁ COLONIAL (1650-1824)

Coord. Almir Leal de Oliveira (UFC) e Leonardo Cândido Rolim (USP)

A JUNTA DA REAL FAZENDA E O ERÁRIO RÉGIO NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX: CULTURA ECONÔMICA, ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E LIBERALISMO NO CEARÁ

João Eudes Alexandre de Sousa Jr.¹⁴⁸

Esta pesquisa busca analisar as vicissitudes da cultura econômica através do estudo das relações entre a normatização fazendária imposta, sobretudo, pelo Erário Régio e a práticas reais da administração local, manifesta na Junta da Real Fazenda da Capitania do Siará, e dos “contribuintes”, ou seja, dos sujeitos que atuam nesse processo. Este trabalho tem foco no estudo tributário, estatístico e cartográfico através da reflexão sobre os documentos históricos e do diálogo com fontes que desvelem a ocupação territorial, práticas financeiras e tensões políticas que perpassam o recorte adotado. Busca-se evidenciar a conjuntura que envolve emancipação do Ceará da tutela de Pernambuco e as modificações de ordem administrativa relacionadas ao processo. Esta pesquisa parte da análise dos documentos referentes a esfera administrativo-tributária local e sua relação com o corpo normativo mais geral na ordem lusitana, para tanto, compõe o corpo documental os contratos de arrematação e listas o ofício que regulamenta a tributação local disponível no APEC, alguns ordens régia do Arquivo Histórico Ultramarino, a cartografia disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Portugal e mais a base de dados do projeto “Poder e administração: a corte de d. João VI no Brasil (1808-1822)” do Arquivo Nacional, juntamente com dois trabalhos desenvolvidos cujos quais se ancorará uma parte pesquisa: o primeiro é “*Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial (1985)*”; o segundo é “*Estado e Administração: a corte joanina no Brasil*”, de Dilma Cabral (2010) que aborda as principais instituições da estrutura política e administrativa vigente no período joanino.

Há, aqui, a concepção de uma *teoria materialista da cultura*, pautada nos estudos de Thompson (1981) e Williams (1969). Bem como o viés historiográfico do contexto econômico-tributário no qual se insere o território cearense no início do século XIX, buscando desvelar a conjuntura do liberalismo e como ela atinge uma zona tida como “periférica” na dinâmica do capital, partindo da asserção de que o *espaço é um lugar praticado*, como aponta Certeau (2003) visando alumiá-los como atuam os sujeitos nas “macro”, mas também “micro”, relações de poder trazidas por Foucault (1979). Além ampliar a discussão da formação de *lugares* e *espaços* com as reflexões de Hakim Bey (2004) que traz um aporte de pensamento vinculando à zonas de resistências por grupos que visam autonomia perante um poder que lhes impõem regimes de conduta.

¹⁴⁸ Licenciado em História – UECE; graduando em ciências econômicas – UFC; professor da rede pública estadual do Ceará e ligado ao Grupo de Estudos Brasil Império – GEI; alexandre.alcruz@gmail.com.

MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS NO SIARÁ GRANDE: CONFLITO DE PODERES NA ATUAÇÃO DO DESEMBARGADOR CHRISTOVÃO SOARES REIMÃO (1703-1717)

Rafael Ricarte da Silva¹⁴⁹

As redes de poder político-econômico instituídas nos longínquos sertões das capitanias do norte do Estado do Brasil – a partir da posse da terra, das relações de compadrio e casamentos, arregimentação de tropas, obtenção de patentes militares, cargos na governança local, títulos distintivos e pouca inserção do poder central nestes espaços – se sobrepuseram, em muitos casos, as determinações que emanavam da Coroa portuguesa. O embate entre Christovão Soares Reimão e Gabriel da Silva Lago é emblemático na correlação de forças estabelecidas entre os interesses dos agentes locais (periferia) e a administração metropolitana (centro). A presente comunicação tem como objetivo analisar as disputas político-administrativas que envolveram o capitão-mor da capitania do Siará grande, Gabriel da Silva Lago, o desembargador Christovão Soares Reimão e os sesmeiros das ribeiras do Jaguaribe e Acaraú no processo de medição e demarcação das terras doadas em sesmarias. A determinação real buscava o controle das áreas ocupadas pelos requerentes de terras já estabelecidos e diminuir as imprecisões quanto aos locais exatos de onde começavam e terminavam as terras solicitadas, bem como os conflitos que envolviam os diversos sujeitos históricos que requeriam e ocupavam estas áreas. Para tanto, estamos analisando os autos de medição e demarcação transcritos na Revista do Instituto Histórico do Ceará, buscando compreender mediante o cruzamento das demais fontes – cartas de doação e confirmação de sesmarias e correspondência manuscrita avulsa do Conselho Ultramarino – como foram sendo tecidas estas redes de poder e quais interesses estavam em cena. Concomitante a análise documental procuramos dialogar com Stuart B. Schwartz (2011), Graça Salgado (1985), Edward Shils (1992), Laura de Mello e Souza (2006), João Fragoso e Manolo Florentino (2001) e A. Russel-Wood (1998) sobre: relação entre centro e periferia, justiça e ordem social no Império português.

OS TRABALHADORES DO TERMO DA VILA DE SOBRAL NO SÉCULO XVIII (1773-1799)

Adriana Santos de Oliveira¹⁵⁰

Os moradores do termo da Vila de Sobral estavam ligados a vários tipos de atividades econômicas, as quais davam possibilidades a esses sujeitos de construir relações mais dinâmicas tanto no âmbito da economia quanto no social. Essas atividades variadas foram exercidas por brancos, pardos, mestiços, índios, negros escravos e forros, ou seja, ricos e pobres desenvolvendo diversos ofícios que demonstram, através das fontes do período, um comércio em expansão, além de um grande número de ofícios mecânicos que se expandia. Ao afirmar a presença de ricos e pobres nas documentações sobre as atividades econômicas, destaca-se que nos registros de licenças foram citados escravos, cujos donos lucravam com o trabalho que faziam, negros forros – homens com grandes chances de

¹⁴⁹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em História Social (2010) e Licenciado em História (2007) pela mesma instituição. Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa - História do Ceará Colonial: economia, memória e sociedade. Bolsista CAPES/REUNI. Email: rafa-ricarte@hotmail.com

¹⁵⁰ Aluna de Mestrado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará e bolsista CNPQ.

serem pobres e viverem dos seus ofícios –, assim como os que se declaravam “homens de negócio”. Junto a eles existiam ferreiros, sapateiros, oficiais de carapina além de donos de teares, onde se fabricavam panos. Outro tipo de trabalho muito comum era o de negociante. Homens e mulheres fizeram pedidos para abrir venda de secos e molhados trazidos das serras da região. Muitos desses produtos ganharam destaque no comércio da capitania e ampliaram a economia da vila. Os produtos de subsistência que eram cultivados nas serras, fomentaram a agricultura e trouxeram diversidade para a sociedade que se formou ao redor do rio Acaraú. Os produtos agrícolas cultivados nas serras e vendidos no termo da vila, proporcionaram certa autonomia econômica, em relação aos grandes proprietários, aos homens e mulheres livres e pobres que dedicavam-se à colheita e ao comércio. De uma forma muito simples, várias pessoas iam vivendo do seu próprio sustento, tendo a possibilidade de ampliar seu capital. Além dos comerciantes, cresceram, também, os ofícios mecânicos, exigindo das pessoas que tratavam desses ofícios, lugar específico e um trabalho sistematizado para atender às necessidades dos que buscavam aqueles serviços. Analisando a produção, o comércio e os vários tipos de ofícios que eram desenvolvidos no termo da Vila de Sobral, a região parece ter sido privilegiada pelo comércio de seus produtos desde quando a fazenda Caiçara seria ainda um ponto de encontro das pessoas que transportavam o gado, por isso a preocupação com as serras e os víveres nelas produzidos. Quando a vila foi criada, o comércio tanto dos produtos das serras quanto de couro e gado já estava fortalecido no lugar que serviu como pouso para os passantes. As pessoas que passavam com o gado, provavelmente, se abasteciam com os produtos trazidos das serras para a fazenda. Diante do exposto, o presente resumo buscou destacar que no termo da Vila de Sobral, no final do século XVIII, as relações de poder econômico foram heterogêneas, demonstrando que a participação de todos os sujeitos sociais é o que dá vida a uma sociedade. Ou seja, a sociedade colonial não se embasava apenas na criação e venda de gado, existiam várias outras atividades que dinamizaram a economia e auxiliaram na formação do mosaico social que foi a sociedade colonial.

**“PARA REDUZIR-SE À PRÁTICA O REFERIDO PROJECTO”: A COLONIZAÇÃO DOS
“SERTÕES DO NORTE” NO ROTEIRO DO MARANHÃO A GOIAZ PELA CAPITANIA DO
PIAUHÍ (C. 1770 – C. 1790)**

Leonardo Cândido Rolim¹⁵¹

O *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piaui* constituiu-se, ao longo de décadas, como uma das fontes mais utilizadas por pesquisadores acerca dos sertões no período colonial. O relato anônimo da segunda metade do século XVIII foi publicado por iniciativa de Capistrano de Abreu na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1900. O próprio Capistrano perscrutou esta fonte em seus escritos, mas foi Caio Prado Júnior, no seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, quem citou de maneira mais exaustiva o texto. Existem dois manuscritos deste documento. Um deles encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o outro na Academia Real das Ciências de Lisboa, os dois em Portugal. De maneira geral o *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piaui*, gênero comum na colônia a partir dos setecentos, traz informações sobre o percurso de um viajante (?) que parte de São Luís e, pelo sertão do Piauí e do Tocantins, chega à capitania de Goiás. Consideramos, no entanto, que este texto vai além de um simples roteiro no século XVIII. Ele traz informação que vão desde o número de fazendas, distância percorrida em léguas, anotações sobre rios, serras, lagoas, etc. Seguem também dados sobre as vilas da capitania do Piauí, os limites desta capitania, seu comércio. Todavia, a parte do

¹⁵¹ Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES. Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Grupo de Pesquisa *Estado e Sociedade no Nordeste Colonial* – UFPB. E-mail: leonardorolim@usp.br

documento que interessa mais nesta comunicação é o *projeto* proposto pelo autor para os sertões por ele visitados. Nesse momento do texto, o anônimo faz considerações sobre como deveria ser a exploração naquela região da colônia e propõe medidas para “reduzir à prática” o projeto. Além disso, apresenta alguns obstáculos e prejuízos que poderiam aparecer na medida em que o projeto fosse posto em prática. Nesse sentido, o que apresentaremos nesta comunicação são questões iniciais sobre essa fonte que está sendo trabalhada em nossa tese de doutorado, tendo como base os conceitos de *zonas de difusão*, *região colonial*, *áreas de trânsito* e *fundos territoriais* (MORAES, 2005, p.69-70). Ou seja, será procedida uma análise à luz da afirmação de Antônio Carlos Robert Moraes: “A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço” (MORAES, 2005, p. 68).

MISSÕES E O DIREITO DOS GENTIOS: O PADRE ANTÔNIO VIEIRA NA IBIAPABA, 1656.

Almir Leal de Oliveira ¹⁵²

Para compreendermos o processo de conquista da capitania do Siará-grande ao longo do século XVII devemos entender que o que chamamos hoje Ceará foi, no período, uma área da América que estava no centro das disputas coloniais entre as monarquias europeias e diretamente ligada à situação missionária da efetiva conquista do Maranhão e da foz do rio Amazonas. O processo de instalação das missões religiosas da Costa Leste-Oeste como as iniciativas jesuíticas portuguesas do início do século XVII, a presença francesa dos capuchinhos no Maranhão entre 1612 e 1615, e a presença protestante holandesa até 1654 são exemplos disso. Mas, o que eram e como se recolocavam, na América, na Costa Leste-Oeste, e especificamente na Ibiapaba estas configurações das diferentes matizes das empresas coloniais das monarquias europeias? Que diferenciações podemos apreender com relação às justificativas da escravidão indígena, e quais foram as experiências e discursos históricos que possibilitaram esta Conquista? Como analisá-los a partir da historicidade e da temporalidade do Antigo Regime? As disputas entre impérios e entre religiões ao longo do século XVII se acomodavam plausivelmente aos diferentes grupos indígenas, que com seus constantes deslocamentos migratórios, acordos, alianças, tratados, adesões e reações às atividades conquistadoras participaram ativamente como sujeitos desta situação histórica complexa. O período compreendido entre 1600 e 1663 foi caracterizado por Boxer (2002) como a luta global com os holandeses. O ataque maciço dos holandeses às áreas coloniais portuguesas no ultramar foi motivado pela independência das Províncias Unidas do domínio espanhol. Na América, a Orla Ocidental da Cristandade, isto se deu com colorações bem próprias, especificamente por conta da revolta luso-brasileira em Pernambuco, liderada por João Fernandes Vieira, contra os holandeses. As marcas da restauração em Pernambuco (1654) aos domínios portugueses influenciaram decididamente a conquista efetiva da costa Leste-Oeste, com a abertura do caminho terrestre entre Pernambuco e Maranhão. Na Ibiapaba os efeitos dessa política estratégica foram duradouros. A defesa da liberdade dos índios, que destacamos aqui como a preocupação central do padre Antônio Vieira na sua experiência missionária e que orientou muitos dos seus sermões e relatos missionários, como cartas e a própria *Relação da Ibiapaba* (1656), em muito derivava das concepções do direito natural e do ordenamento jurídico característico do Antigo Regime. Para compreendermos, com os nossos olhares contemporâneos, os significados históricos das idas e vindas da defesa da liberdade dos indígenas em Vieira, devemos ficar atentos para os significados da pluralidade e concorrência das ordens normativas do período, como as concepções de equilíbrio, equidade e graça.

¹⁵² Mestre e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Departamento de História – Universidade Federal do Ceará. Email: almirleal@uol.com.br

AS CARNES SECAS DO NORTE E AS DINÂMICAS ECONÔMICAS DO ATLÂNTICO PORTUGUÊS SETECENTISTA

Gabriel Parente Nogueira ¹⁵³

A exploração econômica da pecuária, por meio da produção e comercialização de carnes secas e couros, desempenhou um papel central no desenvolvimento econômico de uma parcela significativa dos sertões do norte da América portuguesa ao longo do século XVIII, com especial destaque para os núcleos surgidos ao longo da costa leste-oeste no trecho que se estende do cabo de São Roque à foz do Parnaíba. A presente comunicação tem por objetivo pensar a economia de produção e comercialização de carnes secas na América portuguesa no século XVIII, com especial enfoque nos núcleos produtores da costa leste-oeste, a partir das dinâmicas e transformações vivenciadas no conjunto das possessões da porção atlântica do império ultramarino português setecentista, em meio às quais destacaremos a atuação dos grupos mercantis das principais praças da América portuguesa no setor e as dinâmicas da expansão do escravismo no Atlântico português ao longo do século XVIII.

CASOS DE BIGAMIA NA CAPITANIA DO CEARÁ GRANDE (1749-1778)

Adson Rodrigo Silva Pinheiro ¹⁵⁴

A problemática central deste trabalho é o estudo de casos de bigamia na capitania do Ceará Grande, cujo interesse se dar em observar a importância dada ao casamento na sociedade colonial, bem como em analisar o que levava os sujeitos a aspirar à contração de um segundo matrimônio sendo vivo o primeiro conjugue, e que estratégias eram usadas para alcançar seus objetivos, já que a bigamia corresponderia um dos delitos que vinham de encontro às normas da Igreja, e que era coagida, investigada e punida pelo Tribunal Inquisitorial. Explanarei, além dos aspectos que tratam do sacramento do matrimônio, do delito em si e da instituição da família circunscritos à temática, entender as feições pouco avaliadas dos instrumentos que favoreceram a presença inquisitorial no Ceará, observando o que tornou possível a localização desses 17 casos, e as conexões existentes para a formação de uma “rede de poder” formada pelos agentes inquisitoriais, pelas visitas pastorais, pelo sacramento da confissão e pela vizinhança, conectados no objetivo de moldar o comportamento da população. Para esse fim, utilizarei sobretudo os processos inquisitoriais, as Constituições do Arcebispado da Bahia, os Regimentos, as Ordenações Filipinas e uma documentação vasta da administração do conselho ultramarino. Com essas fontes, procurarei apreender, deste modo, como sujeitos de vários perfis sociais conseguiam realizar um segundo matrimônio e que interesses estariam circunscritos a esses, tanto por parte do bígamo, quanto pela ação realizada pelo Santo Ofício.

¹⁵³ Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: parentenogueira@gmail.com

¹⁵⁴ Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará.

ST 20. TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS NO BRASIL OITOCENTISTA: DIFERENÇAS E IDENTIDADES.

Jofre Teófilo Vieira (UFC); Juliana Magalhães Linhares (UVA)

FORJANDO A LIBERDADE: A LEI DO VENTRE LIVRE E A CRIAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA PARA O TRABALHO E EDUCAÇÃO DOS LIBERTOS DAS FAZENDAS NACIONAIS DO PIAUÍ. (1873-1880)

Francisca Raquel da Costa¹⁵⁵

O presente trabalho tem por objetivo principal, discutir a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 e sua repercussão na província do Piauí, que diante das orientações elaboradas pela mesma lei criou no ano de 1873 a Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara, que funcionou até a década de 1880. A mesma se destinava a receber os libertos das fazendas nacionais, assim como os filhos livres de mulheres escravas nascidos após a aprovação da lei. Dessa forma, buscamos estabelecer uma relação entre tal evento com as discussões em torno da desagregação da instituição escrava na Província, das condições econômicas da província que via na utilização dessa mão de obra a saída para os problemas da produção agrícola, assim como o debate em torno da educação para o trabalho pensada para a população liberta e os filhos livres de mulheres escravas nascidos após a aprovação da Lei do Ventre Livre no Piauí. Dessa maneira, a hipótese levantada pelo trabalho é a de que a efetiva liberdade proposta pela lei ficava apenas no papel, já que a mesma ao mesmo tempo em que pautava a liberdade, delimitava alguns entraves para o pleno gozo desta, tanto para os escravos e como para os filhos livres de mães escravas. Acreditamos que o objetivo era o de forjar uma falsa sensação de liberdade, entre aqueles recém-saídos do mundo da escravidão, desenvolvendo inclinações ao trabalho cuja sustentação residiria numa suposta educação moral e religiosa, e na instrução primária e agrícola dos menores. Para a construção da narrativa acerca dessa experiência, serão utilizadas algumas fontes documentais, localizados, principalmente, no Arquivo Público do Estado do Piauí, especificamente os documentos da sala do Poder Executivo entre eles os relatórios, falas e mensagens de presidentes de província, assim como os documentos (ofícios, relatórios, correspondências, etc.) do Ministério da Agricultura, Comércio e Negócios do acervo documental do Arquivo Público do Estado do Piauí, assim como dos acervos virtuais. Também serão analisados os documentos elaborados pelos coordenadores da Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara. Além dos documentos apontados, realizaremos um levantamento nos jornais da época para analisarmos a repercussão da criação da instituição na sociedade piauiense e também para obtermos outras informações acerca da temática. Dessa forma, pretendemos reconstruir a experiências desses trabalhadores libertos no Piauí e as discussões acerca da liberdade na província.

¹⁵⁵ Aluna da Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Orientanda do professor Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.

“FÉ NA LIBERDADE PARA DESTRUIR O MONOPÓLIO DO POVO”: O PROCESSO ABOLICIONISTAS NAS VILAS DE SÃO BERNARDO DAS RUSSAS, LIMOEIRO E MORADA NOVA

Wandressa Lima de Oliveira¹⁵⁶

O presente estudo trata do movimento abolicionista nas vilas de São Bernardo das Russas, Limoeiro e Espírito Santo de Morada Nova, interior da Província do Ceará. Como fonte de pesquisa, utilizamos o jornal *Libertador*, publicação da Sociedade Cearense Libertadora, cuja finalidade era ativar a emancipação dos escravos da mencionada província. Por ter o referido jornal como principal fonte documental, o recorte temporal da pesquisa tem a primeira publicação do jornal *Libertador*, 1º de janeiro de 1881, como marco inicial, e, o fim do regime escravista no Ceará, datado de 25 de março de 1884, como marco final. Desde já cabe ressaltar que, no contexto do processo abolicionista, a atuação jornalística foi de suma importância na medida em que as páginas de seus editoriais constituíam-se num dos principais meios de informação, permitindo, assim, que a sociedade cearense ficasse ciente dos intensos debates políticos, econômicos e sociais. Ainda no que se refere às fontes de pesquisa, pretendo analisar algumas edições dos Relatórios dos Presidentes de Província do Ceará, que datam de 1881 a 1884, além do livro *História de Morada Nova 1876-1976*, do historiador Geraldo da Silva Nobre. Dessa forma, procuramos perceber como as vilas de São Bernardo das Russas, Limoeiro e Espírito Santo de Morada Nova, se constituíam como cenário para o processo abolicionista no Ceará. É necessário entendermos que esse processo abolicionista não foi algo homogêneo e unificado, pois muitas identidades foram forjadas e inventadas pelos próprios sujeitos envolvidos, a partir de suas percepções políticas. Essa disputa política estava direcionada para dois viés, escravidão e liberdade, desse modo, as identidades presentes nesse movimento variavam de acordo com as medidas que estavam sendo tomadas pelo fim ou permanência da escravidão. A análise do jornal *Libertador* também nos permitiu investigar os fundos de emancipação destinados às três vilas, tomadas como locus espacial da pesquisa, nos quais o dinheiro arrecado pela Sociedade Libertadora Cearense, e por outras instituições, ou até mesmo pelo governo provincial, seria arrecadado para a compra de alforrias dos escravos que residiam nas referidas localidades. Partindo dessa perspectiva, buscamos analisar as estratégias montada pela Sociedade Cearense Libertadora, que expandia seu discurso sobre o fim do trabalho servil pelas regiões do interior da província, atraindo adeptos para a causa abolicionista e propagando seus ideais de civilização e progresso para se alcançar uma sociedade sem rastros escravistas.

¹⁵⁶Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, bolsista do grupo PET. Imai: wandressalima@hotmail.com

TRABALHADORES DO SERTÃO: RELAÇÕES DE TRABALHO E MANDONISMO NO SERTÃO DO PIAUÍ 1874-1888

Mônica Valéria Monteiro de Carvalho¹⁵⁷

Este estudo analisa as relações de trabalho e mandonismo nos sertões piauienses, onde focalizaremos as relações sociais dos sertanejos nas dimensões “horizontais”, com seus pares e “verticais” com os fazendeiros. As relações ou expressões de conflito e solidariedade, as estratégias de sobrevivência e as adversidades sociais da escravidão e do mandonismo, através da história de homens e mulheres, ricos e pobres, livres e escravizados que povoaram, produziram e viveram na Vila de Santana das Mercês, hoje cidade de Jaicós-PI e regiões adjacentes, nos fins do século XIX, tomando como marco de começo a Lei do Ventre Livre, de 1871, e marco de fim a abolição, em 1888. Tendo como categorias de trabalho: propriedade, escravidão, resistência, identidade e trabalho. Uma vez que são raros estudos sobre microeconomias sertanejas, voltadas ao mercado interno, pois, boa parte dos estudos econômicos voltasse para os grandes ciclos. Também são escassos os estudos sobre a relação entre trabalho e pecuária, trabalho e agricultura, e do trabalho e economias endógenas, onde temos a pecuária e a agricultura como atividades imbricadas. Temos por objetivo estudar as relações de trabalho numa economia articulada com o mercado interno, caracterizando os escravos e os trabalhadores livres pobres através de suas condições de vida e trabalho, verificando sob que formas de resistência à escravidão é contestadas, além de analisar como se deu a construção dos poderes e como estes estabeleceram seus limites no universo escravista e mandonista do sertão. Este estudo foi realizado sob a perspectiva da metodologia socioeconômica, com a utilização do método quantitativo da demografia histórica, onde os dados representam quantidades que por sua vez fundamentaram as discussões sobre os fenômenos sociais e fatores econômicos do fim dos oitocentos. Temos como fontes de trabalho: os processos criminais, o rol dos culpados, as listas de classificação dos escravos e as listas de votantes, além dos inventários *post-mortem*. Os inventários *post-mortem* vêm sendo utilizados como fontes para o conhecimento do passado há muitos anos no Brasil. No entanto, somente nas últimas décadas do século XX essa documentação incorporou novos procedimentos possibilitados, ao mesmo tempo, pela influencia dos estudos quantitativos da demografia histórica e a redescoberta da morte como tema da Nova História. Tendo como suporte teórico autores como: Solimar Oliveira Lima, Kátia Mattoso, Hebe Mattos, Erisvaldo Fagundes Neves e Silvia Hunod Lara.

¹⁵⁷ Licenciatura Plena em História UESPI, Mestranda em História do Brasil UFPI, e-mail: monicavm.carvalho@gmail.com

ST 21. VIOLÊNCIA, CRIME E DISCURSOS.

Walter de Carvalho Braga Júnior (UFC)

CIDADE E POLÍCIA: CONTATOS E TENSÕES NA CIDADE DE FORTALEZA (1871-1891)

Patrícia Marciano de Assis¹⁵⁸

Originado da nossa pesquisa no Mestrado Acadêmico e do trabalho de catalogação da documentação do acervo da Chefatura de Polícia do Arquivo Público do Estado do Ceará; esta comunicação objetiva problematizar a relação entre a cidade de Fortaleza e a chefatura de polícia, na segunda metade do século XIX, tendo como perspectiva teórica a História Cultural no que diz respeito aos conceitos de práticas e discursos, ao fazer dialogar Michel de Certeau e Michel Foucault, respectivamente. No período imperial brasileiro, a capital cearense – como as demais capitais do Império – passava por uma série de organizações do espaço urbano, havia publicação e circulação de jornais e de pessoas pelas ruas da cidade, com entrada de estrangeiros no porto; isso tudo colocava paradigmas de controle social para uma elite que se pretendia moderna. No bojo dessas transformações, a chefatura de polícia, criada em 1841, agora também passava por modificações: deixava de ter caráter jurídico e assumia o de policiamento propriamente dito, em 1871. Por isso, utilizamos esta como data inicial, com intuito de problematizar a atuação da polícia na capital alencariana, seus pontos de contato e tensões. O recorte final está no ano de 1891, por conta da extinção da chefatura de polícia, subsequente ao fim da Monarquia. A polícia do século XIX passou a ser introduzida na província como forma de fazer presente o Governo nos sertões cearenses, buscando delimitar os usos das cidades e vilas, mas também incorrendo, por outro lado, em abusos de poder e de autoridade nas suas ações cotidianas. Deste modo, com o intuito de apreender nuances dos discursos e práticas que visavam organizar Fortaleza, optamos por utilizar uma metodologia que consiste na análise e problematização dos relatórios e correspondências dos presidentes da província e chefes de polícia, das publicações em jornais do período e das leis, além do auxílio da literatura. O confronto e o diálogo dessa documentação propiciam o vislumbre de certas práticas por parte tanto da polícia com relação à cidade de Fortaleza, quanto da população em relação a essa polícia. Assim, podemos perceber e analisar a construção de discursos e práticas dos usos da cidade, de criminalização ou de preocupação com a ordem que se tentava instaurar, em um contexto de crescimento de anseios de civilização e desenvolvimento do processo de organização das relações de trabalho no Ceará.

“MALES PARA AS FAMÍLIAS E PARA A SOCIEDADE”: CONDUTAS TRANSGRESSORAS NO DISCURSO DO O NORDESTE

Maria Adaiza Lima Gomes*

Propomo-nos, neste trabalho, a analisar os discursos do jornal católico “O Nordeste” a respeito do comportamento da população fortalezense, particularmente em relação a condutas transgressoras, num período que vai de 1922 a 1927, a fim de perceber de que

¹⁵⁸ Aluna do Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas, no eixo de Governamentalidade e Controle Social. Orientação do professor Dr. Erick Assis de Araújo. Contato: patriciamarcia@outlook.com.

* Mestranda em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: adaizagomes@hotmail.com.

modo este era utilizado como instrumento moralizador da população, e na tentativa de estabelecer um padrão comportamental para os fortalezenses. Através de notícias, queixas, denúncias, campanhas etc., seus redatores, assim como leitores, buscavam ajustar a conduta da população a uma moral católica e também civilizadora, criticando os comportamentos indesejáveis e ditando a maneira como se deveria agir no espaço urbano o qual as elites pretendiam que fosse remodelado e aformoseado. A partir de discursos que representavam a busca da ordem que deveria existir na cidade, foi-se delineando que tipo de comportamento o cidadão fortalezense deveria praticar, e daí listava-se uma série de hábitos que não deveriam ser praticados, pois representavam atentados contra a moral, a civilidade, e a ordem pública, tais como a vadiagem, incluindo aí a prostituição e vícios como a embriaguez e os jogos de azar. Para realizar nossas análises utilizamos como fontes as notícias, artigos, editoriais, denúncias, etc., presentes tanto no próprio “O Nordeste” como também em outros periódicos contemporâneos seus, como o “Correio do Ceará”, e o “Gazeta de Notícias”, a fim de cruzar seus olhares a respeito dos valores e do comportamento dos fortalezenses, procurando perceber as singularidades no discurso e na visão de mundo do “O Nordeste”. Pensando nisso, atentaremos para as seguintes questões: Como se davam as estratégias discursivas e as práticas no jornal para conseguir difundir comportamentos adequados à moral e a civilização na cidade? Quais valores morais eram difundidos para sociedade fortalezense por parte deste periódico? Acreditamos que, se havia essa necessidade ordenara população estava evidente que existiam sujeitos a serem disciplinados. Ao mesmo tempo em que existia um desejo pelo progresso, existia também sua negação, de diversas maneiras, praticada pela população que, com suas astúcias, encontrava meios de continuar exercendo seus hábitos. Do mesmo modo que existiam as normas de conduta, existiam também os que transgrediam a elas. Deste modo, O Nordeste, com seu poder de propagação de ideias, teria um papel muito importante na disseminação destes discursos a respeito da ordem e da disciplina. Nesse sentido, acreditamos ser indispensável o diálogo com Foucault (1986) a respeito de *Discurso*, assim como com Norbet Elias (1993) sobre o que ele chama de *Processo civilizador* e também com Certeau (1994) acerca de *táticas e estratégias*, a fim de compreendermos o nosso objeto.

UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA: A POLÍCIA POR ENTRE AS MENSAGENS DO GOVERNO E OS PROCESSOS-CRIME (1916 – 1933)

Francisco Adilson Lopes da Silva¹⁵⁹

Este trabalho tem por intuito construir uma reflexão acerca da polícia na cidade de Fortaleza no início do século XX, tendo em vista, que nesse contexto a polícia foi ponto de discussão de uma conferência ocorrida no Rio de Janeiro que visou debater a noção e organização de tal instituição no Brasil. À medida que a Fortaleza era transformada pela ação de indivíduos como os políticos, os comerciantes, os intelectuais, etc. foi-se construindo uma certa ordem pública no cenário urbano, assim se fez necessário a ação da polícia, segundo as fontes, para manutenção e garantia dessa ordem. De acordo com o presidente do estado José

¹⁵⁹ Mestrando em História pelo Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas (GPPUR). E-mail: asilvalopes@hotmail.com

Moreira da Rocha, a ordem era a garantia de que todos os direitos fossem respeitados, sob orientação justa e moral, baseados sob “sóbria doutrina jurídica” afastando da cidade a “desordem”. Observou-se que a noção de polícia, nesse momento, estava relacionada com dois aspectos, estes eram: a repressão e a prevenção. Compreendia-se a época na cidade, pelos presidentes do Estado, que a polícia era a instituição que representava a defesa da “civilização” e que o policial seria o seu “agente civilizador”. Encontramos a relação da polícia com a visão de civilização, também em dicionários da época, por exemplo, o “Diccionario Etymologico, Prosodico e Orthographico da Lingua Portuguesa”, do ano de 1912, que traz essa ligação. Assim, passamos a nos questionar: Qual polícia Fortaleza tinha no início do século XX? Com isso, buscamos analisar a instituição policial por entre os discursos dos presidentes do Ceará presentes nas mensagens, dos mesmos, apresentadas na Assembléia Legislativa. As mensagens são umas espécies de relatórios que contém informações gerais sobre todo o Ceará, nelas foram tratados assuntos referentes à economia, à educação, à saúde, à polícia, à Fortaleza, etc. Os processos-crime são fontes ricas para o historiador, e para a temática da polícia também ao possibilitar perspectivas de estudos diferentes do objeto de pesquisa. Nesse caso, esses documentos permitem uma reflexão sobre porque alguns policiais foram parar nas páginas dos processos movidos contra eles. Com isso, os processos criminais trazem contradições, por exemplo: a autoridade policial que deveria garantir a ordem pública em certos momentos participou da desordem. Portanto, para construir um entendimento sobre a polícia na cidade de Fortaleza do período aludido, do ponto de vista teórico e metodológico procedemos com uma discussão que propicia compreender que características gerais ou específicas foram forjadas sobre a polícia.

ENREDOS E TRAMAS DA CRIMINALIDADE: SÃO BERNARDO DAS RUSSAS NOS INQUÉRITOS POLICIAIS E PROCESSOS- CRIME (1929- 1935)

Francisca Fernanda dos Santos¹⁶⁰

Esta pesquisa tem como finalidade de analisar, com base nos processos-crime e inquéritos policiais, algumas demandas de crime na cidade de São Bernardo das Russas, durante os anos de 1929 a 1935. Visto que, essas fontes favorecem a renovação historiográfica, podemos abordar questões mais minuciosas, tornou-se, assim, possível compreender uma sociedade analisando casos particulares, sem, no entanto, perder de vista o contexto mais geral. Por serem impregnados de informações, nos tornam perceptíveis, ainda, às inquietações, os posicionamentos, as sensações que, estas, nos fazem sentir ao ler. Também são capazes de nos dizer as boas condutas, as normas a serem seguidas. Enfim, neles poderemos,

¹⁶⁰ Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos- FAFIDAM/UECE. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/História). E-mail: ffernandadosantos@gmail.com

baseando-se em estudos teórico-metodológicos, compreender os espaços sociais e culturais, inseridos nesses documentos. A documentação trabalhada nessa pesquisa encontra-se no Cartório Torres Filho do 2º Ofício, em Russas, que logo após conhecer o ambiente da qual se localizava as fontes, fiz um balanço de quantos processos e inquéritos se encontravam no local, separando as respectivas quantidades por ano. Logo após, selecionei desde o mais antigo (que é de 1929), até o ano mais cabível em termos de quantidade (no caso de 1935). Contabilizando assim, em dezessete, sendo que onze inquéritos policiais e seis processos criminais. E que nos permitiu inventariar diferentes modalidades dos crimes que ocorreram na temporalidade em estudo, tais entre: os roubos, os homicídios, os defloramentos, as agressões e os adultérios. Estes se achavam danificados fisicamente, com cupins, páginas rasgadas, também com falta de páginas, dificultando, assim, a leitura e a manuseio. Para facilitar a transcrição destes, foi feito o processo de digitalização dos mesmos. No entanto, a transcrição integral da documentação, não foi concluída. Todavia, foi executado o fichamento de cada inquérito/processo. Busca-se, também, compreender e tecer fios sobre as tramas e os enredos que transcorrem pela criminalidade nessa cidade, analisando o lugar social das pessoas que compõem a documentação. Além disso, com essas fontes judiciais, contêm dados que nos podem levar a conhecer bairros, ruas e seus respectivos costumes e delas nos tornou possível cartografar a cidade de Russas a partir dos diferentes lugares em que ocorreram os crimes. *Walter de Carvalho Braga Júnior*

ST 22. DINÂMICAS IDENTITÁRIAS E ÉTNICAS.

Franck Ribard (UFC)

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE QUIXERAMOBIM: FAMÍLIA, PATRIMÔNIO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (1899-1923).

Luciana Maria Pimentel Fernandes¹⁶¹

A presente comunicação faz parte da nossa pesquisa de mestrado, que tem como objeto a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim. Nosso objetivo principal é analisar como a mesma encontrava-se funcionando em meio às transformações empreendidas pelo processo de romanização da Igreja Católica, e esse funcionamento partia principalmente de duas famílias negras da cidade, os Barroso e os Matias, das quais encontramos remanescentes e pretendemos investigar através da utilização da pós-memória qual era o papel dessas famílias dentro de Quixeramobim e como isso se refletia na atuação deles na Irmandade do Rosário, que possuía um patrimônio considerável, que também merece uma análise não só de como fora obtido, mas dos mecanismos utilizados pelos irmãos para se manterem no controle da confraria. A metodologia que utilizaremos em relação as nossas fontes será uma análise dos documentos produzidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim, que conseguimos encontrar na casa paroquial da cidade e no Seminário da Prainha em Fortaleza, e vamos também recorrer as famílias Barroso e Matias, no sentido de tentar descobrir, mesmo que através de uma geração que não vivenciou a Irmandade, elementos que possam contribuir de forma favorável com o nosso estudo. As fontes que utilizaremos são principalmente os registros administrativos da Irmandade, como livros de Matrícula, Receitas e Despesas, Aforamentos, Contratos de Locação, os Estatutos ou Compromissos, que são bastante importantes na definição do nosso recorte, e as entrevistas que serão feitas com os membros das famílias Barroso e Matias em Quixeramobim. Não podemos deixar de trabalhar com a categoria de Identidades, a partir de Pesavento, que vai ser fundamental para a definição do que é ser irmão do Rosário de Quixeramobim, e das Sociabilidades, com Simmel, que vão ser determinadas pela análise do que acontecia diariamente na Irmandade. Outra categoria de análise que pretendemos trabalhar é a de cotidiano, através da análise de Certeau, que diz que o mesmo merece ser analisado por se configurar enquanto “lugar da invenção” de “práticas cotidianas”, onde as minorias encontram espaço, em suas atividades diárias, para elaborar resistências ao que lhes é dominante, no caso das Irmandades a Igreja Católica. Todas essas questões desembocam numa análise do conceito de Cultura e das manifestações Culturais dos Irmãos do Rosário de Quixeramobim na transição do Século XIX para o XX.

¹⁶¹Graduada em História pela FECLESC/UECE, aluna do Mestrado Acadêmico em História e Culturas – MAHIS/ UECE, vinculada a linha de pesquisa de Práticas Urbanas, sob a orientação do professor Gerson Augusto de Oliveira Júnior.

CANÇÕES DE CIDADANIA: HISTÓRIA E CIDADANIA NA SALA DE AULA A PARTIR DE MÚSICAS DE CAPOEIRA

Diego Bezerra Belfante¹⁶²

Marcela Souza Santos¹⁶³

A cidadania no Brasil é um assunto complexo. No decorrer da história de nosso país certos grupos tiveram mais direitos que outros, existiram também parcelas imensas da população que não possuíam direito a gozar da cidadania. E tal fato deixou marcas profundas em nossa sociedade, como ainda hoje podemos notar as inegáveis diferenças de oportunidades sociais que jovens negros e ou pobres moradores da periferia tem em relação a jovens das classes abastadas. Outras vezes quando se avançou nos direitos sociais estes não foram vistos como direitos, mas como benefícios. Como disse José Murilo de Carvalho a Cidadania ainda é um longo caminho ainda a ser trilhado. E para que sejam dados passos mais largos na direção de uma cidadania plena é preciso reivindicar. Muitas músicas a reivindicaram e reivindicam seja através de canções de protesto, denuncia ou e negação. Entre essas músicas que falam sobre a cidadania existem algumas canções de capoeira que nos fazem pensar no significado dessa palavra hoje quase desgastada. Músicas estas que carregam muitas vezes as marcas por uma ligação com a história do negro no Brasil. Na realidade sócio-histórica este foi um grupo que por muitas vezes teve seus direitos negados. As músicas de capoeira que falam sobre a cidadania e o cidadão tendem a tratar desses temas como reivindicação, canções como *Cidadão considerado* de mestre Toni Vargas que reivindica essa cidadania. Mas que é um assunto de importância para formação de uma sociedade mais justa e que por isso mesmo deve ser pauta das aulas de História. Não só da História, mas da educação em geral. A discussão histórica da cidadania no Brasil em sala de aula é uma questão que a História como ciência deve se engajar na busca de um país em que a cidadania seja vista para além de uma palavra. Neste trabalho, procuramos intercalar uma discussão das relações entre cidadania e as músicas de capoeira com a pratica docente, buscando, através da apresentação e compreensão do conceito e exercício de cidadania apontado por alunos do ensino médio.

¹⁶² Autor aluno graduando em história pela Universidade Federal do Ceará bolsista Pet História UFC. Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas – GEPHD e-mail diegobezerrabelfante@gmail.com

¹⁶³ Co-autora graduando em história pela Universidade Federal do Ceará bolsista PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) Educação em Direitos Humanos: Gênero e sexualidade na Escola e-mail marcela.souzasantos@yahoo.com.br

ENTRE CHARANGAS E ORGANIZADAS: TRANSFORMAÇÕES NAS TORCIDAS DE FUTEBOL EM FORTALEZA (1965-1993)

Caio Lucas Moraes Pinheiro*

Este trabalho se insere no campo da História do Esporte, precisamente na história do futebol, tendo como objeto de estudo as transformações do comportamento, da organização e da estética das torcidas do Ceará Sporting Club e do Fortaleza Esporte Clube na cidade de Fortaleza. Entre os anos 1960 e 1990, dois modelos de torcidas caracterizaram os estádios, as charangas e as torcidas organizadas. Nessa perspectiva, temos como objetivo compreender a atuação dos torcedores dentro e fora dos estádios, a maneira como davam sentido a suas experiências e ao pertencimento à torcida, construindo, assim, identidades a partir da sociabilidade torcedora. A partir do enfoque nas charangas e nas torcidas organizadas, busca-se também investigar o cotidiano do espaço urbano de Fortaleza, cujo período revela aspectos socioculturais fundamentais para a análise, como o contexto do regime militar e os carnavais de rua. Para o estudo do cotidiano urbano e das experiências de sujeitos e de grupos de torcedores, buscamos na História Cultural a discussão teórica envolvendo a produção da escrita, a narrativa e as fontes históricas. Por esse motivo, as fontes que serão utilizadas são os jornais, as entrevistas e as imagens. Os jornais pesquisados foram O Povo, Tribuna do Ceará e Diário do Nordeste, os quais possibilitaram mergulhar no cotidiano da cidade de Fortaleza e ofereceram indícios das torcidas de futebol no período. Através da metodologia da História, os depoimentos de torcedores da época revelaram o alcance que as memórias carregam sobre outro período. A interpretação das imagens das torcidas em seus mínimos detalhes traz à tona questões importantes para a discussão, como os símbolos e a estética daqueles agrupamentos. Em suma, a proposta aqui intitulada de “ENTRE CHARANGAS E ORGANIZADAS: TRANSFORMAÇÕES NAS TORCIDAS DE FUTEBOL EM FORTALEZA (1965-1993)” busca através da análise da trajetória das torcidas de futebol revelar um entendimento da sociedade fortalezense e do seu cotidiano. Além disso, como o “ser torcedor” expressa significados que envolvem o lugar social em que está situado, possibilitando a compreensão da identidade do torcedor e do contexto em que estão imersas.

NARRADORES DO CARIRI: ORALIDADE E REINVENÇÃO DO PASSADO

Pryscylla Cordeiro¹⁶⁴

Sônia Meneses¹⁶⁵

O Cariri, lugar que extrapola as fronteiras geográficas e se constitui como espaço simbólico, a partir de narrativas, poemas e cantos de várias gerações. Marcado por uma intensa *interculturalidade* (CANCLINI, 2007), por conta do trânsito de sujeitos que atuam e vivificam seu espaço, podemos caracterizar o Cariri como um lugar plural e incomum. Muitos

* Mestrando em História na Universidade Estadual do Ceará (MAHIS/UECE). Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos em Esporte (SEE/UFC). Pesquisador na área de História, com ênfase em História do Esporte e estudos sobre o futebol, torcidas e profissionalização no Ceará.

¹⁶⁴Graduanda da Universidade Regional do Cariri – URCA, bolsista de Iniciação científica do CNPq. Integrante do Laboratório de Imagem, História e Memória – LABIHM. E-mail: pryscyllacordeiro@hotmail.com

¹⁶⁵Prof(a). Adjunta do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. Coordenadora do projeto financiado pelo CNPq, “Narradores do Cariri: Processos culturais e contemporaneidades – As reinvenções de um lugar incomum” e do LABIHM. E-mail: sonia.urca@gmail.com

narradores passaram uma vida inteira tentando formular hipóteses de densidade histórica para definir e sintetizar ideias, a fim de formular uma identidade própria para a região. O século XX foi crucial para a construção de discursos sobre o Cariri, pois houve uma grande efervescência de fatos e personagens profícuos para a elaboração de narrativas, que se pautaram em três âmbitos: político, religioso e cultural. Momentos como a emancipação de Juazeiro, sua posterior sedição, o milagre da hóstia, a afirmação religiosa do Pe. Cícero, o fluxo das romarias, assim como a fundação do Instituto Cultural do Cariri (ICC), festivais da canção no Crato, ajudaram os narradores tradicionais na constituição de histórias oficiais sobre esse espaço. Diferentemente dos memorialistas, cronistas, que buscaram uma definição homogênea e uníssona para a constituição da ideia de Cariri, pretendemos realizar o inverso. Nosso foco é compreender as apropriações e elaborações de narrativas diversas e dissonantes sobre esse espaço na contemporaneidade, demonstrando ainda que projetos de Cariri são feitos por suas novas gerações de narradores. Utilizaremos como método, a História Oral temática, que nos possibilitará uma articulação entre História, memória e espaço a partir das construções simbólicas dos narradores. Realizaremos entrevistas com artistas, intelectuais, etc, que se dediquem a narrar o Cariri contemporâneo, para compreender como eles produzem e disseminam seus olhares sobre esse espaço na contemporaneidade. Dessa forma, esta pesquisa pretende discutir, como os novos narradores do Cariri reelaboram discursos identitários tradicionais sobre seu espaço e os adequam ao tempo presente. Segundo Benjamin (1996:198), “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorrem todos narradores”. Nesse sentido, tentaremos perceber o narrador como intercessor ativo de experiências criativas, na medida em que tanto se apropria como reelabora os repertórios tradicionais com que se depara.

USOS DO TORÉM ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E ESPAÇO DE FORMAÇÃO E RESISTÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA INDÍGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA.

Renata Lopes de Oliveira¹⁶⁶

O ritual do Torém, também conhecido como brincadeira dos índios velhos” (OLIVEIRA JUNIOR, 1997), é uma dança de roda realizada pelos índios da etnia Tremembé, moradores da região de Almofala, distrito de Itarema no Ceará. Foi através desse ritual que eles alcançaram visibilidade no cenário local como uma comunidade ancestral em meados da década de 1980. Historicamente os primeiros registros dessa dança remontam a segunda metade do século XIX e estão relacionados a inventários sobre as populações indígenas na região do Ceará. A partir da década de 1970 e 1980, o ritual será acessado pela etnia Tremembé enquanto sinal diacrítico para representar a si mesmo e a sua singularidade, diante de um cenário de efervescência dos movimentos sociais e políticos e de uma externalidade que não reconhecia a existência de comunidades indígenas no Ceará. Atualmente, tal ritual se constitui enquanto disciplina do curso de formação de professores indígenas dessa etnia sob a nomenclatura de “Torém: Ciência, Filosofia e Espiritualidade Tremembé” e ocupa espaço no currículo e nas atividades realizadas nas escolas básicas diferenciadas. Considerando a relevância histórica, política e educacional do Torém expressada na trajetória dessa prática na comunidade Tremembé, busco identificar o potencial pedagógico dela, a partir da sua compreensão enquanto um lugar de memória (NORA, 1993), ou seja, enquanto espaço na interface entre o físico, simbólico e funcional que serve de aporte para que as memórias se enraízem. Nesse sentido busco identificar quais narrativas, saberes e memórias podem insurgir (AZIBEIRO, 2007) desse ritual. Com o objetivo de atingir o intento explicitado acima, essa pesquisa está sendo realizada a partir

¹⁶⁶ Mestranda em Educação Brasileira pela UFC. Email: renata.lopez@hotmail.com

dos pressupostos da etnografia (GERRTZ,1973. OLIVEIRA, 2000). Considerando o referencial metodológico escolhido, participei enquanto pesquisadora observadora da disciplina sobre o Torém, a qual compunha a grade curricular para a formação de professores indígenas, no contexto do Magistério Intercultural Tremembé Superior (MITS), vinculado a Universidade Federal do Ceará (UFC). Realizei entrevistas semi-estruturadas com o Pajé e o Cacique Tremembé, pois eles foram os docentes da disciplina sobre o Torém. A escolha dessas lideranças para ministrar o conteúdo, deveu-se ao fato deles serem reconhecidos por seus pares como “livros vivos” da história e dos saberes tradicionais da etnia.

ESCRITOS ESCOLARES DOS INDÍOS XACRIABÁ

Raul Victor Vieira Ávila deAgrela¹⁶⁷

Esta pesquisa problematiza a *escrita* através da *educação escolar* do povo indígena Xacriabá (localizados no norte de MG), no intuito de compreender as transformações vivenciadas pelo grupo ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI. A pesquisa pensa a escrita como um percurso válido para compreender o desenvolvimento das práticas educacionais do grupo, de modo que a educação escolar pode ser refletida como espaço de diálogos entre temporalidades, na medida em que se tornam latentes as reconstruções de algumas questões centrais ao tema, como as acepções sobre a terra e os conceitos de identidade, cultura e educação. Através dos escritos de-da-sobre educação escolar o trabalho analisa como e porque os índios Xacriabá escrevem, no intuito de compreender como acontece a elaboração do passado, o movimento das memórias, através da escrita dos índios Xacriabá.– principalmente através dos materiais produzidos no contexto da educação escolar, especificamente a *caixa de leitura* “Literatura Xacriabá” (2005) e o livro *O tempo passa e a história fica* (1997). O grupo Xacriabá está localizado no extremo norte de Minas Gerais, no município de São João das Missões – chamada por alguns de cidade indígena. Etnia reconhecida apenas em 1979 teve sua Terra Indígena Xacriabá demarcada em 1979 e apenas homologada – principalmente em decorrência do assassinato de três Xacriabás, dentre eles uma liderança do grupo, Rosalino – em 1987. A relação entre a escrita e a escola passa por mudanças relevantes principalmente durante a década de 1990, a produção de material escrito surge com grande intensidade através do Projeto de Implantação das Escolas Indígenas no Estado (PIEIE), instituído pela Secretaria Estadual da Educação (SEE) em convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais, a FUNAI, o Instituto Estadual de Floresta (IEF). Observando a relação do grupo com outros setores da sociedade, o processo de escrita através da educação escolar deve ser considerado uma relevante reivindicação, uma resistência, que se constituiu no contexto de luta pela terra, de um *autorreconhecimento* através do qual o *passado* é o principal mural do qual se pode extrair os elementos que figurem n/as motivações sociais, de modo que a importância de uma análise de como se constrói a percepção da escrita através da especificidade do grupo e de suas práticas educacionais desenvolvidas torna-se relevante

¹⁶⁷ Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará, bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/UFC (MEC-SESu), e-mail de contato raul.agrela@hotmail.com;

para o entendimento de um processo recente na história brasileira das lutas pelo *reconhecimento à diferença* dos grupos indígenas.

ESCRAVAS E FORRAS NA RIBEIRA DO ACARAÚ: FAMÍLIA E SOBREVIVÊNCIA NAS IMEDIAÇÕES DA VILA DO SOBRAL (CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE, 1750-1788)

Maria RakelAmancio Galdino¹⁶⁸

A comunicação pretende analisar a relação entre trabalho e família e como estes tiveram relevância para a sobrevivência de mulheres escravas e alforriadas na região Noroeste cearense durante a segunda metade do século XVIII. A análise se configura a partir da perspectiva de que as capitanias periféricas da América Portuguesa possuíam dinâmicas próprias que precisam ser melhor analisadas¹⁶⁹, inclusive, no que diz respeito ao papel dado a família entre os cativos, os arranjos e dinâmicas identitárias vivenciados, considerando a sociedade a que foram submetidos e as suas peculiaridades. Para tanto, consultou-se fontes como: inventários; livros de Atas da Câmara da Vila de Sobral, registros de Licença, Almotacaria através dos quais os funcionários reais acompanhavam a dinâmica comercial local; e também os assentos de casamentos, batismos e óbitos registrados pela Igreja Católica para o controle dos seus fiéis. Através da leitura e problematização dessas fontes, percebeu-se que trabalho e família são palavras-chave para a compreensão do universo social da Ribeira do Acaraú, uma das áreas economicamente mais dinâmicas no Ceará do século XVIII e que absorveu um contingente razoável de trabalhadores livres e escravos em atividades agropastoris e no pequeno comércio. Para as cativas e forras, trabalhar, construir alianças e possuir família era importante, pois além da afetividade e viver entre os seus, os laços familiares se constituíram em proteção, companhia, braços a mais para o trabalho, todos fundamentais para a sobrevivência daquelas que viviam em cativeiro e mais ainda para quem conseguia a liberdade, pois era preciso mantê-la.

ETNICIDADE E RESISTÊNCIA: CONSTRUÇÃO DE UMA RESPOSTA ÀS TEORIAS RACIAIS DO SÉCULO XIX POR MEIO DE JORNAIS DE 1888-1919

Douglas Lima Oliveira¹

O presente trabalho tem como objetivo elaborar uma análise sobre o "branqueamento" racial brasileiro, que buscava, através do processo de miscigenação, eliminar o elemento negro da sociedade brasileira que almejava uma civilização branca nos trópicos. As teorias racial-cientificistas surgidas no final do século XIX, serão utilizadas como ponto de partida para a compreensão dos discursos legitimadores que procuraram estabelecer uma hierarquia racial baseada numa suposta linha evolutiva, esta que posicionava o elemento

¹⁶⁸ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Participa do grupo de pesquisa "Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará: diferenças e identidades". E-mail: rakelgaldino2014@gmail.com.

¹⁶⁹ CF. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; MACHADO, Cacilda. "O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma". In: *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 167-186, jan./jun. 2006; _____. "As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, vol. 26, no. 52, jul-dez, 2006. Para o contexto específico do Ceará, consideramos também as observações destacadas por: VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. "De menino voador, Sabá e Iluminismo: notícias da Inquisição no Sertão do Ceará". In: *Antíteses*, vol. 4, núm. 8, julho-diciembre, 2011.

branco no ápice da cadeia e o negro na base desta. Trazendo um enfoque especial para duas dessas teorias raciais, o darwinismo social e o arianismo, pretenderei selecionar os conceitos-chave que autores como Herbert Spencer se utilizaram de "A Origem das Espécies", do biólogo britânico Charles Darwin, para aplicá-las às sociedades humanas. Em seu "Princípios da Biologia", a partir de onde cunha-se a expressão "sobrevivência do mais apto", Spencer faz um estudo biológico e econômico onde procura ampliar o conceito de "seleção natural" abrindo um espaço para se justificar medidas imperialistas sobre outras civilizações consideradas inferiores. Com a independência política e econômica de Portugal, o Brasil levou adiante o projeto civilizador europeu e nessa conjuntura de uma busca por uma identidade nacional incorporou, por meio de seus intelectuais, os teóricos racial-cientificistas europeus. Estabeleço o recorte temporal de 1888-1919 devido aos discursos de resistência que foram elaborados pelos jornais "O Monitor Campista", "O Alfinete", "A Liberdade" e "O Bandeirante" em defesa dos "homens de cor". Utilizo a obra "Race and Ethnic Relations", de Hubert Blalock, como uma leitura antropológica elementar para entender os diferentes conflitos que podem surgir em sociedades etnicamente heterogêneas. Em relação a metodologia pretendo elaborar um estudo de quais os pontos específicos de "A Origem das Espécies" Spencer se utiliza para a construção do aparato ideológico darwinista-social, incluindo o conceito de "raças degeneradas" e a incorporação do spencerismo no projeto republicano de nação, levando sempre em consideração a base racial-evolucionista implícita do projeto, será a forma como pretendo tratar essas fontes de caráter tanto biológico quanto social. O livro "Race and Ethnic Relations", de Hubert Blalock, servirá como um suporte de conhecimento antropológico elementar para a compreensão dos conflitos étnicos de forma generalizada e tentarei utilizá-lo para a discussão desses conflitos, agora aplicados nas três primeiras décadas do período republicano brasileiro. Pretendo utilizar as fontes hemerográficas para a reafirmação desse embate ideológico-racial e apresentá-las como uma frente de resistência a um racismo não institucionalizado que desembocara na ampliação do ativismo negro. Além disso, perceber como os discursos favoráveis aos "homens de cor" vão sendo construídos, questionando quem elege os argumentos e como estes contribuem para a construção das perspectivas em definir o povo brasileiro, legitimando mais um sujeito, o negro.

OS POVOS ÁRABES E O ISLÃ: UM ESTUDO SOBRE A LIDERANÇA DE MUHAMMAD E SUA CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA NA ARÁBIA MEDIEVAL

Ana Eliziane Sabino¹⁷⁰

Muhammad foi um árabe coraixita nascido no ano de 570, em Meca. Aos quarenta anos, o mesmo teria recebido revelações que dariam origem ao Islã, uma religião que representou uma ruptura de costumes em vigor na Península Arábica a partir de 610. O Islã rompe com as crenças em vários deuses, com anegociação de mulheres, entre outras práticas. O objetivo desta pesquisa constitui-se em investigar e analisar, a partir das sugestões de rupturas que o Islã representa, quais as concepções de Muhammad sobre as relações familiares. Sendo Muhammad considerado um profeta islâmico, o estudo debruçado sobre sua influência é fator primordial para compreender o ideal familiar que abrange o período de 610, ano de sua primeira revelação, até o ano de sua morte, em 632. Segundo Hourani

¹⁷⁰ Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/ MEC-SESu. E-mail: lizsabino@yahoo.com.br

(1994) Muhammad ascende num momento singular para os habitantes da Arábia, um tempo caracterizado pela ausência de um guia. Para esse autor, os conflitos entre império Bizantino e Persa, regiões nas bordas da Arábia, influenciavam na região, alterando a vida social na península. O Estudo se dá a partir da análise do livro base do Islã, o *Alcorão*, que de acordo com a tradição muçulmana foi uma revelação divina ao líder islâmico. Dialogando com o *Alcorão*, tomando-o como uma fonte histórica, é feita uma análise da *Sunnah*, que compreende o conjunto de ditos de Muhammad (os *Hadith*) e seus atos, narrados por seguidores próximos a ele. É importante colocar a situação da Península arábica no período da emergência do Islã, em relação aos costumes e cultura. Nas palavras de Abdel Chakur “A vida social na Península sofria também por causa dos costumes que a razão e a consciência repugnavam! Assassinaavam as filhas; havia a poligamia, a poliandria, a heranças de mulheres como um objeto qualquer, e a prática de obscenidades.” (1974:11). Com o desenvolver da pesquisa pode-se observar que as fontes trazem fragmentos que apontam a postura de Muhammad a respeito das relações familiares voltadas ao trato com as mulheres e condições para o divórcio. Pode-se considerar que além de recomendações religiosas, as fontes trazem uma conotação civil que regula o estabelecimento das famílias. Outrossim, no Alcorão encontramos capítulos, ou *Suratas*, que fornecem indícios de uma preocupação com temas relacionados à família enquanto grupos sociais, tais como “as mulheres”, “a mesa servida”, e “o divórcio”. Entende-se que esses enfoques presentes nas fontes aqui utilizadas não se caracterizam como naturais, mas sim direcionamentos que dialogam com o seu tempo histórico.

A TENSÃO ENTRE O NOVO E O VELHO NA COZINHA DO TERREIRO DE CAMDOMBLÉ DO PAI CLEUDO JÚNIOR.

Jéssica de Sousa Brito¹⁷¹

Realizando um diálogo histórico-antropológico, o objetivo deste trabalho é compreender em que medida o ritual de preparo e oferta das comidas de santo no Candomblé se adaptam as condições impostas pelo mundo contemporâneo em que vivemos, onde a globalização da economia e a mundialização da cultura, longe de engendrarem apenas processos de homogeneização, tem desencadeado reações, fazendo crescer a preocupação com as diferenças culturais, inclusive aquelas que existem entre as religiões. Apesar de o candomblé brasileiro ter desenvolvido peculiaridades que lhe tornara uma religião exclusiva, os seus adeptos procuram manter suas tradições africanas. Ismael Pordeus¹⁷² deixa isso claro quando fala que apesar da repressão, do preconceito e da tentativa sistemática de esquecimento, os pais e mães de santo lutam pela permanência da tradição, memória e identidade religiosa, mesmo dentro de um diálogo com o mundo contemporâneo. É certo que os símbolos e os rituais religiosos mudam juntamente com o tempo, com o espaço e a sociedade que os utiliza, entretanto essa mudança não significa uma descaracterização religiosa, mas sim uma adaptação desta. Tomo como forma de análise as oferendas alimentares que são dadas aos orixás no terreiro de Candomblé *ILÊ ASÊ YA OMI ARIN MA SUN*, que significa “Casa em que a força vem da mãe das águas que fluem sem cessar” em Mucunã, Maracanaú. Em suma, analisando desde o preparo até a oferta desde alimentos durante os rituais, quero perceber como o surgimento de novas mercadorias, facilidades de compras, as novas técnicas de conservação, modernização, entre outros, acabam influenciando nesse ritual que é considerado o mais importante no Candomblé, pois é por meio dele que os fieis fazem suas súplicas, agradecimentos ou ainda embelezam um

¹⁷¹ Graduanda em História (UECE) no oitavo semestre. Bolsista do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas do Mestrado Acadêmico de História (MAHIS), com o projeto intitulado “Capitalismo e Civilização nas cidades do Ceará (1890-1930)”. Contato: jessica.sousab@gmail.com.

¹⁷² PORDEUS Jr., Ismael. **Umbanda: Ceará em Transe**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

terreiro em um dia de festa. O terreiro que pesquiso é de etnia *Ketu*, considerado a mais próxima da matriz africana, o que dá viabilidade ao tema proposto. É certo que graças à memória ou às lembranças dos fatos o indivíduo tem a consciência de si, logo, me utilizando também da memória e vivência do pai de Santo Cleudo Júnior, é que pretendo concretizar minha pesquisa.